

LUIZ SERAFIM DERENZI

BIOGRAFIA

de uma ilha



BIOGRAFIA DE UMA ILHA



PREFEITURA DE
VITÓRIA



ACADEMIA
ESPÍRITO
SANTENSE
DE LETRAS

ACADEMIA ESPÍRITO-SANTENSE DE LETRAS

Francisco Aurelio Ribeiro (Presidente)
Ester Abreu Vieira de Oliveira (1º Vice-Presidente)
Matusalém Dias de Moura (1º Secretário)
Anaximandro Oliveira S. Amorim (1º Tesoureiro)

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - PREFEITURA DE VITÓRIA

Luciano Resende (Prefeito Municipal)
Sérgio Sá Freitas (Vice-Prefeito)
Francisco Amálio Grijó (Secretário Municipal de Cultura)
Leliane Krohling Vieira (Subsecretária)
Elizete Caser Rocha (Coordenadora da Biblioteca Municipal Adolpho Poli Monjardim)

LUIZ SERAFIM DERENZI
(Do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo)

BIOGRAFIA DE UMA ILHA

SEMC

Vitória (ES)
Prefeitura Municipal de Vitória
Secretaria de Cultura
2019

Copyright © Prefeitura Municipal de Vitória, 2019

CONSELHO EDITORIAL

ADILSON VILAÇA • ESTER ABREU VIEIRA DE OLIVEIRA • FRANCISCO AURELIO RIBEIRO
ELIZETE TEREZINHA CASER ROCHA • GETÚLIO MARCOS PEREIRA NEVES

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO: FERNANDO ACHIAMÉ
EDITORAÇÃO: DOUGLAS RAMALHO
IMPRESSÃO: GRÁFICA E EDITORA FORMAR
FOTO CAPA: MARCELO CARVALHO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim (Vitória/ES)

D431b Luiz Serafim Derenzi
Biografia de uma ilha/ Luiz Serafim Derenzi. - 3. ed. - Vitória, ES :
Secretaria Municipal de Cultura, 2019.
226 p. ; 21 cm.-- (Coleção José Costa, 29).

ISBN: 9788595861091

Publicação em convênio com a Academia Espírito-Santense de Letras.

1. História - Vitória (ES). I. Vitória (ES). Secretaria Municipal de Cultura.
II. Vitória (ES). Academia Espírito- Santense de Letras. III. Título. IV. Série.

CDD 981.52

Distribuição Gratuita. Venda Proibida.
Biblioteca Municipal de Vitória "Adelpho Poli Monjardim"
bmvitória@correio1.vitoria.es.gov.br
55 27 3381.6926



Luiz Serafim Derenzi

SUMÁRIO

Prefácio à terceira edição.....	9
Prefácio à segunda edição.....	15
Prefácio do autor.....	17
I - A ILHA.....	19
II - FUNDAMENTO HISTÓRICO.....	21
III - VASCO FERNANDES COUTINHO.....	23
IV - DUARTE DE LEMOS.....	33
V - VIAGENS E ILUSÕES.....	36
VI - A VILA DE VITÓRIA SURGE.....	39
VII - EPIDEMIAS E AMEAÇAS.....	48
VIII - UM SANTO E UM SANTUÁRIO.....	50
IX - BELCHIOR DE AZEREDO E ARARIBÓIA.....	55
X - VASCO FERNANDES COUTINHO FILHO E D. LUÍSA GRIMALDI.....	57
XI - O QUE FIZERAM OS NÁUFRAGOS JESUÍTAS.....	59
XII - INDÍGENAS, ALDEAMENTOS E COOPERAÇÃO.....	64
XIII - A MISERICÓRDIA.....	67
XIV - ANCHIETA.....	69
XV - “PER UNA SELVA OSCURA...”.....	72
XVI - MEIO SÉCULO DE CONFUSÃO.....	78
XVII - O SÉCULO XVIII.....	83
XVIII - ACONTECIMENTOS E CURIOSIDADES DO SÉCULO.....	87
XIX - VITÓRIA SETECENTISTA.....	92
XX - EXPULSÃO DOS JESUÍTAS.....	103
XXI - O SÉCULO XIX E A FRONTEIRA COM MINAS GERAIS.....	112
XXII - A JUNTA PROVISÓRIA DO GOVERNO.....	126
XXIII - PRESIDENTES DE PROVÍNCIA.....	131
XXIV - A INSURREIÇÃO DO QUEIMADO.....	143
XXV - VISITA OFICIAL.....	148
XXVI - ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA.....	151
XXVII - A REPÚBLICA.....	153
XXVIII - MUNIZ FREIRE NA PRESIDÊNCIA DO ESTADO.....	160

XXIX - “SURGE AO LONGE A ESTRELA PROMETIDA”.....	164
XXX - QUARTO MINGUANTE.....	187
XXXI - PICARETAS VIGOROSAS.....	196
XXXII - FIM DE UM REGIME.....	209
XXXIII - A REVOLUÇÃO.....	217
XXXIV - CONCLUSÃO.....	220
PREFEITOS DE VITÓRIA.....	222
BIBLIOGRAFIA.....	224

Prefácio à terceira edição

Fernando Achiamé

Chega em boa hora esta nova edição de *Biografia de uma ilha* do capixaba da gema Luiz Serafim Derenzi, já que as duas edições anteriores, de 1965 e de 1995, se encontram há muito esgotadas. Obra fundamental para se conhecer o passado de Vitória, continua bastante consultada e referenciada por pesquisadores e estudiosos de diversos graus – desde jovens do ensino médio até pós-doutores. Em seu esclarecedor prefácio que vai adiante, Renato Pacheco já forneceu informações e análises básicas sobre a vida e a obra do Autor; não caberia aqui repeti-las, nem ampliá-las. Convém, no entanto, fazer rápidas considerações sobre a presente edição.

As páginas de *Biografia de uma ilha* publicada em 1965 foram escaneadas e as imagens convertidas em texto, trabalho desenvolvido por Marta Gonçalves Achiamé, a quem muito agradeço por essa tarefa inicial. Atualizei a ortografia e, na maior parte dos casos, respeitei a pontuação, somente eliminando muitas vírgulas consideradas supérfluas. Pequenos e evidentes erros tipográficos ou de redação (a falta de um “e” conectivo, por exemplo) foram corrigidos sem se consignar tal procedimento. Muitos termos colocados entre aspas – como nomes próprios, inclusive de firmas comerciais, e expressões populares ou informais – perderam esse sinal gráfico.

As poucas notas originais assinaladas com um asterisco receberam numeração e foram inseridas com as demais na sequência em que apareceram. Palavras ou observações que acrescentei ao texto principal e às notas estão dentro de colchetes. Acompanhei muitas das soluções adotadas na revisão da segunda edição realizada por Reinaldo Santos Neves. Em diversas passagens, ele corrigiu evidente equívoco ao acertar o nome de um inexistente “padre Brás Afonso” para padre Brás Lourenço. Também alterou o sobrenome de Belchior de Azevedo para Azeredo.

Por engano na composição ou na impressão tipográfica, em alguns exemplares da segunda edição, da qual foi reproduzida a foto do Autor, repetiu-se a página 20 em lugar da subsequente. E à página 97 daquela edição não constam nem o título do capítulo XXI nem as suas três primeiras

notas. Nela também deixaram de ser reproduzidas duas das quatro gravuras elaboradas por Derenzi: as que retratam a “Capela Santa Luzia 1537” e o “Palácio do Governo 1573 1910”. Por outro lado, a publicação de 1995 foi enriquecida nas últimas páginas com muitas fotos de época que corroboram e mesmo complementam as descrições constantes no texto, o que desta vez não foi possível realizar.

Luiz Serafim Derenzi demonstra em todo esse seu relato muita autenticidade. Assume um lado, se expõe, não tem medo de interpretar, mesmo fazendo-o com cautela. Não esconde sua simpatia, senão mesmo veneração, pela obra que os jesuítas empreenderam durante alguns séculos na capitania do Espírito Santo. Sentimento advindo certamente da sua passagem pelos bancos do famoso Colégio Anchieta de Friburgo, dirigido por padres da Companhia de Jesus. Também não disfarça sua extrema admiração pelo governo de Jerônimo Monteiro e pela figura do político cachoeirense, mas nesse particular as causas provêm da origem familiar: seu pai, Serafim Derenzi, fora empreiteiro de diversas obras na administração jeronimista. Também ressalta com justiça os feitos limitados do governo de Nestor Gomes, no qual trabalhou por algum tempo já engenheiro formado. E exalta, com mais justiça ainda, a administração de Florentino Avidos, com a qual pôde contribuir em melhorias urbanísticas e no embelezamento da capital capixaba.

Também não esconde seu conhecimento sobre locais na cidade em que eram praticados jogos de azar; com certeza devido à sua habitual intimidade com eles, segundo me relatou Renato Pacheco em conversa informal. E explicita sem rodeios a maneira de pensar vigente na época em que viveu. Por exemplo: refere-se aos índios como “preguiçosos”, o que não seria admissível nos dias de hoje. São sobrevivências da mentalidade vigente no sistema escravagista: os africanos seriam muito melhores para o trabalho escravo que os nossos índios. Ideias veiculadas e repetidas pelos traficantes e outros interessados no comércio interatlântico de carne humana para valorizarem sua “mercadoria”, justificarem os preços que por ela cobravam, e acumularem seus altos lucros na circulação mercantilista. Infelizmente, ecos daquela mentalidade ainda são encontradiços em nossos dias...

Mas Derenzi também sabia criticar, mesmo as pessoas que admirava bastante. Como é o caso do próprio Jerônimo Monteiro. Não o perdoou, nem a seu irmão D. Fernando, então bispo do Espírito Santo, por terem destruído a antiga igreja de Santiago para ampliar as instalações do palácio do governo.

Chegou a se preocupar com minúcias e detalhes onde, segundo dizem, mora Deus ou o diabo. Como bom filho de italianos, tinha conhecimento

que os imigrantes dessa nacionalidade e seus descendentes pronunciavam “Anquieta” o nome do agora São José de Anchieta e recomendou: “Deve-se pronunciar Anxieta” na nota 1 do capítulo VIII. Tive oportunidade de ouvir do falecido amigo Ivan Borgo, ele também descendente de italianos, referência a essa particularidade dos “oriundi” ao falarem o nome do Apóstolo do Novo Mundo.

O Autor detinha grande saber sobre a história brasileira e fez certas correlações do que se passava no país com o sucedido no estado capixaba. E mais: revelou certos costumes desaparecidos da cidade, determinadas informações que circulavam de boca em boca sobre conjunturas políticas. Se não fosse ele fixar neste livro tais particularidades vitorienenses, elas possivelmente teriam se perdido para sempre. Assim, a cidade não está nesta obra em forma de desenho, de maquete, de simples esboço estático, de linguagem vazia. Derenzi nos devolve novamente viva a Vitória antiga, como que em verdadeiro funcionamento, partilhando conosco seus barulhos do porto e suas brigas, seus cheiros de café ou de podridão, seus prédios novos ou arruinados e sua gente miscigenada, devota, sofrida, pobre ou rica.

Constata-se também nesta obra o persistente costume da historiografia capixaba, pelo menos aquela produzida até os anos 1970, em tratar de forma mais extensa e minuciosa o período colonial, reservando páginas mais breves para o estudo do Espírito Santo no Império e na República. Não vale considerar que a capitania teve vida mais extensa do que a província e o estado capixabas, pois nesses dois últimos períodos nossa história se acelerou bastante, produzindo maiores surtos econômicos, processos sociais e conjunturas políticas. Talvez essa circunstância possa ser atribuída à excessiva prudência dos historiadores amadores e seu cuidado para se distanciarem em demasia dos acontecimentos contemporâneos... De qualquer modo, é de se lamentar que o proveitoso relato de Derenzi se encerre praticamente no começo da década de 1940.

Pensar sua cidade natal no decorrer dos séculos foi o empreendimento que o Autor se propôs, e o fez de um ponto de vista privilegiado. Por três razões: a primeira, e talvez a mais importante, porque o realizou por meio do sentimento amoroso, mas sem fazer concessões ao pieguismo fácil ou derramado. A razão seguinte, já assinalada por Renato Pacheco, reside no amplo conhecimento que detinha sobre Vitória ao registrar passagens por ele vividas e preciosas informações colhidas diretamente de pessoas do seu círculo de parentesco ou amizade. E por isso os dados a partir do final do século XIX lançados nesta Biografia são de primeira mão, fonte primária para servir de modo indefinido a estudos posteriores, naturalmente depois de passarem pela devida crítica historiográfica. A outra razão que distingue

esta obra tem seu fundamento na erudição de Derenzi – engenheiro de sólida formação humanista e detentor de exuberante cultura geral. Além disso, estava atualizado com os progressos realizados tanto pela engenharia e pelo urbanismo (tema que confessou ser do seu interesse especial) quanto pela arquitetura da época em que viveu. Questões estéticas ligadas à arte de edificar edifícios e urbes estavam sempre presentes no seu olhar sobre a capital capixaba.

Ele também entremeia descrições e relatos memorialísticos com considerações de ordem ideológica, moral ou filosófica extraídas da sabedoria popular, de experiências de vida ou do bom senso sobre temas os mais variados: da política à filosofia, passando pelas crenças populares. Com sabedoria, procura fazer de modo equilibrado suas críticas e restrições a esse ou aquele governante ou profissional para evitar melindres numa terra ainda muito provinciana em que as relações familiares e de amizade se entrelaçam de forma estreita. Acresce que o seu texto sobre a história vitorienense foi redigido num estilo apurado e que cativa o leitor.

Sempre ficaremos devendo a Luiz Serafim Derenzi as considerações judiciosas sobre a pequena Vila do Açúcar, que dormitou nessa condição por cerca de 300 anos. E a ele ficaremos especialmente credores pela reconstituição da vida na pujante Cidade do Café e da Madeira que ele tão bem conheceu e vivenciou. Deve ter vislumbrado a atual Metrópole Industrial, pois tinha plena consciência dos ciclos de existência e das transformações sofridas pelas cidades. E sabia que sua querida Vitória não escaparia dessas mudanças históricas. Como ele analisaria a cidade que não chegou a ver? A Vitória em rápidas e surpreendentes modificações, para melhor e para pior. De negativo: as ocupações desordenadas de morros e mangues, como ocorreu em Itararé e na Grande São Pedro, urbanizadas aos trancos e barrancos, quando o são; o rápido e assombroso esvaziamento do Centro Histórico da cidade; a expansão da capital para a região norte e os novos bairros como Jardim Camburi com suas ruas e calçadas estreitas; a verticalização descontrolada da outrora nobre Praia do Canto e de seus arredores; as sempre adiadas melhorias reais no transporte público; o abandono ou mau uso de importantes edificações como o Centro Cultural Carmélia Maria de Souza... De positivo: a ampliação da coleta e tratamento de esgoto; a criação do Centro Cultural Sesc Glória; a restauração do Palácio Anchieta e da catedral; a renovação do Museu Solar Monjardim; o novo aeroporto finalmente concluído; a implantação de parques urbanos; a multiplicação das ciclovias... Em tudo a explosão demográfica e a mudança de hábitos (cinemas somente nos shoppings...) numa Grande Vitória que ele não conheceu.

Ainda bem que não viveu para presenciar certas coisas. O que diria Derenzi se visse agora em frente à praça dos Namorados o obelisco desprovido de seu acabamento superior e de suas decorações em bronze, monumento que em 1935 “comemorou o quarto centenário do povoamento do solo espírito-santense” e cuja existência ele destaca no texto? Falar sobre isso seria dar valor ao corriqueiro, perder-se em mera trivialidade? Das referidas no verso de Virgílio: “Mas enquanto isso ele foge: o tempo foge de modo irrecuperável, enquanto nós nos perdemos correndo atrás de trivialidades.” Versos dos quais se extraiu a famosa expressão “tempus fugit”? Não creio. Tudo foge no tempo, o trivial e o essencial. O que para um leitor ou pesquisador é comum e vulgar para outro pode se revelar o mais básico e importante.

O caráter inspirador desta obra permanece e continuará pelos tempos afora. Geradora de muitas outras memórias e estudos sobre a capital capixaba, ela conservará para sempre o perfume do pioneirismo.

Graças ao empenho do presidente da Academia Espírito-santense de Letras, professor Francisco Aurelio Ribeiro, aliado ao apoio do escritor Francisco Grijó, Secretário de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória, temos em mãos nova edição desta bela obra. Sua tiragem impressa é limitada, mas espera-se que em breve o site daquela Academia esteja no ar e que a Biografia de uma ilha do ilustre vitoriense Luiz Serafim Derenzi fique acessível a muitos leitores e pesquisadores. De modo a continuar e ampliar sua trajetória luminosa de bem servir à historiografia capixaba.

Prefácio à segunda edição

Renato Pacheco

Ao apresentar a obra *Vitória, trajetória de uma cidade*, de Carol Abreu et alii, Vitória, 1993, tive ocasião de escrever: “É o primeiro estudo amplo sobre Vitória, desde que, em 1965, pela Editora Pongetti, do Rio, o engenheiro e historiador Luiz Serafim Derenzi lançou *Biografia de uma ilha*. Durante quase trinta anos o livro de Derenzi, pesquisa histórica e reminiscências de elevado valor, ficou sendo a única fonte completa sobre nossas raízes.”

Mantenho o que disse e, mais uma vez, ressalto o grande valor de Luiz Derenzi para nossa historiografia.

O historiador nascera em Vitória, em 20 de março de 1898, e veio a falecer no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1977. Fez os estudos primários com o famoso professor Amâncio Pereira, os secundários no não menos famoso Colégio Anchieta, de Friburgo. Engenheiro pela Escola Nacional de Engenharia. Ainda estudante foi topógrafo e astrônomo da Comissão da Carta Geográfica do Estado do Rio (1919-1921) trabalhando ao lado do escritor Gustavo Corção. Recém-formado, ocupou o cargo de diretor de Viação e Obras de nossa Secretaria de Agricultura, Viação, Terras e Obras (1922-1924). Mais tarde foi diretor de Obras da Prefeitura Municipal de Vitória (1932-1934) e diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (1953-1955). Anteriormente chefiara a construção do Parque Nacional de Foz do Iguaçu (1939-1944) e construíra trechos ferroviários no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi também professor e industrial.

Suas principais obras são:

- *Impressões sobre arte*, Vitória, 1954.
- *Biografia de uma ilha*, Rio, 1965.
- *História do Palácio Anchieta*, Vitória, 1971.
- *Os italianos no Estado do Espírito Santo*, Rio, 1974.

Sua família, em gesto de raro desprendimento e amor à terra, doou sua biblioteca histórica ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, onde ocupa uma estante especial.

Luiz Derenzi foi também membro da Academia Espírito-santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, além de comendador da Ordem da Solidariedade da República Italiana.

Suas obras foram pacientemente construídas, e só quase ao fim de uma longa e benemérita vida conseguiu divulgá-las.

Esta *Biografia de uma ilha* foi lançada, no Rio, a expensas do Autor, quando já contava ele 67 anos de idade, e seu último trabalho, sobre os italianos em nossa terra, com inúmeras revelações inéditas, só viu a luz quando Derenzi estava na propecta idade de 76 anos, laureado por diversas instituições culturais.

A biografia de nossa capital foi construída, à moda das catedrais medievais, pacientemente e ao longo de muitos anos. Uma boa parte da obra estava escrita anteriormente a 1950, principalmente o estudo sobre o período colonial, para o qual, em seus lazeres no Rio de Janeiro, recebeu segura orientação de um de nossos maiores historiadores, Dr. Mário Aristides Freire, ao qual se devem, também, preciosos subsídios para que José Teixeira de Oliveira escrevesse sua monumental história narrativa. Derenzi, em visita a “sebos” da então Capital Federal adquiriu preciosas obras antigas sobre nossa história. Estudou-as. Delas retirou o cerne. E daí construiu seu texto. Porém, onde o livro é excepcional, sendo indispensável à compreensão de nossa evolução urbana, é naquilo que o Autor vivenciou como diretor de Obras, não só do Estado, como da Prefeitura. São memórias, mas dentro do mais puro rigor histórico, conquanto fruto de conhecimento de primeira mão, de um observador e ator que trabalhava para o crescimento ordenado de sua cidade natal, verificando, no dia a dia, o trabalho das “picaretas para o progresso”.

A propósito, e para demonstrar o carinho de Derenzi com as coisas vitorrienses, contou-me ele que, como diretor de Obras, supervisionou o plantio de dezenas de castanheiras (Carlos Drummond de Andrade e os cariocas as chamariam de amendoeiras) à beira-mar, ao longo da Praia do Canto. Faziam-se grandes buracos na areia que eram preenchidos com adubo orgânico. Depois é que, ao centro, as mudinhas eram colocadas e lá estão elas, belíssimas 70 anos após, embora, com o aterro, não possam jogar mais suas folhas na água.

Homem encantador, com toda a “verve” de um mediterrâneo, autêntico relações públicas antes do tempo, Luiz Derenzi deixou-nos uma grande obra, que honra a historiografia capixaba.

A reedição de *Biografia de uma ilha*, obra rara e prestante, deverá ser, assim, saudada pelos especialistas e professores locais como uma das tais lacunas que se preenchem, podendo fazer renascer em nossas escolas a chama dos estudos de nossa terra, o amor a nossa pequenina ilha, nos seus mais de 400 anos de vida!

Prefácio do autor

Os problemas urbanos sempre me seduziram. Dedico-lhes, desde minha formação acadêmica, grande parte das horas de lazer. São complexos e transcendentais porque as incógnitas gravitam em campos heterogêneos: na engenharia, na arquitetura, na higiene e no cipoal emaranhado das novas ciências socioeconômicas, cujas leis dinâmicas ainda não se fixaram em definitivo.

É bastante considerarmos a cidade como oficina humana a forjar sua civilização e o problema assoma em toda sua magnitude. Civilização é a unidade com a qual se avalia a potência moral de um povo. Protágoras sentenciou que “o homem é a medida de todas as coisas”. Assim, uma civilização se mede pelos seus homens, pelo grau de seus conhecimentos, pela conquista da natureza bruta em benefício da sociedade de que participa. Clive Bell define civilização como “autoconsciência”. Civilização é conquista diária, que se soma ao patrimônio moral. Nasce quando o homem se reúne em vida comunitária. Esta gera a cidade e a cidade segue-lhe a evolução, como base física, alicerçada nas suas condições geográficas. É por isso que as cidades têm sua biologia: nascem, crescem, adoecem, tornam-se adultas e percorrem o ciclo natural do Estado, podendo até morrer, como morreram inúmeras urbes famosas, cujas “causas mortis” nem sempre a história analisou. Mas um fato é incontestável: as cidades morrem por falta de suporte geográfico. Ao se pretender o estudo de expansão de uma cidade, deve-se logicamente principiar pela sua biografia. Em a conhecendo através dos tempos, poder-se-á determinar os primeiros elementos para fazê-la crescer no contínuo harmonioso, em benefício da comunidade, cujo resultado é a integração do homem no meio físico, base da felicidade material na transitória vida terrena.

No determinismo geográfico de sua posição, portanto, a cidade assenta seus alicerces básicos. A observância deste postulado constituirá a fonte econômica para engrandecimento comum e, conseqüentemente, conquista de amplo e seguro ideal. É o horizonte quadrangular aberto à especulação do homem. É o campo de trabalho sistemático a desdobrar-se no espaço-tempo.

Atento deve estar o poder público, tarefa pouco exercida até hoje, a joeirar os primeiros instintos e disciplinar a volúpia ilógica da conquista. Cidade indisciplinada é tragédia quotidiana a castigar o povo.

Não vim expor problemas urbanos de Vitória. Venho, apenas, em curto fôlego, contar o que me foi permitido aprender de sua história tormentosa às vezes, pitoresca nos “intermezzos” entre guerras, misérias, pestes e dias de gala.

Ei-la:

I

A ILHA

Situa-se a ilha de Vitória na latitude sul de vinte graus e dezenove minutos e quarenta graus e dezenove minutos de longitude oeste do meridiano de Greenwich. Está praticamente a um terço de distância da fronteira sul e a dois terços da do norte do Estado do Espírito Santo. É uma posição privilegiada para superintender, como capital e porto, os destinos políticos e econômicos do estado de que é capital. Sua formação eruptível empresta-lhe o aspecto de cadeia de montanhas graníticas, interrompidas por fossas ocupadas pelo mar ou pequenos cursos de água de declives pronunciados. O perímetro apresenta-se como o de um triângulo de lados curvilíneos, cuja base se orienta, na direção leste-oeste, sobre o estuário do Santa Maria, que lhe serve de porto. É o principal elemento de um arquipélago, cujas ilhas em maioria foram continentalizadas.

Os detritos do Santa Maria e do Jucu, as restingas e os areais respondem por este metamorfismo da era quaternária.

Restam, como testemunhos desse fastígio geológico, as ilhas que povoam o canal, formando, na sinuosidade caprichosa de seus contornos, uma das paisagens marinhas mais belas da costa americana.

Alberto Ribeiro Lamego diz que “poucos trechos litorâneos brasileiros se apresentam com aspectos tão interessantes, quer para o geólogo como para o geógrafo, como o dos arredores da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Para o geógrafo, não menos importante é esta faixa costeira de relevos tão variável, na qual uma baía centraliza terraços e planícies excepcionalmente indicados para grande concentração humana. Vitória é um porto natural acessível a navios de grande calado, cuja importância nos aparece agora como via de escoamento para nossos minérios de ferro. E, naquelas planícies a seu redor, há lugar para densa população futura, podendo as indústrias desenvolver-se com intercâmbio facilitado pelas condições portuárias naturais”¹

DÚVIDAS

O mui ilustre barão do Rio Branco, nas *Efemérides Brasileiras*, anota no dia 13 de dezembro de 1501, data consagrada à padroeira dos olhos, que “André Gon-

1 “A Faixa Costeira de Vitória”. *Boletim 128* – Ministério da Agricultura. Leia-se Vitória Física, de Adelpho Monjardim.

çalves e Américo Vespucci descubrem a baía, a que deram o nome de Santa Luzia e onde, em 1535, Vasco Fernandes Coutinho fundou a vila do Espírito Santo”.

O padre Raphael Maria Galanti S.J., meu saudoso professor, no tomo I do seu *Compêndio de História do Brasil*, referindo-se à armada em questão, diz que “não se sabe ao certo quem foi seu comandante”. A maioria dos cronistas afirma com pouca exatidão que fora Gonçalves Coelho, e outros, Cristóvão Jacques. Varnhagen cita Nuno Manuel; parece, todavia, mais provável ter sido André Gonçalves, o qual tivera ocasião de conhecer parte da costa na viagem que acabava de fazer, levando a fausta nova do descobrimento.

Aires do Casal prefere dar essa missão a Gaspar de Lemos e confirma ter sido Gonçalves Coelho o encarregado do primeiro reconhecimento. Nessa frota, continua escrevendo o jesuíta, “a única que D. Manuel mandou pelo fim já mencionado, veio a primeira vez ao Brasil o célebre navegante florentino Américo Vespucci”. Essa expedição batizou no dia 13 de dezembro o rio de Santa Luzia, “talvez o rio Doce”, diz o jesuíta historiógrafo. Tanto o padre, embora mais cauteloso, como o prudente e erudito consolidador de nossas fronteiras, não documentam a marcação do acidente geográfico, assinalado no dia 13 de dezembro, de modo a nos convencer que se trata da baía de Vitória e não foz do rio Doce. O advérbio de dúvida, usado pelo jesuíta, denota prudência justificável. O assinalado rio, no diário de navegação, dessa primeira armada, cujo comando, atribuída a Américo Vespucci, tanta celeuma levanta entre os historiadores da Torre do Tombo, está situado na “ladeza”, latitude, de 19°, figurando ao lado do monte Pascoal, no mapa de 1507, publicado por Waldseemüller. Esse mapa famoso foi elaborado pelas informações do jatancioso florentino. Ora, o rio próximo ao monte Pascoal naquele documento é o rio Pardo, cuja latitude demora no paralelo 16 e 30 minutos, na antiga capitania de Porto Seguro. Levando-se em conta a imperfeição dos astrolábios, a diferença de latitude não é apreciável, pois a de Regência Augusta² é de 19° e 35’ e a de Vitória é 20° e 19’. O chocante está, justamente, na aproximação do rio com o monte famoso. A costa espírito-santense deve ter sido reconhecida por Cristóvão Jaques, opinião esposada também por Carlos Xavier Paes Barreto em *Feriados do Brasil*. Mário Freire também diz: “Códice algum, ao que sabemos, permite afirmar, com segurança, quem primeiro contemplou a costa do atual Estado do Espírito Santo”³.

O que se pode afirmar é que, em 1532, todo o litoral brasileiro estava explorado.

2 A foz do rio Doce chama-se Regência Augusta desde o começo do século passado em homenagem ao governo de D. João VI, antes de ascender ao trono.

3 Mário Freire – *A Capitania do Espírito Santo*.

II FUNDAMENTO HISTÓRICO

A implantação da cidade de Vitória, na ilha que lhe dá o nome, reside numa série de peripécias controvertidas. A principal se funda na pertinácia do aborígene em repelir do continente os portugueses colonizadores.

Oferecendo melhores condições de segurança, possuindo fontes de água potável, o que se não dava nos areais de Piratininga, a escolha não podia ser outra.

Abandonada havia pelas tribos litorâneas,¹ protegida pela soberba configuração topográfica, os povoadores lusitanos nela se refugiaram cansados de lutas exaustivas e perigosas.

Vitória não tem fé de ofício. Não foi legalmente batizada. Precisa de uma justificativa em juízo. É o que tentamos fazer, baseando-nos em pouquíssimos documentos hábeis. Felizmente sua origem não se perde em noites pré-históricas. Seus heróis, simples e humanos, em nada se parecem com os semideuses lúbricos e façanhudos das civilizações d'além-mar.

Em 23 de maio de 1535, domingo depois de Pentecostes,² Vasco Fernandes Coutinho, com sessenta colonos, aportava nas cercanias do monte Moreno³.

O desembarque se fez no continente, pelo lado sul da baía, no trecho entre o Moreno e Piratininga.⁴ Ordenou o donatário que cada um construísse sua morada. Foi o primeiro núcleo europeu nas terras do Espírito Santo, nome dado à posse em louvor à festividade religiosa que acabavam de celebrar.

1 Que a ilha tenha sido habitada por índios não há dúvida. Os machados de pedra e os sambaquis são testemunhos positivos. No Solar dos Monjardim, a Coleção Olinto Aguirre oferece exemplares interessantes.

2 O padre Raphael Maria Galanti S.J. afirma que o domingo de Pentecostes, em 1535, foi a 16 de maio, retificando assim o padre Simão de Vasconcelos.

3 Jaboatão, Basílio Daemon, Rubim etc., todos são unânimes em que o desembarque se fez ao pé do monte, que hoje se chama Penha.

4 A praia onde se deu o desembarque, “ao som da artilharia com que fizeram afastar das ribeiras marítimas o gentio possuidor”, no relato de Jaboatão, chamava-se, como ainda se chama, Piratininga. Está ocupada pelo quartel do 3º B. C. [atual 38º Batalhão de Infantaria].

Desses casebres se originaria a vila do Espírito Santo, que a tradição se habituou a apelidar de Vila Velha. Era a sede do governo, que se fundava sem formalidades, sem liturgia nem aparato.

Vasco Coutinho representava a mais modesta empresa das que vieram às terras de Santa Cruz. Não podia cogitar de construir metrópole. No ariscado da aventura só a exploração das terras preocuparia os exilados do reino. Vinham trabalhar e dentro do coração avivavam a esperança de se enriquecerem no achado de minas fabulosas.

Os seduzidos da vida cômoda se ficavam em Lisboa, turbulenta e engrandecida pelo comércio das especiarias. Ninguém em boa-fé emigraria para se fazer rendeiro num mundo novo e selvagem. A sorte era bem diversa e Vasco Fernandes Coutinho pressentiu nitidamente o panorama singular de que se fazia protagonista. Com a mesma coragem e cavalheirismo com que combateu na Ásia e na África, atirou-se à luta contra os elementos. As honras conquistadas nas Índias nobilitaram-no para glória maior.⁵ Foi vencido, é verdade, porque teve como inimigo, não um exército, mas a própria natureza complexa nas suas mutações cósmicas. Não fora talhado para desbravador. Os quirólogos diriam que lhe faltava a bossa saturnina, seu destino polarizava-se no campo de Marte.

5 “Sem ter demonstrado qualidades de administrador e apenas valentia”. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III – Cap. IV.

III

VASCO FERNANDES COUTINHO

Entre os agraciados por D. João III, na distribuição de capitânias, o nosso donatário é, sem dúvida, um dos tipos mais interessantes. De fortuna mediana, fidalgo da casa real, sem fazer parte da corte como Martim Afonso de Souza, Pero de Góis, João de Barros, Aires da Cunha e Duarte Coelho, deveria gozar de prestígio apreciável na sua quinta de Alenquer. Porque, mesmo distante das intrigas palacianas, na sua vida tranquila de herói em repouso, mereceu ser lembrado na partilha do Brasil. Surpreendido com a donataria, não se perdeu em prudência e temores. Obteve com o monarca a nau *Glória*, com munições e mantimentos, em troca da tença de 30.000¹ reais. Vendeu a quinta, reuniu sessenta colonos, entre eles dois nobres degredados, D. Jorge de Menezes² e D. Simão Castelo Branco, e enfunou as velas.

Aventura de doido para um homem já encanecido. Renúncia voluntária ou sacrifício estoico. Carlos Malheiro Dias assim se refere: “Vasco Fernandes Coutinho confiara demais no seu prestígio e nos seus dotes militares. Mas o Brasil não era as Índias. O imprudente otimismo de que deu provas parece demonstrar que não estava compenetrado dos riscos e das dificuldades do empreendimento a que se atrevera.” Era um arrojado cavaleiro medieval, daqueles que se dispunham à luta sem medir os inimigos. Na frase do magnífico pesquisador da Torre do Tombo “ele é, sem dúvida, uma das mais interessantes figuras da dramática história do feudalismo brasileiro”.

Quem poderá reconstruir, com fidelidade, as cenas dos primeiros dias dos nossos colonizadores? Quem descreverá a angústia de Coutinho, magnânimo e cavaleiro, naquele complexo de descontentamento e desânimo, de intrigas e maledicências, permeadas de investidas dos botocudos traiço-

1 “...e trocou ainda, em virtude do alvará de 27 de junho de 1534, uma tença de 30.000 reais mensais por um navio e munição para a expedição do Brasil”. *História da Colonização Portuguesa do Brasil* – Vol. III. Essa tença vitalícia equivaleria hoje a cem mil cruzeiros por mês pouco mais ou menos, embora difícil de ser calculada.

2 D. Jorge de Menezes, filho bastardo de D. Rodrigo de Menezes, foi degredado para o Brasil por matar a Gaspar Pereira, capitão da fortaleza de Molucas. Idem, idem. Castelo Branco não figura na nobiliarquia lusitana dessa época.

eiros e dos goitacás invencíveis? A espada vencedora de Malaca, a coragem indômita que o armou cavaleiro para combater elefantes, amenizaram-se ao clima do Penedo³ secular e carrancudo.

Vasco Coutinho não foi o amolecido degenerado das crônicas mal avisadas, nem tão pouco um mistificador, que tramava contra a Coroa. Pretendeu criar uma civilização baseada no princípio da igualdade. Nos moldes com que foi agraciado por D. João III, premiava seus companheiros por antecipação. Erro psicológico daqueles que se afoitam em agradecer a ajuda antes de findar de todo a tormenta. Boa fé medieval, que se perpetuou no povo capixaba.

Quem era esse cavaleiro, “já entrado em idade”, que se arriscara a abandonar sua quinta alentejana, depois de enriquecido, coberto de glórias e honrarias, invejado de seus amigos e vizinhos? O que o seduziria num continente distante, cujos perigos escapavam à previsão humana?

A costa sobre a qual devia contar suas cinquenta léguas, que “entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme adentro tanto quanto puderam entrar e for de minha conquista”⁴ nem ao menos fora descrita pelas esquadras de reconhecimento, aprestadas por D. Manuel. O litoral, marcado com os acidentes geográficos, só pôde fornecer os pontos extremos para delimitar o começo e fim da capitania. Vasco Fernandes Coutinho aceitou no escuro verdadeiro presente de grego. Tinha merecimentos e muitos para ser agraciado. É o próprio monarca que o afirma na carta de doação: “esguardando eu os muitos serviços que Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo de minha casa e de El-Rei, meu senhor e pai, que a Santa Glória haja, e a mim tem feito, assim nestes reinos como em África e nas partes da Índia, onde serviu em muitas cousas que nas ditas partes fizeram, nas quais deu sempre de si boa conta...”. Legítimo atestado de idoneidade moral e de eficiência lhe passa D. João III na famosa carta régia.

Foi o desejo de servir ao amo e a vaidade de juntar mais um troféu, que teriam levado o ex-alcaide de Ormuz a enfrentar tão difícil empresa? É certo que ele não a solicitara, nem ninguém por ele. Aceitando a capitania, como prêmio aos serviços prestados, dispôs-se a povoá-la por amor aos seus brios militares.

Desacautelado e de pouca temperança, como atestam os cronistas coevos, transformou-se de herói de batalhas em pioneiro e mártir do povoamento espírito-santense. Tudo sacrificou: cabedais, que não eram poucos, honra, família e lazeres merecidos, num cometimento cujo resultado era por

3 O Penedo foi chamado pelos portulanos de Pão de Açúcar.

4 Da carta de doação da capitania. (Mário Freire).

demais duvidoso. Mas quem se habituou, desde moço, aos azares da guerra, movido pela volúpia do perigo e pela angústia da aventura, não se acomoda à vida estática dos campos. Os frutos da terra são dádivas da natureza, que obedecem às leis do clima e das estações. O guerreiro, mesmo quando cansado, guarda no subconsciente uma centelha capaz de reanimar-se ao sopro de uma proeza em perspectiva. Um trato de terra, do tamanho de um reino, povoado de infieis, com prerrogativas de príncipe feudatário, embriagaria o mais austero cidadão castigado pelos anos e enobrecido pela prudência.

A capitania, perdida nos confins do oceano ocidental, se valia como prêmio, mais o seduzia por exigir-lhe sacrifício dignificante: propagar a fé e obedecer ao impulso irresistível de seu temperamento. Linhagem não lhe faltava, muito menos disposição para servir ao reino. Não é só o monarca que o afirma “esguardando” a chancelaria. O padre Vasconcelos, nas suas *Crônicas*, escreve “fidalgo de igual valor e nobreza dos mais ilustres e antigos solares de Portugal”.

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, em *Orbe seráfico*, não foi muito feliz, quando admite que Vasco Fernandes Coutinho tenha “servido na guerra desde 1521 até provavelmente 1532, quando voltou ao reino”. As batalhas em que Vasco Fernandes Coutinho pelejou, sob o comando de Afonso de Albuquerque, feriram-se antes de 1515, pois a 16 de dezembro daquele ano morria o grande soldado lusitano, conquistador do Oriente, nas águas de Goa, a bordo da caravela, que o reconduzia para a pátria. Um traumatismo por certo o vitimou, quando fora substituído por Lopo Soares de Albergaria, seu inimigo pessoal, que o vencera nas graças junto a D. Manuel, o Venturoso em desfrutar o apogeu do reino, e forte na ingratidão com que esquecia os feitos de muitos dos seus validos destemerosos.

Gaspar Corrêa, em *Lendas da Índia*, página 175, referindo-se a Vasco Coutinho, classifica-o, em 1510, de “homem bem mancebo”. Levantava um mouro do cavalo com a ponta da lança, atirava-o ao chão e montava o infiel, descreve Elaine Sanceau.⁵ Foi em 1511, na tomada da Moluca, que Vasco Fernandes enfrentou uma carga de elefantes com as trombas esgrimindo espadas. Para se refazer, saiu a comandar, a mando de Albuquerque, um navio de guarda no estreito de Malaca. Em 1514 está de novo nas Índias, em Diu provavelmente, para aparecer no ano seguinte em Ormuz, onde foi alcaide. No porto de Tamou, vamos encontrá-lo em 1524, reunido ao irmão Martim Afonso de Melo Coutinho e Duarte Coelho, o futuro donatário de Pernambuco. Quando terá voltado ao reino esse novelesco soldado, marinheiro estouvado e irresponsável como qualquer traga-mouro que

5 Elaine Sanceau. *Capitães do Brasil*. Livraria Civilização, Porto.

compunha o grupo do Albuquerque? Pela carta régia de D. João III de 1º de dezembro de 1529, mandando ao juiz, vereadores e oficiais da vila de Alenquer que não coajam Vasco Fernandes Coutinho a pagar a sisa de 28.000 reais,⁶ pela compra da quinta, sabe-se que está na metrópole. No ano seguinte os biógrafos dizem-no na África a praticar proezas contra os beduínos. Parece que, depois de 1532, de acordo com o franciscano cronista, só deixou o reino pela capitania brasileira, onde os fados dele se descuidaram em vida para gravar-lhe o nome na perpetuidade da história.

Pedro de Azevedo, no resumo erudito dos “Primeiros Donatários”, da maravilhosa obra coordenada por Carlos Malheiro Dias, nos oferece preciosos dados acerca do fundador do Espírito Santo. Em *A terra goitacá*, Lamego, com o habitual critério de cientista probo, estuda também o famoso e vizinho prestante de Pero de Góis. Em recente publicação, cheia de informes, Elaine Sanceau,⁷ romanceia Vasco Fernandes, trazendo-o quase ao vivo ao nosso século. Os capixabas, Costa Rubim, Basílio Daemon e o nosso contemporâneo Mário Freire não nos oferecem documentos opinativos de que o donatário tenha embarcado com sua família para o Espírito Santo. Não parece provável que ele o tenha feito. Dona Maria do Campo, padroeira da igreja paroquial de São Pedro de Arifama, em Santarém,⁸ se tivesse vindo à capitania do marido, teria com certeza praticado atos, que a assinalariam pelo espírito religioso. Os jesuítas ou os franciscanos, minuciosos como sempre em relatar atos de benemerência dos donatários, por menores que fossem, teriam-na mencionada em suas cartas preciosas.

Dona Maria do Campo, esposa legítima de Coutinho e mãe dos filhos do casal, Jorge e Martim Afonso de Melo, não deve ter pisado o território do Espírito Santo.⁹ A carta de Antônio de Barros, provedor da Fazenda, escrita em Salvador, em 1551, dá notícias de Jorge de Melo a bordo de um navio, às voltas com piratas franceses. Mem de Sá, em 1560, encontra três filhos de Vasco Coutinho, “moços e sem barba”, combatendo os índios. Ora, um moço sem barba, mas já combatendo, deve ter pelo menos dezoito anos. Quando Mário Freire¹⁰ diz que a escritura de cessão da ilha de Santo Antônio não teve a outorga de D. Maria faz-nos duvidar se, nessa época, Couti-

6 Pedro Azevedo. “Primeiros Donatários”. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III.

7 Elaine Sanceau. Op. cit.

8 César Marques. *Dicionário Histórico e Geográfico do Espírito Santo*.

9 César Marques fala em 4 filhos, sendo uma mulher. Admito que Fernandes Coutinho se tenha casado por volta de 1532.

10 *A Capitania do Espírito Santo*.

nho já se havia casado. Os três filhos combatentes foram os de D. Maria do Campo e o de Ana Vaz, legitimado e talvez preferido por Coutinho.

Devemos admitir que Jorge de Melo e Martim Afonso, homônimo do tio guerreiro, vieram ao Espírito Santo e tenham voltado para o reino e ali falecido, ainda moços, antes do capitão-mor, porque a capitania, com a morte do primeiro donatário, coube ao filho de Ana Vaz, sucessão só admissível, de acordo com a licença régia, na falta de filho legítimo. Era Vasco Fernandes Coutinho filho de Jorge de Melo, o Lágio, e de Dona Branca Coutinho. Dos seus três irmãos, todos fidalgos, Diogo e Manuel de Melo Coutinho, só de Martim Afonso há notícias,¹¹ quando embarcou no porto chinês de Tamou e se reuniu em Malaca ao seu irmão e a Duarte Coelho, pouco antes de 1524, onde guerrearam em batalhas perigosas.

Em que idade o donatário teria velejado para o Brasil? Todos os historiadores afirmam que Vasco Fernandes se arriscara em idade madura, na sua empresa colonizadora. O sangue português, dos homens dos séculos XV, XVI e XVII, era de verdadeiros titãs. As fadigas da guerra e as tormentas dos mares desconhecidos não intimidavam os moços e muito menos os velhos lobos do mar. Pelejava-se até a idade provecta. São inúmeros os guerreiros de barbas brancas a combater os mouros e espanhóis nas guerras da libertação peninsular.

Para que Duarte Coelho de Lemos, em 1550, considerasse a Coutinho como velho, deveria ele beirar pelo menos os sessenta e cinco anos bem sofridos. Não é, pois, fora de propósito atribuir-se a idade de cinquenta anos ao aportar à baía de Vila Velha em maio de 1535. Essa nossa hipótese não é esdrúxula, porque o vimos já soldado em 1510. Por muito prematuro que fosse então, teria seus vinte e cinco anos. Talvez que, ao se engajar soldado, tivesse deixado Ana Vaz com seu Vasco Coutinho Filho, aventura permitida a todo o filho de morgado rico. Com aproximação razoável, admito que Vasco Fernandes tenha nascido por volta de 1484, falecendo em 1561, cansado e doente, depois de empobrecido dos bens de fortuna.

Em imóveis inventariados, Vasco Fernandes Coutinho, possuía “um prédio de casas” em Santarém, adquirido pelo hospital da cidade e a celebrada quinta do Alenquer. Essa propriedade representava apreciável for-

11 “...já em remotos palcos se representavam outras tragédias, como a de Martim Afonso de Melo Coutinho no porto chinês de Tamou, onde o acompanharam, com vários capitães, dois futuros donatários do Brasil, seu irmão Vasco Fernandes Coutinho, e Duarte Coelho, que se lhe reuniram em Malaca”. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III, p. 12.

tuna na época. Pela sisa, imposto de transmissão medieval, tributada pelo fisco em 28.000 reais, avaliamos a propriedade em 300.000 reais, quantia vultosa no Portugal quinhentista. Para nos apercebermos da ordem de grandeza desses valores, é bastante compará-los a certas importâncias da munificência régia: Mem de Sá e Tomé de Souza venciam respectivamente 400 e 600 mil reais por ano e ocuparam os mais altos cargos ultramarinos. Um navio armado em nau de guerra custava 120.000 reais. A receita do reino de Portugal em 1534 foi de 288 contos de réis.

Como aposentadoria, prêmio de seus 19 anos de lutas na carreira militar, vencia a tença mensal de 30.000 reais.¹² Não se sabe a quanto montava o amealhado nas Índias.¹³ A guerra, desde os tempos primitivos, foi processo natural de enriquecimento dos soldados e oficiais. O saque, depois da rendição duma praça, era o prêmio indiscutível da vitória. E os portugueses combateram os muçulmanos, inimigos da fé cristã, aos quais nada se poupava.

Coutinho não deve ter sido exceção honrosa. Juntou quantia que lhe prodigalizava fama de homem rico. E o devia ser, do contrário não seria agraciado com capitania no Brasil.

D. João III, instituindo o regime de colonização, pelo sistema de capitânicas hereditárias, tinha ciência dos encargos pesados da empresa. Armar caravelas, recrutar colonos, mantimentos, munição e utensílios, estabelecer-se na colônia, conquistá-la aos aborígenes, lavrá-la e assistir aos emigrados, defendendo o território contra as investidas dos estrangeiros, não era empreitada para simples valido da Coroa: era preciso ter, além das virtudes de comando e resolução, cabedais avultados.

Não tinha Vasco Fernandes Coutinho, é bem verdade, os recursos financeiros e econômicos dos dois irmãos Martim Afonso e Pero de Souza, de Duarte Coelho, de Jorge Figueiredo Corrêa, mas era indiscutivelmente homem de boa fortuna, cinquentão, tostado ao clima tropical do Oriente, vivendo aventuras sedutoras ao gosto dos renascentistas.

Foi a perspectiva de novos lances romanescos, que arrastou Vasco Fernandes ao Novo Mundo. Vendeu tudo, contraiu dívidas, arregimentou os irreconciliáveis sessenta colonos e, com criados e fâmulos,¹⁴ empinou as velas do *Glória* em busca de seu “vilão farto”. Um salto dado no espaço para

12 Trinta mil réis.

13 “...da Índia veio para o Brasil Vasco Fernandes Coutinho, da mesma sorte possante e rico, mas com uma contrária até o fim...”. Jaboatão. *Orbe Seráfico*.

14 Rui Fernandes, criado, e o fidalgo Fernandes Velez, fâmulos, compunham os serviços de Vasco Coutinho. Acompanharam inclusive o donatário em sua viagem a Lisboa. Serviram de testemunhas na escritura de doação de Coutinho a Duarte de Lemos.

escrever, com sofrimento e resignação, a epopeia da colonização capixaba.

Vasco Fernandes Coutinho não se preocupou com a posteridade. Não teve cronistas na sua grei que registrassem os dias bons e maus da época de sua epopeia histórica durante vinte e seis anos de donataria.

Não fossem as cartas anuais dos jesuítas, as informações de um ou outro franciscano ao seu prior, só nos restariam as cartas escritas ao monarca pelos governadores Tomé de Souza e Mem de Sá, nas viagens de inspeção que fizeram às costas sul do Brasil. As poucas cartas, escritas de próprio punho por Vasco Fernandes, no estilo dos súditos portugueses, lamurientas e suplicantes, são mais atos de contrição humilde, do que propriamente notícias da capitania. Eram tantas as dificuldades a superar e as graças a pedir a El-Rei, que o nosso capitão-mor se escondia sempre na humildade cristã, no afã de conseguir as graças do monarca, pelo merecimento de seus sofrimentos, ocultando o que de nobre fizera. A generosidade, a altaneria, o cavalheirismo, e o desprendimento com que solvia os casos quotidianos, da implantação do domínio lusitano em suas terras, ficaram na penumbra indecisa dum gesto régio ou duma tolerância medrosa.

A idade, os desenganos, as intrigas, as lutas desiguais, a agressividade do solo e dos indígenas, as doenças e o abandono modificaram-no profundamente. Resignou-se, deixou-se levar ao sabor dos acontecimentos. Não dispoñdo da fibra de Duarte Coelho, para lutar com o punho forte dos resolutos, nem o comodismo egoísta de Martim Afonso de Souza, Pero de Souza e Góis da Silveira, que abandonaram suas capitanias, buscando vida mais rendosa nas graças do monarca, esperou estoicamente o destino que Deus lhe reservara. Foi covarde ou predestinado?

Vasco Fernandes, pela análise atenta à ação desenvolvida na sua capitania, era falho de autoridade administrativa. Parece que sua grande preocupação foi não tomar partido nos corriqueiros aborrecimentos diários e nas intrigas entre seus colonos.

Estes, na sua ignorância primária, deveriam ter sonhado com um paraíso bíblico a recebê-los nas costas imensas do continente.

Se as promessas do donatário e as hipóteses de benesses foram sedutoras, maiores teriam sido os sonhos dos colonos.

Nos degredados e sentenciados pela justiça, recrutados por Vasco Fernandes, não deve ter influído apenas a liberdade condicional, mas a conquista quimérica de bens de fortuna que lhes permitissem, cada quatro anos, rever o solo pátrio, como lhes facultava a legislação reinol.

A realidade, porém, mostrou-lhes um mundo inconcebível, que iria desfazer todas as ilusões e acordá-los do sonho temerário duma felicidade impos-

sível. Sentiram-se traídos. O descontentamento seria o denominador comum dessas frações humanas, enteadas da pátria distante, que os proscreeva.

Apesar de o aliciamento de colonos para povoarem as capitânicas em que fora dividido o Brasil ter-se processado entre a população marginal do reino, com favores especiais do monarca, conseguiu Vasco Coutinho trazer alguns indivíduos com registro no livro da nobiliarquia lusitana.

Embora Jorge de Menezes fosse degredado por crime de morte cometido nas Índias, tinha títulos de benemerência: descobridor da Nova Guiné, guerreiro destemido e fidalgo de longa linhagem. D. Simão Castelo Branco, apesar de não figurar na genealogia do apelido e de haver dúvidas quanto ao seu título de dom, figura na época como fidalgo, testemunhado pelos documentos quinhentistas. Titulados foram Fernandes Velez, Braz Teles de Menezes, cavaleiro da casa do infante D. Luís, irmão de D. João III, o humanista da família real, Sebastião Lopes, escudeiro e morador em Muge, Antonio Espera,¹⁵ cavaleiro da Ordem de São Tiago, Duarte de Lemos, fidalgo da casa real e possivelmente outros esquecidos. Não eram letrados, mas sabiam escrever e pelas funções que exerceram podiam ter contribuído com testemunhos preciosos para o primeiro capítulo da província espírito-santense. As cartas de Duarte de Lemos não passam de denúncias torpes, as de Sebastião Lopes, mero relatório de dízimos cobrados. Desse modo há um vazio a diluir os vinte e seis anos de comando do primeiro donatário do Espírito Santo.

Como terá transcorrido a viagem do *Glória* ou da esquadra, como querem alguns? Não se concebe que um navio de 100 a 120 toneladas, não fosse pilotado por navegador hábil, afeiçoado ao manejo do astrolábio, que lhe garantisse a rota à costa brasileira. Terá feito a viagem direta ou terá tocado em Pernambuco, ou, na pior hipótese, em Porto Seguro? São pontos obscuros, mas que devem ser analisados. Terá vindo com um só navio, trazendo os sessenta colonos, com mulheres, crianças, víveres, reserva de água, ferramentas, sementes, animais domésticos, artilharia e armamento?¹⁶ É pouco provável. Talvez o *Glória* fosse apenas a capitânia.¹⁷

15 Antonio Espera, almoxarife e feitor, respectivamente, nomeado por D. João III, em 2 de setembro de 1534, para a capitania do Espírito Santo. (Pedro Azevedo).

16 "...El-Rei a deu a Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo que o tinha servido na Índia e dos mais ilustres do Reino, de onde a veio conquistar, trazendo em muitas naus todos os aprestos, muita gente, e famílias nobres para a povoarem." Sebastião da Rocha Pitta. *História da América Portuguesa*, p. 86.

17 "...Tinha muitos mil cruzados que trouxe da Índia e muito patrimônio, que tinha em Portugal...". Frei Vicente do Salvador.

"Coutinho vendeu a tença de 30.000 reais mensais por 255.000 reais". Carlos Malheiro

Como se certificaram que haviam chegado à costa compreendida entre os limites definidos pela carta de doação? A bordo havia pessoa hábil, em determinação da “ladeza”, para orientar a proa dos veleiros a se abeirarem do litoral, ao sul do Mucuri. E por que lançaram ferro na enseada do Santa Maria, nesse lago, surpreendente, bordado de ilhas, e protegido pelas sombras divagantes do Moreno, do penhasco da Penha e do maciço distante do Mestre Alvo?¹⁸ Não se deve admitir que tenham feito um reconhecimento prévio das embocaduras do rio Doce, do Santa Cruz, dos Reis Magos antes de atingir a baía de Vitória? Seria o mais feliz dos acasos se a expedição de Vasco Fernandes houvesse, às cegas, atingido a praia de Piratininga.

Fernandes Coutinho não encontrou, no território doado, arraial ou vestígio de homem branco em que pudesse apoiar sua primitiva morada, privilégio que favorecera a Duarte Coelho, Francisco Pereira Coutinho e Martim Afonso de Souza.

Nos trinta primeiros anos da descoberta, o reino havia estabelecido pequenas feitorias nos pontos básicos da costa. Em Pernambuco, quando o donatário chegou, havia convivência portuguesa com os nativos, plantava-se algodão, a igreja de São Cosme e Damião, em Igarçu, catequizava. Caramuru reinava praticamente na Bahia, onde as tribos dos vários “sogros” lhe prestavam vassalagem.

Em São Vicente e Cananéia, João Ramalho, o “bacharel” e seu troço de castelhanos rejubilavam-se com os lusitanos, vindos no comboio do donatário. Não obstante essas circunstâncias providenciais, Coutinho, no Espírito Santo, com todas as vicissitudes atribulantes, firmava-se no seu quinhão, defendendo-se, ora dos goitacás, ora dos botocudos, das dissensões de sua própria grei: a tolerância e a bonomia perderam-no como administrador. “Era dócil e jocoso, porém incapaz de um ato de opressão e nem sequer tinha a severidade precisa para punir os delinquentes e criminosos”.¹⁹ Mas pergunto eu que espécie de crimes e delinquências podia cometer aquela mísera meia centena de homens, segregados da civilização, constantemente em sobressaltos, na penúria de víveres e agasalhos de seus hábitos? A não ser a tentação luxuriante das índias selvagens, na sua nudez provocadora, poucos artigos do código penal se poderia infligir.

Dias. Regímen Feudal.

“...uma esquadra de navios à sua custa...” Jaboatão.

“..partiu de Lisboa com a sua família...” Rocha Pombo.

“...fez em Lisboa uma boa armada à sua custa...” Vasconcelos.

18 Os coevos escreviam também Álvaro.

19 César Marques, op. cit.

A história deve ter carregado demais nas tintas com que traçou o perfil moral de Coutinho. Com os dízimos, que o foral lhe garantia, com os criados que trouxe de Lisboa, custa-me crer que Vasco Fernandes Coutinho tenha esmolado aos próprios colonos. Depois da introdução da cana de açúcar, dos canaviais de Brás Teles, a capitania produziu 300 arrobas de açúcar. Embora as investidas dos goitacás fossem sempre mortíferas e destruidoras, não se erradicariam as culturas de modo completo. Havia, embora pequena, produção sobre a qual a incidência do dízimo se fazia sentir. Em 1552, o padre Pero de Souto, substituto do vigário da vila de Vitória vencia dezoito mil réis por ano. E é sabido que as cômputas e os vencimentos da Real Fazenda eram pagos com a dízima de Deus, arrecadada na capitania. O capitão-mor, com sua redizima, tinha pelo menos renda igual. Vasco Coutinho foi indubitavelmente pouco feliz como administrador. Talvez desperdiçado e muito pródigo. Anchieta o considerava bom, protetor, humilde e que pedia perdão ao povo por suas culpas. Deve ter cometido faltas para com a colônia nascente, nos seus primeiros anos, e, na velhice doentia, procurou expiar seus pecados com atos de humildade cristã. Frei Salvador reforçou-lhe com piedade o sentimento de contrição, escrevendo no seu documento histórico, sobre a morte do nosso herói, ocorrida antes de outubro de 1561, que foi “tão pobrememente que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus e não sei se teve um lençol seu em que o amortilhassem”.

Estoico, sim, o foi com grandeza, suportando as diversidades no “vilão farto”, na sua capitania panoramicamente bela e rica nas terras virgens, nos vales ubérrimos, nas encostas privilegiadas das serras agrestes.

IV DUARTE DE LEMOS

Entre os companheiros de Coutinho um se destacou com evidente superioridade: Duarte de Lemos. Ilustrou-se nas façanhas das Índias,¹ forja que temperou o caráter de quase todos os capitães das terras de Santa Cruz. Não foi passageiro do *Glória*. Veio com Francisco Pereira Coutinho, donatário da Bahia, em 1536 e, poucos meses depois, se transferiu com “criados e colonos” para o Espírito Santo, atraído pela liberalidade de Vasco Fernandes, com toda certeza. Recomendou-se mal, para o juízo crítico da história, pois a deslealdade e o egoísmo são virtudes negativas. Sua valentia e dotes militares diluíram-se ante a desmedida ambição do poder. Era fidalgo de sangue, mas não tinha nobreza na alma. Todas suas atitudes escondiam interesses inconfessáveis. Foi providencial a Coutinho nos primeiros embates contra os indígenas.² Lutou com bravura e destemor, mas não se satisfez com a recompensa de uma ilha forra. Queria um feudo independente e, não o conseguindo, foi-se para o reino de onde voltará, na armada de Tomé de Souza, comandando o *Nossa Senhora da Ajuda*. Depois ganhou uma capitania temporária.

A ILHA DE SANTO ANTÔNIO E A PERFÍDIA...

A exploração do território espírito-santense começou pelo reconhecimento da baía, que se supunha foz de um rio. As ilhas menores foram doadas nos primeiros dias. D. Jorge de Menezes recebeu a ilha do Boi, Valentim Nunes a dos Frades e a maior, batizada em 13 de junho sob a invocação de Santo Antônio, coube a Duarte de Lemos, dois anos depois, conforme carta de doação de 15 de julho de 1537.

A ratificação foi feita em Lisboa, em 20 de agosto de 1540, pelo monarca com a presença de Coutinho. Essa dádiva foi o ponto de partida do drama vivido pelo solarengo de Alenquer. Duarte de Lemos era um des-

1 Malheiro Dias, op. cit.

2 Pedro Azeredo, op. cit.

contente. Todos os seus feitos nos induzem a tal juízo. E um descontente rancoroso, capaz de todas as intrigas para vencer. Vejamos o que diz Carlos Malheiros Dias: “Estes dois homens são a antítese um do outro. Em contraste com o cavalheirismo pródigo de Coutinho, Duarte de Lemos é um ambicioso e frio, calculador e intrigante”. Para nos convenceremos desse juízo é bastante lermos a carta escrita de Porto Seguro ao monarca. É uma denúncia venenosa, forrada de falsa modéstia e de rancor mal disfarçado.³

É interessante: os arquivos silenciam sobre a defesa de Coutinho. Das duas uma: ou perdeu-se o documento em que o donatário se defende das acusações de Duarte de Lemos, ou aquele, com a nobreza de alma que lhe era peculiar, desprezou as leviandades do valente soldado de Matias de Albuquerque.

O donatário não pretendia fazer na ilha de Santo Antônio uma cidade. Na carta de doação, escrita do próprio punho, num estilo claro de grande senhor, Vasco Coutinho fez sentir ao beneficiado este desejo: “a dita ilha está limitada por termo do povoado do Espírito Santo, nem ele Duarte de Lemos nem seus sucessores não farão na dita ilha vila e a redízima que no alvará lhe tem concedido estava no dito tempo entre eles assentado que não fosse senão a redízima de sua própria fazenda”...⁴ Ainda há vestígio da estada de Duarte de Lemos em Vitória. A pequena capela de Santa Luzia, oratório da fazenda, hoje reconstruída e adaptada a museu de arte religiosa é a última reminiscência. Foi ali, na rua José Marcelino, antiga Santa Luzia,⁵ que nasceu o primeiro pouso capixaba. Montou um engenho de açúcar, cujas plantações de cana se estendiam por toda a encosta oeste do morro São Francisco. Essas lavouras foram abandonadas tempos após, circunstância que lhes valeu a denominação de “roças velhas”. Igual destino coube aos canaviais do rio Marinho.⁶

3 “...Sr. V. S. saberá como Vasco Fernandes Coutinho veio ter a este Porto Seguro e foi surgir junto da nau a Santa Cruz fazenda do Duque d’Aveiro que é deste Vila duas léguas onde estava a nau de V. A. à carrega de brasil dizendo que se queria ir nela ao reino estaria aí oito dias e o fui ver e lhe pedi e requeri da parte de V. A. que não levasse uns homizios dos que o ouvidor-geral prendeu nos Ilhéus que fugiam da cadeia... nenhuma dúvida há o fazer portanto o faço a saber a Vossa Alteza e creia V. S. que já quando partiu do Reino para este Brasil da primeira vez veio com este propósito e será boa testemunha Fernão Velez e ele a mim me cometeu... as... Duarte de Lemos”. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III.

4 Da carta de doação feita por Vasco Fernandes Coutinho em 15 de julho de 1537.

5 Antes de receber o nome de José Marcelino, chamou-se também rua Grande.

6 O rio figura com o nome de Roças Velhas. Perto do Porto de Cariacica ainda há uma região assim conhecida.

Duarte de Lemos desaveio-se com Coutinho devido à questão de tributo. Queria aquele que a redízima recaísse só sobre a fazenda e não sobre a terra, que doasse ou desse à meia. Não se conformando o donatário, surgiu uma série de questiúnculas, que culminou com a saída de Duarte Lemos.⁷

Em 24 de novembro do mesmo ano, vamos encontrá-lo substituindo a Pero de Campos Tourinho na donataria de Porto Seguro, cujo detentor fora colhido nas malhas do tribunal do Santo Ofício e remetido algemado para Lisboa. Foi assim que esse “espécime de *condottiere* da época feudal” deixou a ilha, que lhe herdou o nome por muitos anos.

7 Duarte de Lemos em 1540 está em Lisboa junto com Vasco Fernandes.

V VIAGENS E ILUSÕES

A lavratura da terra se fazia com entusiasmo. Os mantimentos abundavam e a cana ganhava largueza. Mas Coutinho se impacienta. É o traço predominante de seu caráter. Não sabe e não tem método. Perdera muitos homens em combate; os poucos índios domesticados não lhe inspiram confiança e são ociosos, urdem vinditas a cada momento. O donatário sonha com tesouros distantes: pedrarias, ouro e prata, escondidos em serras longínquas. Era preciso nova leva de homens, utensílios e dinheiro. Talvez que o êxito de Duarte de Lemos e Brás Teles, com seus colonos, o inspirasse a procurar braços para a derrubada de matas e plantio. A ilha produzia e as margens do Marinho¹ se cobriam de canaviais. Deles espera um pão de açúcar, anualmente, de quatro arráteis.² Dispôs-se a procurar novos colonos. Mas Portugal estava exausto, sua população mal alcançava um milhão e meio de habitantes.³ A imigração voluntária era nula e os poucos que, por bambúrrio, deixavam os pagos, iam para Pernambuco ou para São Vicente, cujos donatários melhores amizades tinham na metrópole. Mas Vasco Coutinho, idealista e afoito, não pesava os imponderáveis.

A Câmara fora provida de escrivão com Belchior Correia e o cavaleiro Rui Fernandes investido de provedor e contador das rendas da capitania.⁴ Capelão já vivia na terra, “a mais antiga freguesia do sul da Bahia.”⁵ Embarcou o capitão-mor provavelmente em 1539, deixando o turbulento D. Jorge de Menezes, valente porém antipatizado por todos, à testa do governo. Custou-lhe a vida bem como a D. Simão Castelo Branco, que o substituiu. Pela assinatura da “carta de confirmação das capitanias de Pero de Góis e de Vasco Fernandes Coutinho”⁶ de 14 de agosto de 1539, está ele em Lisboa, como ainda, em 22 do mesmo mês do ano seguinte, assinando a doação da ilha de Santo Antônio a Duarte de Lemos.⁷ Presume-se que tenha voltado entre 1546 e 1547, pois, quando Ambrósio de Meira, provedor da Fazenda Real, visitou, em setembro de 1545, a capitania, não o encontrou.

1 Chamado nas crônicas e documentos antigos Roças Velhas.

2 Da carta de doação da ilha a Duarte de Lemos.

3 Carlos Malheiro Dias, op. cit. Pandiá Calógeras. *Formação Histórica do Brasil*.

4 Mario Freire, op. cit.

5 Idem, idem.

6 Carlos Malheiro Dias, op. cit. Vol. III. “Regime Feudal”.

7 Idem, idem. “Carta de doação da ilha a Duarte de Lemos”.

O historiador José Teixeira de Oliveira aduz documentação convincente de como, em fevereiro do 1547, Coutinho ainda permanecia em Portugal. O certo é que em vinte e seis anos de donataria, ele fez várias viagens com resultados negativos. Sua ausência foi sempre prejudicial à capitania e sua fama, junto à corte, se extinguiu melancolicamente pelas denúncias dos altos dignitários régios, que visitavam o Espírito Santo. Na metrópole aumentou, por certo, a dívida com os argentários, dos muitos que proliferavam em Lisboa, emprestando cruzados a vinte e cinco por cento ao... mês,⁸ taxas que D. João III não se esquivou de pagar. Na volta da primeira viagem toca em Porto Seguro e recolhe homiziados de Pero do Campo Tourinho, ausente, infligindo dispositivos regimentais. Está como capitão-mor Duarte de Lemos que se vingava, escrevendo a carta infamante a D. João III. Teriam vindo dessa vez os filhos do donatário, citados por Mem de Sá em 1558, para combater os índios?

Cada viagem de Vasco Fernandes, novo desastre causado pelos índios, questiúnculas entre colonos, visita de governadores, em suma, acontecimentos que reclamavam sua autoridade.

A segunda viagem deve ter sido feita depois de só [sic, 1550?]. Pero de Góis, capitão de mar, de Tomé de Souza, não o encontra em abril de 1551. Ausentara-se deixando o comando da capitania com Bernardo Sanches de La Pimenta, a gosto de seus pares, amigo e querido dos índios, foi padrinho de Sebastião Lemos, filho de Maracaiá-Guaçu, Gato Grande.⁹ Só volta em meados de 1555 e, tocando em Pernambuco, não obstante ser hóspede de D. Duarte da Costa, segundo governador geral do Brasil, é humilhado pelo bispo Pero Fernandes Sardinha, que lhe recusou cadeira de espaldar, na igreja, sob fundamento de andar em “mistura de homens baixos e beber fumo”.¹⁰ Duarte da Costa, da Bahia, onde vê Coutinho pela última vez, descreve-o como velho, pobre e cansado.

NÚMEROS AUSPICIOSOS

Com todos os infortúnios, que martirizaram Vasco Fernandes Coutinho, como chefe de governo, (não compreendo como se pode apelidar de governo a uma colônia nascente, de pouco mais de centena e meia de famílias, agrupadas em torno de um senhor de terras), os portugueses prosperavam com suas lavouras. O padre Nóbrega diz numa carta: “esta capitania se tem pela melhor coisa depois do Rio de Janeiro”.¹¹ Afonso Brás, não obstante

8 Oliveira Lima. *História de Portugal*.

9 José Teixeira de Oliveira. *História do Estado do Espírito Santo*.

10 Pedro de Azevedo, op. cit. Apêndice.

11 Apud Serafim Leite S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. 1, p. 214.

sua curta permanência no Espírito Santo, escreve aquelas celebradas palavras: “esta onde ao presente estou é a melhor e a mais fértil de todo o Brasil”. Creio que foi o insuflador da ufania dos capixabas, que tanto gabam sua gleba nativa. Os mantimentos deviam ser abundantes; o padre Fernão Cardim comunica aos superiores que “vivem os nossos de esmolas e são muito bem providos”.¹² Tomé de Souza e Mem de Sá, nas suas visitas, gabam a terra, criticam o donatário pela ausência, e lastimam a ferocidade dos indígenas.

Não há discrepância de apreciação. Ambrósio de Meira, funcionário da Real Fazenda (o fisco sempre foi alerta e voraz), passando pelo Espírito Santo, escreve, em 26 de setembro de 1545, a D. João III circunstanciada carta, dando conta dos dízimos. Na carta fornece informes curiosos e interessantes. Começa por se mostrar zeloso das funções que exerce, faz a clássica reverência, cheia de humildade, comunica a morte de Diogo Ribeiro, com toda a certeza do fisco também, recomenda ao monarca a pobre viúva e filhos, depois relata os impostos arrecadáveis e faz conjecturas da receita do ano vindouro. O documento vale como a primeira estatística da capitania.

Arbitrou o dízimo sobre o açúcar a 200 réis a arroba e avaliou a safra em trezentas. “Não é de boa qualidade ainda porque o operariado não está prático, porém, o produto bom é igual ao da ilha da Madeira”.

Os dízimos sobre os mantimentos são incobráveis por serem perecíveis.¹³ Arrendou por 43.500 réis a receita do pescado no período compreendido entre as festas de São João de 1545 e 1546. Isso porque, sendo a terra pobre de dinheiro, se poderá pagar o capelão, como quer o povo, por não ter o padre provisão régia e não querer dizer missa e batizar graciosamente.¹⁴

Prometeu, para o futuro, elevar a quota sobre o açúcar a 300 réis, pois a arroba seria vendida a 400. Havia na capitania cinco engenhos movidos a água e dois por cavalos, dos quais três só produziram no ano vindouro. Solicitou ao monarca a construção da casa de feitoria para guarda do açúcar, porque, em 1546, a safra seria do 1.000 arrobas (250 sacos hoje). Comunicou que a carta fora numa nau de Brás Teles, o primeiro a carregar essa mercadoria na capitania.¹⁵ Já sabíamos ser Brás Teles cavaleiro da casa do infante D. Luís e contemplado com terras por Fernandes Coutinho. Acredito tenha ele sido o mais rico colono da capitania e o primeiro a prosperar.

De sua fazenda foi Anrique Luis a construir engenhos para Pero de Góis, em Santa Catarina das Mós e, por escravizar a um goitacá, pôs a capitania a perder.

12 Idem, idem.

13 Os dízimos eram cobrados em espécie.

14 Ainda não há missionários no Espírito Santo.

15 Atualização do original publicado por José Teixeira de Oliveira, op. cit., nota 13, p. 56.

VI A VILA DE VITÓRIA SURGE...

As guerrilhas com os tapuias tornam-se cada vez mais assustadoras e mortíferas. Duarte de Lemos deixou a ilha praticamente abandonada. Sua condição geofísica era um convite auspicioso aos atribulados e perseguidos colonos. Mudam suas famílias, tranquilamente, para a ilha que lhes oferece guarida estratégica. Em 1549, como atestam os cronistas, se acham na antiga propriedade de Duarte de Lemos, que ligou seu nome, por muito tempo, ao acidente geográfico. É muito controversa a data da mudança da sede do governo da capitania, mas nenhuma dúvida existe quanto à ocupação dela pelos colonos antes de 1550. Misael Pena diz que a povoação foi fundada em 1550; Basílio Carvalho Daemon, sem que ofereça testemunho incontestável, registra que a mudança se fez em 1551 e a 8 de setembro desse ano, após derrota definitiva infligida aos indígenas, foi dado o nome de vila da Vitória ao povoado. Essa é a tradição secular entre os capixabas, embora não se encontre documento insofismável. Mário Freire não se preocupa com o tema. Cita documento da Irmandade da Misericórdia, no qual se historia o nascimento da vila de Nossa Senhora da Vitória, na pequena elevação onde se situa o palácio governamental. Não menciona datas.

Na documentação estudada por José Teixeira de Oliveira, toma-se conhecimento da provisão passada por Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor da Fazenda de El-Rei, datada de 3 de março de 1550, da “vila de Vitória, província do Espírito Santo, capitania de Vasco Fernandes Coutinho”. O governador Jones Santos Neves comemorou, festivamente, o quarto centenário da fundação da cidade em 8 de setembro de 1951.

Provavelmente deve ter havido na ilha, além da capelinha de Santa Luzia, construída por Duarte de Lemos, oratório de sua fazenda, outra mais modesta com a invocação de Nossa Senhora das Vitórias. Com a derrota infligida aos atacantes em 8 de setembro, dia dedicado à SS. Virgem, o povo passou a chamar a Vila Nova de “vila da Vitória”. Foi, pois, em 8 de setembro o batismo oficial da cidade nascente.

OS JESUÍTAS CHEGAM

O acontecimento marcante da segunda metade do século primeiro da colonização do Espírito Santo é a chegada dos padres jesuítas, ordem recém-fundada por Inácio de Loiola.

Inácio Lopes de Recalde, como se chamava no mundo, fora capitão do exército de Navarra. Trocou a espada de guerreiro pela cruz, justamente na época de efervescência da Reforma religiosa.¹ “Nos éxtases contemplativos sentiu nova face do mundo. O asceta é um refugiado, é um guerreiro solitário, que luta contra o demônio. Inácio tinha a alma de militar, nascera para comandar exércitos e vencer batalhas decisivas”.² Foi esse o espírito que incutiu em seus irmãos companheiros. A Companhia de Jesus é ordem de ação dinâmica, que não mede sacrifícios para propagação da fé. Nenhum campo mais fértil poderiam encontrar do que o Novo Mundo onde tudo estava para se construir. Pode-se escrever a história do Brasil com omissão de José de Anchieta, Manuel da Nóbrega, Afonso Brás, Brás Lourenço, Leonardo Nunes, Luis da Grã, Custódio Serrão, Antônio Vieira e tantos outros?

O PADRE AFONSO BRÁS

Em começo de abril de 1551, vindo de Porto Seguro, chega a Vitória o padre Afonso Brás, acompanhado do irmão leigo Simão Gonçalves, ex-soldado, professo em 1549.³ Pode-se dizer que então começou a vida social e religiosa da capitania. O ardoroso jesuíta, jovem de 27 anos, reanimou os colonos, incutindo-lhes confiança. A vila transforma-se. A colina que forma a atual Cidade Alta povoa-se aos poucos. É íngreme, pedregosa e coberta de mata espessa, aqui, acolá, deixada por Duarte de Lemos, que cultivou a vertente esquerda. Os ranchos, sim, não eram casas ainda, se sucedem nas inflexões do terreno, procurando o menor movimento de ter-

1 Fundada em 15 de agosto de 1534. Reconhecida pelo papa Paulo III em 27 de setembro do mesmo ano pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae*.

2 Luiz Derenzi. *Santo Inácio*. Inédito.

3 Afonso Brás nasceu em 1524, em São Paio dos Arcos, antigo termo de Avelã de Cima, em Portugal. Ingressou na Companhia de Jesus, em Coimbra, em abril de 1546; veio para o Brasil na segunda leva de jesuítas em 1550. Do Espírito Santo foi mandado para São Paulo, sendo considerado um dos fundadores da cidade. Trabalhou cerca de sessenta anos no Brasil, faleceu no Rio em 30 de maio de 1610. Tinha habilidade de carpinteiro, mestre de obras e arquitetura. Simão Gonçalves foi soldado, professor na Bahia. “Foi o primeiro soldado que se cá tomou”. (Nóbrega. *Cartas*). Em 1562 está em São Vicente. Presume-se tenha morrido em 1567. Serafim Leite S.J., op. cit.

ra, evitando remover obstáculos custosos. O plantio começara mal e mal e as moedas, trazidas da metrópole, de há muito se haviam repatriado. Há pressa no trabalho de se abrigarem. Os campos de Piratininga, os areas de Aribiri, os baixios da costa, visitados pelos tapuias, tornaram-se inóspitos. Lá ficaram as roças, os engenhos e os barracos de Vila Velha. As lavouras se abrem pelo lado norte e transpõem o continente pelo braço da “Passagem”. Quando os indígenas atacam, em setembro, padre Afonso, empunhando o estandarte de São Tiago, encoraja os colonos e, no dia 3, os sinos tangerem festivas preces a Nossa Senhora da Vitória.

Tinha Afonso Brás, além das virtudes de catequista, “qualidades de carpinteiro e arquiteto”. Iniciou ele a feitura de uma casa para se abrigarem. Deve ter sido na parte baixa da vila, porque o padre Brás Lourenço, seu substituto, três anos depois, escreveu ao superior, em Lisboa: “O sítio não é muito sadio nem aprazível por estar em lugar baixo”.⁴ Imagino que tenha sido na embocadura da atual rua General Osório. Esse local, até o começo do século, se chamou “porto dos Padres”. A primitiva morada dos jesuítas foi simples alpendre de palha, sem paredes. Até o ano de 1561 as casas foram todas assim, como rezam as crônicas, e não havia ainda fortificações que as defendessem. A terra os encantava, pois o padre Afonso Brás, na sua carta ânua, diz: “Esta onde ao presente estou é a melhor e mais fértil terra do Brasil”.⁵ Quando em 1552, chega o padre Nóbrega, em companhia do governador geral Tomé de Souza encontrou o Colégio de São Tiago e a igreja, provavelmente inaugurada em 25 de julho do ano anterior, data consagrada ao orago. Seja como for, a 4 de maio de 1551 já assim se chamava e pedia “meninos para principiar o colégio. Pobre de feitura e mais pobre talvez na apresentação, sem retábulos, ornamentos e galhetas, necessária se fazia nova construção capaz de enfrentar o futuro”.⁶

Contemporaneamente à chegada de Afonso Brás, os franceses, segundo tópico da carta do dia 30 de abril, escrita ao rei, pelo famoso Antônio de Barros, ameaçam a costa espírito-santense. E é um filho do donatário, Jorge de Melo Coutinho, que os põe a correr, no comando dum navio seu.⁷

Em dezembro de 1552, Vitória recebe a visita do primeiro governador geral, Tomé de Souza,⁸ navegando para o sul, a providenciar a fortificação

4 Idem.

5 *Carta Ânua*.

6 Serafim Leite, op. cit.

7 Veja-se José Teixeira de Oliveira, op. cit., p. 84.

8 Idem, idem.

das vilas. Navegantes piratas amiudavam-se na costa: o ibirapitanga, pau-brasil, compensava o risco.

Duarte de Lemos, movido por algum acerto de contas com seus colonos, revê a antiga propriedade e faz doação das terras onde Afonso Brás já edificara o colégio e a igreja.⁹

Voltando de São Vicente, em 6 de junho de 1553, Tomé de Souza visita novamente a capitania e comunica a D. João III que o Espírito Santo é a capitania mais abastada, mas está perdida pela ausência de Vasco Fernandes e pede ao rei que mande o capitão ou o donatário com urgência. ¹⁰Com franqueza, não atino com essa abastança. Os colonos disseminavam-se pelo litoral, os índios tomavam-lhes tempo com guerrilhas e não havia emigração de brancos. É retrato pouco lisonjeiro da situação econômica das capitanias do sul.

Mas o conceito do austero e melhor administrador do Brasil nascente é atestado valioso para os colonos, mas reprimenda oficial ao pobre e infeliz donatário.

O jesuíta Luís da Grã, numa de suas cartas, transmite dois fatos,¹¹ um da tradicional cortesia e bravura de Coutinho, outro que lhe ilumina o coração de esperanças. No primeiro, conta como o filho de “Gato Grande” veio a Vitória solicitar socorro para seu pai e família que, na Guanabara, estavam em vias de ser aniquilados pelos tamoios. Arma o velho donatário quatro lanchões, equipa-os de homens, e a família do temiminó refugia-se a salvo à sombra amiga do Penedo. No segundo, comunica o infatigável missionário inaciano, ao padre provincial, a alegria dos colonos pelo achado de ferro e de metal, tido como prata, em abundância na vila. É que Fernandes Coutinho, diante do entusiasmo, mandara a descobrir minas no sertão e acharam ouro e pedras de preço. Esse sonho, infelizmente, jamais se realizou. As pedras e as prováveis amostras de ouro devem ter vindo do vale do Castelo, onde, século depois, Pedro Bueno Cacunda bateu com resultados aleatórios. Hoje não há mais dúvida a respeito. No Espírito Santo só há de fato minerais estratégicos nas monazitas de Anchieta, Guarapari e Nova Almeida. Nas cabeceiras do Alto Jucu verificaram-se radiações com índices apreciáveis. Pedras coradas afloram nos municípios de Fundão, Itaguaçu, Afonso Claudio e Colatina com importância comercial apreciável.

9 Serafim Leite S.J., op. cit., vol. I.

10 Carlos Malheiro Dias, op. cit.

11 Carta de Luís da Grã “desta capitania do Espírito Santo, hoje 24 de abril de 1555”. – Brás 3 (1) 137v. Apud Serafim Leite, *Novas Cartas*, vol. I, p. 234.

Afonso Brás pouco se demorou no Espírito Santo. Foi o primeiro professor de primeiras letras na vila. Obedecendo a ordens do padre Manuel da Nóbrega, foi missionar em São Paulo. Substituíram-no o padre Brás Lourenço¹² e o irmão Antônio de Atouguia.

DIAS DE LUTO

Os desentendimentos entre os colonos e as tribos que habitavam o Espírito Santo nunca foram convincentemente esclarecidos. As lutas se sucediam cada vez com maior furor. Os cronistas leigos não oferecem argumentos sobre os quais se possa induzir as justas causas. As cartas jesuíticas, escritas por Nóbrega, Luís da Grã, Afonso Brás, Brás Lourenço, entre os mais famosos informantes da capitania capixaba, quase me convenceram de que a única razão dessa guerra desesperada foi a resistência do índio em não querer ser escravizado. Os portugueses, não obstante a ação humana dos missionários, tratavam os silvícolas como bestas selvagens.

Os franceses sempre comerciaram, usando a expressão da época, “resgatearam” com êxito, porque não se preocupavam em cativar o índio. Já os colonos lusitanos, não dispoñdo de compatriotas para lavrarem a terra, recorriam ao expediente brutal. Essa foi a causa predominante da luta de extermínio, que culminou com o levante geral das tribos do norte, com tal perigo, que Vasco Fernandes se viu na contingência de pedir socorro à Bahia. Mem de Sá, ao tomar posse do governo geral, escreve ao rei,¹³ comentando a carta de Coutinho, que o gentio se “alevantara e fazia crua guerra e haviam morto e ferido a muitos e cercavam a vila e combatendo dia e noite, e se não lhe mandasse socorro, seriam comidos”(!).

O desespero atingia ao máximo de tensão. Os reforços não se fizeram esperar. Mem de Sá teve ímpetos de vir em pessoa. Mandou a Fernão de Sá, seu filho, com seis barcos e duzentos homens armados.¹⁴ O combate foi renhido; travou-se nas margens do Cricaré, São Mateus de hoje, próximo

12 Brás Lourenço veio para o Brasil na expedição de 1553. Chegou à Bahia juntamente com José de Anchieta, em companhia de D. Duarte da Costa. Fez os últimos votos em 25 de julho de 1560. Foi vice-reitor, superior em Porto Seguro. Voltou ao Espírito Santo e em 1583 era superior. Faleceu em Reritiba a 15 de julho de 1605 com 80 anos. Era de Coimbra. Notas colhidas na *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

13 *Cartas. Instrumentos*.

14 *Instrumentos*.

à praia. Os portugueses não levaram a melhor. Fernão de Sá foi morto e outros chefes se salvaram, nadando para os navios ao largo.¹⁵ Novo reforço chegou e, dessa vez, sob o comando de Baltazar de Sá, primo do primeiro, que vingou duramente os coloniais. Salvou a vila de Vitória, onde Vasco Fernandes estava a pique de se render.¹⁶

Mem de Sá comunica à rainha dona Catarina que a capitania do Espírito Santo agora “fica muito pacífica e seu gentio tão castigado: mortos tantos e tão principais que parece não alevantarão a cabeça tão cedo”.¹⁷

O temor agora era a velhice e a pobreza de Vasco Coutinho, circunstância que Mem de Sá comunica à Corte: “Parece que Vossa Alteza devia tomar esta terra a Vasco Fernandes e logo mandar a São Tomé e dar aos homens ricos que para cá querem vir”. A situação era de fato crítica. Visitando a capitania, Mem de Sá aconselha a se fazer uma cidade nova para defender a terra dos índios e dos franceses sempre a cobiçá-la. Mas as tarefas do Rio de Janeiro distraíram a atenção do grande governador geral.¹⁸

Restabelecida a paz, com o massacre dos indígenas, o ânimo de Vasco Fernandes Coutinho se ilumina com a derradeira perspectiva da esperança. Embarca para Portugal, onde tentará, junto à soberana um último apelo em benefício da capitania infeliz. A viagem inicia-se com mau augúrio. Os males do corpo e a angústia da alma recrudescem. Tocando em Ilhéus o desânimo o aniquila. De próprio punho, em 22 de maio de 1558,¹⁹ precisamente vinte e três anos após ter contemplado a baía do Espírito Santo, naquele sábado promissor, reconhece a falência de sua empresa temerária. Escreve a Mem de Sá seu canto de cisne. É uma página dramática em que a humildade cristã de Coutinho se confunde com o interesse e grande amor à capitania. Diz que velho, doente e aleijado embarcara para ir beijar as mãos do governador geral em sinal de reconhecimento à ajuda, que depois de Deus, foi que salvou a terra e o povo da fúria dos índios. Enfrentou tempestade e doença a bordo. Conta que foi alvo de desacato do povo por proibir cativar índios. Pede um capitão que não venha a ser tratado como ele o fora. Suplica-lhe uma passagem e carta de recomendação para o reino, onde pretende achar socorro que o ajude a levantar a capitania ou quem a compre. Julga-se indigno de possuí-la. Os documentos compulsáveis dos arquivos omitem-se quanto ao resultado da viagem. Silenciam também se

15 Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*.

16 *Instrumentos*.

17 Mem de Sá. *Cartas*.

18 Idem, idem. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II.

19 Pedro Azevedo, op. cit. Apêndice.

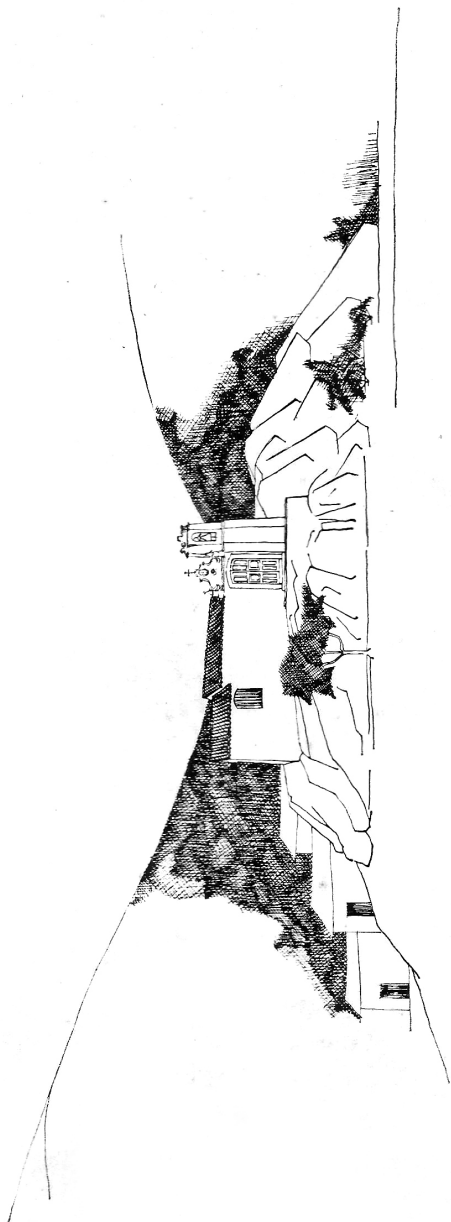
chegou à metrópole ou apenas velejou pelas capitânicas do norte. Mem de Sá não o encontra em janeiro e março de 1560.²⁰ É ponto pacífico que Vasco Fernandes Coutinho faleceu em fevereiro de 1561 e foi sepultado em Vila Velha, na igreja do Rosário.²¹ Dispensamo-nos em comentar a vida estoica e resignada do primeiro donatário do Espírito Santo, por me ter alongado na sua biografia. Louvo-me no conceito do venerável José de Anchieta, em seu auto “Vila de Vitória”, em que uma das personagens encarna Vasco Fernandes Coutinho, tachando-o de bom governo. Serafim Leite diz que a homenagem é merecida, porque Coutinho se mostrou “amigo dos Padres e, naquilo que podia, protetor dos índios”.²²

Em 1935, quando se comemorou o quarto centenário do povoamento do solo espírito-santense, a família Oliveira Santos ofereceu à cidade de Vitória significativo monumento a Vasco Fernandes Coutinho, concepção e debuxo do grande capixaba de coração, que foi Alberto Oliveira Santos, desenhado e montado por Jaime Figueira. A rua que recebeu o nome do primeiro donatário, no canto do Parque Moscoso, é modesta demais para perpetuar-lhe o nome.

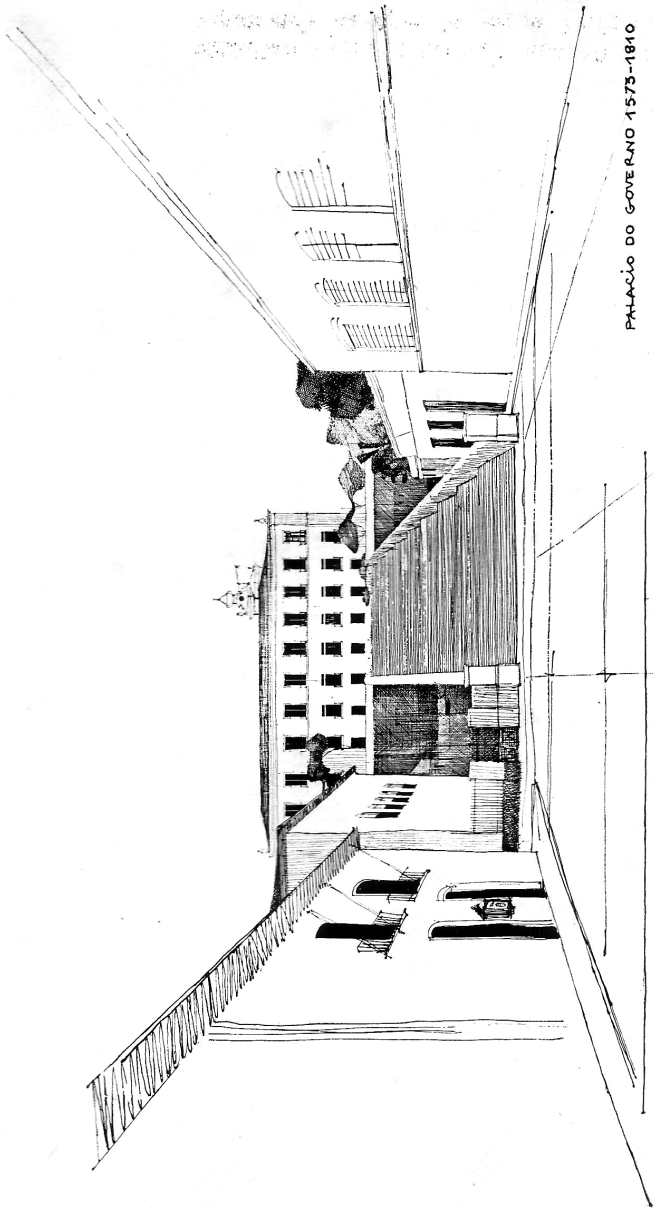
20 Mem de Sá. *Cartas*.

21 Daemon. César Marques.

22 Serafim Leite.



CAPELA SANTA LUZIA 1537



PALÁCIO DO GOVERNO 1573-1810

VII

EPIDEMIAS E AMEAÇAS

As aglomerações humanas propiciam as endemias, mormente quando se tornam centros de emigração. O paludismo e a varíola madrugaram na ilha com a entrada dos indígenas catecúmenos. Em 1558 e 1559, quando a ilha se despovoava com os assaltos dos silvícolas, uma epidemia “matou tanta gente que o adro da igreja, onde, segundo costume, os jesuítas chegaram a sepultar dez cadáveres por dia...”¹ Os loiolistas registram continuamente, em suas cartas, essas mazelas.

Luís da Grã, certa vez, “achou a todos convalescentes de febres”. Em 1564 a bexiga outra vez devasta, principalmente na aldeia da Conceição, hoje Serra.² “Não deve ter sido outra doença, que matou o padre Diogo Jácome e o irmão Pedro Gonçalves.”³ O progresso demográfico, com a insurreição do índios, as epidemias e lutas contra os estrangeiros, só podia ser negativo. Os franceses, que ameaçaram a costa em 1551, voltaram em 1558 ao porto de Vitória, onde dormiram. Salvaram o desembarque Simão Azevedo e um francês, residente na ilha, chamado Nao, os quais indo a bordo, exageraram o poder bélico dos colonos e os fizeram levantar ferros.

“Gato” os surpreendeu dias depois em Itapemirim, combatendo-os e desbaratando-os.⁴

Os franceses são persistentes: em 1561, em duas naus artilhadas, fundeiam defronte à vila, aterrorizando a parca população em suas casas de palha sem defesa. Belchior de Azeredo chefou a defesa, levando o padre Brás Lourenço o estandarte de São Tiago. Toda a população combate. Foram postos em fuga a golpes de flechas. Uma nau portuguesa de passagem prestou auxílio valioso.⁵

No ano seguinte não ousaram entrar; mandaram um batelão explorar o porto e foram postos a correr.⁶

1 Mario Freire, op. cit., p. 23.

2 Apud Serafim Leite, tomo I, p. 216 e seguintes.

3 Serafim Leite.

4 *Cartas Avulsas*, apud Serafim Leite.

5 *Cartas Avulsas*, com nota de Afrânio Peixoto, apud Serafim Leite.

6 Idem, idem. Daemon.

BELCHIOR DE AZEREDO

Entre os moradores da capitania, um destacou-se pelas suas virtudes excepcionais: Belchior de Azeredo. Além de próspero proprietário, exercera a Provedoria Real da Fazenda. Era secretário de Coutinho, administrador da Justiça estimado por Brás Lourenço, superior do colégio. Na última viagem de Vasco Fernandes fora eleito pelo povo e as mais vezes para capitão.

Mem de Sá, voltando da Guanabara, achando vaga a capitania, por provisão de 3 de agosto de 1560, datada de Vitória, confirma o ato dos habitantes da ilha, fazendo ao cavaleiro d'El-Rei, Belchior de Azeredo, capitão, com todas as prerrogativas do donatário. O que eu não atino é que, tomando Mem de Sá conhecimento da morte de Coutinho, de Salvador, em 16 de outubro do ano seguinte, torne a nomear Belchior, capitão-mor da capitania, determinando que ela não seja entregue a nenhuma outra pessoa a não ser ao filho do falecido Coutinho, se se apresentar.⁷ Parece-me redundância. Belchior de Azeredo vai immortalizar-se na história da invasão francesa no Rio e será perpetuado pela ajuda a frei Pedro Palácios na construção da ermida da Penha.

7 Os dois documentos estão reproduzidos nos *Ensaios sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*, de José Marcelino Pereira de Vasconcelos, editada em Vitória, em 1858.

VIII UM SANTO E UM SANTUÁRIO

Dos nomes-legenda que marcaram as páginas da história do Espírito Santo, dois se perpetuaram para a eternidade: José de Anchieta e Pedro Palácios. Compatriotas ¹ e contemporâneos, o destino os uniu na mesma devoção piedosa que o povo capixaba lhes tributa cada vez mais. O primeiro, moço, virtuoso, letrado, pertenceu àquela plêiade de caminhantes predestinados, que desbravaram matas, conquistaram tribos, lançaram fundamentos da civilização cristã em dezenas de regiões brasileiras.

O segundo, humilde de letras e rico de devoção, apostolou rezando, rezando sempre à Virgem Maria e pedindo esmolmas para construir-lhe um templo.

Pedro Palácios² nasceu na província de Salamanca, em Medina do Rio Seco, na Espanha. Animado de espírito religioso tomou o hábito de São Francisco, em São José de Castela, transferindo-se depois para Arrábida em Portugal. No hospital de Lisboa exercitou-se em amar o próximo. Naquela época, o Brasil era o Eldorado para sonhadores de fortuna e convite sedutor aos que ansiavam a Vida Eterna com o pastoreio do gentio. Em navio português, frei Palácios embarcou e na Bahia, vaga de franciscanos, se fez coadjutor dos jesuítas sem mudar de hábito. Ignora-se quanto tempo esteve em Salvador. Anchieta, na Informação, não menciona datas. Em 1558, desembarcara em Vila Velha, no Espírito Santo, e desgarrar-se de seus companheiros de viagem.³ Dias depois encontrá-lo-ão numa cabana tosca, ao pé do penhasco que encima o monte, a cavaleiro da vila, rezando. Era um asceta, um místico contemplativo, que na beleza multicolor da montanha, sentia mais acesa a chama da santidade. Chegou “profecto em idade e simples Irmão leigo, e leigo morreu doze anos depois”⁴ Em tão curto prazo construiu a mais duradoura obra de arquitetura física e moral do Brasil Colônia.

Trouxe frei Palácios um painel de Nossa Senhora e o desejo de construir-lhe uma capela. Ao aportar em Vila Velha deparou com a magnífica

1 Padre Anchieta era canarino da ilha de Tenerife, pertencente à Espanha. José da Frota Gentil S.J. *Vida do Venerável José de Anchieta*. Deve-se pronunciar Anxieta.

2 Frei Basílio Röwer O.F.M. *Páginas de História Franciscana no Brasil*.

3 Basílio Daemon, op. cit.

4 Röwer. Na obra citada corrige a data do falecimento de Palácios de 1575 para 1570.

paisagem do morro que lhe serve de encosto. No assentado do monte, surgindo da floresta, um penhasco lhe remata a cumeada e sobre ela vicejavam então duas palmeiras. Reconheceu o franciscano devoto, o local imaginado para glorificar sua protetora celeste.

Lá, seus companheiros de viagens e os moradores da vila o encontraram, assustados com seu sumiço. E não houve demovê-lo sem que lhes promettessem ajudá-lo na tarefa que pretendia. Construíram a capelinha no campinho, minúscula, onde o frade colocou o painel precioso e a imagem de São Francisco, fundador de sua ordem. Esmolava, ensinava catecismo às crianças, catequisava os índios da redondeza, edificando com seu exemplo uma sólida e piedosa devoção à Nossa Senhora das Palmeiras, invocação que deu, de início, diante de preferência da Senhora, do local de sua morada.

Esta é a tradição que a história recolheu através dos cronistas coevos, que transmitiram e registraram a chegada do franciscano e o início do convento da Penha, hoje basílica e monumento nacional.

Mas, eis a lenda popular, bela, cheia de tessitura poética e rica de imaginação. Frei Palácios, na sua vida de asceta, morava na capelinha de São Francisco. Certa manhã acordou e não viu a imagem veneranda da Virgem. Desolado, procurou por toda a parte, desceu a montanha, indagou dos amigos e, instantes depois, já era o povo aflito que se alvoroçava na busca. Não fora roubada. Ninguém se atreveria ao sacrilégio. Depois de tantas diligências, encontraram o painel em meio às palmeiras solitárias do penhasco. Trouxeram-no com júbilo para a capelinha humilde de São Francisco.

O desaparecimento do quadro repetiu-se dias depois e foi novamente achado a dominar nas alturas da penedia.

Frei Palácios não era impostor. Compreenderam todos que Nossa Senhora, milagrosamente, indicava o cume da montanha para sua moradia.

Depois que o ilustrado e saudoso frei Basílio Röwer, historiador de primeira plana, publicou as documentações e belíssimas *Páginas de História Franciscana no Brasil*, creio ser inútil, a quem não puder aduzir novos documentos, historiar a origem e a construção do convento da Penha.

Erudito, prudente na análise dos fatos, sincero na interpretação dos textos de seus maiores, frei Röwer reconstrói a sequência humana da vida e obra de Pedro Palácios com o cromatismo da época.

O testemunho da vida ascética, simples e bondosa do frade está fortemente grafada pelos jesuítas, que lhes foram contemporâneos: Brás Lourenço, Nóbrega e Anchieta, não poucas vezes, a ele se referem com respeito e admiração. O povo do Espírito Santo, notadamente o de Vila Velha, guar-

da sem deturpar-lhe a beleza mística de homem voltado para o bem. E os poetas cantam-lhe as virtudes e os devotos lhe pedem as graças do céu...

A capelinha de São Francisco tornou-se pequena demais para abrigar os devotos da santa milagrosa de frei Palácios. Diligenciou-se a construção da ermida no topo da montanha. As esmolas foram recolhidas em dinheiro, dádivas e prestação de serviço. Melchior de Azeredo, sobrinho de Belchior, proprietário rico e em cuja casa não poucas vezes se acolheu o franciscano esmolar,⁵ foi provavelmente o maior contribuinte. André Gomes e seus dois irmãos, Amador e Brás, testemunhas em 1616 no processo de beatificação de frei Palácios, o acompanharam, a esmolar e a trabalhar na construção da capela da Penha.⁶ É provável que a parte do santuário propriamente dito tenha sido edificada por volta de 1558 a 1559, logo depois da capelinha de São Francisco. Assim escreve Jaboatão, assim confirmam os assentamentos franciscanos. E não há probabilidade de que os acréscimos à ermida tenham sido feitos antes de 1650.⁷

Palácios foi não somente um doutrinador, mas também catequista. Percorria os aldeamentos, demorando-se com os índios conforme testemunho do venerável José de Anchieta, que o chamou “varão evangélico, que viveu e morreu santamente”.

Não foi só o painel a óleo, cuja autoria se quis atribuir a Ticiano, que frei Palácios doou à ermida da Penha. A imagem belíssima do altar-mor foi encomendada por ele, em Portugal, e é a mesma que hoje se venera no convento.

Em 2 de maio de 1570, pela manhã, quarta-feira de Pascoela, morreu o místico velhinho franciscano, dois dias depois da festa, que celebrara à Virgem da Penha.⁸ A notícia foi levada à vila pelo negrinho que Belchior de Azeredo lhe dera, quando a idade não mais lhe permitia andar sozinho. As testemunhas do processo, instaurado em 1616, afirmaram que naquela manhã os sinos repicaram festivos. Pode-se desmentir um povo?

Carlos de Laet fez-lhe o panegírico, estudando-lhe as virtudes, em uma conferência pronunciada em 22 de maio de 1903.⁹

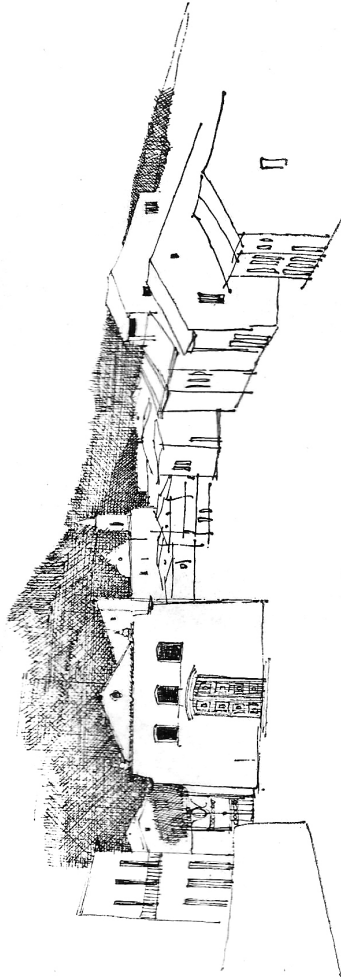
5 Röwer, op. cit.

6 Jaboatão. Apud Röwer.

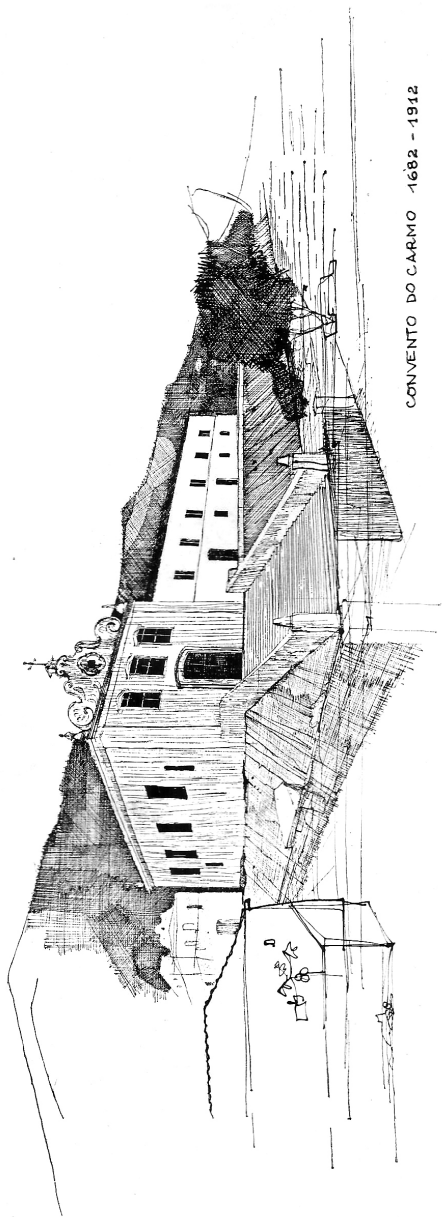
7 Röwer, op. cit.

8 Idem, idem.

9 *O Frade Estrangeiro e Outros Escritos*. Organização de Múcio Leão. Publicação da Academia Brasileira de Letras.



CAPELA DA MISERICORDIA 1601



CONVENTO DO CARMO 1682 - 1912

IX

BELCHIOR DE AZEREDO E ARARIBÓIA

NOMES QUE TRANSPÕEM AS FRONTEIRAS

Belchior de Azeredo ocupou todos os cargos importantes da capitania. Sesmeiro, lavrou fazenda que se tornou próspera. A notícia que dele nos chegou, através dos responsáveis pelo registro da história quinhentista do Brasil, no-lo retrata homem de caráter, corajoso, prudente e bom.¹ Sucedeu a Vasco Fernandes Coutinho, de quem foi secretário, por eleição do povo e por nomeação de Mem de Sá. Governou com prudência de 3 de agosto de 1560 a 1563. Ligou seu nome a todas as iniciativas de seu tempo. Ajudou a Afonso Brás e a Brás Lourenço, carregando, com as próprias mãos, pedras para a construção dos jesuítas.² Defendeu a vila contra a invasão dos franceses,³ acolheu frei Palácios e foi possivelmente seu melhor esmoler para construir as capelas do morro da Penha.⁴ E, quando já desobrigado de capitão-mor, é ele que acompanha Estácio de Sá, com reforço de homens e índios, na tomada do Rio de Janeiro, invadido pelos franceses.

Não houve dois Belchior de Azeredo, o velho e o moço, conforme supõem Daemon e José Marcelino. Os moços, porque foram dois, Marcos e Miguel de Azeredo, eram sobrinhos de Belchior, assinalaram-se igualmente no fim do século XVI, como se verá.

Araribóia comandou os temiminós recrutados por Belchior, na retomada da Guanabara, vingando-se dos castigos que os tamoios, então aliados aos franceses, infligiram, anos atrás, à família do Maracaiá-Guaçu, o Gato Grande.

Não é pacífico o nascimento de Araribóia no Espírito Santo. Deram-lhe o nome, no batismo, de Martim Afonso de Souza e por isso frei Vicente admite que tenha nascido no Rio de Janeiro. O frade não se documenta. Mário Freire limita-se a escrever que “há quem afirme” ter o índio nascido no Espírito Santo.

1 Anchieta. *Cartas Avulsas*.

2 Serafim Leite, op. cit.

3 A batalha foi em 1567. Barão do Rio Branco.

4 Röwer.

Tudo me leva a crer que o famoso guerreiro indígena tenha nascido na capitania. Catequizado pelos jesuítas, distinguiu-se com chefe da tribo a que pertencia, razão para ser recrutado por Belchior de Azeredo. Varnhagen encarece o auxílio do Espírito Santo a Estácio de Sá.

Pagou-lhe na mesma moeda de honra o sangue derramado pelos primos Fernão e Baltazar de Sá, nas águas do Cricaré e no cerco de Vitória, pelos botocudos selvagens.

Levino Fânzeres, pintor capixaba, imortalizou, em famosa tela, a partida de Araribóia para o Rio de Janeiro.⁵

5 Está no Congresso do Estado [atual Assembleia Legislativa].

X

VASCO FERNANDES COUTINHO FILHO E D. LUÍSA GRIMALDI

Aberta a sucessão da capitania, pela morte do primeiro donatário, habilitou-se, de acordo com a legislação joanina, o filho natural de Vasco Coutinho, havido com Ana Vaz. Sua posse ocorreu pelos fins de 1563 ou muito no começo do ano seguinte, porque, em 1564, Belchior de Azeredo foi com Salvador de Sá auxiliá-lo na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e não seria capitão-mor. Ignora-se-lhe o nascimento e a vida pregressa. Não lhe devia, porém, ser desconhecido o senhorio que herdara. Há, nos escritos da época, referências vagas que induzem a se admitir que Vasco Filho e sua mãe habitaram as terras de Vila Velha antes da morte do pai.

Os atos praticados por Vasco Filho, testemunhados pelos jesuítas, franciscanos e autoridades da metrópole, retratam-no como homem prudente, justo e trabalhador. Deu relevo à capitania com a ajuda prestada ao governo geral em homens e mantimentos, na expulsão de Villegaignon.¹ Ocorreram fatos significativos nos dezessete anos em que esteve no comando dos destinos do Espírito Santo e foram: repovoamento das glebas abandonadas; distribuição de novas sesmarias; construção de engenhos, elevando o número a seis; combate ao vício do jogo de cartas e dados que se generalizara com desagrado para Brás Lourenço. Tratamento mais compreensível dispensado aos nativos com proveito geral. Reagiu aos invasores com denodo.

Em 1581, na sua fazendola da Praia da Costa, cuja residência se situava nas fraldas do Moreno, faleceu mansamente depois de assegurar a tença de 30.000 réis à sua velha mãe. Pediu que o sepultassem na igreja de São Tiago, em Vitória.

Não deixou filhos de seu casamento com Luísa Grimaldi. Esta assumiu o governo assistida pelo capitão de ordenanças, Miguel de Azeredo, sobrinho de Belchior, até que se habilitassem os herdeiros do marido.

Gustavo Barroso, com a autoridade que lhe assiste,² declara que a viúva de Vasco Fernandes Coutinho Filho, entre as mulheres que governaram no

1 Padre Raphael Maria Galanti, op. cit.

2 “O governo feminino duma capitania brasileira”. *O Cruzeiro* de 31 de maio de 1958.

Brasil Colônia, foi “a mais notável de todas”. Nos quatro anos que dirigiu os destinos da capitania do Espírito Santo, sua ação, serena e segura, se fez sentir em todos os episódios, que feriram a normalidade administrativa. Ela defendeu com seus poucos homens, mas aguerridos, sob o comando de Miguel de Azeredo, a vila de Vitória do ataque de Tomás Cavendish.³ Era a segunda visita que os ingleses faziam à terra capixaba. A primeira não passou de simples expectativa. Em 1582, três naus, as que haviam “roubado a nau do P. Comissário, Fr. João de Ribadaneira”, indo para a baía do Prata, passaram pela costa do Espírito Santo e nada fizeram a mais do que assustar a população com seus três disparos. Mas a segunda, em 1592, causou susto e danos consideráveis. Não fosse a suspeita ter prevenido os ânimos das pessoas responsáveis, talvez a vila não escapasse ao saque e à ruína. D. Luísa, avisada, mandou construir dois fortins fronteiros ao Penedo,⁴ em situação vantajosa para defender o ataque com pedras, flechas e auxílio dos índios, trazidos pelos jesuítas.⁵ Foram os ingleses vencidos, deixando 40 homens, dos quais oito prisioneiros. Entre os mortos estava Morgan, segunda pessoa do pirata.

Luísa Grimaldi doou os terrenos patrimoniais do convento da Penha, que eram contíguos à sua fazenda do Moreno.⁶ Igual generosidade usou para com os beneditinos, em 1594, dando-lhes, na pessoa do padre frei Damião, terras e sua própria casa, na ilha, para edificarem um convento.⁷ Em 1593, sabendo da adjudicação da capitania aos herdeiros de seu falecido marido, D. Luísa entregou o governo ao capitão Miguel de Azeredo, embarcando para Portugal. Tomou hábito de dominicana, em Évora, onde faleceu em 1627,⁸ aos oitenta e cinco anos de idade. Foi testemunha no processo de beatificação do venerável José de Anchieta.

Os historiadores escrevem Grimalda, Grinalda e Grimaldi. A ilustrada professora D. Maria Stella de Novaes, em minuciosa e paciente pesquisa, publicou a biografia e genealogia da célebre “capitã” do Espírito Santo. Dissipou-se a dúvida. D. Luísa pertencia à velha nobreza da Casa Grimaldi, cuja genealogia chega ao palácio do rei Childeberto II, no ano de 714. À época de 1500, era uma das famílias mais nobres de Gênova. Um ramo ascendeu ao trono de Mônaco. Concluo, dos nobres que aportaram à capitania do Espírito Santo, ser ela a de melhor e mais pura linhagem.

3 Serafim Leite S.J., op. cit., tomo I, p. 219.

4 Origem do forte São João, hoje Clube Saldanha da Gama.

5 Serafim Leite, op. cit.

6 Röwer, op. cit.

7 José Teixeira de Oliveira, op. cit. Transcrição da nota 42.

8 Maria Stella de Novaes, *D. Luisa Grimaldi*.

XI

O QUE FIZERAM OS NÁUFRAGOS JESUÍTAS

Aos 28 de abril de 1573, os padres Tolosa, Luís da Grã, Antônio da Rocha, Vicente Rodrigues, Fernão Luís, irmãos Bento de Lima e João de Souza, viajando para Porto Seguro, naufragaram na foz do rio Doce. Perderam tudo mas salvaram as vidas. A pé caminharam para a vila de Vitória. Serafim Leite narra que “foram agasalhados com amor por toda a população. Depois de feita uma romaria a Nossa Senhora da Penha, ermida que se vê ao longe, no mar, e é refrigério e devoção de mareantes, resolveram os Padres aproveitar essa demora forçada, de cinco meses, para construir nova igreja”.

“– Tolosa escreve... começamos logo uma igreja capaz, de mais de cem palmos de comprimento, fora a capela, e quarenta e cinco de largura; as paredes de taipa, por não haver aqui pedreiro: os alicerces todavia são de pedra e cal, que fizeram os Padres de casa como souberam.”

“O capitão Belchior de Azeredo com toda a mais gente principal ajudaram com suas próprias mãos a trazer umas pedras grandes para os alicerces. Todos mandam os seus escravos para a obra. Outros mandam as coisas necessárias para o nosso mantimento e das gentes que trabalham. Uma pessoa nos tem dado três bois. E como andarem quase cinquenta pessoas nas obras, com a gente de casa, todas se sustentam de esmolas, que é para espantar em Capitania tão pequena, onde há mais gente pobre do que rica.”

Onze anos depois, Anchieta diz que a igreja é nova, mui capaz para a terra e bem armada.

Fernão Cardim, na mesma data, escreve que a casa do Espírito Santo era bem acomodada com sete cubículos. “Na cerca havia laranjeiras, limeiras doces, cidreiras, acajus e outras frutas da terra, com todo o gênero de hortaliças de Portugal. O terreno da casa descia até o porto, onde havia cais de embarque e desembarque privativo”.

Os religiosos, no Brasil seiscentista, são os únicos que constroem para a posteridade. Justifica-se, porque eles vinham para a catequese, que parecia indefinida, e vinham dar assistência aos colonizadores para que não caíssem na desordem espiritual.

Os colonos, com poucas exceções, eram abastardados de costumes, condenados a galé por crimes muitas vezes bárbaros, analfabetos e de más estirpes. Precisavam quase tanto ou mais da assistência religiosa do que os pobres nativos, na sua barbárie inconsciente. Os padres construíram para

abrigar os propagadores do Evangelho, cuja missão não finda. Os colonos eram aventureiros à procura de fortuna fácil. Sonho que na realidade se dissiparia aos poucos, na proporção das dificuldades a vencer.

O MISSIONÁRIO

Que ânimo perseverante e ardente inflamava os soldados de Loiola! Ainda hoje o percurso de Regência Augusta¹ até Vitória é uma caminhada aventureira; imagine-se há quatrocentos anos atrás: floresta virgem, lagoas perigosas e cento e trinta quilômetros de marcha entre a praia e o matão insondável. Diz bem o aforismo que a fé remove montanhas. O drama da catequese é ainda um livro cujas páginas não foram coloridas com as tintas próprias da vivência naqueles dias mesclados de sofrimento e de esperança, de martírio e de glória.

O missionário incarnou, por vezes, o evangelizador de Cristo, o guerreiro de César, o homem de Estado e pai Providência. O emigrado, na pátria nascente, descristianizava-se para satisfazer seus apetites mórbidos. A moral era um preconceito de conveniências para muitos. As paixões adormecidas acordavam violentas e brutais na luta do dia a dia. Cada capitania era uma nação a se construir, uma raça a se forjar, com elementos os mais heterogêneos. A cupidez do branco igualava a ferocidade do nativo.² A distância da metrópole era uma maldição bíblica.

O país não era um jardim de flores e frutos, de contrastes de luz e de sombra, onde uma população de seres sem malícia, como pareceu ao bucólico Vaz Caminha, desfrutava as delícias do paraíso terrestre. Eram matas emaranhadas a abraçar serros indefinidos, vales divagantes a vestirem, de vegetação cerrada, rios caudalosos, que se confundiam com tremedais intransponíveis. Tribos bravias, desconfiadas e traiçoeiras, de tocaia nas trilhas abertas pelas feras indomáveis. Era o desespero dos colonos frustrados nos seus anseios e revoltados contra as leis da natureza. Vencer esses obstáculos foi a epopeia nobilitante dos missionários.

OS FRANCISCANOS E O CONVENTO

Frei Pedro Palácios não veio ao Espírito Santo enviado por seus superiores, ao que se sabe. Os franciscanos têm sua origem, em Vitória, na estima e simpatia que o ermitão da Penha granjeou entre os colonos e principalmente de Vasco Coutinho Filho e sua mulher.

1 Foz do rio Doce. Já definido.

2 Carlos Malheiro Dias.

Estando, em 1585, o custódio Melchior de Santa Catarina, em Salvador,³ recebeu do donatário do Espírito Santo súplica para edificar um convento em Vitória. Regressando a Olinda, o custódio recebeu novos irmãos de hábito e pôde aceitar o pedido de Vasco Coutinho, despachando em 1589 os frades Antônio dos Mártires e Antônio das Chagas, que aportaram a Vitória em novembro do mesmo ano. Receberam-nos festivamente D. Luísa Grimaldi, agora viúva, os irmãos Azeredo e o povo. Doaram-lhes o sítio que cobre o contraforte da Fonte Grande, descendo para os mangues orientais, hoje Parque Moscoso.⁴ Na encosta construíram uma residência provisória com capela, onde se instalaram, deixando a hospedagem do capitão de ordenanças, Miguel de Azeredo, que lhes disputara a preferência. O local, onde se edificou a casa primitiva, tomou o nome de Tapera e o caminho, que dali galgava o morro, recebeu a denominação de rua da Tapera, hoje restabelecida [atual rua Imaculada Conceição], logradouro que une a rua Thiers Veloso à rua Dom Fernando. Na capela dessa temporária moradia dos primeiros franciscanos originou-se a Irmandade de São Benedito, célebre na história religiosa e folclórica da ilha.

Para relatarem e receberem instruções do custódio, cinco meses depois, embarcaram os dois frades para Olinda. Vencidas as dificuldades inerentes ao cometimento, em fins de 1590 ou no começo de 1591, frei Antônio dos Mártires e seu companheiro regressaram a Vitória, autorizados pela Ordem, a construir o convento de São Francisco.⁵

Com ajuda do povo e dos “principais” lançaram, nesse mesmo ano, a pedra fundamental da fábrica franciscana, que se imortalizaria na paisagem urbana da vila. Em 5 de novembro escrevia-se, em cartório, a carta de doação dos terrenos, onde glebas houve de propriedade de Manuel Pereira, Juliana Roiz e Antônio Gonçalves.⁶

A pobreza da vila não impediu que, em poucos meses, as paredes do edifício estivessem elevadas. Mas o luto empanaria o entusiasmo e a satisfação dos habitantes. Frei Antônio dos Mártires, vencido pelo cansaço, entregava sua nobre alma ao Criador. A capelinha provisória na Tapera foi seu primeiro túmulo. Anos depois lhe trasladam os ossos para a igreja de São Francisco, quando o convento praticamente estava concluído. Finou-se em plena mocidade, na era de 1592.⁷ Sucedeu-lhe, como superior, frei João São

3 Röwer, op. cit.

4 Daemon. Mário Freire.

5 Röwer.

6 Daemon. Röwer. César Marques.

7 Röwer.

Miguel. Retardam-se as obras. Vitória, além de sua população ser pequena, era pobre. Poucas famílias podiam contribuir. A maior coleta era de serviços. Dois anos decorridos, frei Antônio das Chagas, o companheiro de frei dos Mártires, ascendia ao superiorato da casa, e em 1596 se concluiu o convento. A igreja continuou paulatinamente e em 2 de agosto de 1601, com festa votiva, celebrava-se a primeira missa no altar de São Francisco.⁸ No convento, modesto mas confortável, na sua fábrica de estilo ingênuo, fizeram seu noviciado inúmeros jovens, inclusive vindos de outras capitâneas, que depois se derramaram a iluminar a inteligência das gerações brasileiras. O convento estimulou a devoção e serviu de sede a irmandades e confrarias, famosas em assistência religiosa e social ao povo. Eclipsou-se pela segunda metade do século passado, por falta de religiosos. A incúria do governo e a pobreza do bispado deixaram que o vetusto convento franciscano desaparecesse, quase, pela ação corrosiva do tempo.

TAMBÉM OS BENEDITINOS

O logradouro que liga a rua Graciano Neves à antiga chácara do Muniz chama-se rua São Bento e, nos mais antigos documentos coloniais urbanísticos da cidade de Vitória, essa comunicação aparece com o título de ladeira São Bento. Felizmente a digníssima Câmara Municipal ainda não se lembrou de substituir o nome do santo doutor pelo de algum personagem político, de preferência particular.

Hoje é comum desprezar-se a tradição sem se aperceber que assim se apaga à história, à responsável pela urdidura social e política do povo, a lembrança petrificada do passado, que fala quando perguntado.

Antigamente o logradouro público recebia o nome dado pelos moradores. Não havia decretos. As consideranda eram justificativas naturais e, muitas vezes, ingênuas e pitorescas. Os nomes significavam a natureza ou finalidade do logradouro. Assim apareciam as ruas da Praia, da Mangueira, da Senzala, do Mercado, da Matriz etc.

A antiga ladeira, hoje rua de São Bento, lembra a vinda dos beneditinos ao Espírito Santo. Governando a capitania D. Luísa Grimaldi, chegaram, com regozijo para o povo, frei Damião da Fonseca e o irmão frei Basílio, em 1589. Hospedaram-se na residência daquela ilustre dama, tal o respeito que se tributava então aos religiosos. Vinham, os filhos de São Bento, com o propósito de construir um convento para sua nobilíssima Ordem. D. Luísa deu-lhe a própria residência em Vila Velha, onde se estabeleceu o mosteiro de Nossa

8 Gomes Neto. *As Maravilhas da Penha*.

Senhora da Conceição. Deram logo depois início a outro, talvez o definitivo, na vila de Vitória, em “uma sorte de terra” que a Câmara lhes concedeu em 1591. Situava-se “próximo à Fonte do Conselho do Reguinho”. O irmão frei Basílio requereu e obteve o sítio denominado Ilha, que fora da própria governadora.⁹ É tudo o que as crônicas nos transmitiram.

A fonte do Conselho foi a primeira denominação da fonte Grande, nascente puríssima de água, que aflorava em meio aos blocos de granito, nos fins da rua Sete de Setembro, cuja guarda era confiada ao Conselho. Até o meado do século passado, a população se abastecia de água para beber nas fontes Grande, Capixaba e Lapa.¹⁰ A desmatação prejudicou esses preciosos mananciais, responsáveis pela fundação da cidade na ilha de Santo Antônio.

Os beneditinos, presumo, devem ter construído residência provisória no fim da rua São Bento, local aprazível, cujas terras se confrontavam, na nascente aludida, com os franciscanos. A pobreza da população deve ter frustrado a fábrica do mosteiro.

9 Mário Freire, op. cit., p. 36. César Marques apenas menciona que houve um convento.

10 Brás Rubim. *Memória*. Dá a população da vila de Vitória em 1817 em torno de 4.500 habitantes. O problema da água surgiu depois de 1850.

XII

INDÍGENAS, ALDEAMENTOS E COOPERAÇÃO

Os indígenas que habitavam o Espírito Santo, à época de seu povoamento, não foram convenientemente estudados e localizados, a não ser os goitacás, de cujas notícias se infere que demandavam de Vila Velha para o sul, dominando o vale do Paraíba. Parece-me que no Espírito Santo eram caçadores periódicos e se grupavam, quando de seus ataques, sempre ferozes. Foram eles os matadores de Jorge Menezes e de Castelo Branco. Ao norte campeavam os tupinaquins ou tupiniquins, que se adensavam em número, do Cricaré para Porto Seguro.¹ Essa notícia nos chega através das cartas dos jesuítas, assim como do combate trágico que se travou com os portugueses, culminando com a mortandade da qual a figura marcante foi Fernão de Sá, cujo heroísmo ressuscita agora com o poema de Anchieta, desconhecido de quatrocentos anos e publicado pelo padre Armando Cardoso.² Foram os sítiantes de Vitória derrotados por Baltazar de Sá, que se vingou da morte de seu primo, abrandando a dor do tio governador geral.

Os temiminós, que não se pode afirmar se autóctones ou emigrados, pelas referências um tanto incertas, deviam habitar a baixada de Goiabeiras e Carapina até as proximidades de Serra.³

1 “O gentio tupiniquim senhoreou e possuiu a terra da costa do Brasil, ao longo do mar, do rio Camamu até o rio Cricaré, o qual tem agora despovoado toda esta comarca (Bahia) fugindo dos tupinambás, seus contrários, que os apertaram por uma banda, e aos aimorés, que os ofendiam por outra. Com este gentio tiveram os primeiros povoadores das capitânicas dos Ilhéus e Porto Seguro e os do Espírito Santo, nos primeiros anos, grandes guerras e trabalhos, de quem receberam muitos danos; mas pelo tempo adiante vieram a fazer as pazes, que se cumpriram e guardaram bem de parte a parte, e de então para agora foram os tupiniquins muito fiéis e verdadeiros aos portugueses. (...) É gente de grande trabalho e serviço, e sempre na guerra ajudaram aos portugueses, contra os aimorés, tapuias e tamoios (...)”. Gabriel Soares de Souza, *Roteiro Geral*. Cap. XXXIX.

2 *De Gestis Mendi de Saa*. O padre Cardoso S.J. traduziu em “Mendisséia”. *Boletim do Colégio Santo Inácio*, Rio.

3 O padre Fabiano Lucena foi o consolidador do aldeamento de Serra e da catequese dos temiminós. Viveu nessas plagas de 1556 a 1565. Deixou sua missão sem licença do superior padre Luís da Grã. Sofreu várias desgraças em sua viagem para Lisboa. Vide nota 2, p. 235. Serafim Leite, op. cit.

Os apiepetangas dominavam de Serra a Santa Cruz e toma-se essa informação pelo embarço que opuseram a Belchior de Azeredo, quando de sua entrada em Conceição (Serra), cem léguas para o sertão trazendo cerca de 200 índios submetidos. Os aimorés imperavam nos divisores de águas a noroeste de São Mateus e não atingiram a ilha, porque de permeio encontravam seus irmãos, inimigos irreconciliáveis, os tupiniquins, cujos encontros, na região de Ilhéus e Porto Seguro, foram sempre de extermínio.⁴

A luta entre os portugueses e os indígenas, de modo geral no Brasil, não foi disputa de solo, mas insubmissão ao cativoiro. Não fosse a ação catequista dos missionários, os primeiros colonos e donatários teriam sido exterminados. Os imigrados queriam os índios para o trabalho escravo. Contra esse preceito se insurgia o jesuíta. Custar-lhe-ia, duzentos anos depois, a defesa dos indígenas, o banimento de Portugal e suas colônias. E tanto insistiram que seus protestos chegaram à consciência dos monarcas. Já Mem de Sá, antes da sua segunda viagem ao Rio,⁵ recebera instruções do rei, em que ele dizia ser informado do cativoiro injusto dos índios, e recomendava-lhe que, com o bispo, o padre providencial, o padre Inácio de Azevedo, Manuel da Nóbrega e o ouvidor-geral, se aconselhasse a respeito do resgate e cativoiro e o informasse miudamente. Pedia-lhe: “não consintais serem-lhes feitas vezações nem desaguisados alguns, nem lançados das terras que possuírem”.

Resultou que se redigisse uma espécie de estatuto em que só seria permitido o cativoiro justo dos índios aprisionados em combate e dos que houvessem praticado antropofagia.

Nomeou-se um curador para eles⁶ e respeitou-se seu homizio nas missões jesuítas.

D. Sebastião, em carta posterior, praticamente confirmou esse estatuto restringindo o direito de cativoiro ao mínimo, tornando-o quase proibitivo.⁷ Houve reação, e forte, por parte dos colonos, mas a ação dos missionários ficou restringida e graças a ela os aldeamentos cresciam e a prosperidade dos colonos se operou. Desse modo a entrada no sertão, a abertura de lavouras ou agricultura propriamente, se difundiam, porque os portugueses se desarmam em espírito com proveito para o progresso da capitania.⁸ A cooperação

4 Gabriel Soares.

5 Galanti. Vol. I, p. 289.

6 Foi nomeado Diogo Zorilha em 25 de fevereiro de 1576 para o ofício. Galanti. Idem, idem.

7 Galanti. Idem.

8 “Na verdade, o Espírito Santo recebeu mais gentio do sertão do que nenhuma outra Capitania (...)” afirma em 1584 Fernão Cardim. Apud Serafim Leite, tomo I.

torna-se efetiva e progressiva. Os aldeamentos se transformam, aos poucos, em verdadeiras fazendas. Os índios aprendem artes recreativas, canto, música, declamação, danças. Em 1589, festejam, no pátio de Santiago, o padre Cristóvão Gouvêa com alardo à portuguesa.⁹ Padre Anchieta escreveu autos, que foram representados por indígenas. Integram-se nos coros das igrejas. Celebram festas com cânticos, músicas e danças. Tudo dependia da política sábia e didática usada pelos jesuítas a fim de conduzi-los à família cristã. Nas horas de perigo os índios são recrutados para a defesa contra invasões e batem-se com coragem e denodo. Recebem honrarias.¹⁰ Muitos são batizados com pompas e adotam nomes de personagens importantes: Martim Afonso, Vasco Fernandes, Sebastião de Lemos, Branca Coutinho.¹¹ Aliam-se aos portugueses contra tribos perversas, auxiliam os padres na catequese, acompanham as bandeiras com fidelidade. O que se não podia era curar-lhes a preguiça.

9 Em 1583, a Confraria dos Reis, por escravos e índios, na visita ao padre Cristóvão Gouvêa, diz o texto: “quiseram dar-lhe vista das suas festas: vieram um domingo com seus alardos à portuguesa, e a seu modo, com muitas danças, folias, bem vestidos, e o rei e a rainha ricamente ataviados com outros principais e confrades da dita Confraria: fizeram no terreiro da nossa igreja seus caracóis, abrindo e fechando com graça por serem mui ligeiros, e os vestidos não carregavam muito a alguns, porque os não tinham (...)”. Cardim, *Tratados*. Apud Serafim Leite, op. cit., vol. I, p. 218.

10 Araribóia foi feito Cavaleiro da Ordem de Cristo.

11 Serafim Leite, no tomo I, livro III, p. 235, nos dá, com minúcias preciosas, informações das relações dos indígenas com os jesuítas e as autoridades da capitania. “No dia 20 de janeiro de 1558, dia de S. Sebastião, batizou-se um filho do Gato Grande (carta de Luís da Grã, desta capitania do Espírito Santo, hoje 24 de abril, Brás 3 (1) (137 v), que estava doente. Por esse motivo ficou a chamar-se Sebastião, sendo seu padrinho, Duarte de Lemos, que lhe deu o seu próprio apelido. Sebastião de Lemos casou-se por essa ocasião com a índia com quem vivia, e se batizou igualmente. Além de Duarte de Lemos, foram padrinhos Bernardo Pimenta e André Serrão. Como já estava gravemente enfermo, Sebastião de Lemos sucumbiu a 2 de abril, assistido pelos jesuítas. Fizeram-lhe ofícios solenes. Por essa ocasião, o donatário Vasco Fernandes Coutinho honrou o Maracaiá-Guaçu, sentando-o entre si e o filho Vasco Fernandes.” O velho Gato Grande também foi batizado e tomou o nome de Vasco Fernandes e sua mulher o de Branca, nome da mãe do donatário.

a) Fica-se sabendo que nessa data Duarte de Lemos está em Vitória na mesma festa com Vasco Coutinho.

b) É o primeiro documento irrefutável da presença de Vasco Fernandes Filho na capitania. Pela atitude de Vasco, o Velho, batizar a mulher do Gato Grande com o nome de Branca, concluo que Vasco Fernandes não vivia bem com sua legítima esposa, D. Maria do Campo, razão por que ela não deve ter vindo ao Espírito Santo, mas sim Ana Vaz.

XIII

A MISERICÓRDIA

No último lustro da centúria do povoamento do Espírito Santo, aqueles poucos emigrados que não lograram economizar para a velhice e os pobres índios, nascidos imprevidentes, sofriam as misérias da fome e as mazelas das doenças, que não saram. Só a generosidade, sempre mal distribuída, dos corações compassivos, já não era suficiente. Miguel de Azeredo, capitão-mor, a instância do padre Anchieta (1595), funda a Casa de Caridade,¹ em Vila Velha, onde a decadência do povoado se afinava com a penúria dos moradores remanescentes. Teve como residência provisória a igreja do Rosário.² Construiu-se depois a Casa da Misericórdia, na rua Pedro Palácio, diz o informadíssimo Daemon. Mudou-se a instituição ou Irmandade da Misericórdia para Vitória: quando e onde são duas incógnitas. Prestou relevantes serviços ao tempo das invasões, socorrendo feridos; nas epidemias, assistindo os doentes e enterrando os mortos. O alvará régio de 1 de junho de 1605, de Felipe II deu-lhe as vantagens da Misericórdia de Lisboa.³ Teve capela e casas.⁴ Construção modesta, quase toda de taipa. A ladeira que lhe guarda o nome, terminava junto à igreja, demolida, no governo de Jerônimo Monteiro, para construção da Assembleia Legislativa.⁵

MIGUEL DE AZEREDO

Ao retirar-se para Lisboa, em 1593, D. Luísa Grimaldi, arma a Miguel de Azeredo de capitão-mor, passando-lhe o governo.

Coube, ao sobrinho do cavaleiro Belchior, derrotar definitivamente os goitacás, no ano seguinte, com alcance significativo para o progresso do sul

1 Daemon, p. 91.

2 César Marques, p. 245.

3 Mário Freire.

4 César Marques diz que: “Em 1575 fundou-se uma sociedade particular com o nome de Filantrópica, para cuidar dos atacados pela cólera morbos”. Naturalmente o autor queria dizer no local, pois o convento só foi construído em 1591.

5 “Não consta a fundação da igreja de Santa Casa da Misericórdia, porém, o alvará de 1.º de julho [sic, junho] de 1605, de Felipe II, rei de Castela, em que lhe concede os mesmos privilégios da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, se vê que sua fundação foi mais antiga”. Rubim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 7.

da capitania. Miguel e seu irmão Marcos, ricos fazendeiros, estão ligados aos fatos da administração da vila de Vitória e da capitania em geral por muitos anos.

Assistem os religiosos, jesuítas, franciscanos e beneditinos dando-lhes auxílios, promovem entradas no sertão e combatem os ingleses.

Miguel de Azeredo presenciou o golpe, que enlutou o Brasil, a capitania e notadamente as reduções indígenas: a morte do venerável José de Anchieta, ocorrida em 9 de julho de 1597, na sua querida Reritiba, aldeia de sua eleição.

XIV ANCHIETA

De 1533 a 1590, padre Anchieta não teve residência fixa no Espírito Santo como supõem alguns historiadores.¹

Visitou várias vezes a capitania, principalmente depois de 1564, em viagem da Bahia para Rio, São Paulo e vice-versa. Algumas vezes, em missão determinada, demorou-se em ministérios que o padre Nóbrega lhe cometia. Visitava as residências, aldeamentos ou reduções incipientes. Resolvia dúvidas, empregando pedagogia nova na pacificação dos índios. Pregava sermões edificantes, aconselhava os donatários em suas múltiplas dificuldades, doutrinava os colonos e ensinava catecismo aos curumins e aos meninos portugueses. Em cartas minuciosas, verdadeiras fotografias da vida social-econômica da capitania, relatava aos superiores o fruto de sua missão. Seu cuidado maior se dirigia aos índios, fundando pequenas aldeias, que hoje são cidades, abrindo caminho através da mata litorânea espírito-santense. Em Vitória escreveu, pelo menos, dois autos e algumas de suas poesias. Sua predileção, porém, foi a enseada tranquila e bucólica de Reritiba. Seus amigos escolhidos, os índios dessa embocadura plácida do Benevente. Ali quis passar seus últimos dias, quando as fadigas do apostolado lhe haviam consumido as energias. Despedido de todas as funções dos ministérios, que exercera em obediência aos superiores da Companhia, escolheu a aldeia de Reritiba, onde se entregou à sua vida mística. Escreveu cânticos à Virgem Santa, educou índios, que lhe dedicaram amor filial.

Sob o trópico do Espírito Santo, terra que invoca a terceira pessoa da SS. Trindade, veio conviver somente com Deus. Já dera muito de suas energias, inteligência e ação. Ajudara a fundar São Paulo e Rio de Janeiro. Exortara os portugueses, os primeiros brasileiros da pátria nascente, a expulsar os estrangeiros infiéis. Precisava de descanso para gozar o clima de sua paisagem interior.

De Reritiba, escreve, a 9 de dezembro de 1590, ao padre Inácio Tolosa: “O Padre Provincial me mandava licença para que estivesse em qualquer parte da Província que quisesse. Não quis tanta liberdade, porque sói ser causa de cegueira e errar o caminho, não sabendo o homem escolher o

1 *Vida Ilustrada do Venerável Padre Anchieta S.J. Apóstolo do Brasil* (Publicação oficial dos padres jesuítas).

que lhe convém. (...) Pus-me nas mãos do Padre Fernão Cardim, Reitor do Colégio do Rio de Janeiro e ordenou Nosso Senhor que acompanhasse ao Padre Diogo Fernandes nesta aldeia de Reritiba, para o ajudar na doutrina dos índios, com os quais me dou melhor que com os portugueses, porque àqueles vim buscar ao Brasil e não a estes”²

Não mais se ausentou da capitania e nos trajetos terrestres entre Reritiba e Vitória, fundou o aldeamento de Guarapari, iniciando a capela de Santa Ana.³

Em 9 de julho de 1597, com 63 anos de idade e 44 de Brasil, adormeceu placidamente, num domingo de manhã. A notícia traumatizou toda a região. Choraram-no principalmente os indígenas. Em cortejo processional foi transportado para o colégio de Vitória, sendo sepultado na igreja de Santiago, ao lado de seu amigo padre Gregório Serrão.

Os despojos do Apóstolo do Brasil permaneceram em jazigo até o ano de 1611, quando por ordem do padre Cláudio Aquaviva, geral da Companhia de Jesus, foram removidos para o colégio da Bahia. Alguns ossos e um fêmur foram mandados a Roma. Em Vitória, no antigo colégio, hoje palácio do governo, conservaram-se vários ossos em urna de prata ou jacarandá. Quando da visita do imperador Pedro II, foi-lhe oferecido um fragmento e outro ao Dr. Barbosa Rodrigues.⁴ Em 1803, as partes restantes, foram entregues a padres jesuítas, que por lá passaram.

Em se demolindo a igreja de Santiago, em 1913, encontram-se ainda ossos, vértebras e falsas costelas, que foram depositados no túmulo construído na ala posterior do Palácio e recoberto com a lousa sepulcral primitiva.

Um dia, não se sabe quando, o venerável padre José de Anchieta, será elevado às honras dos altares. Será proclamado Apóstolo do Brasil e primeiro santo espírito-santense.

FIM DO SÉCULO XVI O Milagre da Sobrevivência

Escoa-se melancolicamente, para a vila de Nossa Senhora da Vitória, a era de 1500. Com tantos fatores negativos, insubmissão dos indígenas, epidemias periódicas, ameaças dos estrangeiros, desentendimentos entre

2 *Cartas Avulsas.*

3 Basílio Daemon. César Marques.

4 *Vida Ilustrada.*

colonos e donatários,⁵ a capitania sobreviveu.

A vila de Vitória radicara-se na ilha, estendendo-lhe o nome. Foi obra em grande parte dos missionários. Eles venceram, não só o ódio dos selvagens como a teimosia dos emigrados em supor que nativos pudessem ser escravizados e tidos como bestas estranhas ao gênero humano. Mas é forçoso reconhecer que os portugueses, com sofrimentos e sacrifícios, se redimiram do labéu de degredados.

A capitania do Espírito Santo e sua modesta capital, em confronto com as demais do Brasil, alcançaram destacado relevo. Senão vejamos:

Pernambuco, 2.000 colonos, 2.000 escravos, 66 fazendas de cana com 200.000 arrobas de açúcar;

Bahia, 800 famílias em Salvador (sede do governo colonial do Brasil), 2.000 colonos, 36 engenhos com 120.000 arrobas de açúcar, gado e lavouras diversas;

Espírito Santo, 180 colonos, 6 engenhos de cana, 6.000 arrobas de açúcar, algodão, gado vacum e vários aldeamentos de índios: São João Carapina, Conceição (Serra), Reis Magos (Nova Almeida), Nossa Senhora da Assunção, Reritiba, somando cerca de 11.000 indígenas pacificados.

Rio de Janeiro, 150 colonos, 3 engenhos pertencentes 1 ao governador, 1 ao patrimônio da Coroa, 1 a Cristóvão de Barros, provedor da Fazenda Real.

São Vicente, 80 colonos.⁶ As demais capitanias malograram. Pernambuco e Bahia cresceram, porque catalisavam as atenções da metrópole em defendê-las da cobiça dos franceses.

O Espírito Santo realizou o milagre da sobrevivência com a pobreza de seus próprios recursos. É uma predestinação, que lhe marcará no curso da história, o símbolo de enteado importuno no seio da Federação.

Mas esculpiu em alvenarias ciclópicas, com argamassa molhada no suor de pobreza limpa, três monumentos, como atestados vivos de sua fé no futuro redentor: o colégio, o convento de São Francisco e a ermida da Penha. São as reminiscências dos sessenta e cinco anos de degredo numa ilha-presídio, passados por um punhado de homens ricos de esperanças e pobres de recursos e de engenho.

5 “E a intranquilidade, que reinava na capitania, era, às vezes, pior do que a guerra declarada”. Afonso Brás. *Cartas Avulsas*.

6 Galanti, op. cit.

XV

“PER UNA SELVA OSCURA...”

Ao limiar do século XVII a vila de Vitória é ainda uma aldeia construída de taipa, cujas casas são cobertas de sapé ou palhas da pindoba.

Há dois pomares vicejantes: o do colégio e o dos franciscanos, em redor de seus conventos, não concluídos. Da fazenda de Duarte de Lemos, de sua sede e da capelinha de Santa Luzia não se fazem notícias. Sabe-se que ele doou terras aos inacianos e aos filhos de São Francisco.¹

Há engenhos no continente, nas várzeas de Camboapina. Os colonos plantam de Caratoíra a Santo Antônio. Da “Capixaba” até à “Passagem”, abrem-se lavouras de mantimentos, que cobrem manchas de terra entre o mar e as encostas dos morros. Em Jucutuquara ou Jocutaquara, uma língua de mar sobe até a confluência dos rios Fradinho e Maruípe. Nesses vales, possivelmente, as roças são mais extensas. Pelas referências antigas presume-se que o algodão e a cana são as plantas preferidas. A mandioca generaliza-se em substituição ao pão, de que os portugueses não se deslembram.

A penúria é geral. Há alentada esperança nas entradas para o sertão. As minas embalam sonhos, que crescem na razão inversa dos insucessos. Não se vive, porém, de fantasias!

É preciso ganhar o interior de terras férteis, subir vales de rios, galgando-lhes as cabeceiras. Mas o matão fechado guarda segredos, que os indígenas defendem com pontaria selvagem. A costa também não pode ser desguarnecida. O estrangeiro espreita de longe o momento de aproar suas caravelas. A população é pequena. As epidemias castigam moços e velhos; a pobreza e o temor estreitam afeições, mas não alimentam os estômagos. A Misericórdia estende cada vez mais seu manto de caridade. O provedor de defuntos e ausentes não tem mister a exercer. A carta régia de 7 de dezembro de 1604 extingue-lhe o cargo, anexando-lhe as funções à Justiça ordinária.

AS BANDEIRAS

Se os portugueses sonharam com tesouros infindáveis nas terras achadas no Novo Mundo, a região escondida nas bacias longínquas do Jequi-

1 Serafim Leite, op. cit.

tinhonha ao Vatu, rio Doce dos espírito-santenses, foi a primeira visitada pelos sertanistas.

A ferocidade dos aimorés talvez contribuisse para que os colonos atribuissem razões subjetivas à defesa do solo privilegiado. Uma serra distante guarda sempre mistério cobiçado. O homem é um eterno investigador, um viajante angustiado pelo desejo de conhecer.

Já em 1550, Martim Carvalho vislumbrou a serra dos Aimorés descendo as águas do Cricaré com mãos vazias e corpo castigado.²

Tomé de Souza, o prudente e sábio governador geral do Brasil, em 1553,³ permitiu a entrada de Manuel Ramalho, morador no sul da capitania de Vasco Coutinho, para faiscar pedras e metais. Morreu lutando contra os indígenas. O pessimismo do padre Manuel da Nóbrega, manifestado ao governo central, não arrefeceu os ânimos dos sonhadores de tesouros escondidos.

Sebastião Fernandes Tourinho, tido como nascido no Espírito Santo, arriba pelo Vatu, vivendo-lhe o mistério das margens misteriosas, guarnecidas de matas multisseculares, padecendo as emoções das corredeiras e as fadigas das catadupas violentas. Antônio Dias Adorno sucedeu-lhe na aventura frustrada, não conseguindo senão divisar as sombras do Ibituruna, a serra que muitos anos depois alucinaría o malogrado Fernão Dias, o Caçador de Esmeraldas, cuja epopeia Olavo Bilac cantou em rimas homéricas.

As terras por conquistar, no oeste-norte da capitania do Espírito Santo, polarizavam o desejo dos navegantes da última façanha dos descendentes da Escola de Sagres.

O roteiro certo estava traçado: o vale do rio Doce.

UM HÓSPEDE ILUSTRE

O governador D. Francisco de Souza, por alcunha D. Francisco das Manhas, devido à prudência excessiva no trato das coisas públicas, no dizer de frei Vicente, veio do reino com o firme propósito de descobrir minas de ouro. Tomou posse, na Bahia, em 9 de junho de 1591.

Muita decepção lhe causou a morte do ambicioso Robério Dias, descendente de Caramuru, por levar para o túmulo o segredo das minas de prata que apregoava, em Lisboa, ter descoberto em suas terras na Bahia. Não é de se acreditar, nem se pode admitir tão valioso achado, feito por um só homem naqueles sertões brutos.⁴

2 Mário Freire. "Os Bandeirantes". *Revista do IHGES*, nº 7.

3 Galanti, op. cit.

4 Galanti.

Robério ambicionava o título de marquês das Minas. É provável ter usado o embuste para forçar D. Felipe II a elevá-lo à hierarquia desejada. Obteve a patente de administrador.

D. Francisco era um obstinado, homem de ideias fixas. Na sua viagem ao sul, em outubro de 1598, levava na comitiva dois alemães, sendo um engenheiro, conhecedores de mineração. Refrescado no Espírito Santo, despachou Diogo Martins Cão a examinar, diz Galanti, as minas de esmeraldas. Não obstante o auxílio, que lhes emprestou a companhia de Antônio Proença e um bando de 50 homens, os botocudos obrigaram-no a retroceder.

Segundo rezam as crônicas, D. Francisco de Souza vislumbrou minério de ouro em Santos. Mas, em 1602, termina-lhe o mandato de governador geral, dando-lhe considerável desfalque em suas finanças particulares. Aborrecido, embarca diretamente, da cidade de Brás Cubas, para a metrópole, sem ter atingido o objetivo de sua predileção.

Em 1608, quando novamente é dividido o Brasil em dois governos, a Corte, reconhecendo-lhe a honestidade e o gasto da fazenda, envia-o, novamente, à colônia atlântica. Dessa vez vem investido, além do mais, de capitão geral e governador das minas de São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo.⁵ Residiu certo tempo em Vitória. Explorou o Mestre Álvaro, onde pretendeu achar esmeraldas e prata. Alvorçou as esperanças perdidas dos moradores na procura das tão almejadas minas escondidas.⁶

Não obteve o cobiçado título de marquês das Minas, arquetado pelo malogrado Robério Dias. Estimulou D. Francisco de Souza as entradas ao sertão. Faleceu em São Paulo em 1611.

Provavelmente o interesse defendido por D. Francisco de Souza incentivou as múltiplas expedições espírito-santenses. E nestas se notabilizaram Marcos de Azeredo Coutinho e seus destemidos filhos, Antônio e Domingos.

Pedras verdes e coradas de outros matizes foram o resultado ilusório dessas façanhas extraordinárias, praticadas pelos sertanistas, vencendo obstáculos alucinantes opostos pelas florestas, que distanciavam e, distanciam ainda, as cabeceiras do São Mateus das curvas perigosas do rio Doce. Mas o ouro só pintará o fundo das bateias no último quarto do século, em benefício dos bandeirantes, que transpuseram a Mantiqueira, atingindo os confins geográficos da capitania de Vasco Fernandes Coutinho.

Ganhavam os paulistas a glória dos descobrimentos e perdia o Espírito Santo, para sempre, o território, que não explorou, mas que lhe pertencia por direito de doação régia.

5 Daemon.

6 Mário Freire.

RESTRICÇÕES – HOLANDESES

Perdida a ilusão das minas de ouro, a capitania só poderá progredir com o amanho da terra. Mas a faixa litorânea é sáfara e perseguida de pragas daninhas.

Os donatários não demonstram grande interesse pelo feudo deficitário. Os colonos distanciam-se. Alguns prosperam com sacrifício. O orçamento de 1617 é de 517\$400. O serviço eclesiástico absorve 115\$200. Não há instrução pública, e não se abrem caminhos.

Portugal quer o isolamento das capitanias. Pela carta régia de 21 de fevereiro de 1620, se proíbe a visita recíproca dos governos regionais. A fiscalização do comércio é rigorosa. Não se pode negociar com estrangeiros e o corte do pau-brasil só é permitido com licença do provedor da Fazenda. Os infratores estão sujeitos a severos castigos, inclusive pena de morte.

Em março de 1625, os holandeses, comandados por Patrid, depois de tentativas frustradas, desembarcam na ilha e atacam a vila desguarnecida. São dias épicos com momentos terríveis de batalha. Frei Manuel do Espírito Santo, repete o feito de Brás erguendo o crucifixo, percorre as trincheiras estoicamente. Corre aos sinos e badala a alegria da vitória. Combatem todos: homens e mulheres, índios e religiosos. Todas as armas servem para defesa. Maria Ortiz, do sobrado, no topo da ladeira do Pelourinho, hoje escadaria, deita água fervente nos flamengos enfurecidos.

Que amor acendrado à pátria nascente!

Os holandeses retiram-se da ilha e saqueiam o continente. Traziam na sua esquadra Rodrigo Pedro, casado em Vitória, onde residiu e de onde se passou para a Holanda. Foi precursor de Calabar.⁷

Aguiar Coutinho, quarto donatário, pôde derrotar os invasores com a ajuda inesperada que lhe trouxe Salvador Corrêa de Sá e Benevides, voltando da Bahia.

Pieter Pieterszoon Heyn amargou, barra afora, largos claros abertos na sua tripulação e esquadra: foram mortos o almirante Guilherme Janz e o renegado Rodrigo Pedro.⁸

Refeitos da guerra, a população tem que se avir com o fisco. Não há moratória. O açúcar branco é taxado a novecentos réis por arroba. Os dízmicos rendem, em hasta pública, 3.850 cruzados. Ai de quem se atrasar! Os arrematantes são sempre onzenários.

7 Galanti.

8 Garcia. Apud José Teixeira de Oliveira.

Nesse tempo (1629), provavelmente, chega a primeira leva maciça de escravos para venda. São 43. Vieram de São Paulo, trazidos por Manuel Melo. Não há mais moeda. Os negros são trocados por mercadorias. Igual sistema se aplica ao pagamento dos tributos régios.⁹

Com a morte de Francisco Aguiar Coutinho, ocorrida por volta de 1627, foi nomeado Manuel d'Escobar Cabral, cumulativamente para capitão-mor, ouvidor e procurador da Fazenda Real. Enfeixava nas próprias mãos o Governo, a Justiça e o Fisco.

TEIMOSIA FRUSTRADA

Repetiram os holandeses, em 1640, suas proezas sangrentas. Talvez quisessem os batavos eleger Vitória em cabeça de ponte, na linguagem bélica de hoje, visando ao Rio de Janeiro e Bahia. Não encontro outra justificativa para a teimosia inútil da esquadra de Nassau.

O capitão-mor João Dias Guedes encontrou no superior do colégio um homem de ação e prestígio invulgar: o padre Francisco Gonçalves, “um dos maiores jesuítas do Brasil, cuja autoridade se repartia em todo ele desde São Paulo ao Rio Negro, no Amazonas, e em Roma e Lisboa”.¹⁰

Convocou o padre os dois homens de maior prestígio da capitania, e por sinal inimigos. Reconciliou-os, expôs-lhes o perigo iminente, que ameaçava a capitania, quando informado da aproximação dos navios do coronel Koin. Convocou os índios das aldeias vizinhas e a população, dividida que estava entre aqueles maiores. Formou uma só vontade.

Sob a proteção do glorioso São Maurício, “patrão da capitania”,¹¹ os holandeses sofreram sua segunda derrota no solo e águas capixabas.

A luta durou os dias 27 e 28 do outubro.¹² Distinguiram-se, além do padre superior do colégio, João Dias Guedes, Domingos Cardoso e o voluntário Antônio do Couto e Almeida. Os invasores perderam quase todos os oficiais.¹³

O colégio fez as vezes de hospital de sangue e abasteceu a tropa de víveres.

Vila Velha não foi poupada pelos flamengos. A tela de Benedito Calixto, exposta na galeria dos milagres do convento da Penha, representa a

9 Calógeras, op. cit.

10 Serafim Leite, op. cit., vol. VI, p. 139.

11 Serafim Leite, idem.

12 Barão do Rio Branco. *Efemérides*.

13 Serafim Leite, op. cit.

intervenção de Nossa Senhora na defesa de seu santuário, conforme crença que a tradição guardou.¹⁴

Os padres acompanhavam sempre as bandeiras, servindo-lhes de capelães e missionários. Resolveram, por sua vez, tentar também o mistério do sertão noroeste da capitania. Assim foi que o padre Inácio Siqueira S.J. obteve permissão para bandeirar. Em 1613, embrenhou-se pelas matas, alcançado as margens do rio Doce, com seu troço de índios catequizados. Por cinco anos conheceu quão falazes eram os sonhos das esmeraldas e quão duras as dificuldades de se procurar o que não existe.¹⁵

14 Röwer.

15 Serafim Leite. Daemon.

XVI MEIO SÉCULO DE CONFUSÃO

As condições econômicas e sociais da capitania deviam ser muito precárias, pois Ambrósio de Aguiar Coutinho, apesar de lhe ter falecido o pai, Francisco de Aguiar, em 1627, só tomou posse da herança em 1643. E a posse foi simbólica, porque, governador das ilhas dos Açores, se deixou ficar na função, confirmando a Antônio do Couto d'Almeida, voluntário da guerra contra a segunda invasão holandesa, como capitão-mor.

Em 1650, Manuel de Almeida sucedeu-lhe na investidura e a crônica atribui-lhe uma querela com a Câmara Municipal, e a ordem dada a João Ferrão de Castelo Branco para construir, “na laje que está ao pé da vila”, um fortim, onde mais tarde se alicerçaria o forte São João.

É fértil, essa segunda metade do século da história do Espírito Santo, em descaso dos donatários, homens ricos e desinteressados do feudo em decadência.

Não administram, delegam poderes a capitães arbitrários. A justiça torna-se cada vez mais facciosa, os dinheiros públicos menos resguardados, as epidemias mais frequentes.

O povo é intimado a se cotizar para pagar dotes de princesas, soldo de tropa e os “filhos da folha”, apelido malicioso com que se designavam os funcionários coloniais.

Todos querem sinecuras. Os capitães-mores ganham 192\$000 por ano, 100\$000 por conta do donatário e o restante pela Fazenda Real.

A sobrevivência da capitania, diante do desgaste da população com tantas dificuldades, havidas com os indígenas, invasões, epidemias, agravava-se com a falta de meios circulantes. O fisco, instituição que não se abrandava, recebia os quintos em espécie e saía a mercadejá-los pelas capitâncias vizinhas, notadamente Rio de Janeiro e Bahia.

À medida que a pobreza aumenta, mais se aperfeiçoam os métodos de arrecadação. São postos em hasta pública, por triênio, ficando a remuneração dos exatores na contingência de superávit.¹

1 Taxas, contratos, arrendamento, monopólio, pagavam-se in natura. O processo normal era este: a administração punha em hasta pública a arrecadação desses réditos e contratava-se com o lançador mais alto. O concessionário teria de pagar em moeda corrente, mas, ele próprio, coletava as somas devidas em gado, panos, pau-brasil, açúcar ou cachaça. Vendia no mercado litorâneo as mercadorias recebidas, ou exportava-as e ainda ganhava na negociação. (Pandiá Calógeras, op. cit.)

Se hoje é difícil a vida do pobre, calcule-se naqueles idos em que a autoridade bronca não tinha outro propósito senão extorquir, para se fazer grande junto ao reino.

O capitão-mor tornou-se símbolo da opressão.

UM DONATÁRIO VICE-REI

Ambrósio de Aguiar Coutinho, filho do terceiro donatário, Francisco de Aguiar Coutinho, faleceu, por simples conjectura minha, depois de 1660. Isso porque, desde 1641, os capitães-mores começam a ser providos por D. Felipa, mãe e tutora de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, sobrinho-neto de Ambrósio e seu sucessor.²

É um destino fatídico o da capitania: arruína-se com maus governos, mandados por proprietários ricos. Mas de modo geral, as capitanias brasileiras eram feudos deficitários, cujos senhores as mantinham com a velha esperança em tesouros não encontrados.

Um bom cargo público, às vezes, valia mais do que ser proprietário de milhares de quilômetros quadrados de terras incultas, povoadas de botocudos e infestadas de doenças.

Assim foi que o último descendente de Vasco Fernandes Coutinho, também o mais ilustre, não veio dirigir os destinos de sua descomunal herança. Nasceu em 1638. Fez carreira fulminante: almotacé-mor, oficial de Marinha, capitão de mar e guerra, governador de Pernambuco, vigésimo oitavo governador geral do Brasil, e, em 8 de março de 1693, transferido da Bahia para as Índias na função de vice-rei. Regressa em 1701 e morre no ano seguinte, sendo sepultado no colégio dos jesuítas, em Salvador.³

Seus loco-tenentes não lhe feitoravam o feudo com rendimentos satisfatórios. Com anuência do príncipe regente D. Pedro, de Portugal, vendeu a capitania ao coronel Francisco Gil de Araújo, rico proprietário baiano, em

2 Era filho de Ambrósio de Aguiar Coutinho e Câmara e D. Felipa de Meneses, que en-
viuvando cedo foi por muitos anos tutora de seu filho, herdeiro da capitania. Ambrósio
de Aguiar Coutinho e Câmara era filho, por sua vez, de Antônio Gonçalves da Câmara,
casado com D. Maria de Castro Aguiar Coutinho, filha de Francisco Aguiar Coutinho,
terceiro donatário da capitania e defensor do Espírito Santo contra a primeira invasão
holandesa. Houve portanto dois Ambrósio donatários: o filho de Francisco de Aguiar
Coutinho e o seu sobrinho.

3 Daemon. José Teixeira de Oliveira.

1674, por 40.000 cruzados.⁴ Terminou assim a dinastia dos Coutinho nas terras do Espírito Santo. Possuíram-na por 139 anos, tempo justo de uma grande desilusão.

FRANCISCO GIL DE ARAÚJO

O coronel Francisco Gil de Araújo inscreveu-se com honra nas páginas da história espírito-santense. Foi a figura central do século XVII, tão aziago para o Espírito Santo, como para o Brasil.

Veio sexagenário com entusiasmo de moço. Em 1636 recebia seu galão de alferes na defesa do recôncavo baiano contra as tropas de Nassau. Fizera fortuna sólida no volteio das terras. Era homem temperado pela experiência, enriquecido de virtudes, que só os anos bem vividos ensinam a acumular. Filho de Pedro Garcia e de Maria de Araújo, vinha do tronco, pelo lado materno, de Diogo Álvares, o Caramuru. Casou-se com sua sobrinha Joana de Araújo Pimentel.

Sua influência de homem probo devia ser enorme, porque os intelectuais o reverenciavam com admiração. O padre Simão de Vasconcelos, em 1672, dedica-lhe a *Vida do Venerável Padre Anchieta*.

Confirmada a compra feita a Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, pela carta régia de 18 de março de 1675, muda-se para o Espírito Santo, acompanhado de séquito numeroso, de bens e apetrechos de lavoura. Traz na comitiva o novo ouvidor, Rodrigo Areia de Sá Moura, para que a justiça seja distribuída com sabedoria e imparcialidade. Quer administrar com segurança e com respeito às leis, para exigir obediência.

Chegado que foi, movimentava-se com entusiasmo.

Distribui terras e sementes além de ferramentas. Levanta engenhos. Paga tributos em atraso à Fazenda Real. Fortifica a vila, reconstruindo as ruínas do forte São João e levantando o do Carmo e o de São Francisco Xavier.⁵ Manda edificar a igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari, que será elevada a vila em 1679.⁶ Reverencia os mortos sagrados dos

4 O cruzado do começo do século XVIII, também chamado cruzado novo, valia 480 reais e tinha o título de 1,095 grs. Pelo valor aquisitivo de 1937 valia 37\$190, segundo Simonsen. Valeria hoje cerca de Cr\$ 350,00, pois o poder aquisitivo de nossa moeda é cerca de dez vezes inferior ao de 1937. Athos de Lemos Rache Contribuição ao Estudo da Economia Mineira, 1957.

5 Mário Freire.

6 Daemon.

primeiros anos da colonização, mandando dar sepultura digna aos ossos de Vasco Fernandes Coutinho. É trabalhador incansável; mas a capitania é difícil: em 26 de dezembro de 1682, talvez arrependido ou desanimado, embarca para Salvador, onde falece, em 1685, cercado de admiração.

Sucedeu-lhe seu filho Manuel Garcia Pimentel, que foi confirmado em 5 de dezembro de 1687. Não conheceu o solo capixaba. Administrou a capitania João Velasco Molina. No que concerne à fisionomia física da vila, Francisco Gil pretendeu modificá-la, com obras de preço. Reedificou a Misericórdia, a Casa da Câmara e reparou a matriz. Proveu a defesa da cidade com fortificações e aumento de infantaria e artilheiros. Não esqueceu as entradas que lhe consumiram muitos cruzados. Elevou a renda dos dízimos de 1:468\$000 para 1:804\$000.⁷

A *Informação* dada pelo provedor Manuel de Moraes,⁸ em 27 de julho de 1682, é documento escrito para a posteridade. Nele o secretário da Fazenda da capitania retrata em linhas simples a administração do dinâmico Francisco Gil de Araújo. Foram quatro anos de trabalho construtivo. Dispendeu apreciável fortuna para desenvolvimento de seu senhorio. Só em duas entradas pelo rio Doce mais de 12.000 cruzados foram gastos.

Rubim louva-lhe o interesse na lavoura da cana.

Foi sob os auspícios desse entusiasta donatário que os carmelitas chegaram a Vitória. Frei Agostinho de Jesus pôde construir a igreja e iniciar o convento, graças à devoção do capitão Manuel Torres de Sá (1682).⁹ Era grande fazendeiro no atual município de Cariacica. Devoto de Nossa Senhora do Carmo, deixou em testamento a fazenda de Piranema com trinta escravos, fortuna fabulosa naquele tempo, ao convento carmelita, mediante certas condições, e que, não sendo cumpridas pela Ordem, lhe sucedesse na herança a Santa Casa de Misericórdia, o que ocorreu. O testamento, lavrado em 4 de março de 1694, foi aberto em novembro de 1701, quando morto o piedoso benfeitor.¹⁰

7 José Teixeira de Oliveira.

8 “A Casa da Misericórdia de que não se viam mais que vestígios, mandou V. S.^a levantar, ficando perfeítíssima, aqui mandou V. S.^a dar sepultura decente aos ossos do primeiro donatário Vasco Fernandes Coutinho, que soterrados em uma arca ainda se conservam relíquias deles. Está hoje essa muito enobrecida, assim na justiça como no mais.” Informação do provedor Manuel de Moraes, escrita em Vitória aos 27 de julho de 1682, publicada por Alberto Lamego, em *A Terra Goitacá*, v. 1. Reproduzido em *A Gazeta de Campos* a 14 de julho de 1935, transcrito na *Revista do IHGES*, nº 11, p. 106-18.

9 Daemon.

10 Idem.

A moeda nessa época avilta-se, fenômeno precursor da falência nacional, propiciada pelos governos brasileiros no após Revolução de 1930. Três vinténs passaram a valer quatro, e quatro tiveram o valor de um tostão.¹¹

O vintém era moeda nobre, usava-se no bolso do colete e valia muito no mercado de mantimentos.

AFINAL O OURO!

Antônio Rodrigues Arzão, filho do minerador Cornélio Arzão, contratado por D. Francisco de Souza, depois de várias entradas e sacrifícios martirizantes pelos sertões indefinidos, em 1693 rompeu em Vitória com três míseras oitavas de ouro. Vinha o sertanista taubateano roto, doente e faminto com sua leva de “cinquenta e tantas pessoas que o acompanhavam, entre brancos e carijós domésticos de sua administração”.¹²

Pareciam foragidos ou retirantes de guerra. Já não tinham munição para caça e defesa nem com que se alimentar e vestir.

A Câmara de Vitória os recebeu com humanidade.

Tinham mesmo, para tal fim, ordem régia para amparar os sertanistas, que servissem à Coroa com tais empresas.¹³

O feito foi comemorado com a fundição de duas “memórias” do ouro trazido: uma ofertada ao feliz capitão-mor João Velasco de Molina e outra guardou-a o intrépido bandeirante.

O ouro foi descoberto no oeste distante, lá pelas bandas do rio Casca. Recolheu Arzão os frutos cobiçados pelos irmãos Antônio e Domingos de Azeredo, filhos de Marcos, que somaram longas léguas caminhadas pelas matas seculares da bacia do rio Doce, cujos rastos Pais Leme assinalaria depois.

Fecha-se o século com mais um compasso de espera mortificante. E a vila não se faz cidade, sem ruas, sem casas de preço, sem escolas e onde as notícias, de longe em longe, chegam com os veleiros arribados e por bandos afixados pelos capitães-mores impertinentes.

11 Mário Freire.

12 Taunay.

13 Daemon.

XVII O SÉCULO XVIII

No milésimo setecentos o estacionamento involui para a decadência. Os duzentos anos de capitânias hereditárias provaram que o sistema feudal, na Europa despedaçada por lutas hegemônicas, entre famílias de sangue e de aventureiros astutos, se foi propício ao nascimento de fortunas, era completamente negativo em um mundo novo, onde a civilização ainda não tinha criado condições de vida socioeconômicas. As capitânias independentes e isoladas pelas distâncias, cobertas de matas e defendidas por tribos divididas por ódios ancestrais, eram verdadeiros presídios, onde a autoridade soberana só se manifestava para cobrar-lhes tributo e defendê-las contra o comércio com estrangeiros. Os donatários podiam ter capacidade para lavrar certo número de sesmarias, nunca, porém, para erguer um Estado. Faltavam-lhe fatores indispensáveis à conquista do solo: população, capitais e submissão das tribos nativas. Não se fundam nações com pequenos proprietários rurais, submetidos, à distância, a um poder absoluto e estranho aos acontecimentos regionais, cujas cenas se improvisam ao vivo, dia a dia. Os donatários foram reis de mentira e de ficção. Muitos deles, intimidados pelo perigo ou ignorantes do papel que a história lhes reservava, ausentaram-se na penumbra morna do comodismo, exercendo funções gratificadas no reino ou colhendo safras fáceis em seus morgados tranquilos.

As capitânias eram confiadas a meros feitores que as exploravam com o título pomposo de capitão-mor. Na maioria eram pequenos régulos ignorantes, incapazes e presunçosos.

Manuel Garcia Pimentel, filho de Francisco Gil de Araújo, morre em 1711 em sua fazenda em Sergipe do Conde, na Bahia, sem deixar herdeiro direto e sem ter conhecido o Espírito Santo.¹ O marquês de Angeja, governador geral, ordenou aos oficiais da Câmara de Vitória que tomassem a capitania para a Coroa e que o capitão-mor Velasco e Molina continuasse a governá-la. Mas o tribunal da Bahia reconheceu o direito de Cosme Rolim de Moura à herança do cunhado e primo do donatário falecido. Houve por bem o Conselho Ultramarino aconselhar ao monarca D. João V a compra da donataria. A escritura foi lavrada em 6 de abril de 1718, pelo preço de 40.000 cruzados, em quatro prestações anuais.²

1 Daemon.

2 Mário Freire.

Recebia Cosme Rolim de Moura o capital dispendido por seu sogro quarenta e três anos atrás, sem juros ou outro qualquer benefício. Motivo bastante para se aquilatar a penúria da capitania e o descalabro dos governos hereditários.

Integra-se o Espírito Santo no governo geral e guarda, sem solução de continuidade, todas as mazelas que o manietaram. Mudou apenas de senhor. Os capitães-mores, menos estáveis, nomeados para servir por três anos, procuram todos os processos de opressão, em benefício próprio. A monarquia enfraquecida e temerosa das lutas, que se ferem na Europa, proíbe todo o contato com estrangeiros. O comércio está subordinado às mais severas restrições. Todos os favores e honrarias visam a estimular a descoberta de minas.

O OURO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Quando o ouro pintou de fato no fundo das bateias, um ciclone de esperança sacudiu a população litorânea desde São Vicente até Bahia. O êxodo foi total: brancos e mestiços, ricos e pobres, proprietários rurais e negociantes urbanos, clérigos e índios catequizados, autoridades claudicantes e funcionários comedidos, em grupos afoitos, largaram-se em caminhadas épicas, enfrentando dificuldades insuperáveis aos próprios recursos. Esqueceram todos os escrúpulos de consciência e fugiram aos princípios elementares de solidariedade humana: só o egoísmo mais estúpido e a astúcia mais vulpina os iluminavam nas jornadas indefinidas e incertas. A morte foi para muitos redentora libertação. Estabeleceu-se o império do mais forte nas barrancas em que abundava o cascalho ou nas grotas onde o filão faiscava. Cem anos durou a aventura do ouro das Gerais. Decadência econômica na maioria das capitanias foi o resultado positivo dessa labareda, que incendiou o sertão brasileiro no milésimo de setecentos. O Espírito Santo, que oferecia caminho mais curto e fora a porta primeira da entrada das três oitavas de Arzão, padeceu as consequências mais desastrosas do cli-co do ouro no Brasil Colônia. Vitória curtiu misérias sem ter tido lampejos da fartura. D. João V, afogado na embriaguez ilusória, mero intermediário entre o ouro do Brasil e as manufaturas da Inglaterra, proíbe a imigração da metrópole para as capitanias,³ veda o comércio com o estrangeiro e interdita a construção de estradas da costa pra a zona aurífera. Tranca-se o Espírito Santo entre o Atlântico sem caravelas e o sertão ignoto, porém maravilhoso. Bem diz o ditado que o ouro não traz felicidade.

3 Calógeras.

AS FORTIFICAÇÕES E O MILITARISMO

Penumbra densa escurece o céu capixaba.

A reversão da capitania à Coroa portuguesa não lhe trouxe vantagem específica. Mais tributos, mais oficiais do fisco e substituições periódicas de autoridades ruins por outras, que se tornaram piores. O terror domina as costas. Os piratas e os flibusteiros espreitam de longe os portos despo-voados. É preciso uma medida acauteladora. A previdência manda que o futuro se construa sobre o exemplo do passado. A provação imposta pelos franceses no Rio de Janeiro, a guerra que a Holanda movera a Portugal, Espanha e suas colônias, somadas à cobiça despertada pelas minas desco-bertas, aconselham medidas de defesa. O conde de Sabugosa manda o en-genheiro Nicolau de Abreu, em 1726, fortificar a vila de Vitória. Transfor-maram-na em verdadeira praça de guerra. Em um percurso de pouco mais de um quilômetro, erguem cinco bastiões artilhados. O forte São João, mal reparado em 1702, por ordem de D. Rodrigo da Costa, governador geral do Brasil, que lhe mandou a placa comemorativa, foi ampliado e melhorado. Ao pé da atual escadaria, que comunica a praça Costa Pereira com a Cidade Alta, levanta-se o forte Santiago, aos poucos apelidado de São Diogo, em complemento ao logradouro junto ao qual foi edificado o baluarte.

O fortim Nossa Senhora do Monte do Carmo, de cuja existência há notícias desde 1667 e de seu comandante que o “servia com mui honrada opinião”, também é melhorado, recebendo casa da pólvora. Sobre as ruínas do mesmo hoje se ergue o Hotel Sagres.⁴ Finalmente, dentro do cercado dos padres jesuítas, na quadra da confluência das ruas General Osório e Nestor Gomes, construíram o de Santo Inácio, conhecido por São Maurício, por ostentar, no nicho do portão, a imagem do legionário romano. Vitória era verdadeira praça forte com seus inúmeros soldados pobretões, ganhando \$640 réis mensais. Mal vestidos e obrigados a comprar os uniformes nos armazéns da Bahia. O contingente militar era aparatoso: uma companhia de infantaria paga, com 28 soldados; doze companhias de ordenanças, uma companhia de artilheiros com 36 soldados, mas sem oficial entendido em armamento. Ainda hoje peças da artilharia desses velhos fortes podem ser vistas na cidade. Só dispararam em continência a autoridades. É notável a carta-reprimenda, escrita por Vasco César de Menezes a Antônio de Oliveira Madail,⁵ capitão-mor e governador, por exigir salva de canhão em sua

4 [Estabelecimento que existiu à rua Gonçalves Ledo, vizinho ao prédio dos Correios.]

5 Tomou posse em 1º de janeiro de 1721, nomeado subalerno ao governo geral da Bahia. Interessou-se pelo povoamento e colonização de São Mateus. Daemon, p. 150.

honra, “toda vez que ia ao mar”, com grave prejuízo do paiol de pólvora. À medida que cresciam as minas, aumentava o pavor do governo de Lisboa sobre possível abordagem marítima por esquadras estrangeiras.

O século é dominado pelo militarismo. Em 1776, outro engenheiro militar, o sargento-mor José Antônio Caldas, é incumbido de rever as fortificações. Constrói um fortim na ilha do Boi. Deixou-nos esse militar documentos valiosos: planta e perspectiva da vila, com notas estatísticas interessantes. A perspectiva, levantada à “câmara escura”, nos dá noção clara da paisagem urbana da capital. Ao findar o século, sob o governo do capitão-mor, coronel Inácio João Mongiardino, o militarismo atinge verdadeiro apogeu bélico.

Há na capitania as seguintes corporações:

1 Regimento de Infantaria Auxiliar, composto de sete companhias, das quais cinco em Vitória;

1 Esquadrão de Cavalaria com cem homens;

1 Companhia de Artilharia de 61 homens;

3 Terços de ordenanças com efetivo de 1.185 homens;

1 Companhia de homens pretos, com 97 praças.

A informação prestada pelo capitão-mor, a quem estava subordinado todo o contingente, não menciona o número dos infantes, mas, pela divisão em sete companhias, não podia ter menos de 140 homens. Era verdadeiro exército de 1.588 soldados sem se contarem os oficiais!⁶

Pobre capitania com esses homens obrigados a comprar sua própria farda e armamento, e sujeitos a exercícios periódicos, com prejuízos de misteres agrícolas e comerciais. Esse foi o regime dos últimos cinquenta anos de subordinação ao governo colonial. A capitania do Espírito Santo foi usada como sentinela avançada à provável evasão do ouro.

Pior destino e mais cruel não podia presidir a formação socioeconômica do Estado capixaba.

6 Informação colhida da transcrição de Almeida – *Inventário* – citada por José de Teixeira de Oliveira.

XVIII

ACONTECIMENTOS E CURIOSIDADES DO SÉCULO

A MAGISTRATURA

Dr. João Trancoso de Lira é o primeiro ouvidor nomeado para servir à justiça da capitania. Bacharel pela Universidade de Coimbra. Encontrou D. Isabel Sampaio exercendo o juizado de órfãos (1700).¹ Deve ter sido a primeira mulher magistrada da América. A sorte dos querelantes coloniais não era muito risonha. A justiça não usava continuamente venda sobre os olhos. Espiava de soslaio a bolsa mais provida. Os órfãos eram sempre espoliados. As viúvas desprotegidas dificilmente escapavam à miséria. As crônicas relatam crimes e barbaridades dolorosas.

O Conselho Ultramarino, espécie de Ministério das Colônias, em 19 de abril de 1722, desliga o Espírito Santo da Relação da Bahia, anexando-o à do Rio de Janeiro. Mas o Dr. Manuel da Costa Mimoso, vindo em visita à capitania, em 1731, depois de percorrer as 160 léguas em maus caminhos e montada trotona, representa ao conde de Sabugosa, para que se erija o Espírito Santo em comarca extensiva às vilas de Campos e São João da Barra, medida que se efetiva em 15 de janeiro do ano seguinte. O primeiro ouvidor-geral, Dr. Pascoal Ferreira de Veras, só toma posse, entretanto, em 3 de outubro de 1741.² Naquele tempo, também eram demoradas as providências governamentais. Coincidiu a solenidade com a investidura do novo capitão-mor, Domingos de Moraes Navarro. Estava o foro de luto com o assassinio do juiz de fora, Dr. Manuel Pereira Botelho de Sampaio, ocorrido em 27 de junho, pela manhã, na rua do Beco, próximo à matriz. Foi autor Jerônimo Barcelos, irmão das duas moças que, debruçadas à janela do sobradinho em que moravam, não gostaram do gracejo que lhes dirigiu o magistrado galanteador. Basílio Carvalho Daemon, na sua esplêndida *Província do Espírito Santo*, narra com minúcias o delito inopinado.

A moral do assassino era bastante discutível, pois refugiou-se na casa de sua amásia, na rua ao lado, próximo à capela de Santa Luzia.

1 Daemon, p. 183.

2 Lamego, op. cit.

Sucederam-se vários juízos até a nomeação do Dr. Francisco de Sales Ribeiro, empossado em 23 de julho de 1751, magistrado em cujos exercícios se registraram os fatos mais significativos da comarca do Espírito Santo: a anexação da capitania de Paraíba do Sul e o confisco das propriedades pertencentes à Companhia de Jesus, respectivamente em 1753 e 1759.³

ATOS OFICIAIS

Bandos “sui generis”, manda afixar o capitão-mor Francisco Ribeiro, em dezembro de 1701, proibindo negras e pardas de usarem a maneira das saias além de certo tamanho. As crioulas exageravam um pouco, naqueles tempos idos, o corte de seus molambos enfeitados. Restringe-lhes, o capitão moralista, o horário noturno dos passeios à beira-mar, sob pena de multas cobradas em benefício das fortalezas. Impõe também medidas de proteção ao dízimo sobre a pesca, vedando a venda do pescado a bordo de canoas, ao largo da baía. O peixe devia ser vendido no cais das Pedras, ali pelas proximidades do atual mercado da Capixaba. Como as safras não foram boas nesse ano, logo a seguir proíbe a exportação dos cereais e obriga os agricultores a trazerem farinha, todos os sábados, para venda à população urbana.⁴

Foi o precursor da COFAP getuliana.⁵

As homenagens aos monarcas, sob qualquer pretexto, eram festejadas sob ameaça de prisão, com luminárias nas fachadas. Consistiam em gambiarras feitas com tigelas cheias de azeite de peixe ou óleo de mamona, sugados por pavios de estopa. Os de melhor posse penduravam lanternas ou jornos venezianos em cores festivas. O povo era convidado sempre “espontaneamente” a contribuir para o dote das princesas casadoiras.

A festa magna era a procissão de Corpus Christi, custeada pela Câmara com verba ânua. De noite não se permitia o porte de armas. Leva-me isso a admitir que as rixas, à luz do sol, eram menos dolosas e mais toleradas.

ARQUITETURA COLONIAL

Os colonos portugueses, no Espírito Santo, não conheceram conforto doméstico e muito menos o coletivo, por isso não souberam construir ci-

3 Daemon. Lamego.

4 Daemon. Rubim.

5 [COFAP – Comissão Federal de Abastecimento e Preços, criada em 1951.]

dades: Vila Velha, Vitória, Nova Almeida, Guarapari e Anchieta, elevadas todas à categoria de vilas, antes de 1760, atestam, insofismavelmente, o mau gosto arquitetônico e a ignorância absoluta das regras mais elementares de construir. Foram pobres demais e ignorantes em grau superlativo.

Pelo meado do século XVIII, o número de sobrados em Vitória é avultado. Todos invariavelmente toscos, inexpressivos e desproporcionados.

As janelas, mal vazadas, temiam a entrada de luz e ar. As sedes das sesmarias afinavam no mesmo diapasão de desconforto e mau gosto. É de se lamentar, pois a arquitetura colonial, nascida do barroco, larga e sombria, que se adaptou no ambiente americano, tem requintes de grandeza. É a alma pródiga do conquistador audaz, que se implantou dominado pela paisagem. Tudo é grande, como grande é o território que o recebe. Não nos transmitiram, os portugueses, nenhum monumento ou edifício que possa atestar-lhes o indiscutível penhor pelas artes, manifestado com tanto engenho na metrópole. Os poucos conventos construídos pelas ordens religiosas e pela fé do povo, no desejo sincero de expiar suas culpas e cultivar a religião cristã, são obras singelas, de valor sem dúvida, mas traduzem parcela modesta no âmbito da arte de construir.

Das velhas residências nenhuma resistiu aos tempos. E fica-se curiosamente perguntando como seriam as casas dos moradores coloniais, da pequena nobreza senhoril, dos capitães privilegiados e das autoridades presunçosas, que usavam calções de seda e chinós frisados em meio à escravatura rota e esfomeada.

No que concerne ao traçado das cidades, o ilogismo foi a regra. É bastante considerar os poucos logradouros da cidade, que guardaram os eixos diretores daquela época: ruas Duque de Caxias, Maria Ortiz, Professor Azambuja, José Marcelino, ladeira da Misericórdia orientam-se todas por onde não deviam.

AS ORDENS RELIGIOSAS CONCLUEM SEUS CONVENTOS

No correr do setecentos, os jesuítas, em suas cartas anuais, quando se referem à casa e à igreja de sua ordem em Vitória, chamam-nas de Colégio Santiago e igreja de São Maurício. A edificação não sofre mais acréscimo. Os frades franciscanos também concluem tanto o próprio convento, como o de Nossa Senhora da Penha. O aspecto arquitetônico com o qual esses testemunhos de convicções religiosas chegaram aos nossos dias, não sofreram mudanças em suas linhas externas.

O convento do Carmo, com a igreja e a capela da Ordem Terceira, também varou os anos até aos albores deste século, sem obras que lhes modificassem a primitiva vestimenta externa.

A igreja de São Maurício, ou porque suas paredes não tivessem sido bem galgadas ou porque o vão fosse exagerado em relação às tesouras do telhado, ameaçou ruir em 1666. Fez-se outra que ficasse segura, no dizer do padre Serafim Leite.

Em 1694, já era nova e grande a sacristia com objetos necessários ao culto, escrevem os padres. O irmão Domingos Trigueiro, entalhador de mérito, ornou-lhe os altares venerandos. Em 1754 foi a igreja enriquecida com belíssima imagem da Virgem, vinda da Bahia. Os ossos do venerável Anchieta, desde 1739, repousavam em suntuoso cofre de prata.

O Colégio Santiago, onde por duzentos anos se manteve a escola de ler, teve também curso de Humanidades e congregação de estudantes, pelo espaço de um século.

O edifício sofreu reformas e ampliações diversas. Em 1742, constituiu-se grande enfermaria e, cinco anos depois, edificou-se a ala contígua à igreja, dando-lhe o tom final de beleza e majestade.

O colégio prestou os mais relevantes serviços, não só à instrução, como à saúde e à subsistência do povo de Vitória, em épocas sucessivas. Foi hospital nas epidemias, foi distribuidor de panos e víveres nas secas e calamidades, foi centro cívico de pregação e conselhos aos colonos, quando desavindos com as autoridades enfraquecidas.

Consternou-se a população, quando se viu privada dos irmãos de Anchieta, pela ordem régia, que os baniu da capitania e do Brasil.

Da escada de acesso, com seus patamares e muros protetores e de arri-mo, não há informação. Mas presume-se que são obras do século.

O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO

O convento de São Francisco, o mais antigo do sul do Brasil, foi a primeira habitação que teve água a domicílio. O guardião frei Paulo de Santo Antônio deve ter sido o primeiro entendido na arte de nivelar, topógrafo, digamos assim, na vila de Vitória. Foi o construtor do aqueduto que trouxe água da fonte Grande para a cozinha do convento (1643), donde se tirou um ramal, em tubo de ferro para o chafariz, que durou até o começo do século, fronteiro ao edifício da Maçonaria (1737).

Em 1744, quando se levantou o clássico cruzeiro, murou-se a ladeira nos dois lados, para facilitar o acesso dos devotos até a portaria do conven-

to. As torres foram beneficiadas entre aquele ano e o de 1781, conforme atesta a cartela, que o estucador deixou gravada no nicho dos sinos.

Quem entalhou os altares foi frei Cosme de São Damião (1617).

São Francisco, padroeiro da Ordem, encimava o altar-mor, e nos nichos laterais ficavam as imagens de Santo Antônio e São Benedito. A irmandade deste milagroso santo, de tez africana, foi célebre e constituiu motivo de muita rixa entre seus devotos.

Santo Antônio, a requerimento de frei Amaro da Conceição, em 21 de fevereiro de 1752, foi matriculado soldado na Companhia de Infantaria, vencendo, por mês, um vintém de cada praça e dois por oficial. Comandava a unidade militar o capitão José Borges, servindo de procurador, Falcão de Gouvêa.

No chão de marinha, doado pela Câmara, no lado da Lapa, o guardião frei Diogo de Santo Inácio constrói pequeno armazém e um cais para atracação de canoas, recebendo o nome de cais de São Francisco, atingido pela rua da Tapera.

Os franciscanos tiveram noviciado antes de os seus irmãos de Ordem tê-lo inaugurado no Rio de Janeiro (1638).

Praticaram a caridade e não se descuidaram da pobreza. Cumpriram a missão nobilitante que o “Pobre de Assis” lhes deixara como herança e mister.

XIX

VITORIA SETECENTISTA

LADEIRAS, LARGOS E RUAS

Na segunda metade do século XVIII, a capital do Espírito Santo, vista do continente, tem belo aspecto paisagístico. Lembra pequeno feudo medieval, encastelado nas grimpas das montanhas a se espalhar em águas tranquilas de um lago. O casario, nascendo do mar, entremeia-se com restos de vegetação nativa e morre em torno do colégio e da matriz. As torres assimétricas de Santiago dão-lhe um harmonioso equilíbrio. Equilíbrio que se casa com o plano de fundo, coberto de mata secular e vigorosa. Não há separação definida entre as águas e a terra. O mar entra pela Prainha e, nos baixios de Roças Velhas, dilui-se nos mangues, que se confundem com o mataréu das colinas. Nas marés menores descobrem bancos de areia, que, pouco a pouco, aterrados, se transformam em embarcadouros e trapiches. As quaresmas roxas, as cássias régias e os ipês salpicam de cores a floresta, que fecha o cenário. A vida social e econômica desperta aos poucos. O comércio se faz com as capitânicas vizinhas e exporta, para a metrópole, açúcar, algodão, parati, madeira e mandioca. Na metrópole reina D. José, eclipsado sob o guante férreo do marquês de Pombal. A capitania do Espírito Santo, subordinada ao governo da Bahia, obedece ao capitão-mor José Gomes Borges. Tem como ouvidor-geral o bacharel Francisco Sales Ribeiro e o Colégio dos Jesuítas é dirigido pelo padre Silvério Pinheiro.

A Cidade Alta está toda dividida em quarteirões irregulares. O principal, pela sua posição, é o dos jesuítas, com o colégio e a igreja de Santiago, cuja fachada se volta para o largo Afonso Brás, fronteira à igreja da Misericórdia, hoje Assembleia Legislativa. É verdadeira chácara. Sua área compreende o perímetro formado pela atual subida, rua do Comércio e avenida da República, escadaria Cleto Nunes e rua Duarte Carneiro. Pelo lado do mar, correspondendo ao pórtico do palácio, há um retângulo desnudo, que se chama largo Padre Inácio. Toda cercada ou provavelmente murada. Possuem os jesuítas dois trapiches: um no atual cais do Imperador¹ e outro no porto dos Padres, onde está o Hotel Rex.² A senzala situa-se ao

1 [Que se situava em frente à escadaria do palácio do governo.]

2 [Possível referência a prédio de três andares com estrutura de ferro que ainda existe à

forte Santo Inácio, onde se vê, atualmente, o velho sobrado do Juízo Federal.³ Cultivam, os padres, fruteiras e hortaliças. No pátio interno do colégio há grande poço de onde se servem para beber e molhar as plantas. É um conjunto agradável à vista e de relevo muito movimentado. A subida ainda é em rampa, tendo junto ao mar um quarteirão, que lhe impede o acesso em linha reta.

A velha escadaria, dividida em patamares, foi construída depois, não se atinando com a data, porém antes de 1759, data da expulsão da Companhia de Jesus.

Os franciscanos ocupam também área apreciável com horta dividida em leiras e árvores frutíferas. Descendo à esquerda e pelos fundos, comunicavam-se com as marinhas do Parque Moscoso e iam ao sopé do morro, agregando toda a parte do antigo Quartel de Polícia de nossos dias.⁴

O quarteirão da igreja São Gonçalo tem praticamente o mesmo contorno atual. A matriz, hoje catedral, está engastada, pelos fundos, numa área fechada.

Os nomes dos logradouros, à época, são os seguintes:

Largos – Padre Inácio, Afonso Brás e da Matriz.

Ruas – Grande, do Beco, da Matriz, das Flores, São Francisco, Capelinha, Carro de São Francisco.

Da Cidade Alta se desce pelas ladeiras do Padre Inácio, escadaria da Misericórdia, do Pelourinho ou Trapiche, da Matriz, de São Diogo, do Carmo e da Senzala.

Há outros logradouros, cujos nomes não encontramos, como o que ligava as ladeiras da Misericórdia e Padre Inácio, que, no século passado, se chamou Santos Pinto, e hoje faz parte da rua Nestor Gomes. A rua das Flores guardou o mesmo traçado até 1930. Corria nos fundos do Hotel Majestic, comunicando a ladeira da Matriz com a ladeira do Sacramento, em demanda do largo da Conceição, junto ao forte Santiago. A parte baixa, toda em poligonal ziguezagueante, recebia os seguintes nomes, caminhando-se do Parque Moscoso para o Saldanha de hoje: Lapa das Pedras, cais de São Francisco, Porto dos Padres, cais do Padre Inácio ou das Colunas, cais do Batalha (praça Oito), forte Nossa Senhora do Carmo, cais do Santíssimo (Cine Glória), rua do Ouvidor (Duque de Caxias). As casas da rua do Ouvidor, lado de baixo, davam fundos para o

avenida Florentino Avidos, entre a rua General Osório e a avenida República.]

3 Foi demolido em fins de 1964. [Disso resultou um espaço vazio ao lado da escadaria Bárbara Lindenberg ou do palácio Anchieta, onde se encontra a estátua de Dona Domingas].

4 Hoje SESC e Estação Rodoviária. [A rodoviária foi demolida e o logradouro denomina-se praça Misael Pena.]

mar. Não havia ainda espaço para a atual avenida Jerônimo Monteiro. O largo da Conceição (praça Costa Pereira), todo irregular, tomou o nome em homenagem à capelinha da Conceição. Dessa praça, para o mar, saíam as ruas do Sacramento e São Manuel. Para ganhar a rua do Rosário, passava-se por terrenos baldios e de marinhas, onde está o edifício do IAPI.⁵

A rua do Reguinho, antecessora da rua Sete de Setembro, vinha lá do alto da fonte Grande, bem alinhada e esbarrava fronteira à pedreira, que ainda existe no lado esquerdo da rua Treze de Maio. Não desembocava na praça; além do morro, havia uma quadra e a capela da Conceição, demolida por Muniz Freire para se construir o Teatro Melpômene. Toda a área das ruas Gama Rosa e Coutinho Mascarenhas era um banhado baldio, chamado Pelames e, para alcançar a igreja do Carmo, devia-se atravessar uma ponte sobre águas nascentes e as que enxurravam dos morros São Francisco e Matriz. No largo da Conceição havia outra ponte sobre águas, que desciam da pedreira São Diogo, fundos do forte Santiago.

A população da capitania abrigava-se em torno de 1.390 fogos, com 9.760 almas, das quais, 3.000 seguramente na capital. Transportada por escravos, a água era captada nas fontes da Lapa, na fonte Grande e na Capixaba. O convento de São Francisco tinha pequeno aqueduto, vindo das cabeceiras da fonte Grande, sendo privilegiado, em relação às demais moradias, por possuir água corrente. Grande número de casas tinha poços nos quintais com esplêndida água potável. Missas havia em abundância na matriz, nas igrejas de Santiago, São Francisco, Santo Antônio, Santa Luzia, Nossa Senhora da Misericórdia, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Conceição, capela que se construiu em 1755, por devoção e promessa de Dionísio Francisco Frade e sua mulher. Os mortos repousavam nas naves das igrejas ou conventos, quando do clero, governo ou irmandades, e nos cemitérios, anexos aos templos citados, quando do povo ou escravaria.

Nas ruas tortas, esburacadas e enlameadas pelas águas servidas, o capim e a muxinga atingiam aos tornozelos dos poucos transeuntes. Os animais domésticos, em plena liberdade, eram responsáveis por brigas e sarilhos entre vizinhos. De quando em quando a varíola, a amarela, a escarlatina, a bubônica e o impaludismo infestavam os habitantes com fortes percentagens de casos fatais. As noites escuras eram feridas pelo bruxuleio das lâmpadas a óleo de mamona ou azeite de peixe, nos pórticos dos conventos, nos nichos dos devotos ou nos portões dos fortes à beira-mar.

5 [Edifício ora desocupado, onde funcionou o Hotel Canaã e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI, construído à praça Costa Pereira ao lado do Teatro Carlos Gomes.]

O fisco era pesado e os capitães-mores, quase sempre arbitrários e inflexíveis. Os forasteiros transitavam a cavalo. Não circulavam berlindas. Caminhava-se a pé.

NOTAS E EVOLUÇÃO DOS LOGRADOUROS DE VITÓRIA

LARGO AFONSO BRÁS – Hoje João Clímaco, praça fronteira ao palácio e Congresso. Até 1910 ela era toda inclinada para a baía. O terraço onde está situado o coreto é aterro efetuado nessa época. Na administração Jerônimo Monteiro, este largo sofreu transformação radical em planta e perfil. Para aplainá-la, construiu-se um muro de arrimo, coroado por balaustrada, fronteiro à atual rua Nestor Gomes, que não é outra senão o final da antiga rua Professor Santos Pinto. Inácio dos Santos Pinto foi político no começo de sua carreira pública; abandonando-a, dedicou-se à advocacia, jornalismo e magistério. Professor de francês, inglês, italiano, latim, grego e filosofia, foi verdadeiro humanista do meado do século passado. Parece-me que habitou nessa via. A rua Santos Pinto começava no topo da ladeira da Misericórdia e findava na entrada do palácio Anchieta. O quarteirão, montado sobre a gruta que serve de moldura ao busto de Domingos Martins, é habitado antes de 1750. Foi chão dos jesuítas. Onde se ergue o Congresso houve, até 1910, a igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, construída em fins do século XVII. Tinha pequeno cemitério ao lado, cujas ossadas foram encontradas quando das escavações para concordância das ruas São Gonçalo, Muniz Freire e a praça. Sofreu, o antigo largo, nova reforma em 1926, quando se abriu a rua Nestor Gomes, que, prolongando a Santos Pinto até Maria Ortiz, alargou-a para montante, demolindo o muro e compondo a rampa resultante do ajardinamento. O autor da jardinagem foi Paulo Mota, e do movimento da terra a firma Politti, Derenzi & Cia. O largo Afonso Brás, nome do venerando jesuíta, construtor do colégio e catequista dos índios, que habitavam a região de Goiabeiras até Nova Almeida, devia ter-se conservado nesse logradouro de tantas recordações históricas e religiosas. Chamou-se, também entre o povo, largo Santiago.

Por volta de 1850, com o prestígio sempre crescente do padre João Clímaco de Alvarenga Rangel, doutor em leis e direito canônico, deputado à Assembleia Provincial na sua instalação em 1835, mantendo o mandato por mais de trinta anos, passou então o largo a se chamar praça João Clímaco, nome que guarda até hoje.

Foi, indubitavelmente, grande capixaba o ilustre padre Rangel: professor de latim e gramática, orador inflamado e político de prestígio. Orou

na capela imperial, na Corte, onde o padrão dos pregadores se afinava por Monte Alverne. Faleceu em 23 de julho de 1866 sem ter sofrido o caso na sua brilhante carreira.

LARGO PADRE INÁCIO – Atual área fronteira ao palácio, no topo da escadaria, onde terminava a ladeira. Chamou-se também dos Correios. Seu alinhamento afinava-se pelo atual passeio, que borda a Escola Normal [atual Escola Maria Ortiz], descendo para a rua do Comércio, hoje Florentino Avidos. Igual nome teve a ladeira de acesso ao colégio, hoje escadaria. Padre Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus, canonizado em 1622, não logrou ver-se perpetuado em nenhum logradouro público, na terra onde seus filhos espirituais tanto trabalharam e sofreram. Injustiça ainda a reparar-se.

LARGO DA MATRIZ – Hoje catedral, com a elevação do estado a bispado. Praça fronteira ao templo, onde se situava pequeno cemitério. Havia uma lombada, ocupada por quarteirão, que encobria a vista da matriz pelo lado do palácio. Nessa área depois de aplainada, construiu-se a casa de saúde, sede da Associação dos Funcionários Públicos (1935-1938).

RUA DO BECO – Assim se chamou a estreitíssima rua que em 1825, em homenagem ao nascimento de D. Pedro II, recebeu o nome de Dois de Dezembro. Começava em frente à loja maçônica e terminava na matriz, quase paralela à José Marcelino. Desapareceu totalmente em 1928, com as obras da praça da Catedral, já então dominada pelo baixo meretrício. Foi de certa tradição. Na esquina com Muniz Freire houve um chafariz público, que distribuía água potável à população da Cidade Alta. Serviu até 1910, quando se supriu a cidade com abastecimento público.

RUA GRANDE – Chamou-se Santa Luzia em atenção à capela, hoje museu, construída por Duarte de Lemos, donatário da ilha de Vitória e seu primeiro morador. É a atual rua José Marcelino. Foi uma das vias públicas mais famosas do passado. Nela funcionou o ateneu do professor Aristides Barcelos Freire, homem de sólida cultura humanística, grande professor de gramática, jornalista e teatrólogo, a quem a mocidade, até a geração de 1920, ficou a dever o benefício de sua cultura.

José Marcelino Pereira de Vasconcelos faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1874, no Hospital de São Francisco da Penitência. Filho de Vitória, foi extremado terrantês. Escritor, historiador, jornalista, político e advogado. Teve foros de jurisconsulto. Publicou entre outras obras: *Guia dos Juizes Municipais*, *Consultor Jurídico*, *Código Criminal do Império do Brasil*, *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*, *Seleto Brasiliense*, *Catecismo Histórico e Político*, *Jardim Poético*. Foi deputado provincial e geral. Pertenceu ao Instituto Histórico da Bahia.

RUA DA MATRIZ – Rua Pedro Palácios. Unia a praça João Clímaco à catedral. Tinha dois ramos, o primeiro passou a se chamar Pedro Palácios, homenagem ao leigo franciscano, que construiu o convento da Penha, e o segundo, da escadaria Maria Ortiz ao fim, tendo desaparecido, teve o nome de Domingos Martins, herói capixaba da Revolução Pernambucana de 1817.

RUA DAS FLORES – Praticamente desaparecida. Resta um trecho nos fundos do Hotel Majestic e o beco, hoje sem saída, que se prolongava até o antepenúltimo patamar da escadaria Maria Ortiz. Foi via famosa na segunda metade da centúria de 1800, quando passou a se chamar Coronel Dionísio Rosendo, em homenagem a obscuro político, intelectualmente falando, que se manteve no apogeu de 1829 até os fins de 1870. Foi deputado provincial e vice-presidente da província por muitos anos, ocupando o cargo nos intervalos dos mandatários efetivos. Não se conhece, nenhum feito que o nobilite à posteridade. Seu nome por extenso Dionísio Álvaro Rosendo, que os cronistas, às vezes, também escrevem Rozendo. Com esse nome chegou aos nossos dias. Essa rua, no plano Avidos, que não lhe modificava o traçado, destinava-se a ligar a Cidade Alta, cartório Rômulo Castelo, com a praça Costa Pereira. Ficou no projeto. Foi logradouro famoso com residências nobres. Quase todas as casas com dois pavimentos tinham pequeno jardim com sabugueiros, papoulas, graxas e crótons de cores variegadas. Foi assim que a conheci quando, em 1908, ingressei na escola de Amâncio Pereira, professor de primeiras letras, notável pela sua cultura histórica e geográfica, notoriamente sobre coisas do Espírito Santo. Foi grande educador e pedagogo. Manteve um curso noturno gratuito para alfabetização de adultos. Capixaba de valor. O ingresso à rua das Fores fazia-se pela rua do Sacramento, cuja placa ainda se sustem junto à esquina da Duque de Caxias, parte final, ou pela ladeira da Matriz, que lhe era perpendicular.

RUA SÃO FRANCISCO – Guardou o nome. Retificaram-na e demoliram-lhe o ossário-cruzeiro, que marcava o começo da subida ao convento, cuja pedra-base ainda se vê no leito da via.

RUA DA CAPELINHA – Muniz Freire.

LADEIRA DA MISERICÓRDIA – Era um pouco mais extensa e se prolongava até o atual Congresso. No último patamar à esquerda começava a rua Professor Santos Pinto. É logradouro desde os fins do século XVI. Servia aos fiéis da igreja Nossa Senhora da Misericórdia. Suas casas quase todas de taipa, pequeninas e baixas, foram demolidas, parte no governo de Jerônimo Monteiro e parte no de Florentino Avidos.

LADEIRA TRAPICHE OU DO PELOURINHO – É a atual escadaria Maria Ortiz. Foi cenário marcante na invasão holandesa de março de 1625.

Trapiche, porque à beira-mar, no edifício Pan-Americano,⁶ da família Rufino de Azevedo, existiu um armazém de carga. Pelourinho, porque se achava no fim da subida, próximo à atual entrada da Casa de Saúde dos Funcionários Públicos, aquele instrumento da justiça portuguesa. No governo Avidos, com projeto do engenheiro Henrique de Novais, construiu-se a escadaria atual. Foram executantes da obra os engenheiros Politti, Derenzi & Cia. Foi inaugurada em 15 de novembro de 1924. Custou trinta e nove contos de réis. Foi a primeira obra pública contratada pelo autor deste trabalho.

LADEIRA DA MATRIZ – Rua Cerqueira Lima. O Dr. Cerqueira Lima militou na política, no começo do século, foi médico caritativo e atingiu a vice-presidência do estado com Jerônimo Monteiro.

LADEIRA PADRE INÁCIO – Hoje escadaria do palácio Anchieta.

LADEIRA DO SACRAMENTO – Logradouro, que unia a rua Pereira Pinto à rua Dionísio Rosendo. Não obstante seu alinhamento reto, tinha duas seções distintas: uma plana, no leito da praça Costa Pereira, faceando o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Este trecho era ocupado por pequeno comércio em sobradinhos de reduzido pé direito. Em um deles houve a célebre Casa Manuel Brás, papelaria e quinquilharia, usando anúncios com cartazes e tabuletas sugestivas. A segunda seção, em ladeira forte, cujos vestígios ainda perduram, comunicava a rua Duque de Caxias com o começo da rua Dionísio Rosendo, que nascia em curva para a esquerda. Desde o começo do século as mulheres de má vida lhe haviam conspurcado o nome e as tradições passadas.

LADEIRA SÃO DIOGO – Uma pedreira escarpada pela qual se subia da praça, canto da rua Sete, aos fundos da matriz. A escadaria atual construída pelo prefeito Américo Monjardim, segue-lhe pouco mais ou menos a diretriz. Chamou-se também Couto Teixeira.

LARGO SÃO DIOGO – Pequeno logradouro, que unia as esquinas Duque de Caxias – Sacramento, com a praça Costa Pereira. Onde se ergue o edifício de apartamentos dos herdeiros de D. Ana Cruz Guimarães [Edifício Antenor Guimarães], existiu o fortim Santiago. O mar beijava-lhe a muralha. A praça desapareceu com as demolições de 1926. Eram velhos imóveis da família Carlos Botti, seriamente prejudicados na lentíssima desapropriação.

LARGO DA CONCEIÇÃO – Hoje praça Costa Pereira. Era conhecido por Prainha, antes da ereção da capela por Dionísio Francisco Frade. As enxurradas e as águas dos Pelames engrossavam a fonte Grande,

6 [Prédio ainda existente, situado à rua João Aguirre, entre a rua Duque de Caxias e a avenida Jerônimo Monteiro. Outrora abrigou as Lojas Helal Magazine.]

transformando-a em apreciável curso d'água, correndo em vala artificial, denominada Reguinho. Na confluência deste com o mar surgiu uma restinga, nas proximidades das embocaduras das ruas Sete e Graciano Neves. Ali foi construída a capela de Nossa Senhora da Conceição, que chegou ao fim do século que nos precedeu. Foi demolida no governo de Muniz Freire, em 1894, para construção do Teatro Melpômene, inaugurado em maio de 1896 pela Companhia Júlia Plá, com a opereta *A Mascote*. Foi festa grossa, decantada pela imprensa da época. Mais de dois terços da praça eram banhados pelo mar, máxime nas marés cheias, que entravam pelos vazios das ruas do Oriente (Barão de Itapemirim), General Câmara, Palácio do Café e São Manuel. Verdadeiros becos infectos. Desapareceram de 1922 a 1924, quando da ampliação da praça e abertura da avenida Capixaba. Suas áreas estão incorporadas ao triângulo ocupado pelos novos edifícios, que fazem frente para essas duas vias públicas. Seus oblíquos alinhamentos persistem, gritando contra a ridícula economia, quando da desapropriação dos velhos casarios para as obras de melhoramento. O aterro do velho largo da Conceição se fez aos poucos, gradativamente. Depois de edificada a capelinha, todos os governos se interessaram por ela. Registram-se principalmente Brás Rubim e o conselheiro José Fernandes da Costa Pereira. Este ilustre capixaba muito trabalhou pela sua terra, quer como presidente da província, 1862, quer como ministro da Agricultura no Gabinete de 7 de março de 1871, presidido pelo visconde do Rio Branco. O Reguinho castigava impiedosamente o largo colonial. Toda chuva maior o engrossava, inundando e prejudicando o rés do chão das poucas casas, que lhes bordavam o perímetro tortuoso. Ainda hoje, não obstante as águas canalizadas em duas manilhas de metro de diâmetro, o extravasamento é frequente nas chuvas de verão. É necessário construir-se a avenida de Contorno, com o canal de circunvalação, coletando as águas dos morros e lançando-as diretamente ao mar, por meio de tubos forçados. Em 1922, o prefeito Dr. Pereira Lima, mudou-lhe o nome para praça da Independência. Não logrou popularidade. Voltou ao apelido atual, que muito bem lhe soa. O verdadeiro construtor da praça Costa Pereira foi o engenheiro Moacir Avidos, secretário da Agricultura, Viação e Obras e diretor dos Serviços de Melhoramentos da Capital, no governo de seu ilustre pai, presidente Florentino Avidos, igualmente engenheiro e que fora o diretor de obras no governo do coronel Nestor Gomes.

A praça foi definitivamente inaugurada em 23 de maio de 1928, com o descobrimento dos bustos de Florentino Avidos e Muniz Freire. O ajardinamento e arborização foram projetados e executados por Paulo Mota.

O antigo Teatro Melpômene, todo de pinho de Riga, obedecia internamente às melhores regras de construção no gênero. Bem decorado e con-

fortável prestou notáveis serviços à cultura artística da capital. Foi demolido no governo Avidos. André Carloni, mecenas capixaba, construiu, mediante alguns favores do governo, por sua conta, o Carlos Gomes. As colunas de ferro fundido, que sustêm os camarotes, pertenceram ao antigo teatro.

CAMPO DOS PALAMES – Ou Pelames, depois praça Paula Matos. Está ocupado pelo quarteirão formado pelas ruas Coutinho Mascarenhas e Gama Rosa. Era grande baixio meio alagadiço com árvores floridas. As duas palmeiras defronte da prefeitura são novecentistas. O capitão de fragata, Luís da Gama Rosa, foi o primeiro capitão dos portos do Espírito Santo. Homem reto e probo. Dirigiu por muitos anos a Provedoria da Santa Casa. Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, deputado provincial por muitas legislaturas, foi várias vezes vice-presidente da província, substituindo o efetivo com energia e retidão. Na gestão de 1873, exonerou todos os funcionários, que exerciam cargos cumulativamente. Já naqueles tempos se sugava sofregamente as tetas do Estado.

RUA DO CARMO – Professor [sic, Dr.] Azambuja: Azambuja Meireles?⁷

RUA DA VÁRZEA – Rua Professor Baltazar. Professor de música, que ali residiu. Preparou a charanga, que recepcionou D. Pedro II.

ROÇAS VELHAS – De modo geral chamou-se assim toda a zona desde o Parque Moscoso até Santo Antônio. A foz do rio Marinho teve igual nome, dado por Duarte de Lemos. Campos abandonados por perseguição das formigas ou índios.

RUA DO FOGO OU CARAMURU – Foi conhecida por ladeira do Quebra-Bunda, pois com leito em pedra, muito íngreme e sempre molhada por infiltrações, era bastante escorregadiça. Nessa rua existiu o Liceu Filomático da educadora Ernestina Pessoa, com assinalados serviços à instrução pública capixaba.

RUA DO EGITO – Rua Francisco Araújo. Recebeu esse nome em homenagem ao cabo “Chico Princesa”, que se distinguiu na guerra com o Paraguai. Por que Francisco Araújo e não “Chico Princesa”, como era conhecido?

RUA DO CRUZEIRO – Em parte ocupada pela rua D. Fernando, segundo bispo do Espírito Santo. Começava no cruzeiro de São Francisco e terminava na ladeira da Tapera. Chamou-se também rua Carro de São Francisco.

7 [Homenageia, como tudo indica, a memória do Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles, médico e político, falecido em 1883.]

LADEIRA DA SENZALA OU TAPERA – No seu cruzamento com a rua da Lapa, hoje Thiers Velloso, situava-se a senzala dos frades franciscanos.

CAIS DE SÃO FRANCISCO – Guardou o nome. Era uma espécie de canal no mangue do Campinho, em direção à atual avenida da República, pelo qual singravam as canoas do convento.

PORTO DOS PADRES – Trecho compreendido entre a atual avenida da República e a General Osório por onde se faziam as comunicações dos padres jesuítas. Para se vencer o canal, hoje ocupado pela avenida da República, havia uma ponte com altura bastante para passarem canoas com seus tripulantes agachados. Todo o Parque Moscoso era pantanal marítimo.

RUA DA PRAIA – Depois Mangueira; com a rendição do Paraguai, passou a Primeiro de Março. Trecho entre General Osório e a escadaria do palácio. Junto à rampa de acesso à Cidade Alta, situou-se o fortim Santo Inácio ou São Maurício. Foi rua do comércio fino de Vitória no período da Primeira República. A Casa Verde, Santos Lima, Teixeira Guimarães, Dro-garia Roubach, desaparecidos, foram famosas.

RUA DO OUVIDOR – Com fundos para o mar chamou-se Conde D’Eu, após o casamento da princesa Isabel com aquele príncipe. Proclama-da a República, tomou o nome de Duque de Caxias. Não sofreu modifica-ções sensíveis. Ficou monarquicamente arcaica, não obstante sua posição central.

RUA DO PIOLHO – Rua Treze de Maio atual. Era paupérrima. Mora-dia de escravos forros e, mais tarde, de marafonas.

RUA DA VÁRZEA – Parte plana da rua Professor Baltazar.

RUA DO REGUINHO – Rua Sete de Setembro. Era formada pelos fundos de grandes e tradicionais chácaras: do Vintém, do Nascimento e Mulundu.

RUA DO ROSÁRIO – Guardou o nome e o trajeto. Foi esquecida pe-los urbanistas capixabas.

RUA CRISTÓVÃO COLOMBO – Começando no atual cruzamento da rua do Rosário com a avenida Capixaba, em poligonal, seguindo a linha da preamar, terminava na rua Barão de Monjardim. Está ocupada pela ave-nida Capixaba.

RUA OU CAIS DAS COLUNAS – Com a visita dos imperadores, em fevereiro de 1860, recebeu o nome de Pedro II ou cais do Imperador. Foi praça apreciável por seus sobrados antigos e comércio tradicional. Era o cais elegante para atracação de lanchas. Jerônimo Monteiro o denominou de Marechal Hermes, quando este ex-presidente da República esteve em Vitória. Florentino Avidos, comemorando o centenário de nascimento do velho imperador, restabeleceu-lhe a homenagem.

CAIS DA BATALHA – Praça Oito de Setembro. Teve nomes intermediários: cais da Alfândega, praça Santos Dumont. Ao que parece, nesse local se feriram os primeiros combates com os holandeses em 1625.⁸

CAIS DO PEIXE – Nos fundos do atual Correios e Telégrafos, onde existiu o mercado, construído em 1873 e demolido em 1928.

CAIS DO SANTÍSSIMO – Espaço ocupado pelo Cine-Teatro Glória. Foi, no governo de Muniz Freire transformado em Jardim Municipal. Seu último nome foi Éden Parque. Ali houve dois galpões de madeira, o primeiro, com palco para espetáculos ligeiros, paralelo à rua Marcelino Duarte, e o segundo, sobre o mar, com botequim e bilhares. Foi cais de embarque até 1910, para Vila Velha e Argolas, das lanchas a vapor de Eugênio Neto. Nestor Gomes suprimiu esse logradouro, quando do projeto da Avenida Capixaba, autorizando a venda da gleba resultante. Era belo e bem arborizado. Ponto predileto dos políticos da época, quase todos hábeis jogadores de bilhar. A campista e o bacará prendiam ali os notívagos até alta madrugada.

8 [Há também referências desse logradouro como Cais do Batalha.]

XX

EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

No cenário do Brasil Colônia, a capitania do Espírito Santo foi sempre obscura, por isso não constituía problema para o governo metropolitano.

Não se havia formado uma consciência política de modo a criar dificuldades com suas exigências. As poucas vezes em que sua pobre população reclamava, fazia-o com humildade. Suportava todas as restrições que o reino lhe impunha com resignada obediência.

Se conspirações houve, ficaram no subconsciente: a emigração para as Gerais e a garimpagem do Castelo foram pequenos episódios sem conseqüências maiores.

Os jesuítas eram queridos e respeitados, nunca faltaram aos colonos com assistência religiosa e material. Foram a LBA de hoje,¹ sem demagogia e sem preferências.

Desentendimentos houve, mas, de segundo plano, com os que teimavam em escravizar os índios de cuja liberdade os jesuítas se fizeram paladinos intemoratos em todas as capitanias. Não é de surpreender, portanto, o acabrunhamento causado pela missão do Dr. João Pedro de Souza de Siqueira, vindo do Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1759, secretariado por José Pereira de Brito e guarda numerosa. Vinha prender os padres jesuítas e levá-los para o Rio de Janeiro, segundo carta de prego exibida ao capitão-mor da capitania, Gonçalo da Costa Ribeiro.²

Não nos cabe historiar as causas invocadas pelo marquês de Pombal para induzir o pusilânime D. José I a permitir a expulsão dos jesuítas de Portugal a suas colônias. Outros já o fizeram. A matéria, contudo, ainda hoje comporta estudos e pesquisas.

Escapa, porém, à dimensão desta modesta biografia. O fato pertence à história. As controvérsias, que dominaram os historiadores do século passado, na apreciação da carta régia de 21 de julho de 1759, perderam o colorido e o conteúdo. Nada se provou, não obstante o confisco dos bens, biblioteca e arquivos dos jesuítas no mundo inteiro. Por cerca de um século, ficaram os inacianos sem direito à defesa. Nem assim foram aniquilados. O tempo é

1 [Legião Brasileira de Assistência - LBA, criada em 1942.]

2 Basílio Daemon. Serafim Leite.

grande filtro não só para o pensamento como para as paixões humanas. Os anos apodrecem a mentira e mumificam a verdade, permitindo ao bisturi do anatomista histórico dissecá-lo sem o perigo de contágio maligno.

Expulsando os jesuítas, Pombal diminuiu-se na sua obra de reconstrução do reino e sublimou a Companhia de Jesus pelo sofrimento e martírio.

Pombal foi relâmpago fortuito na história, feriu o céu português em determinado instante. Os jesuítas avolumam-se no tempo e no espaço pela sua obra educativa, pelo fervor da fé, pela defesa, na primeira linha, da civilização cristã.

Como epílogo da expulsão dos jesuítas registram-se as seguintes datas: em 3 de setembro de 1758, rebenta um motim em Lisboa, de protesto contra o monopólio do vinho, e D. José sofre um atentado. Culpam os jesuítas do motim. Era fácil fazê-lo sob o regímen despótico do marquês, embora seus esbirros nada tivessem apurado. Em 3 de setembro de 1759, no mesmo dia e mês, numa como devoção ao rei, publica-se o decreto exilando os jesuítas de Portugal e seus domínios, taxando-os de “traidores, rebeldes, adversários” e proibindo a qualquer pessoa de ter “com eles correspondência verbal ou por escrito, sob pena de morte e confisco de bens”. Que respeito à liberdade humana!

A carta régia, de 21 de janeiro de 1761, confisca-lhes os bens e os incorpora à Coroa.

A ordem dada por Gomes Freire, conde de Bobadela e vice-rei do Brasil, com data de 10 de novembro, ao desembargador Siqueira Ferraz determinava-lhe que “...passasse sem perda de tempo à capitania do Espírito Santo e, sendo nela, fosse imediatamente ao Colégio dos Jesuítas e pusesse logo cerco com a guarda que levava consigo e mais gente se fosse preciso”.³

A tarefa foi fácil. O reitor padre Silvério Pinheiro, reuniu seus irmãos espalhados pelas aldeias distantes, em número de dezessete, entre eles o padre Manuel da Fonseca, escritor de nomeada, embarcaram, no dia 22 de janeiro do ano seguinte, para o Rio, a se reunirem aos companheiros em caminho dos cárceres, uns e do exílio, outros.⁴

Levaram como bagagem capa e crucifixo. O povo, em lágrimas, assistiu ao embarque no cais Padre Inácio. Iam-se os missionários humilhados pelo governo ao qual serviram, por duzentos anos, na conquista da terra, na catequese e pacificação dos índios e na defesa do solo contra estrangeiros.

3 Basílio Daemon.

4 Serafim Leite.

CONSEQUÊNCIAS

Com a retirada dos jesuítas, a capitania sofreu perda considerável na instrução, na catequese dos índios e na agricultura: uma organização que se desmoronava com prejuízos sem conta.

A pobreza, que tinha no colégio e nas aldeias amparo silencioso, ficou ao deus-dará.

Os índios, indolentes por índole, voltaram, em maioria, à vida primitiva. A catequese leiga foi fórmula utópica. Com o brandir do relho, sacudido pelos capitães, apagava-se o “amai-vos uns aos outros” e o ódio renascia entre portugueses e nativos. A catequese é um apostolado que se abraça por amor a Deus e não função burocrática com horários e regulamentos.

Em 1771, os puris atacam as minas de Castelo, debandando garimpeiros em fuga precipitada com mulheres e pertences. Quarenta e cinco anos depois, em 1816, o príncipe Wied-Neuwied⁵ se atemoriza com o relato do padre João, de São Fidélis, a respeito das atrocidades dessa tribo contra a população do Itapemirim.⁶ Um negrinho fora encontrado morto sem braços e pernas. Nas margens do Itabapoana teve o príncipe naturalista conhecimento de outros casos de antropofagia. Os puris, depois de matarem, na Muribeca, trinta bois e um cavalo, devoraram assado outro crioulo. A carne humana apetecia-lhes melhor do que a bovina. Até em Benevente, hoje Anchieta, o comandante do “quartel”, polícia de estrada, aventava com relatos a selvageria dos índios da vizinhança.

Esses maus instintos tinham cessado havia muitas dezenas de anos, antes da retirada dos missionários. As aldeias, cuja prosperidade lhes ganhou promoção a vilas – Reis Magos, com o nome de Nova Almeida, em 8 de maio de 1758;⁷ Reritiba, em 1º de janeiro de 1759, instalada com o nome de Vila Nova de Benevente a 14 de fevereiro de 1761,⁸ hoje Anchieta – estavam, à época da passagem do príncipe alemão, em decadência pronunciada. Melhor sorte não lograram as reduções e fazendas mantidas pelos inacianos: Muribeca, Ponta da Fruta, Taputera, Orobó, Jucu, Jucunema e a esplêndida Araçatiba, com seus engenhos, canaviais, igreja, residências e pastagens; Camboapina, ligada pelo canal-Rio Marinho, construído em 1716, com navio para transporte da produção de Araçatiba diretamente ao

5 Maximiliano, príncipe Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Percorreu toda a costa do Espírito Santo, acompanhado de séquito numeroso de cientistas.

6 Itapemirim. Chamou-se aldeamento de Caxanga.

7 Rubim. Daemon. César Marques.

8 José Marcelino.

porto dos Padres, evitando a passagem oceânica pela foz do Jucu. Abandonadas as benfeitorias de melhoria do solo, foram se transformando novamente em pantanais, cuja recuperação, após 1950, custou polpudas despesas ao DNOS.⁹

Goiabeiras, Carapina, Jacuí transformaram-se em carrascais de camarã, onde havia hortaliças, milho, mandioca e olarias. Não perderam, hoje, embora os núcleos urbanos que se formam, seu aspecto de pobreza rural. Apesar de tudo, o maior prejuízo foi a falta de amor e disciplina ao trabalho. Os colonos do Espírito Santo, além de pobres, permaneciam naquela ignorância lusitana. O jesuíta evoluía nos métodos de cultivo do solo e estimulava os vizinhos de boa vontade. Sessenta anos depois da expulsão dos jesuítas, Saint-Hilaire e Neuwied, que percorreram a capitania de sul a norte, pelo litoral, onde a densidade demográfica populacionava uma série de regiões, tiveram que comer farinha de mandioca, peixe e caças, para não jejuarem além do limite de sacrifício.

A INSTRUÇÃO

O colégio, as reduções e aldeias ministravam aulas de ler, escrever e contar, gratuita e pacientemente, além das lições de catecismo que obrigavam o professor a dar noções de moral e uma série de conhecimentos humanos, indispensáveis ao entendimento da doutrina. A música e o teatro, nas horas de recreio, também faziam parte da didática jesuíta. A arte de carpintaria e a escultura em madeira foram praticadas com êxito pelos alunos.

O colégio teve cadeira de gramática latina, cujas lições eram verdadeiros cursos de humanidades. Todas essas iniciativas inicianas caíram no abandono. A aula de latim e uma cadeira de ler e escrever foram restabelecidas depois da carta régia de 2 de maio de 1771,¹⁰ que criou o “subsídio literário”. O ensino, que era gratuito, passou a pesar sobre certos produtos de consumo.

Pombal, o reconstrutor de Lisboa arrasada pelo terremoto de 1755, traumatizou o Brasil e notadamente o Espírito Santo com seu ódio aos jesuítas.

9 [Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS, criado em 1940.]

10 Um real a canada de vinho, ou quartilho de aguardente, 160 réis por pipa de vinagre, um real o arrátel de carne. Galanti. O primeiro professor nomeado foi Pita Rocha, logo depois substituído pelo padre Marcelino Pinto Ribeiro. Daemon.

E O INVENTÁRIO...

Todas as causas, invocadas pelo marquês de Pombal e encarecidas por seus áulicos, cessaram com o processo iníquo e arbitrário de se condenarem os padres ao cárcere e ao exílio. Nenhuma providência jurídica de imediato foi tomada em relação aos bens e haveres da Companhia de Jesus em proveito da Coroa. Só em 1776, depois da morte de D. José e a queda do ministro poderoso, D. Maria I instruiu o vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza, nomeando o Dr. Manuel Carlos da Silva Gusmão, ouvidor e corregedor, para inventariar, arrecadar e avaliar os bens dos jesuítas no Espírito Santo. Procedeu-se ao feito em abril de 1780. Decorrido tanto tempo, teriam sido exatas as cabeças de gado, os utensílios, alfaias e objetos de culto? Da biblioteca há registro: foi preciso deitar bando¹¹ para que os inescrupulosos devolvessem os volumes desviados. Boa livraria, diz Serafim Leite, queimada no incêndio de 1795, informa Daemon.

As propriedades rurais, os chãos urbanos, os móveis e utensílios, os escravos e objetos do culto, com exclusão do colégio e igreja Santiago, incorporados ao patrimônio nacional, somaram em 58:603\$480.¹²

DESTINO DOS BENS DOS JESUÍTAS

As igrejas foram confiadas ao bispo do Rio de Janeiro ao qual estava subordinado o Espírito Santo eclesiasticamente.¹³ Tiveram sorte cruel. Com exceção da igreja de Santiago, a mais rica e de melhor arquitetura da capitania, honrada, depois da independência do Brasil, com o título de capela nacional,¹⁴ as igrejas construídas pelas ordens religiosas, foram severamente castigadas pelo tempo e pelo descuido dos vigários e governos provinciais. O cupim e as chuvas conspiraram livremente para transformá-las em ruínas. As irmandades, sempre desavindas por rivalidades, foram responsáveis pelo abandono das casas de Deus ao azar das intempéries. Os poucos padres seculares sacrificam suas funções eclesiásticas à sedução política, que os arrastavam à luta partidária. Quem pede votos, não pede esmolas para obras paroquianas. A igreja de Nova Almeida, com residência conventual anexa, chegou quase a ruir. O célebre painel dos Santos Reis

11 *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXXII.

12 Daemon.

13 Daemon.

14 Daemon.

Magos, pintura do século XVI, escapou milagrosamente da destruição total, graças ao amor de André Carloni, construtor comissionado pelo Serviço do Patrimônio Histórico [e Artístico] Nacional, instituição dos nossos dias, responsável pela preservação do nosso passado urbano. A residência de Reritiba, Benevente, hoje Anchieta, com sua magnífica igreja, glorificada pelo halo sagrado do Apóstolo do Brasil, não teve melhor sina. A capela de Araçatiba, formosa e adornada de belíssima imagem de Nossa Senhora da Ajuda, também foi esquecida pelos proprietários sucessores da grande gleba rural. Os franciscanos e carmelitas não tiveram melhor sorte com seus conventos, igrejas e capelas, depois de deixarem o Espírito Santo. O convento da Penha foi preservado milagrosamente não sem prejuízo na sua estrutura de madeira, sempre à mercê do cupim e do caruncho.

O colégio de Santiago serviu aos mais variados fins: Câmara Municipal, cadeia, hospital, quartel, biblioteca, sede e residência do governo, função que ainda guarda. Era, como ainda é, a maior área coberta da cidade e por isso teve, por anos sucessivos, essas funções simultaneamente. As residências de Nova Almeida e Anchieta foram utilizadas para o mesmo fim público, mas não mereceram o cuidado da preservação. O Patrimônio Nacional, não obstante o minguado das verbas, as assistem paulatinamente, restaurando-lhes a primitiva beleza.

As propriedades urbanas, casas, chãos e terras de cultura da ilha, leiloadas no Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1782, foram arrematadas pelo alferes Francisco Antônio de Carvalho, por 4:441\$500, transferindo-as, dois anos depois, pelo mesmo preço ao condestável Torquato Martins de Araújo, morador em Vitória.

O condestável comprou também as terras de Camboapina, Ponta da Fruta, Jucu e Araçatiba, a maior gleba particular jamais havida no Espírito Santo. O príncipe Neuwied, em sua viagem de 1816, acampa em Ponta da Fruta, numa casa do capitão Falcão, sucessor de Martins de Araújo, e visita Araçatiba, descrevendo-lhes as matas e riquezas com especial interesse. Tudo isso no abandono das taperas. Só agora, quase duzentos anos volvidos, com a abertura das rodovias, reflorescem timidamente.

A LENDA DOS TESOUROS

Criou-se a lenda de que os jesuítas, avisados por correio secreto da expulsão e confisco, enterraram tesouros fabulosos em suas propriedades.

A lenda criou corpo e a imaginação dos fracos de espírito desenhou roteiros cabalísticos, localizando os baús, arcas e panelas abarrotadas de

ouro e pedrarias. Ainda se notam escavações à procura de riquezas misteriosas, que os padres não deixaram. Na fazenda Fonte Limpa, em Carapina, em Nova Almeida, em Vila Velha, em Araçatiba, muito se cavou. M. Mesquita arruinou-se fuçando terra e sepultando esperanças.

Os jesuítas voltarem ao Brasil em 1841, depois do breve *Solicitudomnium* de 7 de agosto de 1814, que restabeleceu canonicamente a Companhia de Jesus.

NO CREPÚSCULO DO SETECENTOS

A população negra de Vitória, crescendo sempre, congrega-se em irmandade e, por súplica, obtêm do bispo da Bahia, em 14 de setembro de 1765, provisão para construir a igreja de Nossa Senhora do Rosário. Modesta, simples e bem localizada, é belo testemunho de devoção dos humildes cativos africanos de Vitória.

Como se não bastasse tanta mazela aos capixabas, foi a população de Vitória sacudida, em 1º de agosto de 1767, às 8 horas da noite, por um terremoto que não causou prejuízo maior do que susto coletivo.

Fato curioso da anacrônica legislação monárquica, assinala Daemon, como o pitoresco castigo sofrido pelo ouvidor-geral, Dr. Joaquim José Coutinho Mascarenhas, empossado em 11 de junho de 1787. Tendo-se consorciado com D. Maria da Penha, sem licença de El-Rei, foi preso por dois anos e remetido para Lisboa. Homem de fortuna apreciável, abandonou a magistratura e fixou-se em Vitória, onde constituiu numerosa família. Seu neto, coronel Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, ocupou altos cargos políticos. Uma rua na cidade lembra-lhe o nome.

Nesse ano torna-se regular o serviço de correio entre Campos e Vitória e, por conseguinte, com o Rio de Janeiro. Era feito por índios civilizados. Em 1789, a 22 de janeiro, o comandante das fortificações de Vitória, coronel Inácio João Mongeardino, é nomeado capitão-mor da capitania. Não lhes são gabadas as picuinhas temperamentais, porém revelou-se conhecedor dos problemas administrativos e os expunha com franqueza aos governos responsáveis.

A língua tupi, estudada e cultivada pelos missionários, generalizara-se entre os brancos ao ponto de ser usada até nos púlpitos pelos pregadores. Apesar de proibição régia, desde 1727, o hábito não declinara; ao contrário, pois a Câmara Municipal, em 23 de maio de 1795, baixou postura obrigando o uso da língua portuguesa. Consequência absoluta da falta de escolas primárias.

O último capitão-mor da capitania foi Manuel Fernandes da Silveira. É o primeiro a trazer o título de governador regente. Citamo-lo por marcar uma inovação, não porque houvesse praticado feitos históricos de relevância. A extinção do título de capitão-mor, atribuído ao governo das capitanias, data de 12 de maio de 1798; mas somente por aviso de 12 de agosto, D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, futuro conde de Linhares, apostilou a nomeação do primeiro governador do Espírito Santo, feita por D. João, príncipe regente, com a patente desse teor. O agraciado, Antônio Pires da Silva Pontes Leme, oficial de Marinha e bacharel em ciências matemáticas pela Universidade de Coimbra, só tomou posse em 29 de março de 1800.

A intenção do príncipe regente foi desagrarar o Espírito Santo dos maus governos. Assim se expressa o futuro D. João VI: “Tendo-me devido um particular cuidado o reanimar a quase *extinta Capitania do Espírito Santo*, (o grifo é meu), confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores. Fui servido nomear para a mesma um governador particular que vos fica sempre subalterno e escolher um homem de conhecidas luzes e préstimos na pessoa do capitão de fragata Antônio Pires da Silva Pontes Leme”.¹⁵ Recomendava o rei abrir caminho para Minas Gerais, ampliar e conservar as matas (!) da capitania, o que não se fez até hoje, incrementar as culturas e civilizar os índios, abandonados após a expulsão dos jesuítas. Muito bem informado andava o bonachão regente sobre o descaminho do Espírito Santo, para usar o termo contemporâneo. Mas nada foi feito. Tudo ficou nas intenções.

NÚMEROS MIÚDOS DE 1790

Da *Informação* prestada pelo capitão-mor Inácio João Mongeardino ao governo da Bahia,¹⁶ colhem-se dados preciosos a respeito da vila e da economia capixaba. Números miúdos, porém, significativos. A população de Vitória, em 1790, é de 7.225 habitantes, dos quais 4.898 escravos ou dois e um décimo de negro, em média, por habitante livre. Ora, o escravo era objeto

15 Extraído da citação de José Teixeira de Oliveira. Carta régia ao capitão-general Francisco da Cunha Menezes, governador da Bahia.

16 “Informação do capitão-mor Inácio João Mongeardino, dirigida ao governador da Bahia sobre (uma) representação da Câmara da vila de N. S. da Vitória e as vilas da capitania do Espírito Santo. Vitória, 11 de julho de 1790”, apud Almeida. “Inventários”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXXIV, p. 176-80, segundo José Teixeira de Oliveira.

caro; possuí-lo significava ter capital. Quando o senhor não o utilizava diretamente em sua propriedade, alugava-o como se aluga um utensílio qualquer. Posse de escravo era sempre indício de prosperidade. Assim, no fim do século dezoito, a cidade é pobre mas a população remediada. Importam-se mercadorias no valor de 21:267\$840, e exportam-se 45:668\$480, saldo belíssimo, senão em valor, em percentagem altamente abonadora. A maior parcela importada é de tecidos: 18:113\$920, representada por drogues, bretanhas de França e Hamburgo, panos de linho, cambraias e sedas. Segue-se o sal, monopólio da Coroa, com 1:160\$320, à razão de 640 réis o alqueire (40 litros); e o vinho a 76\$800 a pipa, num total de 998\$400 ou 16 pipas, cabendo 3 litros anuais por habitante livre, o que é muito pouco.

Bebia-se muita cachaça em compensação. A Câmara não tem patrimônio nem rendas. Para se atender às pequenas despesas de reparo de calçadas ou das fontes, “finta-se” o povo, isto é, rateia-se o custo pelos moradores. A falta de patrimônio do município de Vitória origina-se da sua fundação irregular. A ilha de Santo Antônio foi doada, pelo donatário da capitania, ao ambicioso Duarte de Lemos. A carta de doação veda-lhe a faculdade de fundar povoado ou vila. Vitória, como célula urbana, não teve origem legal, por isso não recebeu as clássicas léguas de terra para seu patrimônio. Ficou sem receita de foros ou arrendamento. A expansão de sua área se fez por compra, desapropriação ou doação do Estado. Essa lacuna trouxe ao município prejuízos incalculáveis, que perduram até nossos dias.

Mongearдино, no citado documento, em que encaminha uma representação da Câmara de Vitória ao governo da Bahia, pondera pretensões muito elucidativas das necessidades públicas: provimento de escrivão vitalício para o Conselho Municipal, para evitar os “descaminhos, que têm havido, de alguns monumentos antigos” e evitar a “crassa ignorância de infinitos escrivães, que têm servido no dito Conselho”. Pede nova cadeira e professores de filosofia, cuja necessidade reputa urgente, não só pelo tamanho da comarca como pelo pendor dos jovens para as letras, donde têm saído homens que engrossam o número de sábios nas religiões (ordens religiosas) e os bancos da Universidade de Coimbra. Há apenas dois professores de ler, escrever e de gramática latina. Cabem-lhes ainda censurar os livros! Elogia a fertilidade do solo, mas “os seus habitantes frouxos e nada ferrados aos interesses”.

Exporta-se açúcar, algodão, milho, arroz e panos para o Rio, Bahia e, às vezes, Pernambuco.

XXI

O SÉCULO XIX E A FRONTEIRA COM MINAS GERAIS

O príncipe regente, D. João, muito bem instruído devia estar em relação ao Espírito Santo, pois as recomendações feitas a Francisco da Cunha Menezes, governador da Bahia, a cuja jurisdição pertencia ainda nossa capitania, a tanto induz. Do contrário não se justifica a nomeação de Silva Pontes, oficial de Marinha e portador da excelente folha de intelectual e universitário. Talvez houvessem influído representações dos vedores da Fazenda Real, dos capitães-gerais, incumbidos da defesa da costa brasileira sempre cobiçada pelos corsários.¹ D. Rodrigo de Souza Coutinho não deve ter sido estranho à escolha do astrônomo, professor da Academia de Lisboa. Souza Coutinho foi dos primeiros a pensar na navegação do rio Doce. Ninguém melhor indicado do que um oficial de Marinha para governar o Espírito Santo e estudar o rio do minério.

Em 1786, João Mongeardino já havia recebido ordens de D. Rodrigo José de Menezes para que cuidasse da navegação do rio famoso. Caía oficialmente a proibição de se abrir caminhos para o interior, renovada sucessivamente de 1725 a 1758.² Determinara Coutinho, a Silva Pontes, que se povoa-se o rio e se construíssem quarteis, ao longo de seu curso, para proteger os colonos e reprimir o contrabando do ouro, fartamente em uso.

Antonio Pires da Silva Pontes Paes Leme e Camargo, por motivos ignorados, demorou-se três anos em tomar posse do governo do Espírito Santo. Mas chegou com invejável dinamismo. Nascido em Mariana,³ talvez conhecesse as cabeceiras do rio Doce e os caminhos que o ouro poderia trilhar para fugir ao quinto escorchante.

A posse do novo governador se deu em 29 de março de 1800. Seus predicados intelectuais excediam à importância do cargo. Era voluntarioso e atrabiliário. Sabia mandar e pessoalmente executar o que preciso fosse. Tinha fibra. Descendia dos mais famosos bandeirantes. Estudou em Coimbra. Fez o curso de Marinha. Doutorou-se em matemáticas. A vila de Vitória não

1 Em 1796, nos mares de Vitória, navios franceses saquearam barcos portugueses, sem ser atacados pelas fortalezas, por falta de munição.

2 Xavier da Veiga. *Efemérides Mineiras*.

3 Carlos Xavier. *História*.

lhe mereceu cuidados. Não era esteta nem urbanista. Geógrafo e marinheiro, nada mais. Não se deve estranhar que, empossado em fins de março, a 8 de outubro estivesse na cachoeira das Escadinhas, Baixo Guandu de hoje, assinando o histórico auto de divisa entre as capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais, famoso pela cessão de centenas de milhares de quilômetros quadrados aos nossos irmãos vizinhos do oeste.

Se o feito de 8 de outubro de 1800 houvesse ocorrido hoje, com os atuais recursos de comunicação e de transportes, não se realizaria talvez com tanta presteza. A suspeita de conluio com seus contrerrâneos dificilmente poderá ser desfeita. É de abismar a facilidade com que o matemático bacharel se tenha comunicado com Vila Rica, marcado encontro com o dissoluto capitão-general Bernardo José de Lorena,⁴ governador da capitania de Minas Gerais, encontro este realizado sem maiores dificuldades, no local apazado. A viagem foi dura. Quarenta léguas vencidas, ora a cavalo, ora de canoa, em região despovoada e hostil. Uma só decepção: o devasso governador Lorena, por motivos de doença, se fez representar pelo tenente-coronel João Batista dos Santos e Araújo, do 3º Regimento de Cavalaria de Milícia, sediado em Vila Rica. O documento firmado pelos dois governadores não se destinava a definir as fronteiras geográficas entre as duas capitanias. O Conselho Ultramarino não os autorizava a tanto. Cabia-lhes apenas estabelecer postos de fiscalização régia para reprimir o contrabando de pedras e metais preciosos. A defesa do fisco, da navegação do rio Doce e dos colonos ribeirinhos, constituía o temário primordial do encontro. A definição de fronteiras, sem conhecimento geográfico da região, foi ato de inconsciência inqualificável.

O governo de Silva Pontes cingiu-se ao estudo do Nilo Brasiliense. Misael Pena anota-lhe o levantamento hidrográfico desde a cachoeira das Escadinhas até Regência Augusta.

Atribui-lhe também a ligação dos quartéis, construídos na barranca do rio, por estradas. Tudo foi prematuro. A navegação do rio Doce, imperativo do povoamento do médio e alto rio Doce, estacionou ou decaiu com o findar-se o ciclo do ouro.

4 Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino*. “[...] Já se conheciam de fama os costumes devassos e dissolutos de Bernardo José de Lorena [...]. Viajava em companhia do Conde [Lorena] o seu ajudante de ordens, José Romão, inseparável companheiro de suas devassidões, e até tomava sobre si a responsabilidade dos atos imorais praticados pelo estroina governador. Bernardo José de Lorena, quando empreendia suas viagens, trazia, invariavelmente, em sua comitiva suas duas últimas amantes conquistadas em São Paulo [...]” Geraldo Dutra de Moraes. *História de Conceição do Mato Dentro*, 1942. Biblioteca Mineira de Cultura.

Não podia, naquele tempo de Brasil Colônia, medrar qualquer iniciativa deficitária. O Porto do Souza, ancoradouro de canoas, foi uma ficção. A mercadoria importada era o sal, de baixo preço e perecível pela umidade. E o exportado, o algodão, não menos atacado pela água. O transbordo, para vencer as corredeiras, penoso e longo demais. Daria nascimento no correr dos anos, ao arraial de Natividade, confluência do Manhuaçu com o rio Doce, Aimorés de hoje, e do entreposto de comércio de José Viana de Brito, Vila Mascarenhas atual.

O povoamento da região, tentado com sentenciados, foi um logro. Serviu para celebrar os apelidos do ministro protetor de Silva Pontes em duas localidades: Porto do Souza e Coutins, hoje Linhares, toponímicos hauridos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares,⁵ graça que lhe concedeu o príncipe regente. Convém ressaltar que Silva Pontes se apaixonou pela administração da capitania. Os contemporâneos não o perdoam da bizarra maneira de tratar o povo com castigos ridículos, como o de obrigar indivíduos a cavalgar, sem o hábito de fazê-lo, o dia inteiro, reter os colonos meses seguidos em Vitória, em exercícios militares, divertir-se em forçar seus ajudantes de ordens a comer “as nojentas iguarias dos escravos”.⁶ Basílio Carvalho Daemon louva-o bastante. As consequências do auto de demarcação ainda não se haviam manifestado em 1879, quando foi publicado a *Província do Espírito Santo*. Toda a região oeste e noroeste era desconhecida; não se avaliava, portanto, o incalculável prejuízo oriundo do leviano auto assinado pelo mineiro de Mariana, a serviço no Espírito Santo.

D. Rodrigo de Souza Coutinho o estimava particularmente. Visitou-o em Vitória, quando, em companhia de sua esposa, D. Maria Balbina, serviu de padrinho ao menino Rodrigo, batizado em 23 de novembro de 1800, na igreja de Santiago, filho do governador e sua mulher, D. Caetana Herculina.⁷

A ponte da Passagem, ligando a ilha de Vitória ao continente norte, com pegões de alvenaria, construída com mão de obra de indígenas, foi o traço material da administração do letrado governador. Em 17 de dezembro de 1804 é substituído por Manuel Vieira de Albuquerque Tovar.⁸ Faleceu no

5 Marques, op. cit.

6 Saint-Hilaire. *Viagem*.

7 Daemon. Veio Rodrigo de Souza da Silva Pontes, o menino batizado em Vitória, a ser ministro plenipotenciário do Brasil na Argentina, na época de Rosas. Teixeira de Oliveira: O capitão de milícias Manuel Pires da Silva Pontes, irmão mais velho de Rodrigo, foi governador do Espírito Santo de 25 de outubro de 1832 a 5 de maio de 1835.

8 Rubim. *Memória*. César Marques dá-lhe o título de fidalgo da Casa Real e major de Cavalaria.

Rio de Janeiro, a 21 de abril do ano seguinte e está sepultado no convento de Santo Antônio.⁹

UM MAJOR TURBULENTO, MAS HONESTO

O fidalgo major Manuel Vieira de Albuquerque Tovar, cujo governo se caracterizou pelas lutas com o desembargador Alberto Antônio Pereira e seus afeiçoados, não foi atento às necessidades da pequena capital. Gozando da confiança e simpatia de D. Rodrigo de Souza Coutinho, como seu antecessor, não lhe soube tirar partido. Limitou-se a prosseguir a tentativa de povoar o rio Doce e manter-lhe a ilusória navegação. Reconstruiu a aldeia de Coutins, destruída pelos índios, dando-lhe a denominação de Linhares, em homenagem ao ministro amigo do Espírito Santo. Não é fácil se apreciar o governo do temperamental fidalgo, porque os historiadores se referem às violências praticadas, mas não são muito explícitos em enumerar as causas. De modo geral os ouvidores das comarcas não eram isentos de culpas. Viviam em permanente disputa com os governadores.

Os magistrados, por serem também de provimento régio, não gostavam de obedecer aos governadores. Com seus 400\$000 de vencimentos anuais, obrigados à filúcia do cargo, nem sempre eram vestais. Escorregavam e, nesses desequilíbrios, às vezes sujavam a toga de nódoas que o sabão não limpa. O fato de a Coroa preferir militares no governo das capitânias, imperativo da vigilância contra o resgate dos navios estrangeiros, suscitava esses incidentes burlescos de os lavradores e negociantes serem obrigados, a critério do governador, comandante das armas, a fazer exaustivos exercícios militares pelas ruas da vila.¹⁰ Essa prerrogativa, o major Tovar a usou com exagero, contra seus desafetos, partidários do desembargador Pereira.¹¹ Historiadores e testemunhos não pouparam a reputação do inflexível governador.¹² Mas ele levou a melhor. Conseguiu a demissão do magistrado após depoimento pessoal na Corte do Rio de Janeiro.

Tovar governou o Espírito Santo de 17 de dezembro de 1804 a 13 de setembro de 1810. Nesse intervalo D. João, príncipe regente, envolvido nas guerras napoleônicas, foi obrigado a se transferir, com sua corte decadente, para o Brasil.

9 Morales de Los Rios. Daemon enganou-se, quando diz que faleceu em Minas, em 1807.

10 Silva Pontes tinha a mesma impertinência.

11 Daemon.

12 Daemon, Rubim e Saint-Hilaire acusam-no de violências.

Em 19 de março de 1808, debaixo da mais retumbante festa do Brasil Colônia, a esquadra real ancorava na baía de Guanabara. É, sem dúvida, o acontecimento nacional de maior significação histórica e política. Não teve o menor reflexo no Espírito Santo. Tudo se passou como se nada houvesse ocorrido. A rotina continuou. Em 13 de setembro, ao deixar o posto, o substituto já não obedecerá mais, nem no executivo nem no militar, ao governo da Bahia.

Tovar, em 1811, puniu os funcionários da Junta da Real Fazenda por desfalque apurado em inquérito. Em 1812 criou e instalou a colônia de Santo Agostinho, geratriz do município de Viana. Recenseia a população da capitania e as listas acusam 11.900 pessoas livres e 12.100 escravas, fraquíssima densidade demográfica para a superfície ocupada do Itabapoana a São Mateus.

Já em Lisboa foi Tovar nomeado governador de Angola. Reconhecia-lhe D. João os méritos postos em dúvida pelos capixabas.

FRANCISCO ALBERTO RUBIM

1812 – 1819

Até o advento da República, o único governador do Espírito Santo digno de benemerência foi Francisco Alberto Rubim, capitão de mar e guerra, com relevantes serviços prestados à Marinha nos mares da Ásia e África. Homem de princípios sadios, esposou o mandato com interesse, energia, inteligência e sentimento humano. Intolerante às críticas, praticou certas violências muito à feição dos militares em cargo civil. O padre Marcelino Duarte, em poemeto famoso, castiga-o com acrimônia, embora tenha recebido favores, como a regência da cadeira de Latim. Não a perdeu contudo, não obstante a irreverência da crítica.

O governador sabia distinguir o merecimento profissional da paixão política.

Afonso Cláudio, juriconsulto e republicano, em sua *História da Literatura Espírito-santense*, faz o panegírico do padre latinista e revolucionário, sem absolver o marinheiro governante. A dirimente do princípio da autoridade militar, baseada no poder absoluto da velha monarquia bragantina, repugna-lhe. A afinidade ideológica do primeiro presidente do Espírito Santo republicano com a do padre político fez esquecer, ao jurista emérito, que os homens devem ser analisados no tempo e no espaço em que atuaram.

O merecimento do estadista se mede pela diferença positiva entre seus bons e maus atos. O benefício coletivo sobrepuja as eventuais questiúnculas singulares. O saldo credor de Rubim, estadista, é muito maior do que os pequenos caprichos temperamentais do militar disciplinado, que foi.

Saint-Hilaire registra as acusações à autoridade de Rubim, mas gaba-lhe o governo. Tinha talento e atividade, diz o naturalista viajante.

Misael Pena, Basílio Daemon e modernamente Mário Freire são apolo-gistas do incansável marujo a serviço do Espírito Santo.

Sete anos governou Francisco Alberto Rubim, de 12 de junho de 1812 a 12 de setembro de 1819, quando transferido para o Ceará. Sua nomeação, feita pelo príncipe regente, instalado no Rio de Janeiro, marca oficialmente a separação do Espírito Santo do governo da Bahia. Rubim, valido da Corte, íntimo do conde de Linhares e sobrinho do intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana,¹³ explorou essa circunstância em benefício de sua administração.

A capitania de tudo precisava: proteção contra os ataques dos índios aos lavradores, que demandavam novas terras incultas; estradas de penetração; escolas de ler e contar; estímulo à agricultura mais rendosa, que não fosse farinha de mandioca, milho e algodão; assistência social efetiva a emigrantes que viessem povoar o solo, cuja densidade demográfica estacionava em flagrante prejuízo coletivo. Na vila de Vitória, os mangues, os banhados urbanos, as fontes de água potável, o aspecto das casas, as praças e os cais de atracação de barcos, reclamavam providências, necessárias ao conforto dos pobres moradores insulanos.

Daemon estuda-lhe cronologicamente o governo, método que seguiu em sua obra, enumerando todas as realizações que, vistas através do tempo, na escala das possibilidades de então, tornam de fato grande a personalidade do inflexível governador.

Para proteger a penetração dos colonos, que subiam os vales do Santa Maria, Jucu e margens do Juparanã, em Linhares, obteve Rubim, do conde de Palmas, duas divisões de infantaria, mandadas do Rio de Janeiro, chegadas a Vitória a 19 de agosto de 1812. As tribos, que vagueavam além das serras do noroeste, só se dispersaram no último quartel do século passado. Os primeiros colonos europeus, que vieram povoar as terras do alto Santa Maria e do Timbuí, encontraram ainda, por volta de 1875, pequenas tribos, que os assustaram. Não era prudente, até o começo deste século, distanciar-se do tabuleiro litorâneo dos rios Doce, São Mateus, Itaúnas, sem o risco de enfrentar os colaterais dos aimorés, caçadores de brancos, cuja carne lhes apetecia com especial agrado.

O bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, no primeiro ano de governo de Rubim, enfrenta o desconforto da viagem da nova Corte a Vitória, para ministrar o sacramento de crisma, na igreja de Santiago, com grande regozijo dos habitantes. Visitou também Araçatiba, onde foi recebido com devoção.

13 João Brígido. *Efemérides do Ceará*.

Voltará no ano seguinte em sua visita pastoral, viajando com sacrifício apostólico até Linhares, colônia promissora sob as vistas atentas do ministro dos Assuntos Ultramarinos do reino. Recepciona-o João Felipe Calmon, pioneiro das terras do cacau nativo. Em solenidade singular, o bispo ordena presbítero, na pequena capela sertaneja, o seminarista capixaba Francisco Antunes Siqueira. Consolar-se-iam, assim, os colonos espanhóis, primeiros emigrados ibéricos para o Espírito Santo, com a assistência religiosa efetiva, também reclamada por Calmon e seus familiares, vindos de Benevente, com a presença do novo padre no povoado nascente.

Para Santo Agostinho, Francisco Alberto Rubim encaminha os ilhéus dos Açores, trazidos por Paulo Fernandes Viana. Chegam em 15 de fevereiro de 1813. Recebem glebas de 112 braças de frente, por 500 de fundo. É o germe fecundo do povoado, vila, cidade e município, que recebeu o nome de Viana, em homenagem sentimental ao grande intendente de Polícia, amigo e protetor de Rubim, do Espírito Santo e da colônia, que se fundava sob seu patrocínio. Contaram os trinta casais açorianos um rosário de sofrimento até que a fortuna lhes abrisse o primeiro sorriso de esperança fugaz. O historiador e homem de letras, Heribaldo Lopes Balestrero,¹⁴ vianense devoto, escreve, com cérebro dentro do coração, episódios dos colonos portugueses, vindos em massa a cultivar a capitania. As infindáveis necessidades capixabas Rubim as apreendia pessoalmente, viajando e observando. A pobreza o preocupava. O problema assistencial, angústia perene da sociedade, representava, como ainda hoje, o capítulo vazio da ação do poder público. A casa da Misericórdia não tinha sede adequada.

Era mister construir-se um hospital. As epidemias periódicas castigavam a população da ilha e da redondeza. A Santa Casa da Misericórdia, instalada na igreja do Rosário, em Vila Velha, transferida depois para Vitória, não obstante os favores que recebera com o alvará de 1º de julho de 1604, passado por Felipe II, que a equiparara à de Lisboa, fundada por D. Leonor, não teve casa onde pudesse ministrar sua providência.

A capela da Misericórdia não passava de uma tentativa devota, cuja irmandade se limitava a visitar os doentes, dando-lhes as esmolas que recolhia.

Luís Antônio da Silva, proprietário e homem de coração sensível, associou-se ao governador Rubim, na benemerência de promover a construção de um hospital de caridade.

Esboçam-se, nesse ano, de 1813, as providências preliminares. Dona Maria de Oliveira Subtil cede os terrenos da colina fronteira à ilha do Príncipe. Luís Antônio da Silva, além de promover proveitosa subscrição entre

14 *Subsídios para o Estudo da Geografia e da História do Município de Viana.*

seus amigos e parentes do Rio de Janeiro,¹⁵ doa uma casa à nova instituição, dedicando-se com zelo exemplar à construção do hospital.¹⁶ Rubim alcança junto à sua majestade, o decreto de 23 de dezembro de 1817, ato que permite não só a construção, como filia-la aos favores e cuidados da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, confirmando-lhe doações e privilégios para cobrança de taxas sobre vendas de tábuas e gêneros alimentícios.

Rubim cresce no conceito do governo central. Apenas com um ano de administração D. João louva-o pela estatística levantada da capitania e pelo pagamento da dívida de 16:000\$000 ao Banco do Brasil.

Funda escolas em Vila Velha, Itapemirim e Benevente. Manda construir as igrejas de Viana,¹⁷ de Linhares¹⁸ e de Santa Cruz.

Na agricultura não foi menos operoso. Distribui sementes de linho, cânhamo, trigo e mudas de café.¹⁹ O trigo adapta-se em Viana e Linhares.

Em 1º de janeiro de 1814, deita bando isentando, por dez anos, de dí-zimos, a exportação de linho e trigo. Dispensa tributos da madeira de construção. Concede sesmarias ao longo dos rios Santa Maria e Doce. Tornam-se gratuitas a demarcação e medição de lotes agrícolas. Em 18 de junho de 1814 os portos se tornam livres à navegação estrangeira, em obediência à graça concedida por D. João.

Manuel Rodrigues Batalha, submetido a exame na corte, recebe carta patente de boticário. É o primeiro profissional a exercer o comércio farmacêutico, em Vitória, legalmente habilitado.²⁰

Não lhe passou despercebida a capital. Os alagadiços do caminho do porto dos Padres ao hospital em construção, rua Dr. João Santos Neves, o banhado dos Pelames, as lagoas de águas pluviais e pontas de mar do largo da Conceição, receberam os primeiros lençóis de terra, facilitando a caminhada dos pedestres a pé enxuto. As fontes de água potável foram reparadas. Pequenas calçadas nas ruas da cidade baixa e reparos nos quartéis, igrejas e fortes, foram obras de caráter urbano. Tovar obrigara os proprietários a décimas para fortalecer as rendas da Câmara Municipal. O interesse de Rubim pela capital vai a minúcias. Torna obrigatória a limpeza e a reconstrução das fachadas. É fiscal paciente nas suas caminhadas constantes aos quartéis e às obras do hospital. Manda levantar a planta da zona urbana, faz novo censo da população da capitania: 24.587 almas, incluindo-se 12.100 escravos.

15 César Marques, op. cit.

16 Pedra fundamental em 15 de dezembro de 1815. Daemon.

17 Idem, em 13 de setembro de 1817.

18 24 de julho de 1815.

19 A distribuição de sementes e mudas de café foi feita em 1815.

20 Daemon.

AS ESTRADAS

Rubim compreendeu que o problema da colonização estava intimamente ligado ao do transporte. Inútil seria interiorizar o colono, fazê-lo produzir e abandoná-lo à própria sorte.

A ligação com o centro consumidor ou porto de mar era indispensável à sobrevivência dos que se aventuravam à conquista de novas terras. O interdito paradoxal, que a monarquia portuguesa proclamara contra as estradas de penetração, caíra. Já não mais se aplicava o aforismo dos retrógados estadistas coloniais do “quanto mais caminhos, mais descaminhos”.

D. João recomendava aos governadores da capitania que se abrissem estradas e se tornasse navegável o rio Doce. O intercâmbio entre Minas Gerais e o Espírito Santo assume caráter de imperativo político e econômico.

Depois de pacientes estudos, muitos dos quais feitos pessoalmente pelo próprio Rubim, em agosto de 1814, inicia-se a construção da estrada para Mariana e Vila Rica, numa extensão de 72 léguas. Foi o mais arrojado e temerário empreendimento praticado pela monarquia portuguesa no Espírito Santo. Chefiou o serviço o capitão Inácio Pereira Duarte Carneiro, oficial da tropa de pedestres, sediada em Vitória. Os que conhecem hoje a orografia e, notadamente, a orientação magnética que norteia o rumo Vitória-Ouro Preto, podem avaliar as dificuldades superadas pela construção. Mata fechada. Serras conjugadas. Vales profundos e retorcidos, por onde botocudos trilhavam em suas astutas caçadas.

A atual rodovia Vitória-Belo Horizonte, BR-31 [agora, BR-262], intercepta-lhe o traçado, várias vezes. Chamou-se Estrada Nova do Rubim. Faz conjecturar a existência de outra anterior, de pior traçado e de pouca penetração. É bem provável que os primitivos colonos, que se disseminaram pelas terras do Cariacica e Mangaraí, tenham dobrado o divisor, em demanda do braço norte do Jucu, ou que os faiscadores de ouro do Caxixe e do Castelo houvessem aberto picadas para encurtar a caminhada até o porto de Vitória. A ocupação das fertilíssimas terras de Cariacica é anterior ao século passado. Depois da Independência, a estrada recebeu o nome de São Pedro de Alcântara em homenagem, imerecida aliás, ao imperador Pedro I. Era um picadão aberto a foice e machado, com estivas e pontes de madeira, algumas importantes, tais como sobre os rios Jucu e José Pedro. A estrada, à medida que avançava, recebia a proteção de pequenos quartéis, distanciados de três em três léguas, guarnecidos de pequena tropa de infantes.

O ilustre engenheiro Ceciliano Abel de Almeida no histórico governo de Jerônimo Monteiro, fez o levantamento da Estrada Nova do Rubim, cuja planta está anexada à famosa *Exposição sobre os Negócios do Estado*.

É um paciente trabalho topográfico. O governo deveria reassinalar, por meio de marcos, os dez quartéis-sentinelas da marcha para o oeste espírito-santense: Borba, Melgaço, Ourém, Barcelos, Viçosa, nas vertentes do Jucu; Conceição do Norte e Souza, nas cabeceiras do Braço Norte, formador do Itapemirim, próximo à cidade de Iúna. Depois vinha o do Chaves, na descida da serra do Caparaó situava-se o de Santa Cruz e, por último, o do Príncipe, na margem direita do rio José Pedro.

A PRIMEIRA BOIADA

Foi de festa o dia 22 de julho de 1820, quando o mineiro Antônio Alexandre Elói de Carvalho²¹ chegou, com a primeira boiada, ao porto de Itacibá. Marcava o término da construção e o início do comércio entre as duas capitanias limítrofes. Mas Vitória não tinha consumo de carne que justificasse a caminhada de rebanhos mineiros, e a importação de sal, para Mariana e Vila Rica, não atingia ao volume necessário à manutenção de tropas regulares e de lotes de burro, a trilharem as perigosas léguas do percurso. As condições econômicas e comerciais de Minas e Espírito Santo não alimentaram o tráfego da estrada. As despesas de fiscalização pesavam e o visconde de Alcântara, em 9 de março de 1831, oficiou ao presidente Gabriel Getúlio de Mendonça,²² alegando que as três boiadas, que por lá transitaram até então, não justificavam o custeio dos quartéis. E por economia se abandonou a estrada, fintando a boa-fé dos colonos, que se internaram, fiados nos favores fiscais, concedidos aos lavradores tributários da estrada.²³

Foi útil, contudo, ao povoamento do sertão. Possibilitou a penetração do homem pelas cabeceiras do Santa Maria e do braço norte do Jucu.

Rubim compreendeu a fatalidade da interiorização da capitania. Era preciso construir estradas. Dar transporte para atrair colonos. Ligou o povoado de Viana à estrada de Vila Rica, construiu a ligação Piúma-Itapemirim,²⁴ prolongando-a até a Fazenda Cachoeira Alegre. Organizou a Companhia de Navegação do Rio Doce, cujos frutos temporãos amadureceram tardiamente, nascidos de árvore pobre. A capacidade de Francisco Alberto Rubim excedia em muito aos recursos da capitania e ao interesse teórico da metrópole. Mo-

21 Daemon.

22 Presidente da província em 1830-31.

23 Por ordem régia, de 4 de setembro de 1816, estavam isentos de pagamento de tributo as mercadorias transitadas pela estrada.

24 O quartel de Itapemirim, donde partia a estrada, chamou-se Conde da Barca.

narquista convicto, festejou com pompa, nove dias de luminárias, Te Deum e festa de igreja, a elevação do Brasil a reino, em 16 de dezembro de 1815. Transferido para governar o Ceará, comenta César Marques: “embora considerado arbitrário e despota, por alguns atos cometidos, mas força é confessar que foi ele o que mais trabalhou”.

AO TEMPO DO GOVERNADOR RUBIM...

A Irmandade de São Gonçalo Garcia, constituída de “homens pretos”, obtem provisão eclesiástica, em 1818, para construir a igreja de São Gonçalo Garcia, provavelmente no local onde existia uma capela com a invocação do santo. Na planta de Vitória, levantada em 1767, já figura a igreja, antecipada de um cemitério. Algum oratório tosco e casa onde se reunia a humilde congregação de escravos devotos. Singela, de arquitetura pobre, foi totalmente reconstruída em 1929, com auxílio do presidente Aristeu Aguiar. É o último testemunho da arquitetura colonial de Vitória. Veneremo-la com respeito histórico.

A homenagem que a cidade tributa a Francisco Alberto Rubim, guardando-lhe o nome no bairro fronteiro à ilha do Príncipe, é das mais justas nos anais do município.²⁵

Deve-lhe o Estado tributo maior. Mas os governos tornam-se cada vez mais usurários em resgatar dívidas, de qualquer natureza, quanto mais as reclamadas pela história, que não vota e não adula.

DOMINGOS MARTINS

O herói da Revolução Republicana de Pernambuco, arcabuzado no Campo da Pólvora, na Bahia, em 12 de junho de 1817, era capixaba, natural da vila de Itapemirim. Morou em Vitória na esquina da rua da Matriz com a rua das Flores. Não repercutiu, na época, o feito do grande republicano e também notável intelectual, na terra que lhe foi berço. Quem podia comentar ou aplaudir a mudança de regime naqueles anos próximos à execução de Tiradentes?

Passou despercebido o martírio do ilustre patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Apesar da pouca simpatia do visconde de Porto Seguro, o grande historiógrafo Francisco Adolfo de Varnhagen, Domingos Martins cresce no conceito unânime dos conhecedores da história

25 Resolução de 16 de setembro de 1895. *Anais* do Conselho Municipal.

pátria. É grande hoje a literatura em torno do chefe da rebelião de Pernambuco. Não o apreciarei, nesta modesta monografia, por escapar ele ao fim a que ela se destina.

ARCIPRESTADO DE VITÓRIA

Os padres seculares, que exerciam a chefia das paróquias do Espírito Santo, no século passado, não primavam pelo zelo apostólico do pequeno rebanho, que pastoreavam. Eram políticos, literatos e proprietários de fazendas. As visitas pastorais, difíceis. Os bispos se locomoviam com dificuldades. Nem todos tinham o ânimo e a saúde de D. José Caetano da Silva Coutinho.

O conselheiro Veloso de Oliveira²⁶ propôs nova divisão eclesiástica do Brasil. Talvez o próprio bispo D. José o houvesse advertido das dificuldades encontradas nas duas viagens, que fizera, a Campos e Vitória.

Em 15 de dezembro de 1819, por provisão do bispado do Rio de Janeiro, cria-se o arcebispo do Espírito Santo, com sede em Campos de Goitacazes. O padre Torquato Martins de Araújo foi seu primeiro titular.

VIAJANTES ILUSTRES

Dois homens, ilustres pelo saber e pelas obras que publicaram, visitaram a capitania do Espírito Santo ao tempo de Rubim: o príncipe Maximiliano e o naturalista famoso, Auguste Saint-Hilaire. Aquele percorreu, em 1816, com séquito numeroso de botânicos, desenhistas, etnólogos, toda a faixa litorânea, do Itabapoana ao Mucuri. Suas observações e gravuras preciosas retratam aspectos luxuriantes da natureza espírito-santense. Saint-Hilaire, cientista e observador caprichoso, descreve e classifica a flora e a fauna capixabas com minúcias acadêmicas. Interessa-se por tudo quanto vê e anota a vida socioeconômica da região, que percorre. Em 10 de outubro de 1818, escreve o francês pesquisador: “As ruas de Vitória são calçadas, porém, o são mal, têm pouca largura, não oferecendo nenhuma regularidade. Entretanto, não se vê, aqui, casas abandonadas, semiabandonadas, como na maioria das cidades de Minas Gerais. Entregues à agricultura, ou a um comércio regularmente estabelecido, os habitantes da vila de Vitória não são sujeitos aos mesmos revezes dos cavadores de ouro, e não têm razão de abandonar sua terra natal. Eles têm o cuidado de bem preparar e embelezar suas casas. Um núme-

26 *A Igreja no Brasil.*

ro considerável dentre elas têm um ou dois andares. Algumas de janelas com vidros, e de lindas varandas, trabalhadas na Europa... Não possui, por assim dizer, nenhuma praça pública, posto que aquela existente defronte do palácio é muito pequena, e é com muita condescendência que se dá o nome de praça à encruzihada enlameada que se prolonga da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a praia. Quanto ao convento do Carmo, pareceu-me qual o dos franciscanos, mas a administração tomou o pavimento térreo para fazer caserna dos soldados pedestres”²⁷

Rubim deixou, na pessoa de seu filho, Brás da Costa Rubim, um capixaba ilustre e apaixonado de sua terra, autor das famosas *Memórias Históricas e Documentadas da Província do Espírito Santo*.

PRIMÓRDIOS DA INDEPENDÊNCIA

Baltazar de Souza Botelho e Vasconcelos, em março de 1820, veio substituir o infatigável marinheiro Francisco Alberto Rubim. Era homem tímido e, por isso, indeciso, senão covarde. Assumiu a governança, quando as desavenças entre portugueses e brasileiros se acentuavam, provocadas pela atitude da Corte lisboeta.

Os capixabas também conspiravam contra o absolutismo, que se pretendia restabelecer em Portugal.

Dividiam-se em “corcundas” e homens das “liberdades”. “Corcundas” eram os monarquistas absolutistas, e pertenciam aos das “liberdades” os nativistas liberais, com tendências separatistas, mescladas de republicanismo amorfo. A primeira manifestação foi o motim da Tropa de Linha, sediada na capital com participação do povo. O povo é sempre do contra, principalmente quando oprimido pela miséria.

Com a publicação do decreto de 24 de fevereiro de 1821, aprovando a constituição em projeto nas Cortes de Portugal, nova rebeldia se manifestou em Vitória, dessa vez encabeçada pelo padre Francisco Ribeiro Pinto, capelão militar. Mas, em 14 de julho do mesmo ano, em solenidade religiosa, na velha

27 Em 1817, Aires do Casal dizia: “A capital é a vila de Nossa Senhora da Vitória, grande, abastada, bem provida d’água, com bons edifícios, ruas calçadas, ornada com uma igreja matriz, que será magnífica depois de completa; Casa de Misericórdia, um convento de franciscanos, outro de carmelitas calçados, duas ordens terceiras relativas àquelas corporações; uma capela de Santa Luzia, três de Nossa Senhora com as invocações de Boa Morte, Conceição e Rosário. O Colégio ex-Jesuítico é magnífico e serve de Palácio dos Governadores. É onde o ouvidor da comarca faz sua residência ordinária; tem professor régio de latim e uma Junta da Real Fazenda.”

matriz, governador, clero, nobreza, povo e tropa juraram guardar e cumprir o estatuto português. Mesmo assim, o Corpo da Tropa de Linha levantou-se, exigindo a substituição do comandante Francisco Bernardo de Assis e Castro pelo sargento-mor José Marcelino de Vasconcelos. A quartelada foi, então, mais perigosa. Juntaram-se civis e perturbaram a vida da cidade com arruaças e tiros. Souza Botelho conformou-se e deu o comando ao sargento artilheiro José Marcelino. O povo arriscou-se, na confusão atemorizante, a pedir a formação de um governo provisório. Souza Botelho, por prudência, ou para despistar, mandou que se lhe representasse por escrito. Apenas um “caixeiro da praia e um boticário” assinaram o manifesto. Não vingou.

Para convocação das Côrtes, em Lisboa, foi eleito o médico João Fortunato Ramos dos Santos, nascido em Vitória, formado em Coimbra e residente no reino. Os nativistas lavraram o primeiro tento. A malquerença ao governador não cessara. Na falta de imprensa, os manuscritos anônimos eram afixados nos portais das casas mais frequentadas. Em um deles, lia-se ameaça terrificante ao governador:

*Se nesta vires trinta do corrente,
Morrerás, corcunda, infalivelmente.*

XXII

A JUNTA PROVISÓRIA DO GOVERNO

Finalmente, a 2 de março de 1822, pela lei ditada pelas Cortes de Lisboa, de 1º de outubro de 1821, foi instituída a Junta Provisória do Governo, eleita pelo povo para administração civil e política do Espírito Santo. Nova tentativa de rebelião, agora, pelos “corcundas”, chefiados pelos militares coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, Julião Fernandes Leão, comandante das Armas, Antônio Cláudio Soído, ajudante de linha, capitão Luís Bartolomeu de Oliveira, e os civis João Antônio Pientznauer, juiz ordinário, e o oficial de secretaria, Manuel dos Santos Ferreira.

Às portas do palácio do governo gritaram: “Abaixo a Junta! Morra a Junta!”. Mas a Junta leu, da sacada, a proclamação do rei D. João mandando que se obedecesse ao governo provisório. A tropa desobedeceu ao comando rebelado e o povo confraternizou com os soldados.

Firmava-se a Junta, com autoridade acrescida.

Compunham-na, como presidente o vigário de Guarapari, José Nunes da Silva Pires; secretário, Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano; vogais, José Ribeiro Pinto, capitão-mor da vila do Espírito Santo, Sebastião Vieira Machado, capitão de milícias e José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, capitão de Infantaria de Linha.

Em boa hora o Grande Oriente do Brasil enviou o ouvidor, Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, a difundir os princípios da independência nacional, propagados pela loja maçônica do Rio de Janeiro. O campo foi fértil ao propagandista.

Natural do Espírito Santo, teve a melhor acolhida entre a pequena elite já dominada pelo sentimento nativista. Pereira de Sampaio foi depois eleito à Constituinte de 1823. Fez carreira brilhante e alcançou uma cadeira no Tribunal Superior de Justiça, do qual chegou à presidência.

A proclamação da Independência foi festejada com regozijo e a Junta credenciou o capitão José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim para representar o povo espírito-santense nas festas da aclamação de Pedro I, imperador do Brasil.

CIDADE DE VITÓRIA Província do Espírito Santo

Proclamada a Independência, Vitória, pela lei de 17 de março de 1823, é elevada à categoria de cidade. Nenhuma festa comemorou o evento. Vitória vivia dias de agitação política. Todas as atenções estavam voltadas para os acontecimentos, que sacudiam a nova nacionalidade. O povo pobre e ignorante não opinava. A elite, pequena e dividida, orientava-se pelos líderes em expectativa. O novo predicamento do município não trouxe fato novo à economia pública. Talvez autoridades mais convencidas de suas prerrogativas fiscais. Uma estatística, cinco anos depois, acusa, para a cidade, 889 casas de telha, com elevado número de sobrados. A dízima, imposto predial, rendia 1:140\$640. Com a nova divisão territorial do Brasil, as capitânias passaram a províncias, governadas por presidente de nomeação. Ampliam-se, porém, as liberdades com os conselhos provinciais. O primeiro presidente provincial foi o bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos. Governou de 24 de fevereiro de 1824 a 23 de novembro de 1829.

Seu longo período administrativo foi uma exceção. Seus sucessores pouco ou nada se demoravam no cargo.

Manuel Antônio Galvão, que o substituiu, permaneceu cinco dias, tempo escasso para se refazer da viagem desconfortável.

O PRIMEIRO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA

Acióli Vasconcelos tinha cultura e demonstrou certa intuição administrativa. Minucioso na análise das necessidades da província, registrou dados bastante interessantes. A receita, estimada em 46:231\$852, tinha, como contrapartida, despesas de 46:312\$647, com a tropa, e 12:862\$933, com os civis e eclesíasticos.¹ A situação econômica não era mais alentadora. A lavoura já não produzia farinha suficiente. As escolas estavam em “relaxação e abandono”. Os mestres em atraso de pagamento, ganhando tão pouco que os bons não queriam ensinar. O Hospital Militar era “mais um calabouço do que o restaurador da saúde”. As cadeias pareciam “sepulturas dos que nelas entraram”. As estradas cobertas de mato e as pontes caídas. O rebanho bovino era de cem cabeças. O comércio de Vitória compunha-se de trinta e cinco “lojas de fazendas secas e quarenta e cinco de molhados e tavernas”. Um boi valia 30\$000, uma galinha \$480, a cachaça era monopólio do “contratador”,

1 Acióli Vasconcelos. *Memórias*.

que obtinha a exclusividade de compra e venda do produto, arrematando o imposto em hasta pública, por período determinado. Não se fixava o preço de venda. “Rameiro” era o apelido do revendedor da “pinga”. A produção de 200 pipas não era suficiente. Importava-se bagaceiras e bebiam-se 150 pipas de vinho a um conto e quinhentos a unidade ou três cruzeiros, moeda de hoje, o litro. O vinho encarecera, em relação ao ano de 1780, de cem por cento. As ruas, sempre esburacadas e mal iluminadas. Muitos lampiões eram custeados pelos moradores. A montaria era o cavalo. O transporte terrestre se fazia em carros de bois, bem cantantes. Espantava o efetivo militar de 1.849 praças. Uma barbaridade em relação à população da província. Medo de que se restabelecesse o regime colonial.

OS ENGENHEIROS E OS HOMENS DO RISCO

Examinando atentamente os técnicos dos séculos XVIII e XIX, vemos que eles não foram nem piores, nem melhores de que os que perambularam pelas demais unidades do Brasil. A diferença negativa, a favor do Espírito Santo, resulta da pobreza real de sua população e, logicamente, dos governos, que a conduziram. Não há riqueza pública sem economia particular e vice-versa, porque o fenômeno é reversível. A cidade é espelho que reflete o índice de prosperidade regional, dentro de certo limite. As obras públicas e a iniciativa particular estão em função direta com o poder econômico da população. O conforto, porém, é fruto da educação e da cultura.

O Espírito Santo viveu séculos de pobreza e de ignorância primária, somando-se ao descaso da metrópole, sua vida econômica e social se atrofiou de modo singular. E a herança histórica acumulada foi, portanto, pequena no campo material. Não se pode culpar tanto os sargentos engenheiros e os homens do risco. Aqueles, destacados em comissão pelos governos, vinham com fins determinados: fortificar os pontos prováveis de desembarque dos estrangeiros inimigos. Não vinham acudir às necessidades urbanas. Nicolau Abreu que se demorou de 1731 a 36, na construção dos fortins da vila, ajudou a reconstruir a matriz. Não soube dar-lhe proporção. José Caldas passa por ter feito a planta de 1761 de Vitória, quando veio inspecionar-lhe as fortificações.

Os conventos são obras feitas pelos religiosos, que obedeciam aos tipos padrões de suas ordens. O frontão da igreja de São Francisco foi ornado ou concluído em 1784 com ajuda do bolsinho de D. Maria I. É obra de frade. Em 1928, o padre Leandro Dell’Uomo obteve, do bispo D. Benedito, o velho convento para instalar o Asilo Cristo Rei. Meteu-se com mau arquiteto e péssimo construtor a transformá-lo em arquitetura clássica. Foi um horror. O que ali

se demoliu e se acrescentou é simplesmente criminoso. Naquelas vetustas paredes repousavam restos mortais de frades ilustres, de personagens históricas, inclusive de Vasco Fernandes Filho. Completou-se o ato de barbárie contra a tradição da cidade, destruindo-lhe os monumentos de sua fundação. Já nada mais lembra aquele ambiente seiscentista do povoamento da ilha. Misericórdia, Colégio e Santiago com suas torres vigilantes, tudo foi abaixo num falso sentimento de “descolonizar” a cidade minúscula, mas heroica. É preciso amar o passado, no que ele encerra de exemplo, de testemunho e de ensinamento. Renan, o ímpio, disse: “O verdadeiro homem do presente é aquele que tem o culto do passado”. Do passado, vêm ensinamentos indispensáveis para se alicerçar o futuro. Guardemos avaramente os monumentos, que sobraram ao ímpeto das picaretas mal sacudidas. O convento da Penha altaneiro e miraculoso, as igrejas seculares dos Reis Magos, Guarapari, Araçatiba e Anchieta, testemunhas da fé cristã pregada pelos filhos místicos de Loiola. Reverenciemos a capela de Santa Luzia, imagem viva da pobreza primitiva da Vila Nova. Defendamos a igreja do Rosário em Vila Velha na simplicidade de suas paredes nuas. Ali, oraram os Coutinho, os Menezes, os Azeredo e D. Luíza Grimaldi. Ali, pedia-se a Deus proteção contra os goitacás flecheiros. Respeitemos as igrejas do Rosário e São Gonçalo Garcia, construídas pelas irmandades dos escravos devotos, a suplicarem misericórdia ao céu pelos padecimentos que sofriam por terem nascido negros.

RUAS E MORADIAS

Como nasceram as cidades?

As enseadas, as baías protegidas, as interrupções dos cursos ou confluências de rios navegáveis, o cruzamento de estradas de penetração, os pontos estratégicos, o sopé de cadeias de montanhas, os mosteiros religiosos, deram origem aos centros populacionais.

O rancho de pouso do mercador viajante, a taverna do aventureiro, o campo fortificado ou a cabana do cultivador distante foram a pedra fundamental da maioria das urbes medievais. Os caminhos trilhados pelos pedestres ou pelos muares transformaram-se em ruas. Essa evolução levou Le Corbusier a afirmar que as cidades foram traçadas a pata de burro. A cavalgadura não caminha em linha reta. Segue prudentemente a linha do menor esforço. Desvia-se de todos os obstáculos, por menores que sejam, marcha em ziguezague, não descreve curvas. Assim se explicam os alinhamentos das velhas cidades brasileiras. Cresceram ao longo das trilhas batidas a casco de tropa. O cavalo ou o burro foi o primeiro topógrafo municipal. As cidades do Espírito Santo não fugiram à regra.

Vitória foi tipicamente cidade colonial portuguesa. Os arruamentos, a apresentação arquitetônica, as proporções de seus sobrados fugiam aos princípios rudimentares da arte de construir. Os homens do risco, arquitetos, construtores improvisados, eram sensaborões, ignoravam por completo a arte de viver. Reproduziam-se sucessivamente, sem evolução e sem originalidade, até o fim da monarquia imperial. Como moravam mal os capixabas, como se submetiam pacificamente aos azimutes descritos pelas mulas em suas caminhadas obrigatórias! A geometria só apareceu com a República. Que as ruas fossem tortas, estreitas, algumas com menos de cinco metros, compreende-se. Mas o desconforto chocante é que se custa em admitir. Raríssimas casas tinham janelas em todas as peças. Geralmente, o cômodo de frente se destinava às visitas. No corpo central ficavam as alcovas e, na parte dos fundos, a sala de jantar avarandada, ligando-se à cozinha e à sanitária, como apêndices incômodos. Mas tarde surgiram, notadamente na rua Conde D'Eu, as águas-furtadas com minúsculas aberturas guarnecidas de cortinas de chita. As janelas com guilhotinas e escuros sem venezianas, de duas folhas, pesadonas, fechavam-se por meio de taramelas de madeira. Uma ou outra tinha sacadas guarnecidas de gradis de ferro batido, apainelados, cujos parapeitos se rematavam com pinhas de vidros coloridos. Havia, até poucos anos atrás, nas ruas José Marcelino e Duque de Caxias, sobrados com esses ornatos. Poucas habitações possuíam jardins laterais. As áreas de frente eram raríssimas e as de fundo malcuidadas. Os corredores escuros com entradas pela rua, comunicavam-se com o andar superior por escadas de degraus altos e pedadas estreitas. O rés do chão destinava-se ao comércio. As ombreiras das portas e janelas, de madeira de lei, suportavam aduelas abatidas. As fachadas, simétricas, só se diferenciavam pela caiação. As telhas marselhesas apareceram no fim do século, importadas.

XXIII

PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

Os presidentes da província se diferenciaram dos antigos capitães-mores e governadores pelo nível cultural e espírito democrático. Houve muitos que alcançaram projeção no Império. Mas pouco fizeram em benefício da administração provincial. Analisaram, escreveram relatórios minuciosos, apontaram necessidades básicas, enalteciam a exuberância do solo e suas possibilidades, mas os resultados práticos foram diminutos. Os gabinetes ministeriais ensurdeciam-se às vozes do Espírito Santo: utilizavam-no para premiar amigos. A pequena densidade demográfica e o mutismo da bancada, nas duas câmaras do Império, não intimidavam os ministérios. José Bernardino Batista Pereira, deputado pela província, em 1828 foi feito ministro da Fazenda; nem, ao menos, melhorou a dotação orçamentária para as necessidades primárias da unidade que o elegeu. No regime monárquico, que durou sessenta e sete anos, nada menos de noventa e seis presidentes, entre efetivos e substitutos, governaram o Espírito Santo. Podiam conhecer, de fato, as necessidades da província e provê-las em ordem de prioridade? Materialmente impossível. A instrução pública, a mais barata atribuição do governo naquela época, pela pouca exigência pedagógica, seduziu todos os presidentes, porém, com resultados ínfimos. Os pais sonegavam os filhos à escola; preferiam-no ao cabo da enxada. Professores eram poucos e ruins. Os ordenados não compensavam.

As estradas, depois do sistemático Francisco Alberto Rubim, eram lembradas como necessidade de Estado, mas, ninguém se atrevia a construí-las. O conselheiro José Fernandes da Costa Pereira, quando presidente em 1864, aproveitando o entusiasmo que o cargo de ministro da Agricultura lhe deixara, atirou-se à tarefa de interligar o sertão com a capital. Mal pôde construir o caminho para Santa Leopoldina, chegando pouco além de Mangaratiba. O aproveitamento do rio Doce, escoadouro natural da zona mineira, tributária respectiva da bacia, não passou de sonho lírico, superior à compreensão e inteligência administrativa do governo monárquico. Em nada aproveitaram à província homens da estatura de José Tomás Nabuco de Araújo,¹ Pedro Leão

1 Presidente da província, de novembro de 1836 a março de 1838. Foi deputado geral e ministro.

Veloso,² Herculano Marcos Inglês de Souza,³ Martim Francisco Ribeiro de Andrade Júnior,⁴ e tantos outros, que mal tiveram tempo de se ambientarem no palácio. Governo é o resultado da continuidade executiva de um plano.

ACONTECIMENTOS DA ÉPOCA MONÁRQUICA

ALFÂNDEGA

Em 10 de janeiro de 1820, instala-se a Alfândega de Vitória, cuja primeira sede foi no fortim do Carmo ou São Diogo, mudando-se, pouco tempo depois, para o convento do Carmo, já transformado em quartel da Tropa de Linha. Em 1875 adquire sede própria, onde se acha a Guardamoria. Foi armazém do Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, inspetor da Saúde Pública e ex-médico das tropas em operação no Paraguai.

URURAU

O brigue de guerra *Ururau*, no dia da procissão do Corpus Christi, em 1827, ancorou em Vitória. Recrutava voluntários para a Campanha Cisplatina. Ao anoitecer, quando a procissão passava pela Misericórdia, junto ao palácio, estabeleceu-se em terra pânico doloroso: os marinheiros, ajudados por soldados do comandante das Armas, Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama, aproveitando o respeito pela função religiosa, deram-se a prender, indistintamente, moços e velhos, livres e escravos, embarcando-os em batelões atracados no cais das Colunas.⁵ O pânico foi de tal ordem que abandonaram o ancoradoiro de São Jorge em plena praça. Recolheram-no à cadeia pública, donde só foi trasladado em 1864. Por muitos anos se deixou de realizar a maior festa religiosa da igreja cristã em Vitória. O acontecimento foi narrado pelos cronistas com muita paixão.

2 Idem, idem de fevereiro de 1859 a 20 de março de 1860. Foi transferido para Alagoas. Recepcionou D. Pedro II quando da visita à província.

3 Idem, idem, de abril a dezembro de 1882. Tomou vivo interesse pela instrução pública. Patrocinou as conferências do professor Antônio da Silva Jardim sobre o método de ensino João de Deus. Propôs a mudança da capital para o interior.

4 Sucedeu a Inglês de Souza.

5 Fronteiro ao palácio. Chama-se cais do Imperador. Desapareceu com a construção do porto.

CHAFARIZES

Acióli de Vasconcelos foi quem mandou construir o pórtico protetor da nascente potável da fonte da Capixaba. A obra teve início em 12 de fevereiro de 1828 e o executor foi Francisco Pinto de Jesus, mestre pedreiro. A água era abundante, fresca e pura, com a mata que vicejava, no desfiladeiro do morro da Vigia, a garantir-lhe a perenidade. As tomadas d'água da Lapa e da fonte Grande foram refeitas, por sua vez, na mesma ocasião.

PEROÁS E CARAMURUS

O dia 28 de dezembro de 1832, festa de São Benedito, amanheceu chuvoso. A irmandade do santo padroeiro dos negros havia difundido grande devoção no povo capixaba. São Benedito venerava-se no altar-mor da capela da Ordem Terceira de São Francisco. Era guardião frei Manuel de Santa Úrsula, natural da província, filho de proprietário de terras, lá para as bandas de Santo Antônio. A fé remove montanhas: por isso, a irmandade não temia tempo ameaçador. Santa Úrsula determinara que a procissão não se fizesse. Temperamental, gostava de ser obedecido. A Mesa da Confraria estava, porém, disposta ao sacrifício da intempérie para homenagear o padroeiro milagroso e querido. Ponderou ao frei guardião. Discutiram, exaltaram-se. Santa Úrsula, irredutível e prepotente, em meio aos protestos, mandou que os escravos do convento atirassem pela janela afora os castiçais, opas e tochas da irmandade. Estava terminada a festa, começava a luta. Por precaução, o frade levou a imagem veneranda, responsável pela briga, para sua cela, trancou a porta e abalou-se para a fazenda de seu pai. Os escravos montaram-lhe guarda. Frei Antônio de São Joaquim, bonachão e octogenário, no último capítulo fora eleito para suceder a Santa Úrsula. O incidente parecia encerrado. O guardião recolocou a imagem de São Benedito no seu nicho. Mas, no domingo de 23 de setembro de 1833, pela manhã, às sete e meia, antes da missa conventual das oito horas, as ruas eram desertas ainda. Eis que os fanáticos Domingos do Rosário, o africano forro Antônio Mota, o crioulo Elias Coelho, adrede instruídos, esquadrinhando-se pela lajeira do Frade, penetram sornateiramente na capela de São Francisco e furtam a imagem cobiçada. Em corrida prudente pelos Pelames e largo da Conceição alcançaram a igreja do Rosário, onde os sinos deram em desafiar o foguetório pelo regozijo da empreitada. A festa entonteceu os ânimos da facção cindida da irmandade. Elegeu-se uma guarda de honra para vigiar a imagem furtada. A preferência recaiu nos irmãos tenente Antônio Augusto Nogueira da Gama e capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire. Assim nasceu a dualidade

das confrarias de São Benedito. Uma legitimista, com sede no convento de São Francisco, outra “protestante”, acolhida na igreja de Nossa Senhora do Rosário. As duas facções desavieram-se de modo formal. Do bate-boca acalorado e dos recados atrevidos passaram às vias de fato inúmeras vezes. O povo dividiu-se, e do campo religioso passou à política como não podia deixar de acontecer. Os dissidentes apelidaram os conformados de “Caramurus”, nome dado a uma casta de peixes não muito estimada. Em revide receberam, os “protestantes”, o nome de “Peroás”, peixe também de pior cotação nas bancas dos pescadores. A dissensão durou quase um século. Em Vitória, não houve neutros. Os conservadores apoiaram os Caramurus e os liberais se filiaram aos Peroás. A ladeira do Fogo recebeu o nome de Caramuru, por servir de acesso ao convento de São Francisco. Duas filarmônicas se fundaram, cada uma mantida pela respectiva confraria protetora. Quer a de farda verde, cor do estandarte de São Benedito do São Francisco, quer a de uniforme cor de tabaco do escudo de Nossa Senhora do Rosário, concorreram para difusão do gosto pela música entre as classes humildes da cidade. Anualmente, os catraieiros e pescadores mediam forças em regatas animadíssimas, à sombra dos galhardetes das irmandades rivais! O assunto pertence hoje ao folclore capixaba. As irmandades fundiram-se numa só e já não despertam nem a devoção nem o entusiasmo das festas do passado.⁶

A PROVÍNCIA NO IMPÉRIO

No período monárquico imperial o capixaba se aperfeiçoou politicamente, criou consciência cívica, clamou pelo progresso moral e material, mas os recursos financeiros estavam na dependência de sua economia rural estacionária, senão em decadência. Não havia indústria. Os engenhos diminuíam em número e os alambiques de cachaça mal produziam para o consumo. O algodão, cujo plantio hoje não passa de reminiscência, foi fonte de renda apreciável na era colonial. Fiava-se em casa e era ocupação das mulheres a tecerem seus panos grosseiros, exportando alguns para Bahia e Rio de Janeiro. A produção principal era a da farinha de mandioca, cuja fama se firmava, notadamente a de São Mateus e Conceição da Barra. O corte de madeira tornava-se difícil e a exploração para construção naval embaraçada por leis restritivas. O café mal produzia as primeiras arrobas, e reclamava mão de obra e estradas. A província se embaraçava em problemas graves. O povo pedia, a Assembleia Provincial vociferava, os presidentes relatavam com fulgor literário tudo de que a província carecia. Contudo, a cidade de Vitória continuava

6 Daemon. Jair Dessaune, *Conferência*.

a se tornar cada vez menos habitável. A província viveu décadas dos favores minguados da Coroa a cobrir-lhe parte dos débitos orçamentários.

Percorreu o Espírito Santo e, conseqüentemente, sua capital, anos obscuros até o início da República, quando, por coincidência, as colônias extralitorâneas começaram a produzir as primeiras safras ponderáveis de café, fonte de riqueza e amargura também para estados monocultores. Mas, com todos os tropeços de sua pobreza econômica e financeira, a cidade foi-se enriquecendo de repartições públicas e agitando-se politicamente.

ASSEMBLEIA PROVINCIAL

Após o Ato Adicional, o primeiro resultado prático da Independência do Brasil, para as províncias, foi indubitavelmente a instalação das assembleias legislativas, eleitas pela soberania popular. No Espírito Santo o fato ocorreu no dia 1º de fevereiro de 1835. Teve pompa religiosa e cívica. Pela manhã missa votiva e sermão, provavelmente, na igreja de Santiago, pregado pelo padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel – deputado eleito e homem de grande envergadura intelectual e política. A população capixaba fazia sua experiência democrática. Não havia, propriamente ditos, partidos políticos. Havia nomes a prestigiar. A Assembleia se compunha de vinte e cinco deputados, dos quais seis sacerdotes, destacando-se, além de João Clímaco,⁷ os padres Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano e Fraga Loureiro.

Indubitavelmente, constituíam a elite intelectual capixaba. Três militares, cujos serviços na vida pública os nobilitaram e lhes abriram largo crédito no conceito provincial: coronéis José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Inácio Pereira Duarte Carneiro e Sebastião Vieira Machado, fazendeiro e dono de Araçatiba.

A IMPRENSA

Com o alferes Aires Vieira de Albuquerque Tovar nasce a imprensa espírito-santense, embora *O Estafeta*, editado em 1840, tenha tido um só número. Foi a semente donde surgiria, nove anos depois, o *Correio da Vitória*, cuja circulação marca de fato, o aparecimento do jornalismo capixaba. Foi

7 Afonso Cláudio transmitiu, na sua *História da Literatura Espírito-santense*, dados bibliográficos dos padres João Clímaco e Azambuja Suzano, pelos quais se pode aquilatar o valor desses dois nomes. A respeito do primeiro, publicou interessante monografia.

seu proprietário o redator Pedro Antônio de Azeredo, que adquirira as máquinas à viúva de Aires Tovar, falecido em 1841.⁸ A imprensa capixaba lutará sempre pela própria sobrevivência e pela causa pública.

INSTRUÇÃO PÚBLICA

Dois fatores concorreram para que os passos do Espírito Santo fossem curtos no vencer a distância entre as necessidades fundamentais do povo e a grandeza econômica da província: educação e saúde.

Faltavam-lhe escolas e médicos. As epidemias castigavam impiedosamente os habitantes: febre amarela, peste bubônica, paludismo, disenteria, varíola. E o povo a sofrer sem recursos materiais que lhe minorassem a miséria.

O curso primário era ministrado em dois anos. O secundário, elementaríssimo, consistia em aulas de latim, filosofia⁹ (?), retórica (?), matemática, geografia, história e música. De ciências, nem sombra. O presidente Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz, depois agraciado com o título de visconde do Bom Retiro, no seu relatório de 1846, comunica haver na província vinte e sete aulas das quais duas de latim, uma em Vitória, outra em São Mateus, com vinte e sete matrículas, nesses cursos, e 1.847 alunos, com frequência nas aulas primárias. O conselheiro presidente Costa Pereira, em 1864, lamenta haver apenas cinquenta alunos nos cursos secundários para uma população de 45.000 almas. Nesse relatório à Assembleia Provincial faz esplêndida dissertação sobre a importância das letras clássicas e encarece a necessidade do estudo da língua portuguesa. Havia na capital duas aulas masculinas, uma regida pelo professor Veríssimo Manuel Aguiar, com 93 matrículas, e outra, por frei João Nepomuceno Valadares com 68. Uma escola feminina, regida por Vitória Antunes da Penha, com 44 meninas.¹⁰ Nesse ano, foi criada a Diretoria da Instrução Pública, cujo titular vencia o ordenado de 1:000\$000 por ano.¹¹

Passou o ensino a ter relativa organização, com inspetores escolares (delegados literários), classificação de escolas por entrâncias e material escolar. O mecanismo foi-se aperfeiçoando aos poucos, principalmente sob

8 Heráclito Amâncio Pereira.

9 O Dr. José Joaquim Pessanha Póvoa foi professor erudito de filosofia, retórica e português. Grande jornalista e homem de letras.

10 Em 1864, o professor César Abílio Borges ofereceu 3.000 exemplares do seu magnífico *Livro de Leitura*.

11 O presidente da província ganha 2:400\$000, um professor 500\$000 e o ouvidor da comarca 533\$000 anualmente. César Marques. Daemon.

os governos dos Drs. João Tomé (1873), e Eliseu de Souza Martins (1880). Professores particulares cooperam com eficiência e aparecem as primeiras iniciativas privadas, algumas das quais se tornaram famosas como veremos mais adiante, no último quarto do século.

A fumaça espessa, que encobriu a província do Espírito Santo do cenário político nacional, plenamente justificada, origina-se na fraquíssima percentagem de alfabetizados. Em 1871, cinquenta e cinco anos após a proclamação da Independência, o Espírito Santo apenas superava as províncias de Mato Grosso, Amazonas e Piauí em número de escolas e alunos matriculados.

O relação abaixo define, por si só, o panorama educacional brasileiro:

Províncias	Escolas	Matrículas¹²
1 – Minas Gerais	601	13.949
2 – São Paulo	423	11.562
3 – Pernambuco	419	13.443
4 – Rio de Janeiro	401	10.880
5 – Rio Grande do Sul	361	12.139
6 – Bahia	322	13.560
7 – Ceará	244	14.520
8 – Alagoas	188	6.311
9 – Pará	187	5.685
10 – Município Neutro	185	14.426
11 – Maranhão	177	6.509
12 – Sergipe	169	4.817
13 – Santa Catarina	132	4.150
14 – Paraíba	118	3.545
15 – Paraná	92	1.621
16 – Goiás	78	1.998
17 – Rio Grande do Norte	70	2.805
18 – Espírito Santo	69	1.414
19 – Piauí	69	1.400
20 – Amazonas	43	887
21 – Mato Grosso	29	1.032
Total	4.428	147.621

A política e os favores administrativos seriam, naturalmente, monopolizados pelas províncias mais cultas. Foi o que aconteceu.

12 César Marques.

ILUMINAÇÃO DAS RUAS

A primeira notícia sobre a iluminação das ruas de Vitória vem-nos através do orçamento de 1832, em que se consigna a verba de 600\$000, por ano, para iluminação. José Tomás de Araújo, em 1837,¹³ inaugura esse serviço com 40 lampiões a azeite de peixe, distribuídos principalmente pelas esquinas e edifícios públicos. O custeio e a fiscalização foram postos em hasta pública e arrematados por Manuel Félix Maia a 4\$550 por foco, mensalmente. Em 1865 substitui-se o azeite pelo querosene, já com outros contratantes. Em 1879, o futuro barão de Monjardim, em exercício de presidente, inaugura a iluminação a gás, e agora, o concessionário é Manuel da Costa Madeira, estendendo o benefício a várias residências. No começo da escadaria de acesso à igreja do Rosário, viam-se, até pouco tempo passado, ainda, arcos de gambiarra desse sistema de iluminação. O gasômetro ficava na antiga rua Cristóvão Colombo.¹⁴ Do gás, passou-se ao querosene e desse, à eletricidade.

FONTES E EPIDEMIAS

No governo de Felipe José Pereira Leal¹⁵ refaz-se o reparo da fonte Grande e dessa vez empregam-se 122 tubos de ferro fundido de 4" tornando-se a adução da água mais fácil. Grassava então a febre amarela com virulência nunca vista. Em cinco meses duzentas vítimas numa população de pouco mais de três mil almas! Foi mercê de Deus escaparem os restantes.

Cidade suja, sem esgotos, as fezes eram guardadas em tonéis de madeira à espera do despejo, à noite. Quintais cobertos de imundícies, moscas, mosquitos, ratos, lixo por todas as ruas, matagal em todos os terrenos baldios. A fama da cidade suja deslustrou, por muitos anos, o nome da capital e do estado. A pobreza havia crescido assustadoramente. Foi necessário ao governo da província contratar médico para atender à população. Os cemitérios regurgitavam de cadáveres. O presidente Leal pede à Assembléia lei para criar cemitério fora do perímetro urbano. A celeuma foi de arrepiar cabelos. O cólera-morbo, de 1854 ao ano seguinte, alastrou-se por toda a província. O presidente Pereira de Barros, em ofício ao ministro Couto Ferraz, enumera 1.541 vítimas, das quais 375 em Vitória.

Pela lei de 24 de julho de 1854, abria-se um crédito de 4:000\$000, e em 1859 proibia-se o enterramento nas igrejas. É a origem do cemitério de Santo

13 Daemon.

14 Idem.

15 Idem.

Antônio, no morro do Pinto, hoje abandonado e transformado em favela. Dr. Fernandes de Barros, em 1861, no seu relatório, diz que tal cometimento havia absorvido 20:000\$000! Para murá-lo foi preciso que o imperador Pedro II concorresse com um conto de réis de suas economias particulares.

É célebre o relatório do Dr. Manuel Goulart de Souza, enviado em 1876 ao presidente da província, Dr. Manuel José de Menezes Prado. Aquele ilustre inspetor de Saúde Pública nos dá sugestivo quadro do estado sanitário da capital. Ouçamo-lo em alguns tópicos de sua exposição: “Como nos anos anteriores, de janeiro a março, manifestaram-se diversos casos de febre de fundo palustre; não podemos, entretanto, dizer que fosse mau o estado sanitário desta capital. Na passagem da estação quente para a fria, houve ainda casos de febres biliosas, propriamente chamadas dos países quentes, e o que é mais, diversos de febre amarela e que ainda hoje aparece um ou outro caso. A existência dessa moléstia entre nós foi por nós verificada e pelos distintos facultativos desta cidade e até hoje não menos de 16 ou 20 casos se têm manifestado, dos quais 6 ou 7 fatais...”

Depois de censurar o descaso dos edis, propôs, em sete itens simples, medidas protetoras de grande alcance. Transcrevo-as em homenagem ao autor e também para que se aquilate do estado sanitário capixaba naquele ano:

“Corre-me, pois, o dever de, mais uma vez, lembrar alguns melhoramentos, como seguem:

1 – Impedir o despejo do lixo no cais mais frequentado da cidade, mandando construir pontes para esse fim; é verdade que já houve autorização para isso, e tendo eu sido incumbido, juntamente com o Sr. Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, de escolher os lugares onde se deveriam construir essas pontes, cumprimos nosso dever, sem que, até hoje, nosso trabalho tenha correspondido à realidade.

2 – Fazer o calçamento em alguns lugares com declive suficiente para dar escoamento das águas nos tempos pluviosos, para não dar lugar a pântanos artificiais, como se observa nas ruas da Mangueira, Alfândega e largo da Conceição.

3 – Canalizar as águas da fonte Grande, as quais descem por uma imunda vaia, denominada Reguinho, receptáculo de tudo quanto se quer nele lançar.

4 – Mandar fechar alguns cemitérios do centro da cidade, esses focos permanentes de exalações mefíticas, verdadeiros insultos à salubridade pública.

5 – Estabelecimento de um edifício a fim de nele serem recebidos os que primeiro forem atacados de alguma epidemia, sequestrando-os do resto da população, podendo ainda servir de lazareto, quando seja adotado o sistema de quarentenas.

6 – Não consentir que os guardas fiscais durmam o sono da indiferença, não olhando eles para esses chiqueiros, que existem até nas áreas de casas particulares além do péssimo estado em que constantemente estão os mais quintais e praças da cidade.

7 – Mandar canalizar as águas, que descem de um simulacro de chafariz, que existe em um canto da rua do Duque de Caxias, que nenhuma utilidade tem, e cujas águas por falta de declive ficam estagnadas na rua. São estas as medidas de urgência, não falando já do aterro do mangal do Campinho, essa obra que tanto aformoseamento traria à cidade a par dos benefícios à saúde pública!...”

Levando-se em conta os conhecimentos de então, as medidas sugeridas pelo ilustre Dr. Goulart de Souza eram satisfatórias e suficientes. Pedia, em suma, um decreto proibindo hábitos nocivos, o calçamento de pequenos trechos de ruas, um dreno e uma casa de isolamento.

Apesar da ridícula despesa que tais medidas acarretariam, não se fizeram e não se baixou o decreto saneador. Os governos têm ojeriza de gastar dinheiro em obras de supressão. A vaidade os impele para obras visíveis e suntuárias. Entre combater uma epidemia e construir um chafariz, no qual uma plaquinha de bronze lembre o idealizador, poucos são os que se decidem em favor do primeiro caso.

As obras de saneamento em geral são invisíveis, não satisfazem aos governadores, que amam a popularidade. Esgotos, drenos e aterros são subterrâneas: obras mortas embora garantam a vida, não falam porque jazem enterradas!

Nenhum governo, é bom que se registre, elaborou programa de saneamento integral para a cidade de Vitória. Os que a ele se dedicaram, Muniz Freire, Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos, solucionaram partes de um conjunto de obras, que nunca foram consideradas no seu verdadeiro aspecto. Sanear uma cidade significa torná-la salubre. Parece fácil, e não é difícil mesmo realizar-se esse “desideratum”. É necessário, apenas, tenacidade e coragem para enfrentar preconceitos e interesses subalternos. As ferramentas principais são: dinheiro e vontade. O planejamento consciente responde pelo êxito. A medicina das cidades está capitulada na hoje triunfante arte de construí-las: urbanismo. O apelido é novo, mas os princípios norteadores são velhos de muitos séculos. Se o urbanismo atingiu a cátedra nos anos seguintes à guerra de 1914, não quer dizer que havia ignorância absoluta dos problemas urbanos até aquela data. Washington e Belo Horizonte foram edificadas antes do aparecimento do “urbanismo”, no conceito atual do substantivo. Vitruvius escrevia a *De architectura*, dedicando-a a César Augusto. Platão já dizia, em versão francesa: “Tout ce qui se fait, dans la cité, selon l'ordre et la direction de la loi, ne peut avoir que de bons effets, tandis que tout ce qui n'est pas réglé ou l'est mal, fait tort à la plupart d'autres réglemens les plus sagement établis”.

Havia, na antiguidade, verdadeiros códigos de posturas e regras de construir cidades.

Não se justificam os aleijões absurdos, perpetrados por governadores municipais. A higiene elementar, a doméstica, digamos assim, independe de

conhecimentos científicos. De Vitória, a situação era puramente lastimável. Verdadeira contradição à frase bombástica de lordes Disraeli, quando disse no parlamento inglês: “Saúde pública é o fundamento sobre o qual repousam a felicidade do povo e o poder do Estado”. Os edis capixabas pré-republicanos foram inoperantes. Descuidaram-se até das festividades públicas, determinadas pela tradição e impostas pelo dever religioso. Já não se celebrava mais o feriado de 8 de setembro, dedicado à padroeira da cidade. As procissões do S. S. Sacramento e de São Benedito dos Pretos, tradicionais e empolgantes, ficaram por conta das irmandades. Perderam o brilho com prejuízo para o sentimento popular e empobrecimento do nosso dicionário folclórico.

REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Com riqueza ou sem ela, as províncias precisavam de repartições públicas para que a administração se exercesse. Assim, o Espírito Santo foi aos poucos ganhando dependências ministeriais.

A CAPITANIA DOS PORTOS foi instalada em 1856 e o primeiro titular, capitão de fragata Francisco Luís da Gama Rosa, se integrou de tal modo na comunidade capixaba que mereceu do povo lhe tomassem o nome para uma rua da cidade. Foi provedor da Santa Casa, de grande mérito, e a irmandade administradora o homenageou, inaugurando-lhe o retrato ao lado dos de Francisco Alberto Rubim e Luís Antônio, fundadores da benemérita instituição.

A navegação costeira recebeu, para protegê-la, na ponta do morro Moreno, o farol da Barra, em 1870, embora os estudos e escolha do local tenham sido levantados em 1848.

TELÉGRAFO – César de Rainville, engenheiro do Ministério de Obras Públicas, foi mandado estender linhas telegráficas para o norte do Brasil. O trecho espírito-santense, um dos mais difíceis da costa, foi iniciado em 1871 e inaugurado festivamente pelo presidente da província, Horta Barbosa, em 11 de fevereiro de 1874. A cerimônia terminou com solene copo d’água, servido no Hotel d’Europe.¹⁶ Bons tempos!

CAIXA ECONÔMICA – Em 5 de setembro de 1874, o presidente da província foi autorizado a emprestar a importância de vinte contos de réis para que a Caixa Econômica iniciasse suas operações de penhores. Os cofres provinciais não suportaram o embate. Recorreu-se ao negociante Francisco Pinto de Oliveira.

16 César Marques.

BIBLIOTECA PÚBLICA – A Biblioteca Pública do Estado teve origem na doação de 400 volumes feita por Brás da Costa Rubim,¹⁷ enviando-os do Rio de Janeiro, onde residia. O presidente Evaristo Ladislau da Silva, aceitando a oferta, em 21 de março de 1853, nomeia comissão numerosa para organizar a Biblioteca. Coube ao Dr. Sebastião Machado Nunes, em 16 de julho de 1855, inaugurá-la, em uma sala do palácio onde nem móveis havia. A Assembleia votou auxílio de cem mil réis por três anos. Em 1859, contava novecentos volumes. Eliseu de Souza Martins a reestruturou em 1880: já tinha 2.000 volumes.

MERCADO – O primeiro mercado foi mandado construir em 1871 pelo presidente Francisco Corrêa. O projeto é de autoria do engenheiro Manuel Muniz Freire. A obra custou 27:059\$790.¹⁸ Era um prédio de pedra e cal, com três alas, em U, com área interna e alpendres. Foi demolido em 1926. O Banco do Espírito Santo construiu, no mesmo terreno, um prédio em concreto armado que não chegou a concluir por embargo do Domínio da União. Em 1929, transformou-se o local em praça para estacionamento de veículos. Teve o apelido de “praça das salsichas” devido à forma singular de seus refúgios. A União construiu, em 1934, o edifício dos Correios e Telégrafos, ocupando todo o perímetro da efêmera praça João Pessoa, nome que lhe haviam dado os patriotas de 1930.

ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS

A maior ameaça, que se podia fazer a um menino malcriado, era dizer-lhe que seria mandado para a Escola de Aprendizes Marinheiros em Piratininga, Vila Velha, no antigo forte São Francisco Xavier, tal o rigor disciplinar daquele instituto da Marinha de Guerra. Fundado em 8 de fevereiro de 1861, teve como primeiro comandante o capitão-tenente Carlos Augusto Vitério.¹⁹

ESCOLA NORMAL

Coube ao Dr. Eliseu de Souza Martins, em 1879, quando presidente da província, a construção da Casa da Instrução Pública, hoje Escola Pedro II, cujo edifício deve sua reconstrução e aumento ao Dr. Jerônimo Monteiro.

Até o advento da República, foram estes os edifícios construídos ou repartições instaladas em Vitória. Não primaram nem pela arquitetura, nem pela solidez.

17 Daemon. César Marques.

18 Daemon. César Marques.

19 Hoje é uma bela e modelar instituição naval.

XXIV

A INSURREIÇÃO DO QUEIMADO

A escravidão no Espírito Santo, à luz dos cronistas e historiadores provinciais, não foi mais severa do que nas demais unidades brasileiras. Somos levados a admitir até que houve mais cordura, porque na província não houve propriamente dito o fenômeno “casa-grande”, onde a escravatura numerosa exigia fiscalização atenta, quase sempre exercida por homens de valentia e crueldade. No período de formação dos poucos latifúndios trabalhados que tivemos, justamente no auge da densidade escrava, nas quatro dezenas de anos, antes da Lei Áurea, a província oferece documentação para se inferir que o regime escravo não diferia do das demais unidades do Império. Não há notícias de que grandes fazendeiros, como Joaquim Marcelino da Silva Lima,¹ Antônio Rodrigues da Cunha,² capitão Souza,³ proprietários de grandes senzalas, tivessem exorbitado das prerrogativas de “senhores”. Os proprietários de pequeno número de escravos, via de regra, os tratavam como domésticos. Os sacerdotes de nomeada, literatos e políticos dominantes que foram, tais como Marcelino Duarte, João Clímaco, Azambuja Meireles, Madalena Duarte, Fraga Loureiro, Wanzeler e muitos outros, tiveram seus escravos tratados com humanidade. Eram exemplos salutareos aos vizinhos e correligionários. As irmandades de homens pretos gozavam de prestígio na sociedade. Não significa, porém, que os negros, no Espírito Santo, vivessem no seio de Abraão. Eram escravos e como tais se lhes exigia trabalho pesado e obediência cega. E qual fosse o tratamento dado ao cativo, a liberdade seria sempre sua máxima e justa aspiração. A senzala era o curral, o escarmento, o atentado aos sentimentos cristãos. O ódio surdo e recalcado devia brilhar em todos os olhos dos pobres miseráveis qual senha, aprazando a revolta a cada instante.

Os quilombos iam-se enquistando nas taperas vizinhas. O governo temia, mas não os provocava à luta. Desde 1840 os presidentes da província queixavam-se ao ministro do Império, fazendo-lhe ver os perigos em perspectiva. Silva Couto informa ter armado vinte e quatro homens para

1 Barão de Itapemirim. Vice-presidente da província, várias vezes em exercício.

2 Barão de Aimorés. Grande fazendeiro em São Mateus, casado com uma filha do barão de Itapemirim.

3 Proprietário da fazenda Monte Líbano.

auxiliar a polícia na captura dos fugitivos. Siqueira atribui o “definhamento da agricultura” à formação de pequenos arraiais de negros.

Chama-se Insurreição do Queimado ao levante de escravos, em busca de alforria, havido em 19 de março de 1849.⁴ Foi teatro do acontecimento o acidente orográfico da margem esquerda do rio Santa Maria, de nome Queimado, na sede do distrito de São José, próximo à estação de Alfredo Maia, da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Dois frades franciscanos, de província italiana, pregavam nos arredores de Vitória e frei Civitello de Trento em Cariacica, onde não encontrou dificuldades. Em Queimado, frei Gregório José Maria de Bene não teve a mesma fortuna. A nova freguesia, pobre de clima e de moradores, não passava de pouso de canoeiros do rio Santa Maria. Mas tenaz, como sabem ser os franciscanos, entendeu de construir uma igreja de noventa palmos por vinte, cuja pedra fundamental cimentou em 15 de agosto de 1845.⁵ Associaram-se os moradores do pequeno povoado à mão escrava, mas o trabalho progredia lentamente com periódicos mutirões. Em meados de 1848, frei Gregório de Bene marcou a inauguração da igreja para o dia 19 de março próximo, festa de São José, a cujo patrocínio dedicava o templo.⁶ Em seus sermões, pregava o franciscano o temor de Deus e a caridade entre os homens, todos irmãos em Cristo. Como europeu e sacerdote, o servilismo humano o deveria escandalizar. É provável que, em seus arroubos oratórios, condenasse, com inflamada imprudência, a situação dos escravos visando à comiserção dos senhores. Talvez tenha feito sentir o merecimento à liberdade dos que trabalhavam na construção do templo. São hipóteses cabíveis dentro do estudo elaborado pelo historiador da Insurreição do Queimado, desembargador Afonso Cláudio. Mas afirmar-se que frei Gregório José Maria de Bene prometera alforriá-los é arriscar-se no escuro e condenar o frade como perjuro, sem apoio em prova substancial. Quantos escravos teriam trabalhado na construção da igreja? Dez, quinze, vinte no máximo. E o levante somou mais de duzentos homens, na maioria armados.⁷

A insurreição foi cautelosamente premeditada. Não transpirou em nenhuma fazenda. A surpresa foi absoluta.

Amanhecera o dia 19 de março de 1849. O povoado reunia os habitantes da redondeza, larga de mais de seis léguas. Os escravos, de fatiota nova, misturavam-se com os devotos ansiosos pela festa, sempre alegre e

4 Daemon.

5 Idem. César Marques.

6 Afonso Cláudio.

7 Siqueira. Presidente da província.

oportuna para os que labutam nas lides rurais. A solenidade da bênção do novo templo começou pela missa votiva. Em meio ao ato religioso e solene rompeu o vozeiro dos escravos sob o comando do cativo Elisiário, pertence ao Sr. Faustino Antônio de Alvarenga Rangel, proprietário do Perau, próximo do Una de Santa Maria. O mangote maior de sublevados ocultava-se no capoeirão vizinho. Gritavam por liberdade! Frei Gregório atônito interrompe a missa. Era a insurreição, que rompia em pleno templo de Deus. Sem muitas dificuldades os assistentes livres acompanharam o padre à sua residência e por precaução fecharam-se por dentro. Eram pelo menos o escravo João, da fazenda do Una, pertencente a Maria da Penha Pereira, o sacristão, o juiz de paz e os mais notáveis presentes à solenidade. Perceberam os amotinados o perigo do malogro e as consequências da rebelião. Coagiram a que lhes abrissem a porta da residência e intimaram frei Gregório de Bene⁸ a dar-lhes o que ele não tinha poderes para dar: liberdade!

Aos gritos, respondeu-lhe o franciscano ofendido, dirigindo-se ao cabeça dos rebeldes, Elisiário, que “não podia, não devia nem queria dar-lhes cartas de alforria” e ainda “que obedecessem aos seus senhores e voltassem para suas casas, que era pronto para patrociná-los”. São palavras do juramento escrito pelo padre, com invocação de testemunhas presenciais. No meio ao desacato que recebia, o humilde religioso aconselhava obediência e se propunha a interceder junto aos senhores para justificá-los.

Passados os instantes de estupefação, o professor Manuel Pinto de Alvarenga Rosa aconselhou o padre a não fechar as portas da igreja e dar por encerrada a cerimônia. Não podiam parecer covardes diante dos escravos. Reiniciou frei Gregório a missa, mas não a pôde terminar. Agora, a grita era acompanhada de ameaças físicas. O povo debandou contrito e apreensivo. Em grupos os escravos percorreram as fazendas ribeirinhas, exigindo que lhes assinassem cartas de alforria. Findava a festa como vigília de luto, de sangue e brutalidade.

Entretanto, um estafeta, despachado para a capital, pedia socorro ao governo. Os insurgentes, à noite, reuniram-se em Pendiúca, capão que esconde o pequeno afluente do Santa Maria, sob o comando de Chico Prego, autor da propaganda entre Queimado e Mangarái. O desembargador Antônio Joaquim de Siqueira, presidente da província, no mesmo dia providenciou socorros e repressão. Aprestou-se o chefe de Polícia, Dr. José Inácio Acióli de Vasconcelos, com soldados da Milícia sob o comando do alferes Varela da França. No dia 20 a tropa fez alto no Queimado. Inqueridos frei Gregório e

8 Juramento de frei Gregório.

seus amigos, o destacamento militar procurou contato com os escravos amotinados. O choque se deu na ladeira de João Santos. Os rebeldes dispararam suas espingardas e ferem o corneteiro e o oficial. A tropa investe enfurecida, porém os inimigos batem em retirada. Elisiário e companheiros, escravos dos Alvarenga, nadaram o Santa Maria. Duas vítimas inermes foram o troféu da luta inglória, conquistado pelos milicianos. Frustrada a insurreição, começou a caçada humana. Ao capitão Antônio Teixeira Pinto, delegado da vila da Serra, coube a inglória tarefa de limpar os matos do Queimado. Trinta escravos presos foram entregues aos proprietários depois de supliciados. A maioria dos pobres insurgentes procurara suas senzalas como abrigo.

O delegado serrano praticou toda a sorte de atrocidades, prendeu trinta e seis fugitivos e os responsáveis, Chico Prego, João da Viúva, Elisiário e seu irmão Carlos, na fazenda do padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel. A Corte foi informada e por precaução mandou o navio *Paquete do Sul* com reforços do exército.⁹ Foram rápidas as providências monárquicas. Chegaram a 30 de março, dez dias depois do levante. Nada tinham a fazer. A calma e a paz reinavam em Abrantes!

O processo criminal correu célere. Em 31 de maio instalou-se o júri. A acusação foi feita pelo provisionado Manuel Moraes Coutinho. Ao padre bacharel João Clímaco coube a defesa. Três dias durou o júri terminando pela absolvição de seis, cinco condenados à pena capital e os demais acusados ao pelourinho para receberem de trezentos a mil açoites. Baldados os recursos oratórios do famoso advogado eclesiástico, recorreu ao patético pedido de prisão de frei Gregório de Bene como autor intelectual do levante. O juiz José Antônio Acióli de Vasconcelos recorreu da sentença inutilmente. Os maus-tratos praticados pelos esbirros policiais abreviaram, para muitos, os sofrimentos e a [vida].¹⁰

Ao amanhecer do dia 7 de dezembro, a população se alarmou com a notícia da fuga de cinco condenados, dos quais três escravos de João Clímaco, sujeitos à pena última. O governo imperial confirmou a sentença condenatória. Chico Prego sofreu o suplício da forca na Serra e João, escravo de Jacuí, frente à igreja que ajudara a erguer.

Ambos os galés tiveram os corpos mutilados pelo carrasco, inábil e perverso. Encerrava-se o capítulo trágico da Insurreição do Queimado.¹¹

9 *Correio da Vitória*. Março de 1849.

10 [Trecho truncado na 1ª edição.]

11 Frei Gregório de Bene foi prestar relevantes serviços no Amazonas, fundando várias paróquias. Leia-se a magnífica nota de José Teixeira de Oliveira em *História do Estado do Espírito Santo*, p. 335.

MANUMISSÃO

Não foi inútil, porém, o sacrifício das vítimas do Queimado. Passados os primeiros anos da funesta ocorrência, o sentimento de comiseração para os escravos tomou sentido humano. A lei número 25, de 1869, autorizou, ao presidente Francisco Corrêa, a despesa de seis contos de réis, pelo prazo de cinco anos, para alforriar meninas de cinco a dez anos de idade. No decurso do período, 78 criaturas se beneficiaram do favor provincial. O levantamento demográfico do Império, em 1875, acusava um total de 1.476.567 escravos. Mais de vinte por cento da população brasileira era cativa.

Eis um quadro elucidativo do número de escravos em algumas províncias:

Minas Gerais	366.574
Rio de Janeiro	270.726
Bahia	162.295
São Paulo	156.612
Pernambuco	89.022
Município Neutro	48.932
Espírito Santo	22.732

A província conta pouco mais de 72.000 habitantes. A doutrina abolicionista ganha adeptos fervorosos. A Assembleia aprova nova lei manumitente, em 1871, beneficiando escravos de doze a trinta e cinco anos de idade. Os deputados atendem aos sentimentos do povo.

Entre os legisladores figuram proprietários de terra e homens cujo prestígio político dependia dos fazendeiros, donos de escravos. Subestimavam o interesse próprio em benefício da solidariedade humana. Deputados foram Constantino Gomes da Cunha, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Torquato Caetano Simões, Luís Rosa Loureiro, Alfeu Adelfo Monjardim, João Alberto do Couto Teixeira, militares e proprietários, Leopoldo Augusto de Melo Cunha, engenheiro e fazendeiro, Joaquim Pires do Amorim, advogado e dono de terras e tantos outros que subscreveram a lei.

Em janeiro de 1874 funda-se a Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro. No mesmo mês a Irmandade de São Benedito se constitui também manumitente. Generalizava-se pouco a pouco, sempre em ritmo apreciável, o interesse e o entusiasmo em benefício da libertação dos escravos, causa que iria ser apanágio da carreira de Joaquim Nabuco e do visconde do Rio Branco, no Parlamento Nacional.

XXV

VISITA OFICIAL

O presidente Pedro Leão Veloso teve o privilégio de hospedar suas majestades imperiais, quando da visita feita à província. Foi o maior acontecimento da história social do Espírito Santo, desde o Brasil Colônia até a República. Sem expressão política e econômica, o Espírito Santo ocupava modesto décimo-quinto lugar no seio da nacionalidade.

Sua pobreza proverbial era o refrão da correspondência entre governadores e ministro de Estado. A notícia auspiciosa, anunciada pela fala do trono de setembro de 1859, encheu o povo de júbilo, mas preocupou a esfera oficial. Os orçamentos minguados ou não, na era monárquica, não consignavam rubricas para representação e festas.

Pedro Leão Veloso teve que convocar a generosidade dos abastados a fim de que “voluntariamente” merecessem a honra de contribuir para as despesas indispensáveis à hospedagem dos augustos imperantes.

O coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, comandante superior da Guarda Nacional, o barão do Itapemirim e o major Mateus Cunha associaram-se e responderam ao apelo do presidente da província, desvanecidos pela preferência.¹

Regressando de sua visita ao norte do país, na manhã de 26 de janeiro de 1860, pelas oito e meia, aprou a flotilha de guerra, sob o comando de Joaquim Marques Lisboa, futuro marquês de Tamandaré, na risonha baía de Vitória. Os augustos soberanos viajavam no navio *Apa*.

Estrugiram girândolas festivas. Os fortes São Francisco e São João dispararam suas baterias em continência militar.² A cidade foi toda uma festa de orgulho patriota. O desembarque deu-se no cais das Colunas ao meio-dia, onde [havia] dois pavilhões armados para a cerimônia, um para as altas autoridades e outro para as senhoras gradas. A população da cidade, engrossada pelas das vilas vizinhas, aguardava o momento de aclamar suas majestades. Os vereadores estreavam suas fardas regimentais.

O presidente da Câmara Municipal fez entrega simbólica da chave da cidade e deu o crucifixo a beijar, com breve alocução, a D. Pedro II. Agradeceu com simples e bondosas palavras o imperador. Fez-se a apresentação

1 Daemon.

2 *Correio da Vitória*. Sábado, 28 de janeiro de 1860.

de estilo. D. Teresa Cristina distribuía as graças de sua bondade às senhoras capixabas. Sob pálido subiram a escadaria do palácio em demanda da capela nacional, igreja de Santiago, onde ouviram um *Te Deum* cantado.

O padre Francisco Antunes de Siqueira proferiu a saudação oficial. Das janelas do palácio, lado da Misericórdia, suas majestades receberam continência da Guarda Nacional e ovação do povo.

Seguiu-se o beija-mão e, depois da sesta, os soberanos jantaram acompanhados pelo presidente Leão Veloso. Faziam parte da ilustre comitiva João de Almeida Pereira Filho, ministro do Império; Cândido José de Araújo Viana, camareiro; Luís Pedreira do Couto Ferraz, veador e Dona Josefina da Fonseca Costa, dama de companhia da imperatriz.³

Comparada às visitas presidenciais desta Terceira República, é quase ridícula a modéstia com que os Bragança exerciam suas funções de chefes de Estado. A austeridade e o respeito aos cofres públicos foram o apanágio do Segundo Império. D. Pedro, quando adoentado, manifestou o desejo de ir à Europa, mas suas finanças não lhe permitiam gastos compatíveis com a dignidade dinástica. O negociante e rico proprietário Jerônimo Mesquita pleiteou a honra de lhe ofertar uma ajuda de custo de cinquenta contos de réis. Nenhuma recompensa maior recebeu o filho do conde de Bonfim senão o título de barão de Mesquita.

O imperador tudo visitou: conventos, igrejas, cemitérios, repartições, quartéis, escolas, hospitais e a cadeia.

Ao jantar do dia seguinte sentaram-se à mesa, além da comitiva, o casal Leão Veloso, o chefe de Polícia, Dr. Manuel Pedro Vilaboim, o barão de Itapemirim, o major Mateus Cunha, o coronel João Nepomuceno, o coronel comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim e o médico Lima e Castro. A orquestra improvisada pelo maestro Baltazar Antônio dos Reis, professor de música do Ateneu Provincial, abrilhantou a solenidade. No dia 28 suas majestades assistiram à missa no convento da Penha e visitaram a pequena Vila Velha. Os imperadores viajaram para o norte da província a cavalo. Conheceram Serra, Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares. A aproximação em cada vila era anunciada por foguetório a distância. Muitos não conheciam a arte pirotécnica, motivando as hipóteses mais disparatadas.⁴

3 *Jornal do Commercio*, nº 9, a 10 de fevereiro de 1860.

4 Tornou-se familiar, na Serra, chamar-se aos foguetes de “ignoro”. Contou-me o saudoso Otávio Peixoto, serrano e político de prestígio, quando prefeito de Vitória, que, ao ouvir-se, em sua terra, os primeiros estampidos anunciadores da vizinhança dos augustos soberanos, e a resposta dada pela atalaia da torre da matriz, um popular assustado

D. Teresa Cristina e D. Pedro, em Linhares, não puderam furtar-se à visita da lagoa Juparanã.⁵ A ilha do Imperador, onde fizeram pequena refeição, assinala, com marco comemorativo, a imperial presença naquele cenário maravilhoso de águas cristalinas, matas seculares e fauna prodigiosa.

Noventa e quatro anos depois outro chefe de Estado visitaria a histórica e minúscula ilha, o presidente Vargas, quando de inauguração da monumental ponte sobre o rio Doce, construída no governo do Dr. Jones dos Santos Neves.

Da capital seguiu o imperador para Santa Leopoldina e Santa Isabel a inspecionar as novas colônias agrícolas de imigrantes teutos e italianos. Surpresa singular o aguardava na volta: na corveta *Elizabeth*, da Marinha de Guerra austríaca, fundeada no porto de Vitória, esperava-o seu primo, o arquiduque Maximiliano, irmão do imperador da Áustria, para cumprimentá-lo, por não o ter encontrado no Rio de Janeiro, donde vinha em regresso à sua pátria. Suas majestades imperiais, agora com maior conforto, seguiram, por mar, para vila do Itapemirim, comboiados pela corveta austríaca.

De passagem conheceram Guarapari, Benevente e Rio Novo. No dia 7 de fevereiro retribuíram a visita do arquiduque, em sua nave de guerra, e deixaram a província, inteirados de suas imensas necessidades. Ouvi, de velhos descendentes do barão de Itapemirim, ter sido este o único a não sentir saudades dos imperadores. Preparara festiva recepção em sua luxuosa fazenda do Muqui: baixela e banheira de praia maciça, cortinas de brocado, tapetes orientais e cristais da Boêmia. Mas D. Pedro cancelou inopinadamente a visita, que aceitara fazer. A mágoa causada pelo orgulho ferido, adoeceu o cérebro do barão prestimoso.

perguntou ao boquiaberto companheiro: – Que é isso, compadre? – Ignoro! – Mas que “ignoro” bonito! Ainda hoje, na intimidade, os serranos por chiste chamam os foguetes de “ignoro”.

5 [Pequeno equívoco do Autor. A imperatriz permaneceu em Vitória enquanto Pedro II excursionava até a região do Rio Doce.]

XXVI

ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA

A província praticamente nada lucrou com o regime monárquico. Deve-se, porém, creditar, no ativo do imperador Pedro II, o interesse tomado após a sua visita ao Espírito Santo, em prol da colonização por emigrantes estrangeiros.

As colônias do Rio Novo, Santa Isabel, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Conde D'Eu, Acióli Vasconcelos receberam contingentes apreciáveis entre os anos 1860 e 1880. A República colheria frutos promissores das sucessivas levas de italianos, austríacos e alemães. Eles ajudaram a desbravar matas, a cultivar terras, a construir caminhos vicinais, concorrendo para o progressivo enriquecimento da comunidade espírito-santense.

Quando a abolição da escravatura foi decretada, já prosperavam as lavouras de mandioca, de milho, e os cafezais prometiam safras generosas. Diminui-se assim o impacto do despovoamento dos campos pela evasão dos escravos libertados. Os engenhos de cana, das velhas fazendas, cederam a primazia econômica às “colônias” de café dos pequenos proprietários. É a decadência dos vales do Itapemirim, do Jucu, do Santa Maria, onde predominavam latifúndios, contrabalançada pela interiorização do homem nas montanhas.

Os grandes acontecimentos históricos nacionais, que marcaram o crepúsculo imperial, tiveram relativa ressonância na província. Entre tropas regulares e voluntariado, seguiram cerca de quinhentos homens para a guerra do Paraguai. Quase todas as famílias pagaram-lhe seu tributo de sangue.

Aos chefes militares, vencedores, não lhe faltaram homenagens, entusiasticamente patrióticas. Os nomes dados às ruas General Osório, General Câmara, Conde D'Eu, Duque de Caxias, Primeiro de Março são contemporâneas da campanha contra Solano Lopez. Um capixaba modesto ganhou também a admiração de seus patrícios: Francisco Araújo, o cabo “Chico Princesa”, cujo nome se justapôs à velha rua do Egito.

A Lei Áurea não surpreendeu os habitantes da província, cujos sentimentos antiescravagistas se haviam generalizado ante a propaganda de várias associações libertárias. Foram campeões abolicionistas: Afonso Cláudio, Aristides Freire, Amâncio Pereira, Cândido Costa, Cleto Nunes e Gil Goulart, entre os principais.

Embora houvesse um Clube Republicano, fundado por Bernardo Horta de Araújo, Antônio Aguirre, Antero de Almeida, José Horácio Costa e pequeno número de filiados exaltados, a proclamação da República foi verdadeiramente uma surpresa. Governava a província José Caetano Rodrigues Horta, que, em 20 de novembro de 1889, passava o governo a Afonso Cláudio, nomeado pelo governo provisório. A adesão ao novo regime se fez sem relutância. Aceitou-se uma situação de fato. O primeiro recenseamento republicano acusou, para o Espírito Santo, em 1890, 135.998 habitantes.¹

1 Destes, 3.074 eram estrangeiros.

XXVII A REPÚBLICA

Ao se proclamar a República, o Espírito Santo acorda de longo sono, cheio de pesadelos, e se apercebe de sua miséria física e moral.

Valoriza seus filhos e passa a governar-se por si mesmo. As lutas políticas, pela disputa do poder, não diminuíram o interesse dos homens públicos em prol da grandeza e prosperidade da terra. Os problemas administrativos são encarados com realismo.

Adotam-se soluções. Foram precipitadas? Foram proporcionais às necessidades do momento? Foram exequíveis em relação aos recursos de então? É o que iremos analisar.

Preliminarmente o Poder Executivo ganhou corpo, consistência e continuidade. Os governadores provinciais não tomavam interesse ativo na administração, porque, além de demissíveis *ad nutum*, eram áulicos da Corte à espera de boa sinecura. Seguiam a sorte do gabinete que estivesse no poder. Não traziam, quando designados, programa e não os elaboravam, porque se julgavam de “passagem”. Serviam à política do primeiro-ministro, mas não ao povo que governavam.

O regime era falho nesse capítulo e altamente prejudicial às províncias de fraca densidade demográfica e de pequeno valor econômico. Só por esse motivo se justificava a queda da Monarquia. Com o advento da República, a autonomia dos estados possibilitou certa autodeterminação política e administrativa. O governo teve prazo fixo, estável, para cumprir sua tarefa. Podia-se planejar ou pelo menos programar certas realizações dentro do espaço-tempo. O governo tornou-se mandatário do povo e por ele fiscalizado através das assembleias legislativas. Os governos, enfim, eram locais, conhecedores das necessidades de seus territórios.

As constituições estaduais facultaram recursos financeiros, por meio de empréstimos internos e externos. Essa praxe foi levada, mais das vezes, ao exagero, com prejuízos ruinosos para os estados e lucro condenável para os intermediários.

Ao fim dos dez primeiros anos de República, quase todas as unidades da Federação atingiram a insolvência, inclusive o modesto Espírito Santo.

A mudança foi muito brusca, sem o devido preparo político. Os erros em parte se justificam pelas crises econômicas por que passou o país.

O CONSELHO MUNICIPAL

Cleto Nunes e Antero de Almeida

Vitória se enriquece de homens públicos. Embora gratuitos, os cargos municipais eletivos são disputados com interesse e civismo. Não há demagogia. Quer-se o benefício comum. Vamos encontrar, em janeiro de 1893, no Conselho Municipal, Antero de Almeida,¹ Joaquim Corrêa Lírio,² Eugênio Pinto Neto,³ Passos Costa Júnior,⁴ Alvino Aguiar,⁵ Cleto Nunes,⁶ além de outros.

O regimento os obriga a uma sessão por mês, mas a causa municipal os leva a três e quatro reuniões extras. Os problemas são múltiplos, os conselheiros não se descuidam, sacrificam seus interesses particulares e estudam assuntos, muitas vezes, acima de seus conhecimentos. O Poder Executivo é exercido cumulativamente pelo presidente do Conselho. Ainda não há prefeito. Um legítimo colegiado de homens de boa vontade.

Não existe legislação municipal; é necessário elaborá-la. E o Conselho Municipal, numa tarefa ingente, vota o Código de Posturas,⁷ exigindo, para o licenciamento de obras, planta com determinadas exigências. Organiza o serviço de limpeza pública. Coleta domiciliária de lixo. Inicia o saneamento de valas e banhados. Disciplina o abastecimento de carne, que, numa carência ocasional, foi importada da Argentina. Policia as construções civis e protege as matas circunjacentes. Abre novos bairros. Data de então o loteamento do Campinho, hoje Parque Moscoso e o da Vila Rubim,⁸ que,

1 Mudou-se para o Rio de Janeiro, tornou-se grande industrial, integrando-se na organização Pereira Carneiro.

2 Tronco de numerosa e ilustre família de juizes, jornalistas e homens públicos.

3 Industrial e ex-proprietário da Capuaba.

4 Comerciante e contador.

5 Médico de ilustre família de Cariacica.

6 Nasceu em Vitória a 3 de maio de 1856. Foi deputado de 1878 a 1891. Conselheiro Municipal. Senador em 1898, jornalista combativo. Faleceu em Friburgo a 11 de abril de 1908. Membro de uma das mais antigas famílias capixabas. Os Nunes Pereira foram sesmeiros ricos do vale do Santa Maria. Cleto Nunes Pereira deixou numerosa e ilustre família. A prefeitura perpetuou-lhe o nome numa avenida no Parque Moscoso, bairro que ele, como presidente do Conselho Municipal, mandou arruar.

7 Resolução de 5 de janeiro de 1893, por proposta de Cleto Nunes, nos Anais do Conselho Municipal.

8 Resolução de 16 de setembro de 1895: “É aprovada a planta de arruamento nos morros anexos à Vila Moscoso, pertencentes à Companhia Brasileira Torrens, de acordo com o

infelizmente, foi mal planejado pelo engenheiro responsável. A Companhia Brasileira Torrens, concessionária dessa área e do abastecimento de água e esgotos, não mostrou conhecimentos técnicos ao arruvar glebas em zona montanhosa. Vila Rubim tornou-se favela irrecuperável.

Chamou-se Cidade da Palha até 1910, quando o barro e o sapé começaram a ser desbancados pelo zinco, telha e tijolos. A imprevisão, a falta de confiança no progresso da cidade e, principalmente, a ignorância da Seção de Terras do Estado são responsáveis pela falência daquele bairro, cujos lotes, em sua maioria, foram legalizados de 1915 a 1930.

Houve uma tentativa honesta, em 1935, de se beneficiar o bairro, quando do término do levantamento cadastral, por parte da prefeitura. Mas o protecionismo e a burocracia da Seção de Terras criaram embaraços intransponíveis às vozes da razão.

OS ORÇAMENTOS

Apreciação de Cleto Nunes e Muniz Freire

A arrecadação do município, no período monárquico, nunca atingiu a casa dos vinte contos de réis. Em 1894, a receita alcança 170:060\$000 e a despesa se efetua com 168:106\$666, incluindo a parcela de 82:000\$000, destinada às obras públicas. Quarenta e oito por cento do arrecadado!

Que belo exemplo de respeito aos dinheiros públicos dava Cleto Nunes, primeiro governador municipal republicano, aos presidentes provinciais. Estes mal dispndiam uns magros vinte contos por ano em todo o território. Ouçamos Muniz Freire em sua mensagem de 23 de maio de 1896: “O orçamento do Espírito Santo até 1880 estava elevado a pouco mais de seiscentos contos. É um ridículo enorme, mas devo repeti-lo, para glória nossa, a verba destinada nos orçamentos anuais para obras e melhoramentos públicos era de seis contos de réis de 1879 e mal conseguiu-se atingir a vinte contos dos orçamentos de 1882 em diante. Dos orçamentos municipais não é preciso falar. A província contava 14 municípios, a metade do número atual, e de todos a capital, o de mais recursos, nunca arrecadou renda superior a vinte contos de réis, sendo essa a média aproximada dos últimos anos financeiros”.

É interessante a referência feita à cidade; vamos transcrevê-la na íntegra: “A começar pela capital, que foi sempre a principal cidade do estado,

engenheiro municipal.” O Conselho, sob proposta do presidente Cleto Nunes, denomina o bairro de Vila Rubim. Anais do Conselho Municipal.

nada achamos digno de menção. Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, segundo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; mal abastecida de água; com um serviço de iluminação a gás duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação da sua empresa; carecedora de um fornecimento regular de carnes verdes; sem edifícios notáveis; repartições e serviços públicos mal acomodados à falta de prédios; sem teatro, sem um Passeio Público, sem hospitais, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente; desprovida de toda defesa sanitária; necessitando de construir novos cemitérios, devido à irrevogável condenação dos atuais...”

É inútil encarecermos a narrativa crua do ilustre homem público. Focalizamo-la para justificar os pálidos conceitos, que emitimos neste retrospecto histórico.

UM RAIOS DE LUZ QUE SE OFUSCOU

Os Quiosques

Multiplicam-se as atividades urbanas na Primeira República. Um raio de esperança sacode o capixaba. Os edis compenetraram-se de suas funções e atacam os problemas de saneamento. As rendas municipais são promissoras e o povo ávido de melhores dias. O café está provisoriamente em alta. Vitória comercia e o interior prospera. Os colonos de Rio Novo, Alfredo Chaves, Santa Isabel, Santa Leopoldina, Santa Teresa e Conde D’Eu conhecem seus primeiros dias de fartura americana. A lavoura compensa. Os produtos alcançam preços compensadores. Fundam-se casas comerciais de capitais respeitáveis: Lisandro Nicoletti, Hard Rand & Cia., Pecher, Zinzen & Cia., Casa Cruz & Irmão, Manuel Evaristo Pessoa e outras menores.

Vitória tem efêmero progresso comercial. Levantam-se clamores generalizados contra a falta de conforto urbano. O Conselho Municipal não dorme. A cidade precisa de tudo: água e esgoto, drenagem e aterro, luz e força. A tarefa é demasiada. Quer-se resolver todos os problemas e todos são postos em equação.

Antero revela-se estudioso e compenetrado de suas altas funções. As sugestões, que apresenta, denotam critério de administrador.

O curso do decantado Reguinho não foi disciplinado com vazão suficiente, devido à leviandade técnica dos engenheiros que lhe deram solução.

Leopoldo Cunha, Del Vecchio e Temístocles de Freitas, chamados a opinar, optaram pela canalização em tubo de ferro de onze centímetros de diâmetro. Pouco mais do que um condutor comum de águas pluviais de qualquer casa de moradia.

Cleto Nunes escreve criteriosa mensagem em 7 de outubro de 1895, dando conta da ação do Conselho desde 1892, data da sua instalação.

É notável prestação de contas de um dos maiores capixabas da República, prematuramente desaparecido do cenário político. Como realizações concretas fez o Conselho Municipal algumas obras de valor indiscutível, tais como a ligação do cais do Imperador com a rua da Alfândega, pondo em comunicação direta todas as vias da orla marítima. Até o começo da República, não havia comunicação carroçável entre a rua do Comércio, hoje Florentino Avidos e a praça Oito. Da escadaria do palácio até as proximidades da ladeira da Misericórdia, a passagem era estreita e tortuosa. Foi preciso que se desapropriassem pequenos e antigos imóveis, no valor de Cr\$ 42.000,00, fronteiros ao edifício Morgado Horta, para que a rua Jerônimo Monteiro, antiga da Alfândega, desembocasse na escadaria do palácio.

As sobras das áreas foram vendidas por Cr\$ 32.000,00 e nelas se construiu o bloco mais valorizado de então: a casa Pecher, Zinzen & Cia. e grande armazém de café da mesma firma. O armazém de café transformou-se, após 1920, no antigo Cine Central, elegante e servido por magnífica orquestra de câmara, e a casa comercial virou Hotel Beira Mar e lojas de modas. Na testada correspondente a esses edifícios erguem-se o Hotel Tabajara e o Edifício das Secretarias do Estado, já agora sem o mar a bater-lhe nas soleiras dos fundos.⁹ Foi um melhoramento impressionante. A primitiva estrada carroçável para Santo Antônio também é cometimento daquele Conselho. Introduziu-se a obrigatoriedade de meio-fio e a construção de calçadas. Fez-se o primeiro pavimento a paralelepípedos, obrigou-se ao licenciamento de obras com planta a se construírem e proibiu-se o beiral. O Código de Posturas, longo e minucioso, continha artigos deste teor:

“Art. 113 – São proibidos os despejos de lixo e matérias fecais nos cais da cidade, das 6 horas da manhã às 9 da noite. Ao infrator, ou seu responsável, multa de 15\$000 e o duplo na reincidência.”

“Art. 133 – As ruas que se abrirem serão denominadas pela intendência, que compete dar alinhamento, comparecendo neste ato o fiscal, que lavrará um termo, assinando-o também o presidente e secretário.”

9 [O antigo Hotel Tabajara e uma edificação vizinha tiveram seus andares transformados em apartamentos; o prédio das repartições públicas recebeu o nome de Edifício Aureliano Hoffman.]

No relatório já citado, Cleto Nunes focaliza um tópico que seria suficiente para imortalizar-lhe o espírito culto de esteta: “Não menos indispensável é a aquisição das matas, que circundam o lado setentrional da cidade. É escusado encarecer-vos o alto apreço, que a higiene liga à conservação das matas em volta dos grandes povoados, máxime quando essas matas guardam, como no nosso caso, os únicos mananciais, que até hoje fornecem a água de que se serve a população. Faz-se preciso, portanto, chamar ao domínio da municipalidade essa esplêndida mata, que fica a cavaleiro da cidade e pô-la ao abrigo das devastações, que o ferro e o fogo fazem ali diariamente, de modo revoltante, sacrificando essa opulenta riqueza vegetal, que tanto aformoseia a capital, quanto beneficia seus moradores.”

A floresta reclamada pelo chefe do executivo municipal estendia-se por toda a encosta, desde o morro de Santa Clara até a pedra da Vigia. Era soberba, bela, policrômica, exuberante.

O autor desta memória, quando diretor municipal de Obras e Viação, nos dois períodos em que serviu ao município, de 1926 a 1930, de 1935 a 1939, coadjuvado pelo saudoso Paulo Mota, chefe de Matas e Jardins, empregou o melhor de seus esforços para preservar o pouco que ainda restava. Mas tudo foi em vão. Chapeladas demagógicas e covardia cívica das altas autoridades facilitaram o machado e o fogo.

Vitória, em vez do cinturão verde para emoldurá-la, inscreve-se num perímetro de favela, nociva e desconcertante.

De 1889 a 1900 Vitória se enriquece de prédios notáveis para a época, que merecem registro.

O principal, pela envergadura e pelo custo, é, sem dúvida, a casa Hard Rand, cujo pedido de licença foi protocolado em 26 de dezembro de 1892. Foi seu construtor Rufino Antônio Azevedo, hábil mestre de obras capixaba, sob projeto elaborado na América do Norte. Está edificado sobre estacas. Todas as esquadrias, soalhos e engradamento de telhado são de pinho de Riga. Os sobrados das antigas ruas do Comércio, Primeiro de Março e Jerônimo Monteiro, aparecem nessa década. É então que desaparece o célebre beco Manuel Alves, prolongamento da ladeira da Misericórdia para o mar. Ficou reduzido a uma viela sanitária de metro e meio de largura até a construção do Edifício das Secretarias. Era um canal onde atracavam canoas e saveiros. Vindo da mais remota antiguidade colonial. Recebeu o nome de Manuel Alves, porque esse mestre de pontão, da Lamport, aí estacionava sua embarcação. Foi lugar preferido para despejo dos tigres, nojentos tonéis domésticos. O movimento marítimo, principalmente o de lanchões e canoas, não só do litoral, como de Cariacica e Santa Leopoldina, propiciou o comércio de botequins à beira-mar. Nasceram os quiosques. O primeiro

concessionário, Sebastião da Costa Madeira, obteve licença para se estabelecer no Éden Parque a 24 de dezembro de 1892.

Houve uma invasão desses originais botequins, hexagonais ou redondos, de madeira, cobertos de zinco e pintados a óleo. O cais do Mercado e o porto dos Padres se povoaram rapidamente deles. Aqui faziam ponto os canoeiros de Nova Almeida e, em particular, os do Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, tripulantes de embarcações das ricas casas Vervloet, C. Müller e Reisen. Foi quiosque de fama o de Florêncio Coelho, português reforçado, que tinha o hábito de adormecer os fregueses maçantes com soco lusitano: mão fechada, abarcando um peso de quilo. Bebia-se “cariacica”, “pernambucana” e “dois com goma” – cachaça com xarope. Comia-se linguiça ou manjuba frita. O último quiosque desapareceu em 1925. Situava-se no prolongamento da rua General Osório, onde hoje se ergue o Edifício dos Comerciantes. Das seis da tarde até o “tiro das oito”¹⁰ esses lugares eram perigosos para transeuntes pacatos. A “temperatura” se elevava e aos palavrões sucediam-se lutas de corpo a corpo e não raro com uso de achas de lenha¹¹ e canivetes de marinho.

10 O “tiro das oito” marcava a hora de fechar o comércio. Era dado pelo disparo de um foguetão, na praça do Quartel de Polícia, às oito da noite. Às 6 da manhã começava o trabalho naquela época.

11 O cais servia de depósito de lenha e materiais de construção, trazidos por canoas e lanchas.

XXVIII

MUNIZ FREIRE NA PRESIDÊNCIA DO ESTADO

José de Melo Carvalho Muniz Freire assumiu as rédeas do governo, eleito pela Assembleia, para cumprir mandado constitucional de 1892 a 1896.

Político de grande projeção eleitoral, dispunha de talento e cultura jurídica amadurecida.

Elaborou programa ousado de governo, fundando-se na receita ascensional do Tesouro, proporcionada pela alta repentina e perigosa do preço do café. Os saldos surpreendiam os orçamentos ano a ano. O crédito nacional, com a consolidação da República, abria aos estados da Federação perspectivas inebriantes. Podia-se planejar a longo prazo. Nos núcleos coloniais floriam os primeiros frutos redentores. A colheita do café, cuja cultura se ensaiara em 1842, alcançava, no fim do primeiro ano de governo, a casa dos 362.280 sacos. Dirá o presidente: “O Estado, que até os últimos dias, que antecederam à Constituição Republicana, era arrolado nas estatísticas oficiais como fardo da Nação, revelando rapidamente o seu cabedal de riqueza e de vida própria, sopesando, sem constrangimento algum, os grandes ônus da nova situação política, apresenta um orçamento cinco vezes maior que o da antiga Província”.¹

O exercício financeiro de 1893 se encerrou com o saldo de 797:090\$662, trinta e dois por cento a mais sobre o orçado, resultado auspicioso e suficiente para entusiasmar qualquer administrador. As propriedades se valorizavam, o imposto de transmissão, previsto em 150:000\$000, atingiu a 318:180\$575, índice magnífico da prosperidade privada. A libra-ouro valia dez cruzeiros em nossa moeda de hoje. O comércio de Vitória, e principalmente o do Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, importavam diretamente da Europa mercadorias, manufaturas, enlatados e bebidas. O momento exigia a realização do sonho secular dos capixabas: saneamento da cidade e vias de comunicação.

Não foram felizes os contratos com a Companhia Torrens para o serviço de abastecimento de água, esgotos e arruamento do Campinho e Vila

1 Muniz Freire. *Mensagem ao Congresso Legislativo*, 1894.

Rubim. O serviço de água não passou de medições do Formate e dos alicerces do reservatório de Santa Clara. Os arruamentos, mal orientados, criaram o complexo Vila Rubim, de solução impraticável. O Quartel de Polícia, não obstante sua arquitetura clássica no gênero, todo em alvenaria à vista, com ameias e torreões medievais, foi levantado em terreno de vasa sem as necessárias medidas de segurança. O Teatro Melpômene,² de pinho de Riga, bem proporcionado e disposto, não fosse a perecibilidade do material, teria sido um atestado razoável, um marco definidor do interesse do governo em proporcionar ambiente adequado à cultura do povo. Não resistiu ao tempo e o largo da Conceição não recebeu melhoramentos que o destacassem e protegessem. O palácio do Congresso, na Cidade Alta, hoje Tribunal de Justiça, numa arquitetura clássica mal definida, portou-se melhor e o serviço de marcenaria sobrepujou o dos estucadores. O hospital da Praia do Suá não foi além dos alicerces robustos, que a incúria da fiscalização municipal permitiu se transformasse em favela perigosa e prejudicial aos arruamentos do bairro.

A urbanização de uma cidade só pode ser feita através de plano de reconstrução progressivo, e seus novos bairros, para atenderem aos desajustados, devem ser construídos antecipadamente.

Muniz Freire confiou ao jovem engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito os estudos e a construção do Novo Arrabalde³ nas magníficas praias da zona norte da ilha, desde o Suá até a ponte da Passagem. O projeto é impecável. Saturnino externou seu pendor urbanístico, criando a verdadeira técnica, no Brasil, do planejamento racional de uma cidade. Não obstante ter sido concebido antes do aparecimento dos veículos automotores, o bairro teve todas as condições ótimas de tráfego. Os eixos das avenidas Norte-Sul e da Penha não podiam ser melhor orientados. Usando artifícios da numerologia positivista deu, às vias e quadras, dimensões múltiplas de sete, perfeitamente harmônicas. Mutilado por aproveitadores da desídia funcional, que lhes furtaram as áreas verdes, o bairro de Praia Comprida é o único atestado de técnica e bom gosto da engenharia municipal de Vitória. Os acidentes orográficos foram aproveitados como moldura natural, vestidos de vegetação praiana.

O povoamento do bairro ficou na dependência do transporte e do abastecimento de água. De Jucutuquara ao Suá, construiu Saturnino o eixo da atual Avenida Vitória, cujo aterro se foi abatendo em processo de consolidação, restando os pontilhões em arco, cravados sobre alicerces estáveis.

2 Inaugurado a 21 de maio de 1896.

3 Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. *Relatório*. Maio de 1896.

O primeiro habitante, da Praia, classificado, foi o Sr. Nicolau von Schilgen, que no começo do século formou pitoresca chácara no morro Guajuru. As vilas Monjardim e Hortícola não foram respeitadas, em prejuízo do conjunto com tanto engenho projetado por Saturnino de Brito.

O bairro despertou interesse a partir de 1920, quando Nestor Gomes voltou suas vistas providenciais para aquela zona. A Praia do Suá, pela sua proximidade com o morro Bento Ferreira, onde se havia estabelecido um canteiro de construção naval, teve seus lotes ocupados, em parte, desde 1906, facilitados também pela linha de carris urbano, à tração animal e depois a vapor, que ali terminava. Não prosperou. Foi efêmera a vida da Praia do Suá, cuja pista para corridas de cavalos não conseguiu despertar maior interesse aos moradores da ilha. A primeira casa de pedra e cal, construída naquele bairro, pertenceu a Emílio Parras, espanhol, pintor e decorador, na rua Vila Velha. Essa zona praiana da ilha, até o começo do século, era pouco trafegada e praticamente despovoada. Faltavam-lhe caminhos e desmatação. Toda a orla marítima era coberta de intensa vegetação, quer de mangue, nos alagadiços, quer de cajueiros, palmeiras e arbustos próprios de solo arenoso. A comunicação com a ponte da Passagem se fazia por Maruípe, cuja estrada colonial se transformou em avenida com pouca variação de traçado.

Muniz Freire teve praticamente sua atenção voltada para a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Vitória insulava-se duplamente: pela natureza geográfica e pela falta absoluta de interligamento com os municípios do interior, para onde afluíam colonos estrangeiros em levadas regulares, desde 1856. A estrada era, portanto, necessidade premente e inadiável. Embora de traçado político, que a tornou deficitária, ela prestou relevantes serviços à economia espírito-santense, principalmente depois de vendida à Leopoldina, que a levou a bom termo. Os ingleses terminaram a ligação Matilde-Cachoeiro de Itapemirim.

O último decênio do século findava. A crise balançava-se ameaçadora e o saneamento, tão desejado, se distanciava das vistas dos capixabas. Respondemos assim as nossas próprias perguntas. Pouco se fez de concreto, isso motivado pela dispersão de esforços e falta de planejamento. Uma alegria cristã iluminou, contudo, os corações devotos. Sua Santidade Leão XIII elevou o Espírito Santo a bispado, na pessoa veneranda de D. João Néri.⁴

4 Bula de 15 de novembro de 1895. Tomou posse da diocese a 23 de maio de 1897.

O SÉCULO XX

A volta de Muniz Freire ao governo, de 1900 a 1904, foi de amargura política e financeira. Henrique da Silva Coutinho, que o substituiu, foi homem probo, que não pôde realizar nada de positivo devido aos pesados encargos do Tesouro e à queda relâmpago da receita. O café “caiu” de oito mil e tanto a três mil e trezentos réis a saca.⁵ Não obstante, o presidente tentou por todos os meios prover a capital de água e esgotos. Confiou o serviço ao próspero negociante Augusto Cruz, sócio da conceituada Casa Verde, de Cruz, Duarte & Cia., antecessora de Cruz, Sobrinhos & Cia. Mas as dificuldades políticas, a penúria financeira, o descrédito do estado, cercearam a ação do governo e a boa vontade do ilustre negociante português. “Pouco pude fazer no concernente a melhoramentos da capital. Alguns vestígios, porém, aí ficam da minha passagem pelo governo, e, se iniciei esses melhoramentos, dispondo de tão reduzidos recursos, como todos sabem que assim eram os de que podia lançar mão, foi devido ao poderoso auxílio do diretor de Obras e Empreendimentos,⁶ que, imprimindo aos inúmeros serviços a seu cargo a maior honestidade, a mais rigorosa economia, conseguiu, com muito pouco dinheiro, mudar completamente o aspecto horrível de certos pontos da cidade, especificamente o do largo do Palácio até a la-deira Maria Ortiz, tornando-o, ao menos, higiênico e aprazível.”⁷

Nunca se esqueceu tão depressa um chefe de Estado!

5 Henrique da Silva Coutinho. *Mensagem*. 1906.

6 Engenheiro Antônio de Araújo Aguirre, ilustre capixaba a quem o estado muito deve. Faleceu como coletor federal em Niterói.

7 Henrique Coutinho, op. cit. Encontrou uma dívida de 12.000:000\$000, com receita de 2.325:729\$411 e despesa forçada de 2.878:051\$920!

XXIX

“SURGE AO LONGE A ESTRELA PROMETIDA”

JERÔNIMO MONTEIRO

Depois de promessas, tantas vezes repetidas, o povo se tornara cético em relação aos seus homens públicos. Habituar-se a sofrer o desconforto da cidade e as endemias, que o meio físico lhe proporcionava.

O comércio se encolhera com a queda dos preços do único produto computável da lavoura. Alimentava-se da construção da Vitória-Diamantina, vendendo o pouco que não vinha da praça do Rio de Janeiro, onde Sá Carvalho, empreiteiro geral, fazia seus grandes fornecimentos.

Vitória estacionava, regredia mesmo. A massa proletária das obras da capital e da Sul do Espírito Santo baldeava-se para o Rio, cuja reconstrução, por Pereira Passos e Paulo de Frontin, abria imenso campo de trabalho. Pensar em remodelar a cidade, prometer obras públicas, com erário exausto e comprometido, era ridículo e temerário.

Foi esse o panorama psicológico, deduzido da realidade insofismável, que Jerônimo de Souza Monteiro enfrentou ao assumir o governo a 23 de maio de 1908.

Não se intimidou, contudo, o filho do capitão Souza, senhor de Monte Líbano, que transmitira aos filhos a fibra da pertinácia.

Sem demagogia, que será o apanágio do profissionalismo político da Segunda República, dirá perante o Congresso Legislativo, no dia de sua posse: “...o governo, nos limites de seus recursos, deverá cuidar da construção e conservação de boas estradas de rodagem, pondo as vias férreas em comunicação fácil com as cidades de centros produtores; deverá empenhar-se pela multiplicação e desenvolvimento dos núcleos coloniais, pela propagação do ensino agrícola e, em geral, pelo auxílio direto e útil à grande e operosa classe dos lavradores”.

“Estes processos sintetizam, sem dúvida, os mais importantes fatores do progresso econômico de um povo.”

Palavras serenas, medidas. Frases justas sem recriminação aos antecessores, sem estabelecer paralelismos.

Mas quem lhe poderia dar crédito? Entre outras considerações, com a mesma naturalidade, continua: “Dentre outros problemas que pedem a ime-

diata atenção do governo, destacam-se naturalmente, o saneamento e melhoramento da nossa capital, o da higiene pública e o da instrução popular”.

“O saneamento e os melhoramentos da nossa capital, presos às suas condições higiênicas, reclamam providências inadiáveis, urgentes, ainda que através de grandes sacrifícios. Não se pode conceber uma cidade de população relativamente densa, desprovida, por completo, dos elementos mais preciosos à comodidade e à vida de seus habitantes.”

“Estes serviços são difíceis e sobremodo dispendiosos, mas se impõem mesmo com os maiores ônus.”

“Por eles devem se interessar todos os habitantes do estado, auxiliando tanto quanto possível a sua execução, porque eles aproveitam a toda comunidade espírito-santense; farão refletir fora o nosso zelo e o nosso cuidado, permitindo aferir bem o grau de nossa civilização e aquilatar com justiça da salubridade privilegiada de nosso clima. A impressão, que recebem os inúmeros visitantes de nosso porto, é de triste repercussão fora dos limites de nosso território, e impede a entrada de elementos novos, que conosco venham colaborar, afastando capitais e dificultando o progresso.”

Além da análise crítica, a prioridade para os problemas urbanos, no mesmo diapasão, sem retórica, nem hiperbolismo, muito a gosto dos falsos apóstolos, supostos curadores do sofrimento humano. Jerônimo anunciava o que ia fazer com a convicção tranquila de quem está capacitado de realizá-lo. Não importam as dificuldades e estas não o surpreenderão, porque sua perseverança é maior do que os obstáculos a transpor. É preciso ganhar a confiança do povo para que este venha cooperar.

Os primeiros atos do presidente foram acolhidos com discreta simpatia. Muitos congressistas exerciam funções públicas e alguns, cargos de confiança da administração anterior, que o decoro não os havia levado a renunciar. Era, sem dúvida, prova para o novo chefe do governo. A Constituição do Estado é poderosa alavanca na mão de quem lhe pede apoio. Jerônimo chamou os privilegiados e mostrou-lhes a incompatibilidade em face do Estatuto. Os jornais aplaudiram a medida moralizadora, deitando até jurisprudência.

Organizou assim Jerônimo sua turma de trabalho, firmando o princípio da independência de poderes. A primeira etapa foi ganha e o governo demonstrou vontade de trabalhar sem os entraves da política de resistência amistosa.

A resistência amigável é aquela em que os opositores não se definem, mas protelam; não contrariam, mas dificultam, interpondo o tempo como aliado poderoso.

Alimentam a intriga, dissimulam, fazem-se esquecidos e sorriem sempre. Não pedem nunca, mas têm argumentos judiciosos para que se

lhes ofereça. Afetam experiência que não possuem. Adiam as questões a novo exame.

São eles os sacerdotes imorais do fracasso, os artífices da derrota.

Não medraram no governo de Jerónimo Monteiro.

A presidência tornou-se uma oficina de trabalho. A esperança renasceu no coração capixaba. Técnicos, banqueiros, professores sobem a escadaria do palácio. Engenheiros, topógrafos, desenhistas movimentam-se. Navios despejam barricas de cimento, canos, fios, caixotes descomunais.

A Diretoria de Finanças paga! Há forte expectativa. O homem não é um sonhador: realiza apenas o que prometera.

ENTÃO VITÓRIA ERA ASSIM

Um bonde a tração animal trafegava pela cidade baixa, de Vila Rubim ao Forte São João, passando pelo largo da Conceição, ruas do Rosário, Cristóvão Colombo e Barão de Monjardim. Na rua do Comércio flutuam ao largo saveiros e pontões da casa Hard, Rand & Cia., carregados de café à espera de navios. As pequenas pontes, construídas sobre estacas de coqueiro, dos clubes Álvares Cabral e Saldanha da Gama, serviam de amarração às lanchas, iates e barcas à vela, de cabotagem, dos municípios litorâneos. Botes com nomes sugestivos e guarnecidos de tapetes esperavam passageiros a tostão para Argolas, São Carlos,¹ Porto Velho ou visitas a bordo. Carregadores de toalhas barradas de crochê, enroladas ao pescoço, charlavam nos quiosques à espera de carros. Canoas do Marinho, de Cariacica e do Lamarão vendiam lenha, frutas, caranguejos, cal, tijolos, areia e água.

As bananas da terra de Cariacica e Mangaraí eram famosas. Nas esquinas da avenida da República e Presidente Pedreira, estacionavam os tabuleiros de doces feitos por Maria Tagarro e Maria Saraiva, esmerando-se cada uma na melhor apresentação e capricho de suas guloseimas. O preço das unidades variavam de um a dois vinténs. A rua Primeiro de Março, enladeirada, com seu comércio forte, tinha o prédio mais alto da cidade, residência do Sr. Augusto Cruz,² com três pavimentos em frente à sua casa comercial. Aqui afluíam as damas ricas e elegantes da cidade para compras

1 [Em Argolas ficava o ponto de parada inicial da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, depois incorporada à Leopoldina; São Carlos era a primeira estação da Estrada de Ferro Vitória a Minas.]

2 Fronteiro ao Hotel Estoril. Foi demolido em 1964 e foi sede do Juízo Federal. [O imóvel do extinto Hotel Estoril agora é um edifício de apartamentos. Quanto ao antigo prédio do Juízo Federal, vide nota 3 do capítulo XIX.]

de sedas, veludos, cambraias, perfumes, calçados etc. A escolha era demorada e as freguesas faziam-na sentadas em cadeiras austríacas. No cais do Imperador, havia os Telégrafos, a Saúde do Porto, a charutaria de Flávio de Jesus, que vendia músicas e fumo turco.

Daqui à rua Pereira Pinto, lá na esquina do Nicoletti, onde, em diagonal, os Correios recebiam cartas a cem réis, estendia-se a rua da Alfândega. Era a melhor rua. Um tanto estreita, com as fachadas das casas mal alinhadas, apresentava-se suficientemente reta.

O lado par começava com a repartição dos Telégrafos e, fronteiro, com fundos para o morro do Palácio, a Casa Morgado Horta, especializada em calçados e camisas para remadores.

Era rua de futuro, central, plana, com a praça Santos Dumont a dividi-la ao meio.³

As firmas importadoras, Manuel Evaristo Pessoa, Viana Leal, Casa Garantia e representantes comerciais preferiam-na por ter o mar a bater-lhe nas portas dos fundos, por onde recebiam as cargas desembarcadas dos saveiros e alvarengas. J. Zinzen, principalmente, com sua casa de café e artigos europeus, ocupava grande frente, com edifício majestoso anexo ao armazém. Ostentava, nas janelas do sobrado, os escudos consulares da Alemanha, da Áustria-Hungria e da Bélgica. Foi firma de capital e grandes transações com os colonos de Santa Isabel e Santa Leopoldina.

As farmácias, que se escreviam com ph, situavam-se, quase todas, nesta rua: Aguirre, Pessoa, Wlademiro e Juvenal Ramos. Eram homens letrados e todos diplomados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nelas faziam ponto os médicos, dividindo-se de acordo com as cores políticas comuns.

A praça Santos Dumont, ajardinada, alegrava-se às quintas-feiras com a retreta da Banda da Polícia e, de quando em vez, as filarmônicas do Rosário e São Francisco, em notórios desafios, porfiavam em superar-se cada vez mais.

O ponto preferido para os mata-bichos era o Café Globo, dos irmãos Trinxet, invadindo a calçada com mesas e cadeiras de ferro, ao ar livre. A Alfaiataria Resemini oferecia cadeiras de palhinha aos seus fregueses e amigos. Era o ponto do barão de Monjardim e de Graciano Neves, quando de passagem pela cidade. Dois joalheiros: Gastão Roubach e Rafael Bianco vendiam joias finas e introduziam os Patek Philippe, sob forma de sorteios semanais.

3 Praça Oito de Setembro.

O Mercado,⁴ velho, sujo, com botequins e café-caneca, era ponto de vagabundos à espera de carretos.

La no fim, Antenor Guimarães,⁵ dinâmico e entusiasmado, dirigia agência de transportes terrestres e marítimos e supria, na canícula, a cidade com água a duzentos réis a lata, distribuída em pipas sobre carroções.

Terminava a rua com a casa Nicoletti,⁶ cujo proprietário, refeito de seus vinte balaços, recebidos em Matilde, num assalto à sua filial, contemplava o armazém entupido de mercadorias italianas.

O Jardim Municipal, agora chamado Éden Parque, reúne à tarde famílias do Rosário, da Capixaba e da Fonte Grande. Bebe-se. Vez por outra, assiste-se a espetáculos de variedades, de trupes que não podem alcançar o Melpômene. Sessões de café-cantante muito em voga na época. Jogam-se bilhares, sargento, pires, bagatela e, à medida que a noite vai ficando madrugada, o pano verde congrega os parceiros, que, ao se despedirem, juram não mais jogar.⁷

O largo da Conceição não tem forma geométrica; mal nivelado, guarda poças de águas verdoengas, viveiros de mosquitos ensurdecadores. Os urubus, empoleirados na cobertura do teatro, espreitam o lixo exposto à vista, nas marés baixas, quando se descobrem os fundos das ruas do Rosário, General Câmara e São Manuel. A fedentina era a mesma descrita pelo inspetor da Saúde Pública dezoito anos atrás.

O crescimento da cidade, em relação ao observado pelo sábio naturalista Saint-Hilaire, cem anos passados, foi de pouca monta. Espremera-se no velho perímetro. Vamos percorrê-la mais um pouco.

O morro do Moscoso ainda com belíssima mata, o de Santa Clara, desnudo aqui e acolá, com seus granitos musgosos, além do reservatório frustrado, só tem pequena chácara onde se acolheu o Orfanato São José, no período da reconstrução feita em 1910. Nestor Gomes adquiriu-a depois para edificar a residência do governo, num horrível estilo de janelas curvas e colunas gregas. A rua do Comércio, deflexionando para a esquerda, alongara-se para o mar com o nome de avenida Gustavo Schmidt, homenageando o fundador da primeira fábrica de cerveja na ilha, fabricada com água do Moscoso. A avenida Cleto Nunes, em formação, tem a balizá-la apenas as esquinas das ruas General Osório e Presidente Pedreira.

4 Demolido no governo Avidos, quando se construía o da Capixaba.

5 Firma fundada em 1888 e hoje em grande progresso.

6 Pioneiro da indústria no Espírito Santo.

7 João Freitas era o “banqueiro”.

De Caratoíra seguia-se por uma trilha, meio em pasto, meio em capoeira, para Inhanguetá e Ilha das Caieiras, onde os Jantorno formavam hortas e pomares. Em Vila Rubim brotavam os primeiros ranchos. No Campinho, brejo e mangue, o Quartel de Polícia⁸ mostrava-se imponente.

As cabeceiras da Fonte Grande eram chácaras dos Serrat, de Aristides Navarro, dos Bastos e de pequenos posseiros. A maior área pertencia ao Madeira, que descia até a atual usina de força. A praça Paula Matos, com algumas amendoeiras e papoulas, marejava águas vindas do Carmo e do morro da matriz. Os fundos da rua do Rosário e São Bento eram ocupados por uma vivenda do Dr. Maninho e pela belíssima chácara do Muniz, onde residia o conde Beverini, cônsul de S. M., o rei da Itália.

A avenida Cristóvão Colombo, tortuosa, seguindo o terreno enxuto, tinha poucas casas, térreas e pobres. No local do novo mercado, um alargamento chamava-se praça Marechal Floriano.

No fim da Capixaba, a residência do barão, dentro dum pomar viçoso. Volteavam-na as residências de seus filhos, em palacetes confortáveis e de preço.⁹ A rua Barão de Monjardim, outrora São João, não diferia da de hoje. Casas simples contra o morro ensombrado de espesso capoeirão bravo. O chafariz emprestava bem-estar privilegiado ao bairro, quase todo habitado por funcionários. A rua era um lameiro constante. Foi calçada pelo prefeito Otávio Peixoto (1927). Seguia-se a chácara do Azevedo,¹⁰ engolfando o forte São João, em ruínas. Dominava-o o velho sobrado construído pelo pai do Dr. Muniz Freire. O bispo D. Fernando adquiriu essa propriedade e por isso passou a se chamar chácara do Bispado. D. Benedito, terceiro bispo do Espírito Santo, transferiu, em 1924, a propriedade ao Sr. Jeremias Sandoval. Está dividida em lotes e pessimamente urbanizada. O Colégio Estadual ocupa hoje os fundos do velho pomar. O sítio do Romão, numa bela escarpada, rodeado de árvores frutíferas, dividia-se com outra propriedade do barão de Monjardim: Jucutuquara, velho feudo construído pelo capitão

8 Infelizmente demolido em 1956.

9 Argeu Hortêncio, José Francisco, Manuel Silvino, o Dr. Duquinha. Em sua ex-residência está hoje a Capitania dos Portos [o imóvel agora abriga a Casa Porto das Artes Plásticas mantida pela Prefeitura Municipal de Vitória – PMV]. Em cima, no morro, ensombrado de mangueiras frondosas, a residência do general Guaraná, onde está a Escola de Comércio, ex-Ginásio do Espírito Santo [hoje ali funciona a Escola Estadual de Ensino Médio Gomes Cardim].

10 Jeremias Sandoval transformou o velho forte São João em Cassino Trianon, de curta existência. Hoje é a sede do Clube de Regatas Saldanha de Gama [agremiação extinta. O prédio pertence à PMV, encontra-se em mal estado de conservação e à espera de destinação adequada].

Francisco Pinto Homem de Azevedo, capitão-mor, tantas vezes à testa da capitania. Essa paisagem está estereotipada na obra esplêndida do príncipe Wied-Neuwied!

Jucutuquara foi fazenda importante na época colonial. Pelos fins de mil e setecentos passou a pertencer ao capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, que lhe deu sede faustosa para os costumes da época. É hoje museu e está tombado pelo Patrimônio Histórico [e Artístico] Nacional. É conhecido sob o nome de Solar dos Monjardim.

Saint-Hilaire,¹¹ em 1818, visitou-a para se credenciar, na sua memorável excursão de naturalista, junto a Pinto Homem, que substituiu a Rubim, licenciado do governo. O sábio francês, na volta de sua viagem, visitou o governador em palácio, inteirando-se da administração do ilustre oficial de Marinha. O padre Diogo Feijó e o senador Nicolau Vergueiro,¹² presos como revolucionários, chefes do movimento de 1842, tiveram o solar como menagem, a convite do coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, governador da província, genro do capitão-mor e pai do barão.¹³

Conheci Jucutuquara em 1909. Morei em pequena casa de telha, pintada de cor de rosa, única no morro fronteiro ao estádio. Era aluno do professor Arnulfo Matos, na Escola Modelo. Para encurtar caminho, eu passava pelos Fradinhos, subia a vertente do Bastos e descia para a Fonte Grande. O trajeto principal era em mata, com grande cópia de cajás e tabuas.

Na atual praça Asdrúbal Soares havia um barracão, construído de pedra e coberto de zinco. Nele o Carvalhinho, tirador de paralelepípedos, tinha um botequim. Era o ponto de seção dos bondes. Para a esquerda se vê um montículo de pedra, resíduo de ilha em meio ao mangue, visível na gravura do príncipe Neuwied.

Começa então o pomar do barão, que o córrego serpejava. Mangueiras, frutas-pão, cajueiros, coqueiros, jaqueiras e laranjeiras. A estrada, hoje rua Jucutuquara, tortuosa em meios a grandes biocos de granito, dividia-se em dois ramos: a esquerda para Fradinhos e, para a direita, vencendo o riacho, com ponte de madeira, sobre os pegões da fracassada Estrada de Ferro Vitória a Peçanha, atingia-se a Passagem¹⁴ por caminho lindeiro com

11 Auguste Saint-Hilaire. *Segunda viagem*. Tradução de Carlos Madeira.

12 Elpidio Pimentel. *Respingos Históricos*.

13 Daemon.

14 Esta ponte, construída por Silva Pontes (1801), com pegões de alvenaria, o príncipe achou-lhe, em 20 de dezembro de 1815, fechada a porteira. Foi substituída pelo engenheiro Ormando Borges de Aguiar, quando secretário de Viação, 1929, pela atual, de concreto armado.

as propriedades do Figueiredo,¹⁵ do barão, e de Maruípe.¹⁶

As marés de março transpunham a estrada da Praia. As enchentes do Jucutuquara, por sua vez, causavam surpresas desagradáveis. A reta, que demanda a Praia, trecho da avenida Vitória, chamou-se reta do Cruzamento, porque nela cruzavam os bondes e as locomotivas se abasteciam de água.¹⁷

O atual bairro de Jucutuquara é obra de Nestor Gomes e Florentino Avidos. Aquele desapropriou os terrenos do barão, construiu as estradas do Fradinho e Maruípe, canalizou o córrego e aterrou grande parte da área. O segundo concluiu a terraplanagem e construiu a avenida Quinze de Novembro, hoje Paulino Müller. Carlos Justiniano de Matos, com sacrifício, ergue a igreja São Sebastião, com auxílios do povo.

Jucutuquara hoje é dos melhores bairros da capital. Não se devem esquecer os grandes benfeitores da zona: barão de Monjardim; Lisandro Nicoletti, o implantador da indústria têxtil no Espírito Santo; Agenor Santos, o China, benemérito do Rio Branco Futebol Clube; o governador Bley, possibilitando recursos ao general Carlos Marciano de Medeiros, deputado estadual e presidente do famoso grêmio esportivo, para construção do estádio.

AINDA A CIDADE QUE JERÔNIMO MONTEIRO ENCONTROU

A cidade não se modificara na sua estrutura colonial. Não havia edifícios públicos que correspondessem à necessidade funcional da administração. A rua Duque de Caxias, em decadência acelerada, após sua primazia comercial, no meio Império, adquiria má fama. A cadeia pública, num

15 Montou fábrica de gelo, por volta de 1910, dando origem aos sorvetes de máquinas manuais em Vitória. Situava-se na rua Primeiro de Março. A primeira (1895 ou 1896) foi a do João Pedro de Freitas, na rua Duque de Caxias.

16 Propriedade de Brian Barry, gerente de Hard, Rand.

17 Denominava-se também reta do Constantino por se iniciar na ombreira do botequim do Constantino. Foi a primeira estrada para a Praia, projetada e construída parcialmente por Saturnino de Brito. Jerônimo Monteiro levantou-lhe o nível acima de influência das marés. Nestor Gomes alargou-a. Florentino Avidos macadamizou-a. Aristeu Aguiar fez-lhe o pavimento em concreto armado, com 1.800m de comprimento. Foi a primeira tentativa de pavimentação em concreto armado no Brasil. Seu construtor foi Serafim Derenzi. Inaugurada em 1930. Em 1949, Carlos Lindenberg mandou alargá-la, sendo os trabalhos concluídos pelo governador Santos Neves, em 1954. O asfaltamento foi executado pelo DER do Estado, sob a chefia do autor destas notas, o mesmo que em 1937, quando diretor de Obras da Prefeitura, propôs substituir os nomes, sem significado, de rua São João, reta do Romão, reta do Constantino, pelo nome único de avenida Vitória.

sobradão, descendo para a rua do Sacramento, abrigava vozeiro tremendo, até que, numa tarde trágica, os detentos emudeceram para sempre em cruel condenação à morte, que o fogo lhes decretara.¹⁸

O desconforto atingia os viajantes em cheio. Hotéis péssimos, com cubículos de duas a quatro camas, sem armários.¹⁹ Os cometas se dividiam pelos hotéis d'Europe, antigo, ainda no mesmo local de hoje, e Internacional²⁰ na rua do Comércio, de José Bento – onde a mesa era reputada. As casas Verde e Viana Leal hospedavam os respectivos fregueses, vindos do interior.

Rocco Ferrer, em sua casa de pasto, dava suculentos jantares de cardápio italiano, na praça Costa Pereira, esquina da São Manuel. Não há carestia de vida. Come-se esplêndido peixe, de preço que não ultrapassa a quinhentos réis o quilo. Verduras discretas. Carne verde de animais abatidos em Santo Antônio, no matadouro, que hoje é grupo escolar. A limpeza das ruas era sintoma de política ou festa religiosa.

Não há mais iluminação à noite. Alguns lampiões a querosene, nas esquinas, mantidos pelos interessados. Escolas insuficientes, porém, de professores famosos: Amâncio Pereira, Lélis Horta, Nunes, Olga Coutinho, Adelina Mululo, Teresa Calazans, Corina Sales e a Paroquial.

Aristides Freire tem colégio particular de alunos escolhidos. O coronel Andrade Silva leciona matemática. Carlos Mendes ensina todas as matérias do curso de preparatórios ao ginásio.

A Escola Normal decai. O porto está sempre em estudos. As repartições do fisco federal mal acomodadas.

Só anos mais tarde Jugurta Couto²¹ obteria recursos para reconstruir a Delegacia Fiscal.

Recordações acres de uma cidade ironicamente gostosa...

OS PRIMEIROS PASSOS

Jerônimo Monteiro foi um predestinado. Surgiu no horizonte governamental na hora justa de sua maior dificuldade histórica. O Espírito Santo

18 Deverá ter ocorrido esse incêndio em 1916. Toda a população atendeu ao rebate da matriz, mas a falta d'água e a incúria dos carcereiros ocasionaram a morte de muitos detentos, presos às grades dos cubículos.

19 Foi sempre sentida lacuna a falta de hotéis, mesmo modestos, em Vitória.

20 Desaparecido.

21 Delegado Fiscal por muitos anos. Homem de sociedade, grande animador dos esportes e do Clube Vitória.

enquistara-se no caos da crise política, social e econômica. Os imigrantes viviam desorientados em suas glebas insuladas pela falta de comunicações, de escolas,²² de policiamento e de autoridades. Bandos de desocupados marginais incursionavam pelos municípios longínquos, levando a intranquilidade, notadamente em Muniz Freire, Rio Pardo [Iúna], Afonso Cláudio e Boa Família [Itaguaçu],²³ e os habitantes da capital, naquele clima já nosso conhecido, de porto sujo e de cidade desconfortável. Finanças arruinadas, descrédito internacional, baixa de preço do café, pobreza progressiva. Responsabilidade transcendental para governante cômico de suas prerrogativas de homem de Estado. Foi sob essa atmosfera caliginosa que Jerônimo Monteiro ascendeu à curul presidencial.

Dum pequeno quadro estatístico, elaborado em 4 de maio de 1908, por Deocleciano Coelho, contador do Tesouro do Estado, verifica-se que a receita caíra, entre 1898 e 1907, de 5.177:657\$167 para 2.325:729\$411.

A receita dum Estado é função da produção, do valor da mesma no mercado de consumo, da taxa dos tributos e de vigilância na arrecadação.

Desses quatro fatores só se pode influir em três, porque a lei da oferta e da procura, determinante do preço do produto, independe da vontade natural do administrador. Jerônimo Monteiro programara realizar um conjunto de obras e a reforma da estrutura econômica e política do estado. Ante o panorama financeiro, dentro do qual o Espírito Santo se vislumbra, o povo tinha direito de duvidar. Dias melhores se haviam passado e promessas se fizeram sem que se colimasse o bem comum, desejado e merecido por uma coletividade, que lutara pela sobrevivência séculos a fio.

Jerônimo enfrentava, pois, adversários aparentemente superiores: a falta de recursos²⁴ e o tempo. A descrença do povo se vence com realizações. Essas são tanto mais expressivas quanto mais rapidamente objetivadas.

22 Foi a origem do aparecimento de muitas escolas estrangeiras, mantidas pelos colonos com ajuda dos consulados respectivos. Em Santa Teresa, a Escola Rita Beverini, em homenagem à esposa do cônsul da Itália, Conde Beverini, prestou relevantes serviços, principalmente quando dirigida pela educadora Carolina Pifer. Em Jequitibá, município de Santa Leopoldina, a Escola Paroquial Luterana também prodigalizou a instrução a inúmeras famílias alemãs. As escolas alemãs criaram problemas sérios, anos depois, por se negarem a ensinar o idioma nacional. A culpa, porém, foi do descuido das autoridades estaduais. O Dr. Fernando Rabello, quando secretário de Educação, sanou o problema com energia e eficiência.

23 Nesses municípios a própria polícia se tornou responsável pelo cangaço. Celebrizou-se tristemente o tenente Evaristo.

24 Contraíu o celeberrimo empréstimo de 1908 com os banqueiros Charles Victor, de Paris, no valor de setenta milhões de francos franceses.

O tempo é fator imponderável, não se domestica, independe da vontade humana. Tempo perdido é uma ilusão que morre. A humanidade caminha e no contínuo espaço-tempo, imperceptivelmente, registra, no relógio de suas sensações, épocas e datas que não mais se repetem.

A oportunidade é um instante singular, um satélite que intercepta nossa órbita; se lhe cravarmos um marco, iniciaremos a contagem de nova era.

Jerônimo Monteiro chantou, na trajetória histórica do Espírito Santo, a beleza do seu renascimento.

Dinheiro se economiza e crédito se adquire. Tempo se aproveita, sacrificando conforto e bem-estar pessoal. Métodos novos modificam o ritmo, alteram a velocidade, duplicam o rendimento. Bom administrador é aquele que se reveste de sadio otimismo e esposa princípios ditados pelo bom senso.

Foi trabalho hercúleo o de Jerônimo Monteiro. Não se deteve nas dificuldades próprias dos inexperientes. Ele meditara bastante sobre o peso que iria demover. Mediu sua força e sentiu-se capacitado.

A primeira providência era readquirir o crédito financeiro. A prudência aconselhou o presidente a tributar o funcionalismo para garantir a pontualidade do pagamento da folha mensal. Os servidores públicos tiveram seus ordenados diminuídos, temporariamente, de dez por cento. O ato foi recebido com reservas, todavia sem recriminações. Melhor pouco e certo do que muito e duvidoso, diz o aforismo de nossos avós. Foram generosamente compensados. Jerônimo Monteiro instituiria, depois, a Caixa Beneficente²⁵ e determinaria a construção de vinte e oito casas para vendê-las, a longo prazo, a funcionários estaduais. Nasceram assim as ruas Coutinho Mascarenhas, Gama Rosa, Henrique Coutinho, Dona Júlia e Padre Anchieta.²⁶ Foram confortáveis e modernas na ocasião. O funcionário se conheceu como ser humano. Sua cooperação transformou-se em entusiasmo; a timidez alçava às raias da idolatria.

25 Lei 720 de 5 de dezembro de 1910. Tomou o nome de Caixa Beneficente Jerônimo Monteiro, cujos benefícios aos funcionários são incontestáveis, principalmente o financiamento de casas próprias.

26 Findaram-se assim os Pelames e os charcos do Campinho, hoje Parque Moscoso. A rua D. Júlia passou a se chamar Washington Pessoa, ex-prefeito de Vitória. Homem culto, organizador e equilibrado. As ruas Henrique Coutinho e D. Júlia chamaram-se respectivamente do Norte e do Sul. [Ligeira confusão do Autor. A rua do Norte passou a se chamar Washington Pessoa; e a rua do Sul, durante algum tempo conhecida como D. Júlia, agora é a rua Henrique Coutinho.]

O ENSINO

Há certas lacunas, na administração pública, que se sanam mais com método do que com dinheiro propriamente dito. Dependem, muita vez, da legislação, da escolha dos titulares e da sua eficiência. A instrução primária, por exemplo, situa-se nessa categoria. Que era o ensino no Espírito Santo, até 1908?

Um mito e, para as famílias abastadas, em pequeno número por sinal, um privilégio. O estado guardava posição desairosa com suas cento e vinte e cinco escolas para uma população presumível de 250.000 habitantes. Não havia magistério, não havia escolas e, pior ainda, sem orientação pedagógica capaz de crescer o rendimento cultural dos professores. Com o espírito arejado, que lhe adornava o patriotismo, Jerônimo Monteiro, ufano de sua terra, não foi nativista. Sua visão panorâmica era objetiva. Pretendendo elevar o nível do estado, não podia subordinar-se a caprichos de fronteira. Em São Paulo, contratou a Carlos Gomes Cardim, educador entusiasta e jovem, forjado no dinamismo da cultura paulistana, sempre na dianteira do progresso nacional, confiando-lhe o problema da instrução pública. A 29 de junho, trinta e sete dias após o novo governo, Gomes Cardim se investia na Inspeção de Ensino. Seus conhecimentos, carinho e método de trabalho dinamizaram todos os subordinados. Não deixou vestígio da velha e retrógrada estrutura educacional de professores autodidatas, adeptos da eficácia da palmatória. A escola passou a ser desejada, tornou-se centro de atração infantil. Os professores se envaideciam de sua nobre missão social. Tudo foi modificado: edifícios, magistério, metodologia, disciplina e educação. Nasceu a mística escolar, irradiada pelo ambiente sadio da comunidade. Os recreios, os jogos, o batalhão, a cultura física, o cântico de hinos patrióticos, a instrução cívica e moral criaram ambiente e interesse aos alunos e pais. A modelagem, as artes domésticas e o jornal escolar despertaram virtudes adormecidas. A instrução média mereceu igual cuidado. O Ginásio Espírito-santense, fundado em 24 de maio de 1906, logrou equiparação. A Escola Normal, além de reestruturada, foi reconstruída, ganhando salão nobre, dependências administrativas, gabinete de história natural e nova arquitetura.

A fim de aumentar o contingente de professores, reclamados pela abertura de escolas em toda a parte, é equiparado o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, das irmãs do Carmo, educandário tão querido e prestante, com seu internato para alunas do interior. Inspectores escolares fiscalizam, com carinho e sacrifício, em longas caminhadas a cavalo, o método de ensino e o aproveitamento dos alunos. Foi, sem dúvida, a mais bela cruzada, galhardamente vencida pelo governo: a difusão do ensino primário. É preciso

ter-se em vista as condições geográficas e a fraca densidade demográfica do estado, naquela época. A localização das escolas rurais não era fácil, dadas as distâncias entre os moradores agrícolas. A hospedagem dos professores, outra dificuldade que, ainda hoje, não tem solução plausível. Em resumo, houve verdadeiro movimento educacional no sentido dinâmico do termo.

A reabertura da Biblioteca Pública, a fundação da Escola de Belas Artes, os congressos pedagógicos, as reuniões de professores, as visitas de homens de letras e de ciências propiciaram a elevação cultural da sociedade. Carlos Reis, à testa da Escola de Pintura, descobriu vocações e incutiu gosto pelas artes plásticas.

Professores cultos e capazes encontraram clima no magistério enobrecido. Deocleciano de Oliveira pôde suceder a Gomes Cardim, sem lhe deslustrar a obra renovadora. O estímulo atinge o magistério particular. Abrem-se cursos primários, que se tornariam famosos. A semente educacional germinou com viço, e o nome do estado transpôs as fronteiras, alcançando classificação honrosa nas estatísticas nacionais. A vinte e três de maio de 1912 o número de escolas se elevava a 247 [sic, 271].²⁷

URBANISMO EM PERSPECTIVA

O programa de urbanização elaborado por Jerônimo Monteiro compreendeu: drenagem, aterros, água e esgoto, limpeza pública, visita domiciliária, hospital de clínica, de isolamento, cemitério público, matadouro municipal e lavandaria.

No campo urbanístico: jardins, parques, arborização, desapropriação das matas fronteiras à rua Sete de Setembro, alargamento de ruas, iluminação pública e particular, arruamentos e edifícios.

No setor econômico: energia elétrica, fazenda-modelo para instrução e aperfeiçoamento agrícola e fomento animal. Fica-se abismado pela rapidez da concepção, mais ainda, pela justeza cronométrica dos prazos em que ela foi executada. Não se devem esquecer as dificuldades inerentes à época em que tudo era incipiente no Brasil e em que, no Espírito Santo, faltava pessoal técnico especializado para a multiplicidade dos serviços a se realizarem. Eram obras inéditas. Mas Jerônimo sabia vencer todos os obstáculos. Ainda hoje sua obra resiste à crítica mais severa. O que Jerônimo fez, em determinados setores da administração pública, repercutiu através de

27 O crescimento registrado nas escolas, no governo de Jerônimo Monteiro, foi o seguinte, partindo das 125 existentes em 1908: 1909, 160; 1910, 220; 1911, 247; maio de 1912, 271.

muitos anos na vida econômica e política do estado, não obstante o crime de lesa-pátria, praticado por muitos governos, abandonando, destruindo ou alienando o patrimônio imenso que ele erigira. Vejamos em análise sucinta, setor por setor, o que se realizou, em quatro anos, pela vontade poderosa de um homem singular.

No registro dos navegantes, o porto de Vitória adquirira fama pela beleza panorâmica do canal de acesso e pelo perigo do contágio de epidemias mortíferas. A história demográfica da cidade está marcada, através dos séculos, por infortúnios dolorosos. Suas condições sanitárias não ofereciam resistências aos surtos das moléstias imigratórias e transmissíveis. Por muitas vezes a letalidade atingiu cifras impressionantes, que as crônicas contam com cores melancólicas. Febre amarela, peste bubônica e varíola, em cidade pobre e sem defesa, exterminam populações. As obras de saneamento são caras. Exigem recursos vultosos, técnicos e materiais. Jerônimo Monteiro presenciara a obra de Pereira Passos, Paulo de Frontin e Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Não ignorava a transcendência do cometimento. Mas seu amor à terra o desafiava. Fossem quais fossem os sacrifícios, era preciso remir o labéu que conspurcava a salubridade climática da capital.

Diz o presidente, na *Exposição sobre os Negócios do Estado*: “Sendo indispensável, a bem da saúde pública e do embelezamento da cidade, o aterro e a drenagem do Campinho (Vila Moscoso), resolvi mandar executar essa obra extinguindo assim um foco permanente de infecção, como era aquela extensa área.” Sua intenção é sempre fazer o melhor. O Campinho ou Vila Moscoso, hoje Parque Moscoso, nome que lembra o presidente da província, foi o primeiro objetivo. Nomeou uma comissão de oito engenheiros, para opinar sobre a drenagem e, acatando o parecer, mandou que se fizesse o resolvido. O canal da rua da Vala, projetado pelo engenheiro Pedro Bosisio, no governo anterior, recebeu drenos secundários, coletando os lacrimais e vertentes de toda a bacia do Moscoso. A rua da Vala transformou-se em avenida da República, cobrindo o canal em concreto armado e laje de metal “déployé”.²⁸ Superfície ampla, com mais de quatro hectares, o Parque Moscoso havia resistido a todas as tentativas de aproveitamento.

Em vão o primeiro Conselho Municipal procurara recuperar a esplêndida planura. As esperanças todas foram depositas na Companhia Torrens, mas não medraram. Tudo não passou de quimérica ilusão. A avenida Marcos de Azevedo, antiga José Carlos de Carvalho, com sua meia dúzia de chalés, alinhados contra o morro de Santa Clara, transformava-se em córrego caudaloso nas chuvas do estio.

28 Serviço executado por Serafim Derenzi.

O impaludismo morava com os poucos habitantes do recanto.

Com sacrifício se reuniam exóticos sócios da rinha de galos na esquina atual das ruas 23 de Maio e Marcos de Azevedo, onde depois se construiu o prédio para sede do Clube Vitória, fundado em 16 de julho de 1912. Atualmente erguem-se os edifícios D. Marieta e Serafim Derenzi.²⁹

O volume de terra, material escasso na ilha de Vitória, para aterrar o banhado, não preocupou o governo de Jeronimo Monteiro. Era preciso dotar a cidade de novo hospital. A Santa Casa, quase centenária, já não correspondia às necessidades da população. Suas condições higiênicas eram precárias. Os alicerces do novo hospital, iniciado por Muniz Freire, na Praia do Suá, aluíam ao castigo do mar. Os médicos aconselharam que se construísse no mesmo ponto a nova casa de caridade. Era necessário aplainar e ganhar área maior no morro, que a providência implantara naquela belíssima curva do fim da rua do Comércio. Acredito que Jerônimo Monteiro tenha exultado com o projeto. O rebaixo do nível da colina proporcionaria material para o aterro do Campinho e área maior para os pavilhões hospitalares. A rocha, que se encontrasse e a sobra de terra seriam aproveitadas para novo logradouro, ganho ao mar, fronteiro à ilha do Príncipe. Jerônimo Monteiro planejava em silêncio.

No plano Torrens, os terrenos do Campinho foram divididos em lotes e vendidos antes de recuperados ao pântano. Desapropriou o presidente as partes alienadas, requereu, por aforamento, ao Patrimônio da União, toda a gleba, legítimos terrenos da Marinha. Cometeu ao Dr. João Thomé Alves Guimarães, culto e honesto advogado, a incumbência da desapropriação. Não esperou, porém, o governo pelo término do processamento para iniciar os trabalhos de desmonte e terraplenagem, pois em 27 de agosto de 1910 e a 26 de fevereiro do ano seguinte, contratava, respectivamente com o coronel Antônio José Duarte³⁰ o aterro e com Paulo Mota, o ajardinamento da maior parte da área a ser beneficiada.

Os contemporâneos de hoje, habituados ao uso de máquinas de terraplenagem, com capacidade de centenas de metros cúbicos por hora, não podem conceber o esforço titânico que se despendeu naqueles meses revolucionários. Toda a escavação foi feita à mão, e o transporte em carroças de

29 [Na esquina da rua 23 de Maio com Marcos de Azevedo, onde existiu a primeira sede do Clube Vitória, se construiu há alguns anos o Edifício Canopus.]

30 Antônio José Duarte, capitalista e sócio da firma Duarte e Beiriz, comerciante em Iconha, foi o empreiteiro geral de todas as obras construídas por Jerônimo Monteiro. André Carloni, construtor da Santa Casa; Miranda e Derenzi, autores das drenagens e terraplenagem, foram tarefeiros.

burro. Serafim Derenzi e Joaquim Pinto de Miranda, velhos ferroviários da Leopoldina e da Vitória-Minas, empregaram centenas desses veículos hoje obsoletos, mas credores de toda admiração pela vasta rede ferroviária, que ajudaram a construir, antes do advento da mecanização, ocorrida em 1937. Trabalho rude, mas empolgante. A tudo assistia o Dr. Jerônimo Monteiro, acompanhado pelo ajudante de ordens, capitão Hortêncio Coutinho, nas suas visitas noturnas e confortadoras. Irradiava confiança e simpatia. Os operários redobravam esforços para melhor servir ao estado.

Lembro-me de algumas dessas visitas, do grande presidente à nossa casa, junto ao parque, onde sempre morou minha família. Tudo indagava de meu pai, inteirando-se da produção diária.

À medida que o aterro avançava, Paulo Mota ia estaqueando os canteiros do magnífico parque florestal e florido, que veio a ser o Parque Moscoso, orgulho dos capixabas e um dos mais belos de todas as capitais. Paulo Mota merece menção especial. Não teve curso superior, mas era um esteta, um panteísta romântico. Toda sua alma se refletiu na forma harmoniosa do jardim, que desenhou, construiu e matizou de mil arbustos policrômicos. As minúcias são quase de ourives: lago, “ruínas”, repuxos, fonte luminosa, recantos sombrios, labirintos, pontes, tudo caprichosamente perfeito. Não esqueceu os cisnes abstratos e os gansos vigilantes contra os profanadores intrusos. Paulo Mota difundiu o gosto e o amor à jardinagem. Introduziu inúmeras árvores ornamentais, foi precursor do Horto e sonhava fazer um jardim botânico. Desenhista exímio, foi o autor do projeto da catedral e de muitas vilas em Vitória. Com seu desaparecimento, em 1937, os jardins e a arborização da cidade perderam seu melhor amigo.

O saneamento prosseguia *pari passu* com todas as demais obras fundamentais. As canalizações de água, a rede de esgoto e as linhas aéreas, para o transporte de energia, acompanhavam os trabalhos de adução, represas, barragens e usina de força.

ÁGUA E ENERGIA

Para vencer as deficiências técnicas, contratou, com o notável engenheiro paulista Augusto Ramos, o projeto e a construção do abastecimento de água e esgoto, assim como da hidroelétrica do Jucu. Nas controvérsias naturais em empreendimentos dessa ordem, Jerônimo Monteiro busca sempre autoridades para decidir. Assim foi quando da escolha do manancial de água, em que as opiniões se dividiam pelo Formate, em Viana, ou Duas Bocas, em Cariacica. O então jovem engenheiro Ceciliano Abel de

Almeida, cuja probidade tanto o enriquece, auxiliar em vários setores do grande governo, havia feito os estudos do abastecimento de água. Era preciso eleger-se a melhor solução: perenidade do manancial, quantidade e qualidade da água, custo do investimento.

O Dr. Jerônimo nomeou os químicos Daniel Henninger, Teodoro e Gustavo Peckolt para opinarem sobre a portabilidade da fonte.

A potabilidade nas fontes era satisfatória. Restava a perenidade, que foi assegurada por testemunho em juízo. A preferência foi dada ao córrego Duas Bocas.

Os contratos assinados com o Dr. Augusto Ramos, em 13 de novembro de 1908, receberam aditamento de 6 de agosto do ano seguinte e, ao invés de se aduzir 2.400.000 litros de água por dia, a captação passou para 3.600.000, e, antes de terminado o serviço, com a contribuição do Pau Amarelo, foi elevada para 4.000.000. Homem providencial. Dirá no seu documento máximo: “Dispostos os trabalhos preparatórios e, aparelhado o contratante de pessoal apto, as obras rigorosamente atacadas, correndo o serviço de acordo com as condições contratuais.”

“Assim, em 25 de setembro de 1909,³¹ quando já a água jorrava no grande reservatório do morro de Santa Clara e abastecia as primeiras instalações públicas e particulares da cidade, fez-se festiva e solene inauguração dos serviços, cerimônia presidida pela mesa do Congresso Legislativo, que, para tal fim, tive a satisfação de convidar como a mais justa homenagem àquela ilustre corporação política.”

Vi homens e mulheres, molhados pelos repuxos, chorarem comovidos, quando a água começou a correr nas torneiras e esguichou triunfalmente na praça Oito.

REALIDADE

Vitória tornou-se cidade habitável, quanto às condições sanitárias, e em pé de igualdade com as melhores capitais brasileiras. Água pura e abundante, serviço regular de limpeza pública, hospital moderno, isolamento discreto para doentes contagiantes, polícia domiciliária, laboratório de análise, ruas feericamente iluminadas, deram fama à cidade, que, anos após, ganharia o apelido de Cidade Presépio. A energia elétrica, a menos de vinte

31 O entusiasmo eletrizou todos os homens de responsabilidade. O austero professor Aristides Brasileiro Freire foi o orador na sessão comemorativa no salão nobre da Escola Normal, na noite de 25 de setembro.

centavos o quilowatt, além do conforto doméstico, possibilitou o nascimento de pequenas indústrias, indispensáveis à vida moderna.

O transporte urbano, antes à tração animal, embora não constituísse ainda necessidade primordial, foi eletrificado, criando-se as linhas de Santo Antônio à Praia do Suá e a comodíssima rede circular pôs em comunicação a cidade baixa com a catedral e o palácio do governo. O serviço funerário ganhou carros elétricos, facilitando os enterramentos no cemitério municipal de Santo Antônio, só então inaugurado.³² O progresso caminhou em todo o estado. A agricultura e a pecuária receberam estímulos preciosos, com sementes selecionadas, uso de máquinas, reprodutores de raça, e os lavradores com estágios gratuitos na Fazenda Modelo, em Cariacica. A distribuição de terras e o desmembramento de sesmarias incultas trouxeram mais elementos ao cultivo dos campos.

A renda do Tesouro retomava o curso ascensional. Estradas de rodagem, primárias embora, venceram a secular inércia em que jaziam as riquezas municipais. Os políticos derrotistas, decepcionados com o prestígio vertiginoso do governo, conjuram-se para a calúnia e a desonra, únicas armas sempre prontas a serem empunhadas pelos ambiciosos incapazes. Urdiam intrigas, propalavam a ruína fatal do estado. Jerônimo retrucou, lançando as bases de um grande centro industrial em Cachoeiro do Itape-mirim, como que a lhes refutar os argumentos negativos e a reafirmar sua fé inabalável na grandeza do estado. Quarenta e seis anos depois, outro idealista convicto, Jones dos Santos Neves, usaria o mesmo processo polêmico: ao insulto e à crítica respondia com obres de recuperação econômica.

Jerônimo Monteiro foi o precursor, no Brasil, da interferência do Estado no campo econômico. Criou o Estado Industrial, supletivo da economia privada, que ainda não havia ultrapassado o ciclo agrícola. Cachoeiro foi a sede, sem regionalismo. É o centro geográfico do sul do Estado, entroncamento de estradas, à margem de rio fertilíssimo. Aí Jerônimo, aproveitando os 3.500 cavalos do rio Fruteiras, criou uma indústria em série perfeitamente homogênea e racional: serraria, papel, tecidos, cimento, usina de açúcar e óleos lubrificantes. Toda a riqueza oferecida pela região privilegiada seria posta em movimento: florestas de essências raras, jazidas imensas de calcário e argila, terras aptas ao plantio de algodão, cana e mamona. Os óleos lu-

32 Servira durante a bubônica em 1902. A supressão dos cemitérios da zona urbana fora tentada por Laurindo Pita em 1885, e depois por Afonso Cláudio e José Horácio Costa (presidente interino). O sítio de Santo Antônio foi adquirido por Afonso Cláudio quando retornou do Rio. José Horácio examinou inclusive os terrenos da Bomba. Mário Freire informa em notas fornecidas ao autor.

brificantes, com mercado garantido pelas fábricas, o tecido e o papel absorvidos pelas fábricas de cimento e açúcar. Verdadeira concepção “fordiana”. A fábrica de cimento Monte Líbano é anterior a toda indústria congênera no país.³³ A usina de açúcar Paineiras foi a de maior capacidade nacional. Os adversários políticos não encontravam imagens convincentes para acoimá-lo de loucura e dilapidador da fazenda pública. Todo aquele que se alça, para olhar o futuro distante, precisa não temer o coaxar dos batráquios nos brejos putrefatos. Às vezes, o povo tem caprichos infantis: intimida-se do pastor e atira-se à boca do lobo. A humanidade caminha, não obstante, marcando sua trajetória com monumentos de justiça póstuma.

Jerônimo Monteiro governou com um grupo de moços estreados na vida pública. Poucos haviam ultrapassado a maturidade: engenheiro Antônio Francisco de Ataíde e o professor Deocleciano de Oliveira. Ceciliano Abel de Almeida, jovem engenheiro, com noviciado feito na Estrada de Ferro Vitória a Diamantina, talvez não tivesse passado dos trinta anos. Foi o primeiro prefeito da capital, posto criado pela lei 582, e cuja investidura se deu em 14 de dezembro de 1908. Organizou os serviços municipais, promulgou as primeiras leis conducentes ao decoro da cidade. Obrigou a construção das calçadas e platibandas. Retomou à Diretoria de Obras, onde superintendeu as obras de saneamento. O bacharel Ubaldo Ramallete Maia aprimorou sua bela cultura jurídica na movimentadíssima Secretaria Geral. O Dr. José Bernardino Alves,³⁴ que ocuparia depois postos elevados na política mineira, culminando como financista de prol, fez seu aprendizado na Secretaria da Presidência, na Diretoria de Obras e Empreendimentos do Estado e como prefeito da cidade.

Jerônimo deixou escola e fez homens de Estado.

A IGREJA DE SANTIAGO

A reforma administrativa do estado, operada por Jerônimo Monteiro, exigiu mais espaço para as repartições públicas.

O velho palácio, antigo colégio dos jesuítas, além de residência para o presidente, era, como ainda é, sede administrativa do governo.

Ao invés de construir um edifício amplo, e nele instalar os novos serviços, preferiu, o executivo, desapropriar a igreja de Santiago, anexa ao pa-

33 Os técnicos oficiais declaravam não existir jazidas de calcário a tal distância do mar (!). Mário Freire. Notas ao autor.

34 Fundador do Banco da Lavoura de Minas Gerais.

lácio, por sessenta contos de réis, e, sobre as paredes sagradas e seculares do templo, edificar as dependências reclamadas.

Foi um atentado inqualificável, cometido contra os testemunhos históricos da cidade, um erro sacrílego, que germinaria frutos amargos. Sob o mesmo critério, outros poucos monumentos de fé, de trabalho e de heroísmo seriam desfigurados por cirurgias plásticas, para que não mais se os identificassem com aqueles que à história pertenciam.

Já me referi ao convento de São Francisco, cuja mutilação se deve aos saudosos padre Leandro Dell'Uomo e ao cultíssimo bispo D. Benedito Alves, o terceiro prelado que dirigiu o rebanho católico do estado. O convento do Carmo, cuja igreja barroca, com bellissimo tímpano trabalhado, em cuja carteira se lia a data de sua fundação,³⁵ modificou-se numa arquitetura inexpressiva de desenhistas atrevidos e irresponsáveis. Sacrilégio cometido contra o tribunal histórico da cidade, pelo bispo D. Fernando e pelo seu ilustre irmão. A ninguém é dado duvidar das honestas intenções desses dois homens privilegiados, que tanto trabalharam pela grandeza da terra capixaba. Não se pode, porém, absolvê-los da culpa de terem concorrido para o empobrecimento do patrimônio histórico da capital, tão exíguo em recordações de sua vida atribulada de capitania esquecida. O engenheiro francês Justin Norbert, autor do projeto e das obras do palácio, foi sádico. O belo conjunto, formado pela escadaria, palácio e igreja, enobrecido pela missão que desempenhara na vida heroica da cidade, foi despido do singelo estilo colonial para receber vaidosa roupagem, de mau corte, da arquitetura de Luís XVI. O plano conservou, reformada, a torre maior da igreja, aquela cujo relógio marcava o tempo, de quarto em quarto de hora, e a que tocava rebate, conclamando o povo devoto à prece e à defesa contra inimigos e flagelos da ilha. Pouco sobreviveu. O presidente Nestor Gomes mandou demoli-la pelo mestre de obras Ribeiro, em 1920, sob o pretexto de melhor esquadrear uma sala da Secretaria de Justiça! Desapareceu, assim, o único marco, verdadeiro e fiel, da fundação da Cidade Presépio, como se apelida hoje, na imaginação romântica da juventude culta, a vila construída por Afonso Brás.

A restauração do palácio se impunha pela necessidade da arte de morar. Faltavam-lhe condições higiênicas, compatíveis com o conforto da vida moderna. Desfigurá-lo foi ilógico e bárbaro. A demolição da igreja de Santiago foi crime e, mais ainda, profanação. Não se deve esquecer o papel desempenhado pelo colégio e igreja de Santiago na vida atormentada da capitania. Por mais de duzentos anos, os jesuítas exerceram função preponderante sobre os colonos desorientados e desprotegidos, não

35 Inaugurada em 1591 sob o priorato de frei Agostinho de Jesus.

só da fortuna, como dos favores da Coroa. Escrever a obra inaciana no Brasil, e em particular a do Espírito Santo, é recordar a epopeia ciclópica da nossa formação. Tão intimamente se entrelaça a ação dos jesuítas na vida social, política e econômica do Brasil Colônia, que é impossível apreciar-se uma, desconhecendo-se a outra. Afrânio Peixoto, padre Serafim Leite, Capistrano de Abreu e Pandiá Calógeras assim externam seus pensamentos. Os donatários das capitâneas foram homens que praticaram feitos gloriosos nas guerras da conquista da África e da Ásia. Mas o Brasil era um cenário diferente. Habitado por uma série de tribos, na maioria nômades, não formavam governo e exércitos organizados, de modo que a vitória, alcançada hoje, garantisse a paz de amanhã. As guerrilhas eram infundáveis e o desassossego, provocado pelos indígenas, não propiciava a lavratura das terras. Fácil concluir que a espada não era arma aconselhada à conquista e pacificação dos povos. Só a bondade, empunhando a cruz da fé cristã, poderia realizar o milagre da conquista efetiva do território descomunal. Feliz inspiração teve D. João III, quando, antepondo Tomé de Souza à autoridade dos capitães-mores, para defender o litoral da cobiça dos corsários, confiou aos jesuítas a conquista do gentio. A capitania de Vasco Coutinho teve o privilégio de acolher vultos dos mais expressivos da catequese cristã. Manuel da Nóbrega, Afonso Brás, Brás Lourenço, José de Anchieta, Manuel de Paiva, Gregório Serrão e tantos outros aqui aportaram e aqui viveram o drama da nostalgia e a angústia da conquista. Os jesuítas, ordem universitária, têm, como base econômica de sobrevivência, a educação da mocidade. Vivem do ensino, trabalham educando. Suas “casas” são colégios, que amanhã se transformam em universidades. Por isso edificam em caráter de perenidade.³⁶

Roma, sede da Companhia, recomendava: “Não se construa sem prévio plano e atenda-se à perpetuidade, porque ainda que custe mais, são mais baratas.”³⁷ Foi assim que Afonso Brás e Brás Lourenço deram ao colégio de Vitória feitura ciclópica para atender, através dos séculos, ao seu mister. A igreja de Santiago, que lhe era anexa parede e meia, abria para a praça João Clímaco, outrora largo do Colégio e depois Afonso Brás, onde o terreno perde o aclave, como que a oferecer descanso às fadigas da subida. Suas torres assimétricas, atalaias perfiladas,

36 “Das ordens religiosas todas, a dos jesuítas representou o mais notável papel, e suas construções são os únicos monumentos grandiosos ainda existentes daqueles remotos tempos.” Von Martius. *Como se deve escrever a História do Brasil*, segundo Serafim Leite.

37 Serafim Leite. Tomo I.

quebravam a monotonia das linhas horizontais; alçando-se sobre a paisagem, divisavam a costa distante.

No primitivo altar-mor se veneravam relíquias de São Maurício e das Onze Mil Virgens. No sacrário, os missionários, nas vésperas de suas entradas, oravam a Deus, invocando-lhe a proteção. Do seu púlpito, ouviram-se palavras de fé, de louvores, de confiança, dos Nóbregas, dos Aspicueltas, dos Serrões, dos Vasconcelos e a voz serena e cantante de Anchieta, recitando ali seus hinos piedosos à Virgem Maria. Tomé de Souza, Mem de Sá, Salvador Correia de Sá, Duarte da Costa renderam graças a Deus, pela assistência que lhes não faltou do céu. Do altar de Santiago saiu Brás Lourenço, empunhando a bandeira de São Maurício, em 1561, para comandar, com Belchior de Azeredo, a expulsão das naus francesas que queriam saquear a vila.³⁸ Sob as lajes frias e sagradas do seu adro repousavam os despojos de José de Paiva, irmão carpinteiro, que ajudara a construir a igreja, de Diogo Jaques e do maior de todos, pelas suas virtudes de evangelizador das selvas, o venerando padre Anchieta, cantor místico de Reritiba.

A importância dada pelos governos aos templos capixabas não condiz com a tradição religiosa do povo. Foi inútil quase o carinho devoto daquele punhado de cronistas, que nos transmitiram as tradições das primeiras famílias da capitania. Em dois decênios, as autoridades da República por pouco apagariam do cenário vitoricense os vestígios do passado, pobre mas glorioso.

A Ordem Terceira do Carmo ruiu. A capela de Nossa Senhora da Conceição, foi demolida em benefício da construção do Teatro Melpômene. Não se respeitaram os votos piedosos de Francisco Frade e sua mulher. Comprou-a o governo de Muniz Freire, por cinquenta contos de réis, para que monsenhor Pedrinha constituísse o patrimônio do bispado. Henrique Coutinho, com a mesma finalidade, adquiriu a igreja da Misericórdia, meio em ruína, da irmandade, que se transferira de Vila Velha.³⁹ Gozava, a confraria, dos privilégios da Misericórdia de Lisboa, outorgados por Felipe II. Era uma capela modesta e pobre, cuja principal função consistia em manter o hospital e congregar as almas generosas e pias no amparo à pobreza, dar sepultura aos irmãos, no cemitério ao lado, e aos indigentes, sob sua proteção, em outro campo santo, abaixo do hospital.

38 Gesto repetido por sucessores dele em 1625 e 1640 contra os holandeses.

39 Carvalho Daemon supõe a Misericórdia fundada em Vila Velha em 1595, por Miguel de Azeredo, a pedido do padre Anchieta, na atual rua Pedro Palácios. Diz também que, em 1º de junho de 1606, se funda em Vitória, o Hospital de Caridade de Nossa Senhora da Misericórdia, na capela do mesmo nome. César Marques, p. 245.

A compra de Henrique Coutinho foi aproveitada para se construir o edifício da Assembleia Legislativa, Palácio Domingos Martins.⁴⁰ Herdou, o Tribunal de Justiça, a antiga Casa da Lei⁴¹ onde se instalou condignamente. Assim desapareceu mais uma modesta capela, oratório de devotos humildes, testemunha viva e silenciosa sabe Deus de quantos episódios de fé, de amor e gratidão anônimas. O destino é irônico. No chão da modesta ermida de Nossa Senhora da Conceição se construiu o teatro, no da Misericórdia, a Assembleia Legislativa do Estado.

40 [Imóvel tombado pelo Conselho Estadual de Cultura, atualmente abriga o Palácio da Cultura Sonia Cabral.]

41 Foi demolido em 1964.

XXX

QUARTO MINGUANTE

MARCONDES DE SOUZA E BERNARDINO MONTEIRO

O período de 1912 ao começo de 1920 corresponde ao princípio e ao fim da crise internacional, oriunda da Primeira Guerra, que rebentou em julho de 1914 e teve armistício em novembro de 1918. Não foram de prosperidade esses anos, muito ao contrário. Os governos que presidiram os destinos do estado pautaram-se por poupança austera, mantendo em alta escala o bom nome financeiro que o Espírito Santo alcançara.

O honrado coronel Marcondes de Souza, que substituiu a Jerônimo Monteiro, limitou-se a dar a última polidura às obras inauguradas no crepúsculo doirado de seu grande antecessor. Como complemento à restauração do Quartel de Polícia, construiu a Vila Militar,¹ dando casa limpa aos oficiais e sargentos.

Nada se podia desejar após conquistados os elementos fundamentais à vida urbana. O Tesouro do Estado exigia medicina cautelosa e Marcondes soube ministrá-la nas horas prescritas.

O Dr. Bernardino Monteiro assumiu o governo no auge da guerra, em 23 de maio de 1916. Homem de força de vontade e equilibrado, inaugurou a política rodoviária do estado, verdadeiro milagre administrativo, sob a profunda depressão financeira nacional.

Construiu as estradas de traçado mais difícil do estado: Santa Leopoldina a Santa Teresa² e Castelo a Muniz Freire.

Henrique de Novaes, notável engenheiro sob todos os títulos, estudou-lhes e dirigiu-lhes a construção, não obstante ocupar o cargo de prefeito da capital. Essas estradas modificaram fundamentalmente a estrutura econômica das regiões atingidas. Assim, muito antes do tráfego motorizado na capital, o interior agreste das montanhas via sua produção circular em autocaminhões.

Henrique de Novaes foi o planejador da expansão e melhoria da cidade. Pouco realizou concretamente por falta de recursos, mas desapropriou gran-

1 Foram construtores da Vila Militar, Miranda & Derenzi. Cada casa custou 2:750\$000, incluindo-se as calçadas.

2 Construção de Serafim Derenzi.

de número de imóveis atingidos pelo seu projeto de remodelação. Demoliu a velha matriz para construir a catedral, cujas obras ainda se arrastam. Foi infeliz na escolha do estilo ogival, custoso e difícil.

A previdência desse técnico cachoeirano facilitou, em parte, ao presidente Avidos, realizar suas obras urbanas, em 1924. Bernardino Monteiro,³ não obstante sua austeridade como chefe de governo, continuou a feliz iniciativa de Jerônimo, abrindo, em certo dia da semana, à família capixaba, os salões simples e acolhedores de sua residência, concorrendo para formação da vida social da cidade. Todos eram recebidos com simpatia, num ambiente verdadeiramente familiar e amigo.

A cidade inicia, assim, em bom estilo, o cultivo da vida social e esportiva. As sociedades recreativas, incipientes ou adormecidas, animam-se e crescem. O Clube Vitória e o dos Boêmios passam a ter frequência diária. As regatas se revigoram em competições festivas e interessantes. A juventude se exercita no jogo do futebol amador, em partidas famosas, disputadas entre os clubes Vitória e Rio Branco, ambos ambicionando popularidade maior. O Melpômene tem noites agradáveis.

Na antessala do Cine Central, orquestra de câmara se faz ouvir com repertórios vienenses. Vitória se urbaniza intelectualmente. O número de estudantes que cursam escolas superiores, na capital federal, é apreciável. A sociedade vai perdendo hábitos provincianos, para se tornar cosmopolita. Trens da Leopoldina e navios da Companhia Costeira, com horários quase que infalíveis, mantêm intercâmbio precioso com a cidade do Rio de Janeiro. Até então o capixaba pouco viajava. Os habitantes dos municípios do sul do estado, tributários do Rio, tornam-se frequentes na ilha vaidosa e progressista.

UM HOMEM SIMPLES COM IDEIAS DE GIGANTE NESTOR GOMES

Depois de episódios sombrios, frequentes na Primeira República, em eleições presidenciais, assumiu o governo do estado o coronel Nestor Gomes. A posse se fez debaixo de intenso tiroteio. Houve correrias. Houve terror e pânico. O tenente Eugênio de Assis, sozinho, tomou de assalto o Quartel de Polícia, que se amotinara, em grande parte, contra o novo presidente. Não se defendiam ideologias. Tomava-se partido a favor deste ou daquele nome. A eleição de Nestor Gomes fora contestada pelos deputados à Assembleia

3 Bernardino Monteiro, ao findar o governo, em 23 de maio de 1920, sob inquietação de tumultos revolucionários, deixou em cofre 8.500:000\$000.

Legislativa, que obedeciam à orientação de Jerônimo Monteiro. Alegaram inelegibilidade do candidato sob o fundamento de possuir a concessão da Estrada de Ferro Itabapoana. Mas Nestor, quando foi escolhido, transferira suas ações ao Sr. Peralva, desincompatibilizando-se do preceito constitucional. A Assembleia, contudo, sob inspiração do Sr. Jerônimo Monteiro, teimou em não empossar a Nestor Gomes. Os ânimos políticos se inflamaram: Bernardino Monteiro, patrono da candidatura de Nestor Gomes, cuja eleição se fizera tranquila, defendeu com energia a posse do presidente eleito. Originou-se o rompimento político dos dois irmãos, cindindo-se fundamente a família Monteiro. A impugnação foi levada ao Congresso Federal, instância superior, na velha legislação, que acolhia recursos dessa natureza.

Sob parecer do relator Afrânio de Melo Franco, líder da maioria, Nestor Gomes foi reconhecido legalmente eleito e empossado. O ilustre mineiro se viu homenageado com a inauguração de seu retrato em todas as prefeituras do estado.

Os contestantes se conformaram. Os bandos de “jaguços” depuseram as armas. Durou poucas semanas a inquietação política.

Nestor Gomes não guardou rancores. Era acima de tudo homem simples, generoso e compreensível. De instrução discreta, prudente, reservado e imaginoso, procurava na Bíblia seus aforismos prediletos. Foi trabalhador infatigável e dispersivo. À correspondência oficial preferia escrever cartões do próprio punho, numa caligrafia impecável de guarda-livros de profissão. Não aproveitou um parente e os tinha e muitos, todos pobres, na maioria em Conceição do Macabu, onde ficaram sem molestar o presidente com pedidos de sinecura. Quando terminei meu curso, na Politécnica do Rio, passei em Vitória, em demanda de Santa Teresa, onde trabalhava minha família, sem visitar o coronel. Dias depois, sensibilizou-me com este cartão: “Luiz, você passou em Roma sem visitar o Papa. Venha receber meus cumprimentos. Nestor”.

Honrou-me com a Diretoria de Obras, cargo que exerci por seis meses.

CASTELOS NO AR

Nestor foi dono de grande inteligência, mas sem cultivo e firmeza nos planos que elaborava. Não fez figura magra, na Comissão de Finanças, quando senador. Apresentou projetos revolucionários sobre reforma bancária e política de defesa do café. Faltou-lhe cultura para defender seus pontos de vista. Com incursões pelas ciências das finanças, esposando o liberalismo econômico já agonizante, preocupou-se em favorecer o estabelecimento de companhias privadas, para explorar os recursos naturais do estado. Ofere-

ceu favores e privilégios que não despertaram maior interesse aos capitães da indústria. Alienou grande parte do parque industrial, fundado por Jerônimo Monteiro. Deu em arrendamento os chamados Serviços Reunidos de Vitória e Cachoeiro do Itapemirim, com o único ônus: a ampliação e o reparo das instalações desgastadas. Serviços Reunidos significavam: força, luz e tração. Foi medida inteligente. Sob o controle direto do Estado, as usinas geradoras e as linhas aéreas não mereceram o menor cuidado do poder público. Os serviços periclitarão, causando sérios prejuízos à população. Em Cachoeiro de Itapemirim, os assinantes, da corrente política governamental, “esqueciam-se” de pagar o consumo devido.⁴

O consórcio do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo com o Banco Pelotense, promovido pelo presidente, na ilusão de atrair maior volume de capital para o estado, foi de graves consequências, quando da liquidação judicial, sete anos depois. Contudo, é preciso que se faça justiça: Nestor foi individualmente honesto, simples e bem-intencionado.

Faltou ao presidente cultura técnica, para elaborar o planejamento de obras, que o Tesouro do Estado, em franca ascensão, podia financiar.

Desperdiçou somas apreciáveis nos municípios, construindo grupos escolares, cadeias, pontes de madeira, estradas vicinais, mal estudadas e projetadas sem observância das menores regras de construir.

Tudo se tornou provisório. Anos depois não passaram de ruínas precoces, mas prestaram serviços relevantes e, talvez, se justificassem pelos resultados obtidos. Minha opinião é que as obras públicas devem ser perenes. No futuro, a cultura do povo se afere pelos investimentos reprodutivos, pelas obras sociais, pelos monumentos de arte e pelo valor de suas letras em geral.

Nestor, em vários documentos públicos, criticou as condições urbanísticas da cidade: ruas estreitas e tortas, falta de pavimentação, teatro obsoleto e ameaçando desabar, mercado imundo, ausência de hotéis confortáveis, falta de moradias para a população crescente.

Ofereceu favores a quem se propusesse realizar o rol das obras enumeradas.

Não logrou êxito nas negociações entabuladas. O governo não definia as obras especificamente. Os projetos não tinham consistência concreta: residiam na fantasia imaginosa do presidente.

Nestor Gomes se orientou por desenhistas primários, agrimensores

4 Fui diretor-gerente dos Serviços Reunidos de Cachoeiro de Itapemirim, de 1923 a 1924, quando arrendados ao saudoso engenheiro Luiz Cantanhede de Carvalho e Almeida, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Levei a energia a Marataízes, São Felipe, hoje Marapé, Coutinho, Pedreira e Castelo, Virgínia, Vargem Alta e Guiomar.

práticos e mestres de obras curiosos. Nos quadros administrativos do estado, os técnicos primavam pela ausência.

O plano meticulosamente organizado por Henrique de Novais foi subestimado e o prefeito da cidade, comodista e alheio aos problemas municipais, não o soube defender. Entregou, muçulmanicamente, todo o patrimônio urbano ao governo do estado em troca de melhoramentos que o presidente se propunha realizar. Não houve protestos da Câmara Municipal, já agora sem os gansos do Capitólio, dos primeiros anos da República: Cleto Nunes, Antero de Almeida, Joaquim Lírio. Após o governo de Jerônimo Monteiro, as rendas municipais estacionaram. O valor locativo caíra com a guerra. O comércio pagava, apenas, impostos de Aferição de Pesos e Medidas, Porta Aberta e Indústria e Profissões. A Fazenda Municipal não participava percentualmente do movimento comercial dos negociantes. A prefeitura era nada mais, nada menos, do que simples coatora de certos direitos imaginários da população.

Nos dois primeiros anos do governo de Nestor Gomes a cidade se congelou. Foram praticamente interditas todas as obras particulares na Cidade Alta, na praça Costa Pereira, na rua Jerônimo Monteiro e na zona da Capixaba. Muitas demolições, e projetos discutíveis, se anunciavam. De positivo resultou a abertura da rua Santa Clara, ligando o Parque Moscoso ao reservatório de água, estreita de seis metros com rampa superior a quinze por cento.

No alto de Santa Clara construiu um monstrego, destinado à residência presidencial. Serviu de sede ao Asilo São José e hoje se fez péssima adaptação a uma escola pública. Completou-se a fachada, fronteira à Assembleia, do palácio, com a demolição da última torre da famosa igreja de Santiago. Nestor tomou interesse marcante pelas estradas suburbanas. Melhorou a de Santo Antônio e construiu as de Jucutuquara, Fradinhos, Maruípe, Bomba, Praia do Cauto e a de Goiabeiras à cidade da Serra.

Em Maruípe, na sede da ex-fazenda do Mr. Brian Barry, Nestor instalou residência particular, fugindo às intrigas políticas, pelas quais tinha verdadeira ojeriza. Ao finalizar o segundo ano de governo, Nestor voltou decididamente suas vistas para a zona da Capixaba. O engenheiro francês Justin Briguet locou o eixo da futura avenida Capixaba, com certa habilidade técnica. Cravando a estaca zero em frente ao Éden Parque, visou o morro da Vigia, sobrepondo-se a todos os obstáculos da tortuosa rua Cristóvão Colombo. A avenida Capixaba pôde ficar num só alinhamento, operação difícil para os topógrafos oficiais. É bom lembrar que o capixaba é profundamente observador e mordaz. Houve na zona urbana uma série de modificações de alinhamentos e alturas de soleira: ora avançava, ora recuava o

alinhamento, ora subia, ora descia o nível do piso. Os construtores viviam em verdadeira “pane” topográfica. O espírito do povo não demorou em se manifestar: propunha-se construir sobre rodas e “macacos”, para atender a todos os caprichos da variação de alinhamentos e altura.

A receita do estado ganha força ascensional constante, acionada pela política do café de Epitácio Pessoa.

Nestor, no silêncio da sua “toca”, em Maruípe, maquina planos mirabolantes para a cidade e para o estado: avenidas, mercados, estradas, teatros, pontes, companhias de estradas, de navegação, de colonização, em suma, maravilhas que sua inteligência criava, muitas vezes, com ingenuidade infantil. O ritmo de trabalho se acelera e se complica pela falta de coordenação. Em todos os municípios se constroem estradas de ferro: Anchieta a Alfredo Chaves, São Mateus a Nova Venécia, Cajubi a Presidente Bueno, estradas de rodagem de Santa Teresa a Afonso Cláudio, de Itaguaçu a Itapina, de Dona América a São Pedro do Itabapoana. Improvisam-se topógrafos e construtores. Não se fazem estudos nem orçamentos. Autodidatismo absoluto.

A CAPITAL DOS NEGÓCIOS

A eufórica situação financeira, desfrutada pelo estado, e os planos anunciados por Nestor Gomes, focalizaram atenções especiais para a capital. A cidade se tumultua.

Fornecedores, empreiteiros, viajantes, concessionários de terras, divertem-se em cabarés improvisados, onde o pano verde apara apostas até o dia raiar. Vitória era uma miniatura de Babilônia. Fisionomias estranhas, homens de má catadura, capangas armados, jogadores profissionais, pistoleiros sem vítimas em mira, artistas de café-concerto, carteadores internacionais atravancam os hotéis e pensões sem higiene e sem acomodações. Nestor quer concluir as obras programadas em seu governo. Mas o tempo conspira e ele sabe que, no término de seu mandato, só restará a ação das picaretas demolidoras. Articula, pois, os políticos para possível reforma da Constituição. Almeja mais um quadriênio para terminar o programa vulcânico. Desencadeia-se caliginosa tempestade nos arraiais de Domingos Martins. Explodem violências que o líder Cristiano Lopes, o Garrucha, não consegue dominar. A paz se conspurca entre constitucionalistas e reformistas. Nestor recua. O engenheiro Florentino Avidos, membro da família Monteiro, chefiava os Serviços de Melhoramentos de Vitória. Era um órgão sem estrutura jurídica. Mas o Dr. Florentino Avidos, homem agressivamente honesto e franco, trabalhador intemorato, econômico e enérgico, conduz

os trabalhos com austeridade. A política se divide em grupos. Nestor os vencerá tranquilamente. Despista e se ausenta do governo por meses seguidos, passando o exercício ao Sr. João Rodrigues de Deus Neto. Escreveu um nome e fecha-o em sobrecarta lacrada, confiando-a ao desembargador José Batalha Ribeiro: – “Aí está o candidato a presidente do estado”. Entre os namorados à sucessão havia o desembargador Cassiano Castelo, com muitas possibilidades e merecimento. Membro de numerosa família e de apreciável influência política, ninguém podia duvidar que não fosse o nome colimado para a alta investidura. Batalha Ribeiro guardou sua curiosidade. O segredo não o acossara. Se Nestor o fizera depositário, ele estava seguro de que outro nome não podia ser, senão o do colega da Suprema Corte. Dois anos depois, instalada a convenção do Partido Republicano, após vários dias de confabulação,⁵ surge o nome do engenheiro Florentino Avidos, como candidato unânime das forças políticas do estado. Foi surpresa estarrecedora para o depositário judicial da carta-segredo: o nome-mistério coincidia com o da convenção.

O coronel Nestor garantiu a continuidade do programa, na pessoa do seu grande e melhor auxiliar.

Os pardieiros, que se aglomeravam na rua Santos Pinto e ladeira do Chafariz, viela tortuosa e empenada que comunicava a rua Duque de Caxias, ladeira da Misericórdia e o topo da escadaria do palácio, foi transformada em rua, que o povo batizou de Boa Ideia. Fácil foi fazê-la descer até o canto do Café José de Almeida, antiga Padaria Rezende, no começo da República, esquina da rua General Osório com a rua do Comércio. A prefeitura, em elevar justiça, deu a esse logradouro o nome de rua Nestor Gomes.

Apesar de estreita, foi melhoramento de relevo, não só para a higiene, como para as comunicações entre as partes baixa e alta da cidade. A avenida Capixaba ficou perfeitamente definida, com os alinhamentos marginais desembaraçados do casario pobre e vexatório, que constituíam a rua Cristóvão Colombo, praça Marechal Floriano Peixoto, rua Pereira Pinto e prolongamento das colonialíssimas ruas do Sacramento, São Manuel e General Câmara. Abriu-se aos olhos, desde o cais do Imperador até a chácara do barão de Monjardim, belíssima perspectiva, inédita até então. Em matéria de

5 A convenção das forças políticas se abriu em torno do nome do desembargador Cassiano Castelo. Não logrou os sufrágios exigidos pelos estatutos. O senador Bernardino Monteiro polarizou a quase unanimidade dos votantes. Mas, prudente e talvez temendo o recrudescimento das paixões entre seus correligionários e os do senador Jerônimo Monteiro, seu irmão e adversário, Bernardino abdicou da escolha. Nestor Gomes dirigiu a questão, apontando o engenheiro Florentino Avidos.

urbanismo, os técnicos do Espírito Santo foram sempre parcimoniosos no dimensionar a largura dos logradouros.

A nova artéria, espinha dorsal das comunicações leste-oeste da cidade, não podia ter largura inferior a trinta metros. O porto é uma ameaça permanente ao tráfego, que crescerá na razão do volume cambiado com os navios. Assiste-me o direito à crítica, porquanto, quando diretor de Obras e Viação da prefeitura, projetei a avenida Vitória, com trinta metros e, se não lhe dei maior gabarito, foi devido ao ponderável obstáculo oferecido pelo morro do Forte São João.

O governador Santos Neves corrigiu essa lacuna grave, projetando e construindo parte da ligação oceânica da avenida Princesa Isabel à ponta Bento Ferreira.

Nestor Gomes teve a mesma sorte política de Henrique Coutinho. Esquecido por todos, curtiu o mais absoluto ostracismo.

AREJAMENTO INTELECTUAL

Toda vez em que o progresso sacode uma cidade, há um ressurgimento de cultura. É o anseio latente do povo para se libertar do complexo de inferioridade.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, fundado em 12 de junho de 1916, em homenagem ao herói Domingos Martins, mártir capixaba da Revolução Pernambucana, abre suas portas ao ingresso de uma plêiade de homens, para aferir-lhes o amor à grandeza moral e material do estado.

A diretoria é dinâmica e compenetrada. Compõe-se dos senhores Arquimimo Martins de Matos, presidente; Araújo Primo, vice; José Batalha, segundo vice; Elias Tommasi, terceiro vice; Aristóteles Silva Santos, secretário; Adolfo Fraga, segundo secretário; Francisco Silva Rufino, tesoureiro; Alarico de Freitas, orador. Sezefredo Garcia de Resende funda a *Vida Capixaba*, transferindo-a, logo depois a Elpídio Pimentel e Manuel Lopes Pimenta, infelizmente desaparecida depois de trinta e cinco anos de circulação. Revista quinzenal, depois mensal, literária e noticiosa, onde a mocidade externava sua incontestável vocação para as letras. Mário Freire publicou, em vários números, segredos da história espírito-santense.

A nova roupagem da cidade propicia aos intelectuais a abertura de janelas amplas onde estendem ao sol suas ideias enobrecidas pelo estudo e pensamento. Cria-se a Academia Espírito-santense de Letras!

Não é movimento regionalista, bitolado pelo nativismo. É uma casa modesta, mas acolhedora de valores. Seu primeiro presidente é o bispo D.

Benedito Alves de Souza, filho de São Paulo, que veio ilustrar a diocese na vacância do pranteado D. Fernando de Souza Monteiro. O progresso material de um estado se reflete sempre na cultura e tendências do povo. Este desenhará a curva definidora da época vivida. Consulte-se a história e a superposição gráfica dos fatos identificará os fenômenos da mesma amplitude.

Nestor Gomes, como os demais homens públicos, foi arrastado ao pelourinho das acusações. Foi esquecido por todos os políticos e pela maioria dos amigos. Certa vez, em 1934, passava eu em Itabapoana, à tarde, e lembrei-me que o ex-presidente ali residia. Fui visitá-lo. A casa modesta, quase encoberta peia capoeira, tinha aspecto de abandono. Bati-lhe à porta. Uma velha modestíssima atendeu-me de candeeiro à mão. Era noite. Nestor recebeu-me à mesa. A parcimônia beirava os limites da miséria.

Em 1941 ou 1942, em Belo Horizonte, recolheu-se a um hospital de caridade. O então capitão Punaro Bley, interventor do estado, tomando conhecimento do fato, fê-lo internar em casa de saúde, onde faleceu resignadamente. Soube sofrer com grandeza de espírito.⁶

6 Nestor Gomes, no período da primeira Constituição getuliana, foi secretário da Fazenda do Maranhão, no governo Seroa da Mota.

XXXI

PICARETAS VIGOROSAS

FLORENTINO AVIDOS

O povo tem qualquer coisa de feminino nas suas opiniões e no seu modo de apreciar uns tantos fatos da vida social. Quando cria um ídolo é inútil querer-se substituí-lo ou associá-lo a outro. O povo namora e ama certo símbolo, assim como a mulher namora e ama certo homem, desconhecendo-lhe todos os defeitos em benefício de uma só virtude. Nem a viuvez, em muitos casos, substitui o herói feliz. A lembrança do eleito se enraíza na imaginação da sobrevivente, sem que nenhuma outra personagem se lhe afeiçoe. Jerônimo Monteiro gozou desse privilégio raro. Tornou-se lenda, que cresce com o tempo na imaginação do povo.

Florentino Avidos foi homem de méritos excepcionais, como administrador e amigo da cidade. Trabalhou e muito na elevação cultural e material do povo. Rasgou horizontes novos à economia do estado mas sua lembrança vai se apagando numa velocidade estonteante. A tabuleta, que encima o pórtico da ponte, que une a ilha ao continente, parece alta demais para ser lida. Seu colorido se esfuma na cor das vigas, de tal modo que já se não a pode ler, com a velocidade cada vez maior com que se trafega sobre a baía de Vitória.

O governo de tantas realizações vai se apagando cada vez mais na memória do povo ingrato que lhe recebeu os benefícios.

O engenheiro Florentino Avidos ascendeu ao governo do Espírito Santo debaixo da maior expectativa popular. Seu nome polarizou as três correntes da política estadual: jeronimistas, bernardinistas e pinheiristas. Os irmãos Monteiro se haviam estremecido seriamente quando da escolha do nome a suceder a Bernardino Monteiro.

Nestor Gomes, pomo da discórdia, teve a inteligência e o bom senso de devolver a política do estado à família Monteiro, sem que houvesse perturbação da paz. Florentino Avidos, estranho às lutas políticas da família, exercia suas atividades no Ministério da Agricultura, fora do estado, quando foi requisitado para dirigir os Serviços de Melhoramentos de Vitória. Era alheio aos negócios do Espírito Santo e praticamente afastado da influência política de seus cunhados. Teve, portanto, independência absoluta para governar acima dos partidos. E governou.

O homem forte no seu governo foi o jovem e malogrado engenheiro Moacir Avidos, filho mais velho do presidente, com três anos de diploma e oito de estudos meticolosos e pacientes, assistidos pela bela inteligência que lhe emoldurava a personalidade marcante.

Idealista, modesto, trabalhador, colega exemplar, foi modelo de dedicação e amor à sua terra. Ocupou a Secretaria de Agricultura, Terras e Obras e Viação, acumulando as funções-chaves dos departamentos técnicos, como o Serviço de Melhoramentos de Vitória e as Obras do Porto.

Não se envaideceu com tantas honrarias, conquistadas aos vinte e cinco anos de idade. Reuniu uma equipe de jovens engenheiros, apelidados de “jardim de infância” e, com ela, dividiu os pesadíssimos encargos, duplamente onerosos, de pessoa de confiança e filho do presidente do estado. Foi seguramente a fase áurea, até então da engenharia moça no estado: Augusto Barata, Clóvis Macedo Cortes, Francisco Menescal, Sebastião Fragelli, Alvim Schimmelpfeng e o grande secretário Álvaro Matos, só para citar os chefes da divisão. Eram quase todos estreados, porém, animados do mais vivo interesse de acertar. E acertaram e trabalharam mais do que Hércules da mitologia grega.

Trabalharam com a angústia de realizar. Não tiveram honrarias. Não fizeram fortuna. Ocuparam postos para os dignificar com o trabalho sadio de moços idealistas.

Florentino Avidos foi também grande crítico das condições urbanas de Vitória. Não se limitou, contudo, a chorar nos muros de Jerusalém, como fizeram os governadores da era monárquica e alguns presidentes da Primeira República.

Leiam-se as páginas da Mensagem Final do seu governo poliédrico em que, num estilo sincero e desataviado, relata os defeitos da ilha, três vezes e meia centenária:

“As longas crises que advieram, após a administração de 1908 a 1912, não permitiram a construção de obras necessárias para o desenvolvimento de nossa Capital e nem, ao menos, a regular conservação dos grandes serviços de abastecimento de água, esgoto, eletricidade e viação urbana.”

“Ruas apertadas, ladeadas de velhos prédios, ameaçando desabamento, calçadas em geral com alvenaria de pedras secas, roliças, sem drenagem, com serviço de água e esgotos defeituoso em grande parte, com frequentes interrupções, quase todos precisando de completa reforma; eis a situação encontrada. Salvo algumas ruas do bairro do Parque Moscoso, em toda a cidade havia falta de calçamento e de drenagem de águas pluviais.”

“Ruas, como a Sete de Setembro, eram completamente alagadas com qualquer aguaceiro, pondo em sobressalto os moradores. Não havia calça-

mento de espécie alguma para os bairros próximos, nem como se expandir a cidade pela falta de estradas de rodagem.”

“A viação era embaraçada pela estreiteza das ruas principais, que não permitindo linha dupla, de bondes, obrigava os passageiros a penosa demora nos cruzamentos. Este mal, se bem que ainda não corrigido completamente, se acha muito diminuído.”

“Por outro lado, era de zigue-zague o serviço de bondes por falta de espaço para fazer curva. Mister se tornava que a nossa cidade proporcionasse certo conforto, para que as fortunas aqui adquiridas fossem desfrutadas por seus possuidores, sem necessidade de buscar em outras localidades a desejada comodidade.”

“Pela falta de calçamento das ruas, não havia senão quatro ou cinco automóveis, número que hoje se eleva a mais de 300, tornando mais apreciáveis os passeios, mais fácil a vida comercial e o trânsito em geral e dando mais movimento à capital.”

“Assumindo a administração, mantive o mesmo plano de melhoramentos e dei forte incremento aos trabalhos, fazendo para eles convergir o melhor dos meus esforços, no intuito de terminar, quanto antes, o incômodo período de demolições e construções.”

“Procurando atenuar tais incômodos, sem agravar a escassez de habitações, executei, simultaneamente com as demolições, a parte do contrato de 1º de setembro de 1922, em que o Estado se comprometeu a fazer casas para funcionários e operários.”

“Foi muito maior o número das construções novas do que o das velhas casas demolidas.”

“O plano geral de melhoramentos visou não somente à ampliação da cidade, com a criação de vários bairros e as obras de salubridade, como também a trabalhos de embelezamento e conforto, que viessem dar à cidade aspecto compatível com sua beleza natural.”

“Ficou formado, desde 1924, o bairro de Jucutuquara; tornaram-se mais acessíveis os de Praia Comprida, Suá, Bomba, Maruípe, Ilha Santa Maria e Santo Antônio.”

“Adquiridas as chácaras Muniz Freire e Mulundu, e reunidas à nova rua da Várzea, vieram constituir um agrupamento de ruas.”

“Em benefício da salubridade, demoli velhas casas detestáveis, reconstruí serviços de esgotos, remodelei e ampliei o serviço de água e melhorei o dos esgotos pluviais. Alarguei e calcei várias ruas, fazendo escadarias, corriji alinhamentos extravagantes, dando realce a novas fachadas e aspecto elegante à nossa praia, com ruas de contorno e construção de edifícios públicos modernos, que vão mencionados no decorrer deste relatório...”

Picaretas, pás e enxadas foram empunhadas por milhares de trabalhadores. Pardieiros, entulhos, matações, maciços de terra, velhos alicerces foram revolvidos. A mão de obra rareava. Agenciadores, nos portos do norte, recrutavam famílias inteiras em legiões de centenas e centenas de operários. Vitória se tornou verdadeira Babel.

O governo indenizou o lucro cessante das casas de comércio, recuadas ou avançadas no período das obras. O tempo de execução era fator importante. O autor desta notícia, de maio a dezembro de 1924, trabalhou dia e noite no recuo da rua Jerônimo Monteiro, da esquina da ladeira da Misericórdia à praça Oito de Setembro. Viu-se verdadeira parada de material e mão de obra à luz de gambiarras, feericamente iluminadas.

CHEIRO LIMPO DE TINTA FRESCA

A morfologia da cidade foi alterada radicalmente: retificação, alargamento e abertura de novas ruas. Drenagem, pavimentação, reforço do abastecimento de água, redes de esgotos. Núcleos residenciais. Edifícios públicos. Cais do Porto. Ponte sobre a baía. Iluminação em combustores custosos, passeios de ladrilhos, jardins e monumentos. Estradas suburbanas, escadarias monumentais, viaduto e um cheiro limpo de tinta fresca e cimento fundido. Em resumo, isso foi a grande obra realizada pelos dois Avidos, pai e filho, já que é muito difícil separar-se a iniciativa de um da realização do outro.

VITÓRIA – CIDADE GANGLIONAR

Vitória pertence ao tipo que os urbanistas modernos denominam de cidade linear, unindo gânglios atrofiados entre o mar e as montanhas. Excluindo-se a Praia Comprida, todo o resto da cidade se estende em pequenos golfs de aterro recente: Santo Antônio, Caratoíra, Moscoso, Sete de Setembro e Jucutuquara. São aterrados seminaturais conquistados às marinhas quaternárias, dificultando as construções e os melhoramentos de alçada do poder público. Para se levar benefícios a cada bairro, percorrem-se longos vazios de habitantes, encarecendo, portanto, o custo unitário dos serviços em mira. Os morros, de encostas íngremes, revestidos, em parte, de vegetação alta, não haviam sido invadidos de todo. A lei municipal 276, promulgada pelo prefeito Otávio Peixoto (1924-28), defendia-os razoavelmente da cobiça dos exploradores da propriedade pública e alheia.

O favoritismo eleitoral ainda não era arma demagógica, empunhada pelos “amigos dos pobres”, candidatos a cargos eletivos de sinecuras polpudas. A vereança era gratuita, o interesse coletivo sobrepunha-se ao “pro domo sua”. O civismo se praticava com certa altivez de caráter e sobriedade de costumes.

ÚLTIMOS DIAS DO MELPÔMENE

A natureza física de Vitória, pela sua característica topográfica e geológica, é alérgica ao urbanismo a curto prazo e de recursos limitados. Não obstante, o engenheiro Moacir Avidos procurou domar-lhe a agressividade típica de cidade torta, enquistada entre o mar e a montanha.

Homem simples e desavisado da função importante que a história registraria, Moacir Avidos instalou-se no velho Teatro Melpômene, interditado por um incêndio em 1923 [sic, 1924].¹

Os governos estaduais não patrocinavam temporadas artísticas, nem se interessavam pelo teatro amador, nascido no fim da monarquia e acalentado com esperanças promissoras. Escreveram comédias Aristides Freire, Peçanha Póvoa, Amâncio Pereira e outros. O amadorismo, sem estímulo do poder público, não vingou. O teatro não mereceu nem verba para sua conservação. Mas o destino foi irônico. Não tendo servido ao fim específico, que lhe destinara seu autor, abriu o proscênio para acolher os Serviços de Melhoramentos de Vitória. Melhor sorte não podia o acaso reservar ao Melpômene agonizante: palco de uma administração honesta.

— Que é teatro senão a casa onde o pensamento toma corpo, dinamizado pelo engenho, onde a fantasia se corporifica na realidade sonhada?

NOMES QUE DEIXARAM SAUDADES

O prédio da esquina da rua Barão do Itapemirim, antiga Oriente, com a avenida Capixaba, foi o primeiro edifício público concluído pelo governo. Em começo de 1925 nele se instalou a sede dos Serviços de Melhoramentos de Vitória, condigna e confortavelmente.

Iniciou-se a demolição do Melpômene, cujo madeiramento de pinho de Riga, essência preciosa, foi toda desperdiçado em barracões de emergên-

1 A última representação foi a revista *Só Órso*, escrita por Deocleciano Coelho, para salvar o fracasso da Cia. Pinto Filho, cujo repertório não agradara ao público capixaba. Deocleciano Coelho teve sucesso estupendo.

cia. As colunas de ferro fundido, que suportavam os balcões e galerias, têm a mesma função no Teatro Carlos Gomes, construído por André Carloni, à sua custa, mediante pequenos favores do estado.

Assim terminou o Melpômene do antigo largo da Conceição. Foi palco de operetas, revistas, zarzuelas, recitais, dramas do cinema mudo nascente, 1902, até o apogeu, com os dramalhões românticos de Francesca Bertini, Lidia Borelli, Pina Menichelli, Asta Nilsen, Bety Nansen, Gustavo Serena, Alberto Capozzi, Emilio Ghioni, Waldemar Psilander e das pantomimas de Max Linder e Tontolini.

ARQUITETOS, PINTORES E ARTISTAS

Dois erros foram cometidos pelos responsáveis dos Melhoramentos de Vitória: falta de plano diretor e ausência de arquiteto, para delineamento morfológico do projeto propriamente a se cumprir. Os engenheiros patrióticos, até a terceira década desta centúria, tinham, na maioria, mentalidade ferroviária. Era o ramo de maior aplicação no Brasil. Quando chamados para intervir em serviços urbanos, sua preocupação se voltava para os alinhamentos, circulação e economia.

A distribuição das massas a construir, o aproveitamento dos valores naturais, o sentido verdadeiramente estético do conjunto, muitas vezes escapavam aos projetistas. No estudo dos traçados de melhoria e expansão das cidades, o orçamento deve ser considerado em relação ao maior benefício resultante, nunca do Tesouro, que se renova ano a ano. A economia feita hoje poderá ser ruínosa no amanhã próximo.

A ausência de arquiteto foi lacuna marcante na reconstrução dos prédios. Poucas fachadas justificam sua presença nas paredes que arrematam. Salva-se meia dúzia de edifícios, particulares e públicos, projetados pelo tchecoslovaco Josef Pitlik, arquiteto e boêmio, que veio ao Brasil para construir o pavilhão de sua pátria, na exposição internacional comemorativa do nosso primeiro centenário. Projetou para o governo o Grupo Escolar Gomes Cardim² e o edifício da Imprensa Oficial.³ O escultor Waldemar Bogdanoff fez

2 Hoje Escola de Filosofia. [Atual Escola Técnica Municipal de Teatro, Dança e Música – FAFI, mantida pela PMV.]

3 [O imóvel, feito para servir de sede dos Serviços de Melhoramentos de Vitória, depois abrigou, entre outras instituições, a Biblio-pinacoteca da PMV, a Imprensa Oficial do Estado, a Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos – SEAR. Nele agora funciona o Museu de Arte do Espírito Santo Dionísio Del Santo – MAES.]

tetos pesados e, anos depois, dirigiu a decoração interna da catedral. Era um curioso esse refugiado russo de muita cultura geral e inteligente. Ótimo modelador em gesso. Não teve grandes oportunidades, como também não a teve Pitlik. A cultura artística do capixaba cingia-se a ouvir certos recitais de piano e, de quando em quando, a uma exposição de pinturas de Levino Fânzeres, na sua melhor fase criadora, e que sabia convencer seus coestaduanos do talento incontestável que possuía. Deixou telas magníficas nos salões de honra do palácio e do Congresso. Foi ele quem despertou a procura repetida de Vitória pelos cultores do pincel. Gagarin, Pedro Bruno e, o maior de todos, Garcia Bento expuseram quadros esplêndidos. Tornaram-se frequentes as visitas de declamadores, virtuosos do piano e do violão, quase sempre encaminhados pelo jornalista terrantês Abner Mourão, redator do *Correio Paulistano*, ex-membro da Assembleia Legislativa do Estado e então deputado federal, a comandar a liderança da maioria, honra para o Espírito Santo, que o galardoaria com uma senatória, em 1928.⁴

A administração Avidos, com as obras portuárias e a construção das duas pontes, a de Vitória e a de Colatina, transpunha as fronteiras. O preço do café atingia a fabulosa cifra dos setenta mil réis a saca! A receita do estado oscilava pela casa dos trinta milhões de cruzeiros; o dólar valia pouco mais de oito cruzeiros. O Espírito Santo era de fato a terra da promessa. O Canaã, descrito por Graça Aranha, já não era ficção, era a realidade eloquente, que o craque de 1929, entretanto, apagaria numa simples abertura de bolsa, naquele trágico pregão de outubro fatídico.

INOVAÇÃO NA VIDA URBANA

Os Serviços de Melhoramentos introduziram certas normas técnicas que marcaram diretrizes novas na arte de se projetar e construir em Vitória. Por extensão, o prefeito Otávio Peixoto mandou elaborar o Código de Posturas Municipais, trabalho de compilação dos códigos de São Paulo e Rio, adaptado ao panorama capixaba pelo jurista Ubaldo Ramallete Maia e pelos engenheiros Francisco Menescal e Luiz Derenzi. Restringiu-se a liberdade leiga dos projetistas e mestres de obras. A moradia tornou-se mais humana. Os princípios rudimentares de segurança e de higiene domiciliária foram impostos gradativamente. Despediram-se os porões semi-habitáveis.

4 [Abner Carlos Mourão foi eleito senador pelo Espírito Santo em 1930 na vaga deixada pelo falecimento de Bernardino de Souza Monteiro em 12 de maio, mas o Congresso Nacional foi fechado no final daquele ano.]

Os de reduzidos pés-direitos foram aterrados e impermeabilizados. O compartimento sanitário foi promovido à peça primordial, ocupando posição destacada no projeto. O azulejo e o ladrilho hidráulico ingressaram nos banheiros e cozinhas. O perímetro retangular do projeto quebrou-se em benefício das áreas reentrantes, permitindo aberturas de vãos às peças, outrora iluminadas por claraboias, imunes ao ar e à luz natural.

As casas de comércio foram obrigadas também a se higienizar, embora com menor resultado para os velhos pardieiros, cujos proprietários irredutíveis preferiam permanecer na ignorância conservadora. O concreto armado fez sua aparição oficial e não tardou a se generalizar. As couçoeiras, os soalhos de tábuas, as escadas, as célebres amarrações de ferro perimetrais, na altura das cimalthas, chaves de segurança, como eram chamadas, cederam lugar ao concreto revolucionário e delgado. Ficou a arquitetura de mau gosto, tipo cidade nova, em grande voga no Rio de Janeiro da primeira década. O meio ainda era pequeno e a educação dos proprietários primária, para que medrassem os escritórios de arquitetura e construção. Não se pode negar, porém, que o avanço foi considerável. Vitória se renovou e evoluiu. Acentuou-se o crescimento urbano da cidade. Separa-se o domicílio do ambiente de trabalho, privilégio só desfrutado pelo grande comerciante de então.

A valorização imobiliária de Vitória, mormente da zona comercial, teve, de fato, origem na administração Avidos. A área convergente ao porto tornou-se pequena à expansão do comércio. O preço dos imóveis elevou-se, fenômeno que não ocorria desde 1910. As casas residenciais pouca alteração tiveram. O governo construiu bairros inteiros para venda a longo prazo. O preço do metro quadrado oscilava entre duzentos e cinquenta e trezentos mil réis. Foi o valor de venda dos grupos construídos nas chácaras do Mulundu, Vintém (zona da rua Graciano Neves) e Jucutuquara. Porém, houve uma espécie de estabilização de preço para casas residenciais. Em Vitória toda a crise acarretava baixa nos bens imobiliários.

Quase sempre, nesses *intermezzos*, os imóveis desciam de vinte a trinta por cento abaixo do custo histórico. Com as obras executadas pelo governo Avidos essa anomalia desapareceu.

A construção da ponte, do porto e o sistema rodoviário garantiram maior volume de negócios, enriquecendo a praça. A pavimentação de áreas enormes, o alargamento de ruas, as drenagens, as grandes desapropriações de pardieiros coloniais, concorreram de modo eficaz para o fortalecimento da propriedade privada.

FALEM OS SÁBIOS DAS ESCRITURAS

Abstraindo-se da afoiteza com que algumas obras foram executadas, a crítica aos dois Avidos, por jornalistas anônimos e políticos preteridos, não teve justificativa recomendável.

Acusaram-nos de perdulários e de se quererem perpetuar nas placas de bronze justapostas às obras inauguradas. De fato, Florentino Avidos dispendia mais do que arrecadava, mas seus investimentos reprodutivos se enquadravam no coeficiente de acréscimo da economia estadual.

O insucesso havido, no apelo ao crédito externo, quando pretendeu lançar um empréstimo de noventa mil contos de réis, foi devido exclusivamente à desonestidade praticada pelos banqueiros franceses Charles Victor & Cie, e seus sucessores, Societé Auxiliaire de Crédit, lançadores e procuradores do Estado do Espírito Santo, dos empréstimos de 1894 e 1908. Estes banqueiros, sentindo-se em dificuldades financeiras, em 1915, quando faliram os primeiros, e 1919, quando os sucessores fecharam as portas, pagaram seus credores com os títulos resgatados, e não inutilizados, do empréstimo do Espírito Santo.

No contrato de empréstimo entre o governo do Espírito Santo e Charles Victor havia uma cláusula que impedia ao estado novo empréstimo externo sem que estivessem resgatados os anteriores. Quando Florentino Avidos supôs que, com pouco mais de dois mil contos, poderia liquidar a dívida e lançar novos títulos, já praticamente ajustados com outros institutos de crédito, foi surpreendido pelos peculatórios franceses, que se haviam locupletado com os bônus do estado, vencidos e resgatados. As negociações duraram mais tempo do que restava ao término do governo do grande e voluntarioso presidente.

Foi erro de Florentino Avidos não se ter subordinado às verbas orçamentárias? Deve um governo de realizações concretas, possíveis e necessárias, cingir-se cegamente às possibilidades momentâneas do Tesouro? Poderia o estado construir as pontes de Vitória e de Colatina, dar prosseguimento às obras do porto e aparelhá-lo, sanear a capital, rasgar estradas, difundir o ensino e a economia agrícola, com seus recursos normais, no momento crítico do seu crescimento econômico? Falem os sábios das escrituras.

O QUE NÃO SE VÊ

De modo geral, nesta exposição biográfica, foram relatadas as obras executadas no governo Avidos.

Grande parcela não é visível: as drenagens, os esgotos, as canalizações de água, porque são subterrâneas. Outras apresentam-se tão naturais que

não se identificam: os aterros e os calçamentos e paralelepípedos de quase todo o centro urbano.

Lendo-se com atenção os relatórios dos prefeitos de 1910 a 1920, do município de Vitória, verifica-se que a capital, não obstante a ação dinamizadora de Jerônimo Monteiro, continuava “cidade suja”, com forte coeficiente de letalidade.

A tuberculose, o impaludismo e a febre amarela ainda grassavam com impertinência mortífera. As obras de saneamento e as demolições em massa do governo de 1924 purificaram o clima e tornaram a cidade agradável.

Dos edifícios públicos não se deve esquecer o Grupo Escolar Gomes Cardim, a Imprensa Oficial, o Arquivo Público e a Biblioteca, o Mercado da Capixaba e o de Vila Rubim. Restauração da Delegacia de Polícia, da Penitenciária e da Santa Casa. Auxílio à construção do Carlos Gomes e do Hotel Majestic. Grupos residenciais e os logradouros Aristides Freire e Deocleciano de Oliveira assim como, na chácara do Muniz, as ruas Antônio Aguirre, Alziro Viana, Vala do Contorno e, um pouco além, a ladeira Pernambuco, Wilson Freitas hoje. A nova rua, que recebeu o nome de D. Fernando, o viaduto de Caramuru, possibilitando a comunicação daquele logradouro com a rua Francisco Araújo, ligando-a ao flanco do palácio, com o nome de Comandante Duarte Carneiro, são melhoramentos significativos.

Jucutuquara nasceu com os grupos habitacionais da avenida Quinze de Novembro, [atual] Paulino Müller, ruas Augusto Calmon, Amâncio Pereira, Barão de Aimorés e Aristides Guaraná. Os recuos das ruas Primeiro de Março, Jerônimo Monteiro, parte da Duque de Caxias, Sete de Setembro, Treze de Maio, Azambuja, Baltazar e Coronel Monjardim são obras positivas. As escadarias Cleto Nunes, Maria Ortiz, da Piedade e Nicolau de Abreu eram inadiáveis. Os muros de arrimo das avenidas Duarte de Lemos e Santo Antônio, e uma série de pequenas obras, são atestados eloquentes dos quatro anos da administração Avidos. Mas, se estas forem esquecidas, ficam o porto e a ponte.

Depois do serviço de abastecimento de água e esgotos, elemento fundamental à vida urbana, a maior cobiça de um povo ilhéu era poder transpor o obstáculo fluvial ou marítimo com seus próprios recursos. O insulamento intimida, porque isola, diminui, porque enclausura. O homem sente-se como que abandonado pelo destino. A ilha é um refúgio, uma estância de repouso temporário. A permanência delimita o horizonte. A ilha desperta o sentimento de fuga; vale como tábuas de salvação ao naufrago desesperançado. Refeitas as forças, ambiciona-se o continente, o mundo que se desdobra em todos os quadrantes. O complexo é coletivo. Nenhuma cidade pode crescer no delimitado perímetro, que a fatalidade geológica

confinou, entre cadeias de montanhas agrestes e braços de mar a refletir-lhe os contornos estéreis.

A ponte é a segurança, é o traço de união da parte ao todo, a integração da gleba à pátria comum. Vitória se interiorizou na alma dos municípios distantes, o estado se fez capixaba.

Aos menos avisados poderá parecer que Florentino Avidos se preocupou, apenas, com o progresso material do estado e de sua capital. Mas a primazia técnica do governo não obistou o levantamento moral do povo. A difusão do ensino, nos seus dois estágios fundamentais, foi carinhosamente cuidada. A imprensa diária ou periódica teve, até certo ponto, estímulo discreto.

O Oitavo Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Vitória, de 24 a 30 de novembro de 1925 [sic, 1926], sob a presidência de honra de Cândido Rondon e efetiva de Carlos Xavier, mereceu do estado acolhida digna e prestigiosa. Nele fulgiram os nomes de Mário Melo, do Instituto de Pernambuco; de Alípio di Primo, do Serviço Geográfico do Exército; do comandante Boiteux, representante de Santa Catarina; e do maior de todos, pelo brilho de sua palavra inflamada e cultura poliédrica, Everardo Backheuser, geólogo, polemista e homem de pensamento, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e professor da Politécnica.⁵

A representação do Espírito Santo, titulares, na maioria, do Instituto Histórico e Geográfico, houve-se com destacado brilho. Um fenômeno para o qual não encontro explicação é o isolamento dos valores culturais capixabas. Modéstia? Desprendimento? Falta de uma editora? Não escasseiam valores na terra de Domingos Martins: homens de letras, filólogos, historiadores, juristas, sanitaristas e, no entanto, poucos são os que logram transpor as barrancas do Itabapoana.

Algum desacerto deve haver na engrenagem que regula a marcha da inteligência no estado.

Certamente, o governo não é o único responsável. A causa deve ser investigada para que não repercuta apenas, no além-fronteira, o valor econômico do estado. Há uma elite e as gerações que se sucedem são cada vez mais esperançosas. É preciso que o clima de abastança que se alarga em todo o território tonifique homens de espírito, proporcionando-lhes campo para a sementeira do pensamento já sazoadado.

5 Para solenizar a efeméride, o governo inaugurou a Biblioteca e o Arquivo Público e a Primeira Exposição Intermunicipal de Produtos, marcante iniciativa de estímulo à policultura, tão necessária quanto indispensável à vida econômica do estado.

OS COOPERADORES

Do secretariado de Florentino Avidos, homens equilibrados e probos, faziam parte os Drs. Antônio Lopes Ribeiro e Carlos Xavier Paes Barreto, secretários do Interior e Justiça e da Presidência, Mirabeau da Rocha Pimentel, secretário de Educação, posto que ocupou no governo anterior, mantendo com dignidade o espírito de disciplina do magistério e engrandecendo a instrução do estado. As 392 escolas públicas, com a frequência média de 13.900 alunos no ano de 1924, foram elevadas gradativamente a ponto de, no fim do quadriênio, se atingir a frequência de 21.500 alunos, em 593 unidades escolares, todas providas do material necessário às exigências pedagógicas da época. Deve-se ter em mente que a população do estado somava apenas 550.000 habitantes.

Alziro Viana, na Secretaria da Fazenda, desempenhou a contento sua tarefa. A receita do quadriênio foi de Cr\$ 134.032.123,00 em moeda de hoje. As obras públicas absorveram Cr\$ 62.945.000,00 e o funcionalismo Cr\$ 51.763.000,00 ou seja, trinta e oito por cento. Belos tempos aqueles em que a receita não era absorvida só com folhas de pessoal.

Moacir Avidos, cuja atuação já foi analisada, ocupou a pasta da Agricultura, Viação e Obras. A prefeitura da capital esteve sob a regência de Otávio Peixoto, que explorou com perspicácia o parentesco com o presidente, em benefício da cidade. Marcou a cobrança mensal dos impostos, medida que foi adotada pelas demais prefeituras, com benefício para os contribuintes. Deu novo edifício à prefeitura.⁶ decorando-a com móveis de estilo e iniciou a pequena pinacoteca, que guarnece os muros dos salões principais. Trouxe a cidade limpa e os jardins cuidados. A pavimentação encontrou em Otávio Peixoto seu primeiro grande entusiasta.

Construiu as primeiras estradas municipais, abrindo ao público as praias de Maruípe, Camburi, Carapebus e Jacaraípe. Ligações, embora precárias, foram feitas com Fonte Limpa, Jacuí, Pitanga e Laranjeiras. Quando em 30 de junho de 1928, data fixada na Constituição do Estado,⁷ para término do período governamental, Thiers Veloso, jornalista independente, advogado de grandes recursos jurídicos, escreveu na *Vida Capichaba*: “Um período quatrienal de governo não abre espaço senão a um número limitado de iniciativas felizes, ainda àqueles que puderam dar provas tão evi-

6 Com projeto elaborado pelo arquiteto Josef Pitlik, foi adjudicado à firma Politti, Derenzi & Cia., por concorrência pública, pela quantia de Cr\$ 264.661,00 em moeda de hoje.

7 A Constituição do Estado foi reformada, prorrogando o período governamental para 30 de junho.

dentes de sua laboriosidade, como o do Dr. Florentino Avidos. Este pode rever-se na sua obra e recolher-se à tranquilidade de sua consciência, certo de que executou um programa exaustivo e fecundo.”

“Na ordem intelectual, o seu governo, que hoje finda, desenvolveu uma atividade pouco vulgar no capítulo da disseminação do ensino primário. Na ordem material, o seu esforço foi hercúleo e inexcedível.”

“Deu de si mais do que se poderia esperar, em cometimentos de natureza econômica, insuperavelmente reprodutiva. Foi uma indefectível epopeia de trabalho ininterrupto, inteligente, honesto e remunerador. Foi uma oficina incandescente, em que, dia e noite, se forjaram alguns elos indestrutíveis da cadeia interminável de nossa evolução.”

XXXII

FIM DE UM REGIME

ARISTEU BORGES DE AGUIAR

A 30 de junho de 1928, numa tarde belíssima de luz, de alegria e de esperanças, Aristeu Borges de Aguiar assumia o governo do estado debaixo dos melhores augúrios, porque, eleito por unanimidade dos partidos políticos, representava o talento a serviço de um moço cheio de fé e de força de vontade. Atingia apenas o limite mínimo prescrito pela Constituição para o exercício da suprema investidura estadual.¹

Fizera sua carreira na advocacia e no magistério. A juventude o admirava e lhe tributava respeito. Não gozava dessa popularidade mural, que se tornou famosa em nossos dias de demagógica catação de votos.

Era homem educado, austero e de probidade profissional. Pertencia a uma família capixaba, de poucos haveres e de muitos estudos. Firmara conceito desde os bancos acadêmicos. Na história dos homens ilustres do Espírito Santo, no capítulo da honradez e da inteligência, toda a sua família pode figurar ordenadamente no mesmo polinômio. Dois farmacêuticos, dois médicos, dos quais Eurico, higienista avançado nos estudos da medicina sanitária,² um engenheiro civil, Ormando, aluno laureado da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com prêmio de viagem à Europa, um economista, Audífax, que abandonou o curso de engenharia depois de receber o prêmio de melhor aluno do curso fundamental, e uma professora normalista.³

Aristeu Borges de Aguiar nunca havia exercido função política. Fora diretor do ginásio estadual e, nos últimos meses do governo Avidos, cha-

-
- 1 A idade mínima exigida para a presidência do estado e senador da República era de 33 anos e 35 anos, respectivamente.
 - 2 Os seus relatórios, aos prefeitos de 1909 a 1915, demonstram grande conhecimento e intuição sobre higiene e saneamento urbano. É bom se ter em mente que essas ciências ensaiavam os primeiros passos no Brasil.
 - 3 Foi casada com o Sr. Clímaco Sales, político e negociante. Houve do casal dois filhos: bacharéis Augusto e Eurico Aguiar Sales. O saudoso Eurico, falecido em pleno esplendor da sua carreira política, foi o único capixaba a conquistar efetivamente um ministério. Ocupou a pasta da Justiça em 1959. O agrônomo Carlos Duarte, de Iconha, foi apenas ministro interino da Agricultura no governo Vargas.

mado à Secretaria da Presidência. Sentou-se na cadeira presidencial com autoridade, independência, otimismo, conhecedor dos problemas estaduais, naquela fase de “um passo à frente” da vida econômica e política do Espírito Santo. Seu nome surgiu na intimidade familiar de palácio. A candidatura do Dr. Argeu Monjardim que andou no ar alguns meses, não passou de “boi das piranhas”.

Enquanto a comissão coordenadora do Partido Republicano Espírito-santense amortecia o choque entre os munizistas e monteiristas, Nelson Monteiro, líder da Assembleia Legislativa, Xenócrates Calmon e Moacir Avidos, herdeiro presuntivo do governo, levaram o nome de Aristeu Aguiar à consagração unânime dos corifeus políticos. O preço do beneplácito do presidente Avidos foi a garantia de sua eleição ao Senado Federal.

O velho médico Joaquim Teixeira de Mesquita foi o refém escolhido pelo Dr. Florentino Avidos para guardar-lhe a cadeira de senador durante o período de carência constitucional. A vice-presidência do estado, cuja vacância se resguardou na eleição de março de 1928, seria o prêmio à fidelidade do bisonho senador temporário. Foi o único compromisso imposto ao Dr. Aristeu para ascender à presidência do estado. E foi cumprido, mais pelo jovem presidente do que pelo senador “interino”, que se aclimatara no velho casarão da rua Moncorvo Filho. Renunciou sem disfarçar sua acrimônia dispéptica. O secretariado de Aristeu Borges de Aguiar só foi conhecido no dia da posse. Nem todos os titulares foram nomeados na cerimônia protocolar.

Os escolhidos eram todos capazes e dignos, mas o povo os recebeu com reserva, porque pertenciam à mesma família, com exclusão de três nomes, também ilustres, porém da mais estreita intimidade do presidente. Foi o primeiro erro cometido pelo governo, porque atingiu a malícia das massas populares. E o povo, que parece surdo e cego, desperta, às vezes, ao ruído mais sutil, vendo coisas que só a fantasia pode representar. É o oceano plácido, que enrugua ao menor sopro de vento e se torna tempestade em noite enluarada. A psicologia das multidões é segredo revelado a certos espíritos privilegiados em instantes singulares, cuja chave só se usa uma vez para abrir os compartimentos das paixões humanas.

As emoções evoluem de momento como essas nuvens encasteladas no poente em tardes de estio. Vê-las e desfazê-las é milagre histórico, feito por homens que se chamaram Júlio César, Cícero, Mirabeau, Bonaparte. O povo fala muitas vezes com a eloquência do silêncio e resiste com a arma da surdez. Torna-se ilógico, incoerente e insensato na sua teimosia empírica. Porque a alma humana tem duas versões simultâneas: a individual e a coletiva. No mais das vezes elas se contradizem. – Quem sabe se dessa contradição se origina o equilíbrio? Equilíbrio instável e transitório, porque

o homem aspira à felicidade sem conhecê-la e, nessa procura falaz, se processam grandes movimentos históricos, cujas consequências nem sempre condizem com o fim almejado.

Até o advento da Revolução de 1930 a política nacional se processava intramuros, numa esfera limitada de elite familiar em que o povo era praticamente expectador passivo. Os governos deliberavam de plano. Não havia preocupação de popularidade. Os partidos não dependiam do favor das massas, mas do apoio que lhes prodigalizava o poder central da República. Os partidos não passavam de ficção. O voto era “recolhido” pela autoridade, como se fora um tributo periódico, devido ao governo pelos favores administrativos realizados. O povo não estava politizado. Sua força não era complanar, não se compunha em benefício de uma resultante. Esse sistema, não obstante, em contradição com o regime republicano democrático, foi o clima sob o qual se processou a vida da Primeira República, com proveito indiscutível para a nacionalidade.

Aristeu Aguiar formou um governo de elite, comprovada a priori.

Na pobreza demográfica do estado escolheu os melhores valores. Se a escolha recaiu no ambiente familiar, foi apenas o fator confiança que atuou. A pasta dos Negócios do Interior e Justiça foi dada ao Dr. Mirabeau da Rocha Pimentel, concunhado do presidente, mas veterano de dois governos na gerência de negócios públicos. A Secretaria da Presidência, ao espírito organizado de Nelson Goulart Monteiro.

As Finanças, periclitantes, com a crise que se esboçava no mundo inteiro, desgastadas com as grandes obras realizadas pelo Dr. Avidos, couberam a José Vieira Machado, gerente do Banco do Brasil, cuja carreira, vinte anos depois, culminaria como ministro da Fazenda.

Aristeu Aguiar, como advogado do Banco do Brasil, conhecia-lhe as virtudes financistas. Ormando Aguiar, chefe das Linhas da Estrada de Ferro Leopoldina, foi chamado para a Secretaria de Viação e Obras. Estava em voga a corrente reformista da pedagogia moderna e Atilio Vivacqua, homem de estudo e jurista, recebeu a pasta da Instrução. Ao experimentado nos problemas urbanos, Moacir Avidos, foi dada a prefeitura da capital. O Serviço de Defesa do Café, base do mais alto interesse econômico do estado, foi confiado a Audífax Aguiar. A Saúde Pública coube ao irmão mais velho da família, Dr. J. Dukla de Aguiar, intransigente e trabalhador. Os frequentadores do Café Globo e do Bar Petrópolis⁴ receberam com frieza indisfarçável a nomeação do culto se-

4 O Café Globo e o Bar Petrópolis reuniam, à tarde, a classe média, onde, com a blague característica dos capixabas, se apreciavam os fatos da vida social, política e comercial da cidade.

cretariado governamental. Eram todos inatacáveis, porém a singularidade de pertencerem, em maioria, ao grupo familiar, emprestou-lhes coloração suspeita de oligarquia. E quando o povo, por qualquer circunstância ocasional, se desencanta do governo, todos os males que o afligem lhe são atribuídos, porque, dele governo, o povo quer remédio infalível para suas mazelas físicas e morais.

Ormando Borges de Aguiar fez toda sua carreira de engenheiro na Estrada de Ferro Leopoldina; isso significa que se moldou ao trabalho metódico e planejado, apanágio da índole britânica. Com os cofres minguados não se apressou em dar início a obras de preço. Entendeu que era necessário, antes de tudo, conhecer os problemas no papel. As plantas municipais, levantadas por Augusto Ramos em 1908 e por Henrique Novais em 1919, mutiladas e desrespeitadas, não mais mereciam fé. O primeiro ato positivo da Secretaria de Viação foi mandar levantar a planta cadastral da cidade, dentro do rigor prescrito pela técnica.

Confiou essa operação ao professor de topografia e geodésia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Dr. Luís Cantanhede. Os trabalhos foram executados pelos alunos daquela escola, superintendidos pelo assistente de topografia, engenheiro Cantanhede Filho. A comissão de estudantes se limitou a medir a base fundamental, em Aribiri, com 1.250 metros. A linha medida foi o lado fundamental da triangulação de primeira ordem que, tanto podia servir para o levantamento cadastral da ilha, como para a carta geográfica do estado. Jamais se praticara, no Espírito Santo, trabalho técnico com tanto rigor científico. A base foi medida entre Aribiri e Vila Velha, donde partiram os trianguladores da Comissão do Cadastro Territorial.⁵

O traçado da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, hoje Leopoldina, construída por Muniz Freire, por qualquer circunstância, seguiu caminho galgando a Serra do Mar. Venceu longas rampas com violentas curvas, prejudiciais ao tráfego. Não pôde sobreviver. É necessário modificar-lhe a diretriz. Foi a preocupação do engenheiro Ormando Borges de Aguiar, mandando construir a Estrada do Litoral, suprimindo o péssimo percurso, embora pitoresco, de Vitória a Cachoeiro. A Revolução de 1930 postergou o empreendimento. Salvou-se o trecho de Araçatiba a Rio Novo, hoje em grande parte coberto pelo eixo da BR-5 [agora BR-101].

5 A ilha de Vitória, após a República, foi levantada pela primeira vez, pelo engenheiro Saturnino de Brito, no governo Muniz Freire. Em 1908, Augusto Ramos, engenheiro contratante das grandes obras realizadas por Jerônimo Monteiro, fez o cadastro da zona urbana para projetar os serviços de água e esgotos. Contratou Jerônimo Monteiro a Carta Geográfica do Estado com os engenheiros Borges de Mello e Francisco Tito de Souza Reis. Foi trabalho expedito, de pouco rigor técnico.

O governo Aguiar não alterou, sensivelmente, a fisionomia da ilha. Durou apenas vinte oito meses e assistiu à mais desastrosa queda do café jamais registrada na história econômica da América: o fechamento da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1929. Foi o grande general da revolução comandada por Getúlio Vargas.

As crises econômicas degeneraram em perturbações políticas. A história da humanidade nada mais é do que a consequência de fenômenos sociais, por isso não se deve criticar o governo de um estado federado pelos reflexos da política central. Este é o agente, aquele um elo, de cuja cadeia sofre o esforço dinâmico, que o coage a se inscrever na curva diretriz. Toda e qualquer apreciação do governo, derrubado em outubro de 1930, deve ser feita subjetivamente. Não se lhe pode atribuir causas. Ele foi apenas um expectador menos avisado da tormenta que desabou.

Mas teria sido Aristeu Aguiar inativo? A arrecadação estacionava com tendência a baixar. As despesas avolumavam-se pelo natural acerto de contas do governo antecessor. Era necessário uma tomada de posição real, operação não muito simpática aos dirigentes substituídos. Um exame sincero, de consciência administrativa, para se fixar rumo aos negócios públicos. Desse modo as atividades febris da capital foram reduzidas ao mínimo.

Os Serviços de Melhoramentos se transformaram em mero escritório técnico, chefiado por um arquiteto. A parte executiva foi encampada pela própria Secretaria de Viação e Obras. O Dr. Ormando exigia estudo minucioso, projeto e orçamento prévios. Optava pela menor despesa. A Cidade Alta, no quadrilátero formado pelas ruas Domingos Martins, praça da Catedral, José Marcelino, Muniz Freire e sua diagonal célebre, rua Dois de Dezembro, foi praticamente desapropriada nos seus últimos imóveis. As obras do porto reduzidas. A célebre Reta do Constantino, hoje integrada à avenida Vitória, foi definitivamente pavimentada, a mais importante obra urbana, da qual dependia o progresso do arrabalde de Praia Comprida. Construiu-se uma pista em concreto armado, com 4,5 m de largura e de 1.200 metros de comprimento, a primeira experiência feita no Brasil de pavimentação com material nobre sobre leito lançado em terreno de vasa. O resultado surpreendente ainda perdura, com trinta anos de má conserva.⁶

A arborização da cidade se fazia graças a um pequeno horto municipal, formado na encosta do morro do Chalé. O Dr. Ormando Aguiar, sentindo o alcance da incipiente iniciativa, desmembrou parte da fazenda Ma-

6 Projetada pelo engenheiro Cícero Moraes, diretor de Obras e Viação, construída por Serafim Derenzi sob a responsabilidade do engenheiro Paulo Mendes da Rocha, hoje professor da Escola Politécnica de São Paulo.

ruípe, onde projetou, com arte, um jardim botânico capaz de suprir todas as cidades do estado.⁷

Outra iniciativa de alcance foi a construção de uma praça monumental, na área resultante da demolição do velho mercado, na rua Jerônimo Monteiro, onde se fez a ereção de um relógio público, engenho da mecânica suíça, que, ao marcar as horas, executa os compassos tônicos do hino espírito-santense.⁸

A praça foi ocupada pelo edifício dos Correios e Telégrafos, concessão generosa do governo discricionário de 1933, com prejuízo incalculável ao estacionamento de veículos no centro comercial da cidade.

O prefeito Moacir Avidos, não podendo contar com a costumeira ajuda financeira do estado, foi verdadeiramente o primeiro administrador autossuficiente do município da capital.

Soube, com os poucos recursos disponíveis, imprimir aos serviços públicos rotina proveitosa.

Deu nova estrutura ao organograma interno, definiu melhor as responsabilidades dos chefes de setores, aprimorou a receita e disciplinou as despesas.

Caracterizou-se, sobretudo, pelo cuidado com que encarava os problemas da cidade.

Ruas limpas, irrigadas, iluminação farta, modelar, conserva de pavimentação e das calçadas. Jardins cuidados. Equipamento moderno para a limpeza urbana. Sobreviveu-lhe o Matadouro Municipal em Goiamum, moldado na técnica mais avançada da época.⁹

A Câmara Municipal reunia-se uma vez por semana. Os vereadores nada recebiam pelo exercício do mandato. Um secretário, um datilógrafo, um porteiro, um motorista e um automóvel, cujas despesas montavam a setenta e dois mil cruzeiros anuais, representavam o ônus do Legislativo Municipal. Não faziam discursos: legislavam com honradez, critério e independência. Não pediam ao prefeito, davam sua contribuição ao progresso da cidade para o bem comum. Dentre os que se perpetuaram na vereança, um merece ser lembrado pela fidelidade política aos seus maiores: Manuel Nunes Pereira, conhecido por Manduca Nunes, o mais sabedor da história oral do município.

7 De 1955 a 1958 se transformou em favela.

8 O relógio está situado hoje na praça Oito de Setembro por iniciativa do Dr. Américo Poli Monjardim, ex-prefeito da capital.

9 Projeto de Luiz Derenzi, construção de André Carloni e financiamento de Cruz & Cia., marchante da carne verde.

Vinha quotidianamente a cavalo no seu burrico pelo de rato, de Piranhém, a visitar seus amigos. Nos anais da cidade nada consta que lhe desabone a conduta política. Não pediu e não recebeu favores; votava com os Monjardim e apoiava a maioria.

O TREZE DE FEVEREIRO

Na chamada República Velha no Espírito Santo, só havia o Partido Republicano Espírito-santense, filiado ao Partido Republicano Nacional, que governou o Brasil desde Campos Sales até a Revolução de 1930.

A oposição, diminuta e desarticulada, atuava na esfera municipal, sem grande influência perturbadora na ação do governo. No mais das vezes, as facções antagonicas apoiavam o presidente do estado. Não havia líderes que congregassem os opositores sob uma só bandeira. Quem rompesse com o governo ficava no ostracismo e, dificilmente, se reelegia, se exercesse mandato eletivo. O eleitorado se agrupava em torno de chefetes distritais, “coronéis”, sob cuja proteção moral aguardava promessas raramente cumpridas. A oposição poucas vezes chegava à Assembleia Legislativa ou Câmara dos Deputados. A política federal não interessava aos “coronéis”. A eleição do presidente da República era episódio sem consequência e de curta duração.

Já foi dito que o governo Borges de Aguiar gozava de pouca popularidade, mesmo porque ele não a cortejava por índole.

Sob esse clima instável, abriu-se a campanha sucessória ao presidente Washington Luís, cujo mandato expiraria a 15 de novembro de 1930.

A caravana política, partidária da candidatura de Getúlio Vargas, levantada em oposição ao paulista Júlio Prestes, defendido pelo Catete, chegou a Vitória na primeira dezena de fevereiro. Compunha-se de parlamentares, oficiais do Exército, políticos, jornalistas e acadêmicos exaltados, como soem ser sempre os oposicionistas. Surgiu o primeiro incidente com a Polícia, que, ao invés de permitir o comício na praça Costa Pereira, licenciou-lhe a pequena área, fronteira ao Colégio do Carmo.

Toldou-se o céu capixaba com boatos ameaçadores, propalados pelos aderentes, improvisados, à caravana comandada pelo major Cristóvão Barcelos e senador Pires Rabelo, representante do Piauí.

No dia 13, data apazada para o comício, o local escolhido estava à cunha e fortemente policiado. Os primeiros oradores foram ouvidos com pouco entusiasmo. Todos queriam ouvir a Pires Rabelo e Evaristo de Moraes, tribunos de grande fama.

O Colégio do Carmo situa-se numa pequena elevação, cuja altura é vencida por ampla escadaria terminada no adro da igreja, em espaçoso patamar e terraço. Nesse terraço acomodaram-se os oradores, espremidos pela multidão, que lotava literalmente a área do velho Pelames. A Polícia Montada guarnecia todos os acessos ao local, emprestando ao ambiente certa intranquilidade. Cerca de três mil pessoas, acotoveladas, homens e mulheres de todas as classes, aguardavam as palavras dos caravaneiros.

Às vinte e uma horas, o senador Pires Rabelo iniciou sua oração, com frases quentes e vibrantes. Estrugiram aplausos. O tribuno se entusiasma e envereda pela crítica severa aos governantes. Ouviu-se um disparo. A cavalaria movimentou-se. Sucederam-se vários tiros e em seguida o vozeiro e o estouro do povo a debandar, apavorado, com as saídas bloqueadas pela Polícia em fúria, disparando suas carabinas. O atropelo na escadaria foi indescritível. Forçaram as portas da igreja do colégio. Com a vida pagou sua imprudência um pobre curioso, refugiado no oitão da igreja, ao abrir a janelinha, para se certificar da tragédia reinante. Foi horrível. Do convento de São Francisco à praça Costa Pereira, pelo espaço de mais de uma hora, a cidade ficou traumatizada. Inúmeros feridos e uma dezena de mortos, inclusive o ajudante de ordens do secretário da Justiça. Recostado ao portão de sua casa, na rua Coronel Monjardim, atingido por balaço, encerrou o trágico comício da Aliança Liberal.

Embora o governo se tenha eximido da culpa, punindo os policiais, não pôde lavar as manchas de sangue que salpicaram a família capixaba.

XXXIII A REVOLUÇÃO

Quando em outubro, a revolução atingiu a fronteira do estado, em Baixo Guandu, pressionada pela Polícia mineira, sob o comando de Otávio Campos do Amaral, o governo Aguiar caiu em colapso. Foi inútil a resistência heroica, oferecida pela coluna policial espírito-santense.

No dia 16, acompanhado pela maioria do secretariado, Aristeu Borges de Aguiar embarcou para Lisboa no *Atlanta*, navio da marinha mercante italiana, surto no porto de Vitória. Na mesma tarde, Washington Luís nomeava o coronel José Armando Ribeiro de Paula interventor federal, poucos dias antes investido no comando do 3º B.C. Não chegou a articular a defesa da cidade. Abandonado pela maioria dos oficiais sob seu comando, regressou ao Rio, na mais completa ordem militar, pelo *Almirante Jaceguai*, do Loide Brasileiro. No dia seguinte, Campos do Amaral, senhor da cidade, constituiu a Junta Governativa, integrada pelos senhores Afonso Lório, João Manuel de Carvalho e João Punaro Bley, capitão do Exército, ex-chefe do estado-maior do coronel José Armando.

A INTERVENTORIA

João Punaro Bley, em 15 de novembro, foi nomeado interventor federal e, por doze anos consecutivos, se manteve na chefia do governo do estado.

Os primeiros dois anos foram de muita confusão e intrigas. Grupos antagônicos disputavam a preferência do jovem capitão. À crise econômica e financeira somava-se a política, cada vez mais negativa e perniciososa.

Resistiu o interventor aos maus conselheiros e aos poucos se prestigiou junto às classes conservadoras e ao governo central. Confiou a Secretaria da Fazenda a ilustre capixaba, radicado no Rio de Janeiro e estranho à vida política do estado. Meticuloso, austero e homem de estudos, o Dr. Mário Freire, em poucas semanas, se assenhoreou da precária situação financeira e econômica do Tesouro. Fechou as portas à evasão de rendas, programou os pagamentos em ordem de prioridade, sem a menor preocupação política.

A máquina administrativa movimentou-se, adquiriu velocidade. Uma luz bruxuleou no horizonte. O Departamento Nacional do Café criou a taxa

de cinco “shillings” por saco, destinada a amortizar os empréstimos contraídos para valorização dessa rubiácea.

Esse tributo cresceu proporcionalmente às safras e ultrapassou as anuidades devidas. O DNC convencionou distribuir o saldo aos estados cafeeiros, na razão de suas safras. Abria-se a estrada de Damasco para o Espírito Santo, em mora com os bancos, credores de dívidas de exercícios anteriores. Mário Freire propôs-se a resgatar todos os empréstimos à vista, abatidos os juros, que igualavam ao principal. Os banqueiros houveram por bem aceitar. Salvou-se o crédito do estado. Foi o grande serviço prestado pela interventoria.

A Secretaria da Fazenda, com suas finanças saneadas e o moral restabelecido, permitiu ao Dr. Mário Freire intentar proveitosas reformas e estudos de alto alcance. Deu início ao tombamento dos bens patrimoniais, publicando valioso Boletim, surpreendendo-se com uma infinidade de valores esquecidos ou ignorados. Voltou-se o estado para os empreendimentos gerais. Construíram-se o Leprosário de Itanhenga, o Hospital dos Funcionários Públicos, o Quartel de Polícia de Maruípe,¹ diversas escolas, estradas de rodagem, reiniciaram-se as obras portuárias, fez-se o porto de minério² e fundou-se o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo.

A prefeitura, cujo código tributário, não lhe permitia renda compatível com suas imensas necessidades, realizou programa de obras coordenadas e interessantes. Asdrúbal Soares criou o Cadastro Territorial.³ Reuniu um punhado de engenheiros, que honraram suas funções. Substituiu-o, no retorno ao regime constitucional, o engenheiro Laerte Rangel Brígido, profissional de tirocínio firmado, ex-diretor de Obras, cargo que exerceu em consonância absoluta com seu colega prefeito. Foi administração homogênea. Deixaram os serviços municipais organizados, a rua Caramuru, praças Santo Antônio e Asdrúbal Soares terminadas de acordo com planos projetados, esboço de um planejamento em embrião.

Américo Monjardim manteve os serviços públicos municipais em boa ordem. Os inúmeros logradouros públicos sem nomes oficiais receberam denominações de personagens da história espírito-santense, ou de

1 O antigo Quartel de Polícia do Moscoso foi iniciado em 1892, no governo do barão de Monjardim. Inaugurado em 23 de maio de 1896 pelo Dr. Muniz Freire. Custou 1.081:181\$793. Seu primeiro comandante: Orozimbo Correia Lírio.

2 Em 11 de junho de 1941, com a chave feita pelo decano da engenharia capixaba, Dr. Antônio Francisco de Ataíde, atinge ao porto de Vitória o trem de minério. É o marco zero da emancipação econômica do estado.

3 Infelizmente foi mutilado e abandonado depois de quase concluído.

acidentes geográficos do estado. Todos os municípios foram homenageados. Renumeraram-se as casas pelo sistema decimal. Os jardins públicos foram cuidados com esmero. Como realização material de mérito, deixou a pavimentação da avenida Nossa Senhora da Penha e a estrada do Contorno, cuja execução coube ao velho e saudoso empreiteiro Serafim Derenzi.

Em 31 de agosto de 1954, a Câmara Municipal, reconhecendo os inúmeros serviços prestados por esse honrado cooperador do progresso capixaba, denominou a estrada do Contorno em toda sua extensão, de estrada Serafim Derenzi, cujas placas foram inauguradas pelo jovem prefeito Mário Gurgel.

XXXIV CONCLUSÃO

Depois de 1942, os fatos ocorridos na ilha de Duarte de Lemos são praticamente atuais. Examiná-los parece-me fora de propósito, mesmo porque seus responsáveis atuam ainda na vida pública do estado.

O que se evidencia, no que tange à expansão da cidade, é que todos aqueles que a dirigiram, direta ou indiretamente, pecaram contra o mesmo mandamento: falta de visão.

O interventor e, depois, governador Jones dos Santos Neves foi quem mais confiança depositou na grandeza de sua terra. Traçou um programa de governo de grande alcance. Aproveitou a dragagem da bacia portuária para ganhar as imensas áreas de mangue, desde a Capixaba até a praia Bento Ferreira. Aterrou e urbanizou, ganhando cerca de noventa mil metros quadrados, os baixios desde o Teatro Glória à Pedra Branca, próximo ao Saldanha da Gama. Ampliou o porto de minério e deixou quase concluída a Usina de Rio Bonito.

Mas Vitória espera ainda pelo seu urbanista. É preciso considerar-se que a capital capixaba deixa de ser pequena cidade marítima e se transforma em grande porto de minério, de carvão e de siderurgia pesada. Não lhe cabe mais o apelido de Cidade Presépio. Pouco lhe resta do velho casario desarrumado dos séculos dezoito e dezenove. Nas ruas enladeiradas Doutor Azambuja, Professor Baltazar, das Flores, Santos Pinto, já não se veem pés de sabugueiros, de graxas vermelhas, de perinheiros, de mangueiras e de frutas-pão. Os meninos da Cidade Alta não vêm provocar com seus “batalhões” os do Campinho e os da Capixaba. Não se joga gude no patamar de São Francisco nem nos Pelames. O Parque Moscoso não é mais ponto de namoro. Não se enfeitam mais as ruas com folhagem para a procissão de São Benedito. A cidade mudou de hábitos e de aparência. Hoje é o comércio, o barulho de alto-falantes, o rolar desordenado de caminhões com maior carga do que espaço, de ônibus fumarentos e perigosos, de navios a coalhar o porto tranquilo.

Já não há meninos traquinas a transpor a baía a nado, deixando as mães aflitas nas janelas dos sobrados à beira-mar. O Hotel Porto Rico não despeja mais a turba de colonos, vindos pela Leopoldina e pela Diamantina, em fila indiana, mulheres à frente de guarda-chuva e lenço à mão e homens de botinão e chapéu de abas largas, para gáudio dos sírio-libaneses das ruas

da Alfândega e Jerônimo Monteiro.

Vitória, agora, é a cidade do minério, do café, do cacau e dos últimos toros de madeira de lei, de limusines conduzidas por moças, que discutem psicanálise e sociologia.

Urge disciplinar-se o desenvolvimento da cidade com um PLANEJAMENTO INTEGRAL, correlacionando todos os valores econômicos e sociais: porto, Companhia Vale do Rio Doce, indústrias, terminais rodoviários, comércio, universidade, abastecimento, bairros residenciais, de modo a transformar a cidade num centro de progresso e de vida humana.

Cidade é órgão vivo. Seu crescimento obedece a uma morfologia específica, concernente à função primordial. A ilha está ultrapassada e o problema esbarra na pluri-municipalidade convergente ao porto. Mas não se deve esquecer o determinismo geográfico. É indispensável uma aliança intermunicipal, de caráter urbanístico e tributário, entre os municípios de Serra, Vila Velha, Viana e Cariacica. Toda a área, convergente ao porto, deve obedecer a um só diploma legal, pois faz parte do mesmo todo, uno e indivisível, de uma grande cidade, em futuro próximo, a despontar no horizonte.

Rio, 23 de maio do ano de 1961 – 426° do povoamento do solo espírito-santense.

PREFEITOS DE VITÓRIA¹

Ceciliano Abel de Almeida (Engenheiro)	09/02/1909 a 01/09/1909
José Bernardino Alves Júnior (Bacharel)	01/09/1909 a 25/02/1910
Carlos Xavier Paes Barreto (Desembargador) ²	26/02/1910 a 08/07/1910
Antônio Francisco de Ataíde (Engenheiro)	09/07/1910 a 13/07/1910
Cassiano Cardoso Castelo (Bacharel)	13/07/1910 a 04/11/1911
Wlademiro Fradesco da Silveira (Farmacêutico)	04/11/1911 a 20/01/1913
Washington Tobias de Vasconcelos Pessoa (Bacharel)	20/01/1913 a 19/11/1913
Euclides Camargo (Agrimensor Prático)	19/11/1913 a 03/04/1914
Washington Tobias de Vasconcelos Pessoa (Bacharel)	03/04/1914 a 24/05/1916
Henrique de Novaes (Engenheiro)	24/05/1916 a 05/01/1920
Euclides Camargo (Agrimensor Prático)	05/01/1920 a 16/06/1920
José de Souza Monteiro (Engenheiro)	16/06/1920 a 30/08/1920
Antônio Pereira Lima (Bacharel)	30/08/1920 a 23/05/1924
Otávio Índio do Brasil Peixoto (Comerciante)	23/05/1924 a 23/05/1928
Moacir Monteiro Avidos (Engenheiro)	23/05/1928 a 17/10/1930
Asdrúbal Martins Soares (Engenheiro)	18/10/1930 a 02/03/1933
Laerte Rangel Brígido (Engenheiro)	20/03/1933 a 29/03/1933
Augusto Seabra Muniz (Engenheiro)	29/03/1933 a 13/04/1935
Álvaro Sarlo (Engenheiro)	22/04/1935 a 04/07/1936
Paulino Müller (Médico)	04/07/1936 a 29/11/1937
Américo Poli Monjardim (Médico)	02/12/1937 a 04/09/1944
Henrique de Novaes (Engenheiro)	22/01/1945 a 12/11/1945
Danton Bastos (Desembargador)	12/11/1945 a 02/03/1946
Nelson Goulart Monteiro (Bacharel)	02/03/1946 a 07/10/1946
Américo Poli Monjardim (Médico)	09/10/1946 a 15/03/1947
Ceciliano Abel de Almeida (Engenheiro)	01/04/1947 a 12/10/1948
Álvaro de Castro Matos (Tabelião)	12/10/1948 a 07/04/1951
José Ribeiro Martins (Engenheiro)	07/04/1951 a 05/05/1953

1 [Para organizar esta relação foi realizado um cotejo da listagem existente na 1ª edição da obra (em que se indica a profissão dos prefeitos) com a da 2ª edição e a publicada no site da Prefeitura Municipal de Vitória, disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/prefeitos-de-vitoria>>, acesso em out. 2019. Não foram listados os ocupantes eventuais do cargo pelo afastamento do titular por motivo de férias, licenças, viagens etc., especialmente a partir da década de 1980 depois que os prefeitos voltaram a ser eleitos diretamente. A relação com essas substituições eventuais consta no endereço virtual acima referido.]

2 Não consta na listagem da 1ª edição.

Armando Duarte Rabelo (Bacharel)	05/05/1953 a 22/01/1955
Serynes Pereira Franco (Médico)	10/02/1955 a 22/12/1955
Adelpho Poli Monjardim (Escritor e Historiador)	22/12/1955 a 09/06/1957
Mário Gurgel (Bacharel)	10/06/1957 a 02/08/1958
Oswald Cruz Guimarães (Comerciante)	02/08/1958 a 30/01/1959
Adelpho Poli Monjardim (Escritor e Historiador)	31/01/1959 a 31/01/1963
Sólon Borges Marques (Bacharel)	31/01/1963 a 12/08/1966
Jair Andrade	13/08/1966 a 31/01/1967
Setembrino Idvaldo Netto Pelissari	02/02/1967 a 02/04/1970
Décio da Silva Thevenard	16/04/1970 a 15/03/1971
Chrisógono Teixeira da Cruz	05/04/1971 a 13/03/1975
Setembrino Idvaldo Netto Pelissari	04/04/1975 a 22/06/1978
Wander José Bassini	28/06/1978 a 15/03/1979
Carlos Alberto Lindenbergl Von Schilgen	22/03/1979 a 14/05/1982
Wallace Vieira Borges	14/05/1982 a 03/07/1982
Rudy Maurer	03/07/1982 a 12/03/1983
Ferdinand Berredo de Menezes	24/03/1983 a 06/07/1985
José Moraes	23/07/1985 a 31/12/1985
Hermes Leoneo Laranja Gonçalves	01/01/1986 a 31/12/1988
Vitor Buaiz	01/01/1989 a 31/12/1992
Paulo César Hartung Gomes	01/01/1993 a 31/12/1996
Luiz Paulo Vellozo Lucas	01/01/1997 a 31/12/2000
	01/01/2001 a 31/12/2004
João Carlos Coser	01/01/2005 a 31/12/2008
	01/01/2009 a 31/12/2012
Luciano dos Santos Rezende	01/01/2013 a 31/12/2016
	01/01/2017 a 31/12/2020

BIBLIOGRAFIA

- ANCHIETA, José de. *Cartas*. Academia Brasileira de Letras.
- ARQUIVOS do Estado do Espírito Santo. Imprensa Oficial.
- ASSIS, Francisco Eugênio de. *Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1941.
- ASSIS, Francisco Eugênio de. “Efemérides Capixabas”. *A Gazeta*.
- AZEVEDO, Pedro de. “A Instituição do Governo Geral”. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III.
- AZEVEDO, Pedro de. “Primeiros Donatários”. *Idem*, vol. III.
- BARROSO, Gustavo. “O Governo Feminino duma Capitania Brasileira”. *O Cruzeiro* de 31 de maio de 1958.
- CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. (4 vols.).
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*.
- CÂNDIDO VASCONCELLOS. Artigos da *Vida Capichaba*.
- CAPISTRANO DE ABREU. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*.
- CARTAS AVULSAS JESUÍTICAS. Academia Brasileira de Letras.
- CLÁUDIO, Afonso. *História da Literatura Espírito-santense*.
- CLÁUDIO, Afonso. *A Insurreição do Queimado*.
- CUNHA, Francisco Manuel. “Informação...”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, IV.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo*. Vitória, 1879.
- DUTRA DE MORAIS, Geraldo. *História de Conceição do Mato Dentro*. Biblioteca Mineira de Cultura.
- FERNANDES DE OLIVEIRA, Adolfo. “Nossas Antiguidades”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*.
- FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo*. Vitória, 1945.
- FREIRE, Mário Aristides. Inúmeros artigos em *Vida Capichaba* e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*.
- GALANTI, Raphael Maria. *História do Brasil*. (6 vols.).
- GOVERNADORES DO ESPÍRITO SANTO. *Correspondência*. Arquivo Nacional.

- ELAINE SANCEAU. *Capitães do Brasil*. Tradução de Antônio Álvaro Dória. Livraria Civilização, Porto.
- HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL. (3 vols.). Edição Monumental. Porto, 1924.
- JABOATÃO, A. Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasilico*.
- LAET, Carlos de. *O Frade Estrangeiro e Outros Escritos*.
- LAMEGO, Alberto. *A Terra Goitacá*.
- LAMEGO, Alberto. “A Faixa Costeira de Vitória”. *Boletim do Ministério da Agricultura*, número 128.
- MALHEIROS DIAS, Carlos. “O Regímen Feudal”. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III.
- MARCELINO, José. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória, 1858.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*. 1878.
- MARINS, Antônio. *Minha Terra e Meu Município*. 1920.
- MAXIMILIANO DE WIED-NEUWIED. *Viagem ao Brasil*.
- MONJARDIM, Adelpho. *Vitória Física*.
- NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil (1540-1560)*. Academia Brasileira de Letras.
- NOVAS CARTAS JESUÍTICAS. Colecionadas por Serafim Leite.
- OLIVEIRA MARTINS. *História de Portugal*. (2 vols.).
- PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*.
- PENA, Misael Ferreira. *História da Província do Espírito Santo*. 1878.
- PEREIRA, Amâncio. *Almanaque do Espírito Santo*.
- PEREIRA, Amâncio. *Homens e Cousas Espírito-santenses*.
- PEREIRA, Heráclito Amâncio. “A Imprensa no Espírito Santo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*.
- PESSANHA PÓVOA. *Província do Espírito Santo*. 1875.
- PIMENTEL, Elpidio. *Respingos Históricos*.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*.
- RACHE, Athos de Lemos. *Contribuição ao Estudo da Economia Mineira*. 1957.
- REVISTAS do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- REVISTAS do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil*.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*.

ROCHA PITA. *História da América Portuguesa*.

ROCHA POMBO. *História do Brasil*.

RÖWER, Basílio. *Páginas de História Franciscana no Brasil*.

RUBIM, Brás da Costa. “Memórias Históricas e Documentadas da Província do Espírito Santo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

RUBIM, Francisco Alberto. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo*. 1817.

SÁ, Mem de. “Carta para El-Rei”. 1560. *Anais da Biblioteca Nacional*.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem ao Interior do Brasil* (Espírito Santo). Tradução de Carlos Madeira. Vol. LXXI da *Brasiliana*.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*.

SATURNINO RODRIGUES DE BRITO. *Relatório do Novo Arrabalde*. 1896.

STELLA DE NOVAIS, Maria. “D. Luíza Grimaldi”.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História do Brasil*. (5 vols.).

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*.

XAVIER, Carlos. *Feriados do Brasil*.

JERÔNIMO MONTEIRO. *Mensagem*.

FLORENTINO AVIDOS. *Mensagem*.

HENRIQUE COUTINHO. *Mensagem*.

MUNIZ FREIRE. *Mensagem*.

- 1 - OS DIAS ANTIGOS / RENATO PACHECO
- 2 - INSURREIÇÃO DO QUEIMADO / AFONSO CLÁUDIO
- 3 - LOGRADOUROS ANTIGOS DE VITÓRIA / ELMO ELTON
- 4 - A MULHER NA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO / MARIA STELLA DE NOVAES
- 5 - ROMANCEIRO CAPIXABA / GUILHERME SANTOS NEVES
- 6 - A ILHA DE VITÓRIA QUE CONHECI E CONVIVI / DÉLIO GRIJO
- 7 - FAFI - ESCOLA, ESCOLA DE ARTE / ADILSON VILAÇA
- 8 - VIAGEM À PROVÍNCIA DO E. SANTO / AUGUSTE F. BIARD
- 9 - VIAGEM AO E. SANTO E RIO DOCE / AUGUSTE SAINT-HILAIRE
- 10 - A VITÓRIA DO MEU TEMPO / AREOBALDO LELLIS HORTA
- 11 - VITÓRIA, CIDADE PORTUÁRIA / FRANCISCO AURELIO RIBEIRO
- 12 - UM POUCO DE TUDO, CRÔNICAS / WALDEMAR MENDES DE ANDRADE
- 13 - PATRULHA DA MADRUGADA / ÁLVARO JOSÉ SILVA
- 14 - O INCALISTRADO. TOPÔNIMOS CAPIXABAS DE ORIGEM TUPI / SAMUEL MACHADO DUARTE
- 15 - NOVA ESCOLA PARA APRENDER A LER, ESCREVER E CONTAR / MANUEL DE ANDRADE DE FIGUEIREDO
- 16 - JARDIM POÉTICO / JOSÉ MARCELINO PEREIRA DE VASCONCELLOS
- 17 - POEMA MARIANO SOBRE A PENHA DO ESPÍRITO SANTO / DOMÍNGOS CALDAS
- 18 - TROVAS E CANTARES CAPIXABAS / AFONSO CLÁUDIO DE FRETTAS ROSA
- 19 - A ESCRAVIDÃO E A ABOLIÇÃO NO ESPÍRITO SANTO / MARIA STELLA DE NOVAES
- 20 - DICIONÁRIO DE POETAS CAPIXABAS / THELMA MARIA AZEVEDO
- 21 - INDÚSTRIA - A MODERNIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO / GABRIEL BITTENCOURT
- 22 - AS MARAVILHAS DA PENHA / JOAQUIM JOSÉ GOMES DA SILVA NETO
- 23 - VELHOS TEMPLOS E TIPOS POPULARES DE VITÓRIA / ELMO ELTON
- 24 - NEGROS, ÍNDIOS E MISTIÇOS / AFONSO CLÁUDIO DE FRETTAS ROSA
- 25 - LENDAS CAPIXABAS / MARIA STELLA DE NOVAES
- 26 - DR. VORONOFF / MENDES FRADIQUE
- 27 - POETAS CAPIXABAS / JOSÉ VICTORINO DE LIMA
- 28 - PATRONOS E ACADÊMICOS / AEL
- 29 - BIOGRAFIA DE UMA ILHA / LUIZ SERAFIM DERENZI



PREFEITURA DE
VITÓRIA



ACADEMIA
ESPIRITO
SANTENSE
DE LETRAS

FORMAR
EDITORA

editor@formar.com.br



9 788595 861091